



**DIMENSÕES DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA
MENINOS SOB A ÓTICA DE GÊNERO: UM ESTUDO
EXPLORATÓRIO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PSICOLOGIA CLÍNICA

ORIENTANDA: SONIA FORTES DO PRADO

ORIENTADORA: GLÁUCIA RIBEIRO STARLING DINIZ, PhD

OUTUBRO/2006

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA

**DIMENSÕES DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA
MENINOS SOB A ÓTICA DE GÊNERO: UM ESTUDO
EXPLORATÓRIO**

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre na Área de Concentração em Psicologia Clínica.

ORIENTANDA: SONIA FORTES DO PRADO

ORIENTADORA: GLÁUCIA RIBEIRO STARLING DINIZ, PhD

BRASÍLIA/OUTUBRO/2006

DIMENSÕES DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MENINOS SOB A ÓTICA DE GÊNERO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Dissertação examinada pela banca examinadora constituída por:

Professora GLÁUCIA RIBEIRO STARLING DINIZ, PhD

Universidade de Brasília - Presidente

Professor Dr. VICENTE DE PAULA FALEIROS

Universidade Católica de Brasília

Membro Externo

Professora Dra. ANA LÚCIA GALINKIN

Universidade de Brasília - Membro

Professora Dra. ÂNGELA MARIA DE OLIVEIRA ALMEIDA

Universidade de Brasília – Membro Suplente

DIMENSÕES DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MENINOS SOB A ÓTICA DE GÊNERO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Dissertação defendida e aprovada pela banca examinadora constituída por:

Professora GLÁUCIA RIBEIRO STARLING DINIZ, PhD

Universidade de Brasília - Presidente

Professor Dr. VICENTE DE PAULA FALEIROS

Universidade Católica de Brasília

Membro Externo

Professora Dra. ANA LÚCIA GALINKIN

Universidade de Brasília - Membro

Professora Dra. ÂNGELA MARIA DE OLIVEIRA ALMEIDA

Universidade de Brasília – Membro Suplente



Desenho de Criança usado pelo Fórum Cearense de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

A TODAS AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE SOFREM NA CALADA DA NOITE E NOS QUARTOS FECHADOS, IMOBILIZADOS E IMPOSSIBILITADOS DE LUTAR!

SONIA PRADO

Agradecimentos Especiais

- ◆ **Aos profissionais que, sinceramente, buscam atenuar a dor dessas crianças e adolescentes.**
- ◆ **Ao ISOF, pela ampliação dos meus conhecimentos e estímulos constantes.**
- ◆ **Aos colegas do SOS Criança de Brasília que compartilham com perseverança e coragem a luta contra a violência.**
- ◆ **Ao LACRI/Universidade de São Paulo, pelo embasamento teórico.**
- ◆ **A Universidade de Brasília que sempre me acolheu, desde meus primeiros passos e que trilha comigo essa luta incessante de busca de mais sabores e saberes.**
- ◆ **Aos colegas e amigos da Universidade de Brasília que compartilharam as dúvidas e incertezas nessa caminhada solitária que é o ato de escrever...**
- ◆ **Ao Centro de Orientação Médico Psicopedagógico e Instituto Médico Legal que, juntos forneceram os dados para esta pesquisa.**
- ◆ **Às famílias que, apesar do medo, da vergonha e da dor compartilharam seus corações e segredos.**
- ◆ **Agradecimentos especiais deverão ser feitos a todos que apuraram os ouvidos e que com carinho e atenção transcreveram todas as entrevistas.**
- ◆ **À Ione Nascimento guardo com carinho sua dedicação na revisão deste texto.**
- ◆ **À minha família amada: meus pais, irmãos, marido, filha, genro e enteada... que com afeto e amor me nutrem e estimulam a crescer!**

SUMÁRIO

RESUMO	09
ABSTRACT	10
INTRODUÇÃO	11
PARTE I REFERENCIAL TEÓRICO	14
CAPÍTULO 01 VIOLÊNCIA: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	14
1.1 A Violência	14
1.2 A Violência Doméstica	18
1.2.1 O desafio da conceituação da violência doméstica	21
1.2.2 Incidência e Prevalência da Violência Doméstica	25
1.3 A Violência Sexual Doméstica	32
1.3.1 Incidência e Prevalência da Violência Sexual Doméstica	36
1.4 A Violência Sexual Doméstica contra Meninos	44
1.4.1 Incidência e Prevalência da Violência Sexual Doméstica contra Meninos	47
CAPÍTULO 02 GÊNERO, VIOLENCIA E MASCULINIDADE	52
CAPÍTULO 03 A FAMÍLIA E A CONSTRUÇÃO DA VIOLÊNCIA	62
3.1 Aspectos histórico-conceituais	62
3.2 Família como um sistema	67
3.3 Família e violência	74
3.4 Dinâmicas e relações familiares	77
3.5 Fatores de risco e eventos adversos	85
CAPÍTULO 04 IMPACTOS DA VIOLÊNCIA SOBRE A IDENTIDADE, A SEXUALIDADE E A SAÚDE MENTAL	96
PARTE II A PESQUISA	108

CAPÍTULO 05 A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	108
5.1 Delineamento de Pesquisa	112
5.1.1 Participantes	112
5.1.2 Procedimentos de Coleta de dados	114
5.1.3 Procedimentos de Análise de Dados	120
5.1.4 Definição das Categorias de Análise	122
CAPÍTULO 06 RESULTADOS E DISCUSSÃO	126
6.1 Resultados – Análise dos Casos	126
6.1.1 Família A	126
6.1.2 Família B	139
6.1.3 Família C	154
6.2 Discussão	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	192
ANEXOS	203
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	
Quadro Demonstrativo de Estudos sobre Violência Sexual contra Meninos	
Famílias Entrevistadas	

RESUMO

O abuso sexual contra a criança e o adolescente se insere no espaço do segredo, dos silêncios, dos não ditos... E, assim sendo, passa despercebido, camuflado em relações aparentes, em famílias que vivem sozinhas a sua dor.

Este trabalho buscou refletir sobre esse fenômeno, ao tentar compreender o abuso sexual em meninos, cuja incidência em nossa sociedade tem se mostrado insignificante em comparação ao abuso sexual de meninas. A nossa hipótese principal é a de que a construção social de gênero tem sido um dos motivos que sustenta o quadro de abuso sexual em meninos e fortalece a sua invisibilidade.

A fundamentação teórica desse estudo tem na perspectiva sistêmica feminista sua base e norteamento. Dessa maneira a categoria gênero tornou-se uma categoria fundamental de análise. Ademais não poderemos deixar de discorrer sobre a relação entre a violência, gênero e masculinidade.

Focalizando a família como o *locus vivendi* do abuso, onde se dá a sua construção e concretização, escolhemos o estudo de caso como delineamento de pesquisa. Partimos da compreensão de que uma pesquisa qualitativa seria mais adequada e escolhemos a Análise de Conteúdo de Bardin como instrumento de análise.

Três famílias foram escolhidas tendo como critério básico o fato da existência de abuso sexual contra meninos intrafamiliar e estarem em fases distintas do ciclo vital. As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas em seu espaço domiciliar, como forma tanto de facilitar a locomoção e o encontro como também a de se conhecer melhor as estruturas e dinâmicas familiares. São três famílias e três formas de abusos: a primeira foi o primo que abusou de dois irmãos, a segunda foi o padrasto e a terceira foi o próprio pai a abusar de seus dois filhos.

Dessa maneira pudemos fazer uma leitura expressiva desses abusos. Os resultados encontrados apontam para um viés de gênero. Ou seja, a invisibilidade da violência sexual de meninos encontra no patriarcalismo sua base e sustentação. O sofrimento e a dor são incomensuráveis em todas elas, mas manifestam de forma mais dura e cruel quanto mais proximidade o abusador tem com sua vítima. O impacto é visto como um abalo inusitado em todas as famílias, uma dor que ninguém gostaria de ter, de ver e de contar.

ABSTRACT

Sexual abuse against children and adolescents is inserted in secrecy and silence. Therefore, it is unnoticed and camouflaged in apparent relations within families who undergo such grief by themselves.

The present research has sought to reflect on this phenomenon by attempting to analyze sexual abuse against boys, which is, in our society, insignificant if compared to sexual abuse against girls. The main hypothesis of this study lies on the fact that gender social construction has been one of the motives that support the frame of sexual abuse against boys and strengthen its invisibility.

The theoretical framework of this study is based on the feminine systemic perspective; therefore, the gender category is a fundamental category for analysis. Moreover, the relation among violence, gender and masculinity shall not be ignored.

Due to the fact that the family is focused as the locus vivendi of the abuse, from which it is constructed and carried out, the case study was chosen as the research guideline. A qualitative research was chosen for it is believed to be more adequate and the Content Analysis of Burdin was chosen as the instrument for analysis.

Three families have been chosen through the basic criterion of the existence of intrafamiliar sexual abuse against boys in distinct phases of the vital cycle. Semi-structured interviews were carried out in domiciliary spaces as a means to facilitate locomotion and meetings as well as knowledge of the family structures and dynamics. There are three families and three forms of abuses: in the first one, two brothers were abused by a cousin, in the second one, the abuser was the stepfather, and in the third one, the father himself abused his two sons.

It was possible to analyze expressively these abuses. The results point out to a gender bias, that is, the invisibility of sexual violence against boys finds on patriarchalism its base and support. The suffering and pain are immeasurable in each case; however, they can be crueller and tougher the closer the abuser is to his victims. The impact is perceived as an unexpected shock in every family, which results in pain that no one wishes to have, see, or talk about.

INTRODUÇÃO

O fenômeno da violência sexual, particularmente do abuso sexual intrafamiliar, tem sido considerado um dos grandes males de nossa sociedade. Sabemos, entretanto, que este tipo de fenômeno não é uma marca da vida familiar somente dessa época. Contudo, a era contemporânea gerou mudanças na forma de olhar para a infância e juventude e, conseqüentemente, as manifestações de violência passaram a ser vistas de maneira diversa.

Muitos estudos (Azevedo & Guerra, 1995; Saffioti, 1997; Cohen & Gobbetti, 2000; Faleiros, 2000) têm focado sua atenção sobre o abuso sexual sofrido por meninas, visto que é sobre crianças e adolescentes desse sexo que recai um número significativo de notificações. A quase ausência de denúncias e de estudos sobre meninos abusados sexualmente não significa, entretanto, que o fenômeno não exista e que não mereça atenção. Resulta dessa constatação a decisão de focar nesse estudo as situações de abuso sexual contra meninos. Acreditamos que com essa pesquisa ampliaremos a compreensão sobre um fenômeno que tem um impacto profundo sobre as famílias e pessoas abusadas; que envolve muitos mitos, desinformação, discriminação e preconceito; e que fala dos elementos da construção social de gênero que permeiam as dinâmicas familiares e sociais em geral.

Mediante revisão da literatura (veja quadro em anexo) constatou-se que na área dos estudos sobre violências sexuais contra crianças e adolescentes pouco se enfoca o abuso sexual contra meninos e, no intuito de entender essa ausência de estudos, levantamos algumas hipóteses: a sub-notificação desses casos, motivada certamente por concepções estereotipadas de gênero, acaba por gerar a idéia de que sua incidência seja baixa; ou talvez exista um falso entendimento de que situações de abuso em meninos não tenham tanto impacto quanto em meninas. Sejam quais forem as explicações para o número limitado de estudos, acreditamos estar diante de uma manifestação de violência sexual e doméstica que merece atenção.

A revisão de literatura buscará contextualizar e fundamentar teoricamente dimensões do tema central do presente estudo, ou seja, o abuso sexual contra crianças e adolescentes do sexo masculino. Nesse sentido, abordará os seguintes tópicos: aspectos da violência e da violência doméstica; violência sexual doméstica, violência sexual contra meninos; a questão de gênero, violência, e a construção masculinidade; fatores de risco e eventos adversos de vida em famílias com vivência de violência sexual doméstica e, finalmente, os impactos imediatos decorrentes da violência sexual doméstica sobre a família e sobre crianças e adolescentes vitimizados.

Alguns estudos (Finkelhor, 1984; Sebold, 1987; Hunter, 1991; Kristensen, 1996; Pinto Júnior, 2003 e Diamanduros, 2004) abordam a temática na vitimização sexual de crianças e

adolescentes do sexo masculino e apontam para determinados tabus e mitos que contribuem para o acobertamento e a não revelação da vitimização sexual. Permeando tais mitos e tabus os autores encontraram elementos da construção social de gênero.

Entendendo que a adoção de uma perspectiva de gênero é fundamental para a compreensão das manifestações de violência sexual, elaboramos o nosso problema de pesquisa. Dessa forma este estudo visa a:

- Compreender, a partir de uma ótica de gênero, dimensões do abuso sexual de crianças/adolescentes do sexo masculino com base na perspectiva da família e da pessoa abusada.

Com base nesse problema geral surgem as seguintes hipóteses:

- A construção social de gênero afeta a organização da sociedade e da família, pois determina a divisão social dos papéis e do trabalho entre homens e mulheres. Afeta, portanto, a dinâmica das relações familiares.
- A construção social de gênero e, particularmente no caso desse estudo a construção da masculinidade, afeta aspectos da vida do homem, ou seja, como lida com suas emoções, com seu corpo, sua sexualidade, seus relacionamentos afetivos e seu trabalho, gerando prejuízos e danos com os quais tem dificuldade de lidar, sendo a violência sexual, um deles (Philpot, C. & Brooks, G. R, 1995).
- Em situações de abuso sexual contra meninos, diversas condições podem dificultar sua revelação. Dentre elas, o medo da homossexualidade, as dificuldades em perceber indicadores de abuso de meninos e a negação do abuso, seja ele cometido por mulheres, por homens ou por outras crianças/adolescentes. Todas essas condições estão enraizadas em concepções estereotipadas de gênero. (Finkelhor, 1984; Sebold, 1987; Hunter, 1991; Pinto Júnior, 2003 e Diamanduros, 2004).
- As relações familiares são formadas dentro de uma dimensão sócio-histórica, onde a transgeracionalidade tem um papel fundamental na construção dos diferentes padrões de interação. Dessa maneira, alguns pesquisadores (Andolfi, 1981; Carter, B. & Mcgoldrick, M., 1995; Ribeiro, M. A. & Costa, L. F., 2004 e Faleiros, 2005) sustentam que relacionamentos violentos são perpassados por diversas gerações numa cadeia por vezes invisível, mas que contribuem para sua reprodução.

Partimos do pressuposto que as manifestações de violência sexual contra crianças e adolescentes causam danos à família e à pessoa abusada. Acreditamos, portanto, que é tarefa fundamental compreender os impactos causados pelo abuso sexual e identificar fatores de risco e eventos adversos que estão presentes na experiência de vida da família e das crianças/adolescentes abusados sexualmente (Finkelhor, 1984; Sebold, 1987; Hunter, 1991; Pinto Júnior, 2003 e Diamanduros, 2004).

Para efeito de compreensão, este trabalho foi dividido em duas partes. Na primeira, trataremos do referencial teórico e, dessa forma procuraremos abordar no primeiro capítulo a questão da violência em seus diversos aspectos, como a violência em geral, a violência doméstica, a violência sexual doméstica, e a violência sexual contra meninos; no segundo capítulo, relacionaremos a violência às categorias de análise fundamentais para este trabalho, ou seja, gênero e masculinidade; e no terceiro, focalizaremos a família contemplando os aspectos histórico-conceituais, a relação entre a dinâmica familiar e a violência, dando atenção especial à forma como vivencia e trata a violência sexual contra um de seus membros. De tal maneira, abordaremos também os fatores de risco e os eventos adversos de vida em famílias com vivência de violência sexual doméstica.

Na segunda parte, focalizaremos a pesquisa propriamente dita, qual seja, através de entrevistas com famílias cujos filhos foram vitimizados sexualmente, buscaremos compreender, a partir de uma ótica de gênero, dimensões desse abuso sexual com base na perspectiva da família e da pessoa abusada. Esperamos desse modo, compreender os impactos decorrentes da violência sexual doméstica sobre a família e sobre crianças e adolescentes vitimizadas.

E, particularmente ao abordarmos a questão do menino abusado sexualmente esperamos também poder contribuir contra a mitificação que encobre a própria questão de gênero quando tocamos sobre a situação da violência sexual. Daí decorre a importância desse estudo ao tentar descortinar o véu sobre esse silêncio perturbador que é o abuso sexual de meninos.

PARTE I REFERENCIAL TEÓRICO

CAPÍTULO 1 VIOLÊNCIA: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 A VIOLÊNCIA

Dostoiévski (1866, 2005), em sua obra monumental “Crime e Castigo”, acompanha de forma minuciosa as entranhas psicológicas de seu personagem Raskólnikov após o mesmo haver cometido um assassinato. A violência é aqui destacada como consequência de um quadro de miséria e da inquietude de uma mente perturbada. O personagem envereda pelos caminhos do crime e de forma magistral o autor constrói uma parábola de culpa e punição.

Podemos localizar formulações sobre a violência em diversos textos que vão da literatura à filosofia, da política à história. Nas produções científicas, o fenômeno da violência tem sido tema de vários estudos e reflexões e é objeto de preocupação de entidades governamentais e não governamentais, não só no Brasil como no mundo todo, por ser considerada um dos grandes males da sociedade contemporânea.

Oliveira & Café (2001) assinalam *“a violência como produção humana se realiza e se manifesta ao longo da história. Em cada época, sociedade e cultura determinadas, a violência se apresenta ora de forma mais visível, ora mais velada, em outras palavras: a violência só pode ser analisada em seu contexto sociocultural e político.”* (p. 38). Isso é importante, pois precisamos apontar de que violência estamos falando, de onde estamos falando e de que modo ela se manifesta.

A violência tem sido definida como um fenômeno gerado nos processos sociais, levando pessoas, grupos, instituições e sociedades a se agredirem mutuamente, a se dominarem pelo uso da força. Segundo estudiosos (Azevedo & Guerra, 1995, Faleiros, 2000), existe a violência estrutural que se fundamenta sócio-econômica e politicamente nas desigualdades dos grupos sociais, sendo esse o tipo mais freqüente de violência a que estão sujeitas crianças e adolescentes. E existe também a violência considerada interpessoal que aparece nas diversas relações cotidianas e que poderá passar despercebida em suas primeiras manifestações.

Machado (1998) já trazia algumas indagações sobre como identificar as diferentes modalidades de violência e como a imprensa noticia os diferentes tipos de violência, em uma pesquisa em que explana sobre gênero e violência. Esta autora destaca:

*“De um lado, a **violência institucionalizada**, (enquanto pressupõe algum tipo de ação grupal organizada em torno de valores e interesses) nas suas mais diferentes e contraditórias formas, que podem ser assim subdivididas: a **violência institucional** (na referência ao institucional, enquanto público e estatal), que se inscreve nos setores policiais e das forças armadas; a **violência institucional privada** que se inscreve nos*

setores de segurança privada; e a **criminalidade organizada** que se inscreve em grupos de extermínio, gangues, galeras e quadrilhas. De outro lado, a **violência individual marginal** que se inscreve em nome de, ou acoplada a “atividades marginais no sentido de ilegais” como roubo e assalto, e que se diferencia da criminalidade organizada, porque se faz individualmente. De outro lado ainda, a **violência interpessoal**, aquela que se realiza, se inscreve e atravessa o contexto de relações cotidianas, ordinárias, corriqueiras e legais” (p.. 03)

De outra maneira, Marcondes Filho (2001) constata o quanto a banalização da violência está inscrita em uma cultura da violência em que esta se apresenta como uma violência fundadora, ou seja, existe uma aceitação e uma tolerância de todos e, dentro desse contexto, ela própria se alimenta e se constrói. Dessa forma, podemos avaliar o quanto a violência poderá se manifestar e não ser percebida ou denominada enquanto tal, seja pelos agressores ou pelos que sofrem dessa mesma violência.

Almeida (2000) assinala:

“A violência é um fenômeno que resulta das interações que ocorrem no plano social e cultural e, nesse sentido, não pode ser concebida como uma manifestação isolada de um ou outro grupo social. Nesta perspectiva, os critérios e os valores que vão apontar o caráter violento de determinado ato relacionam-se à forma pela qual a sociedade negocia seus conflitos e suas diferenças”(p. 29).

A sociedade brasileira, principalmente levando-se em conta os aspectos sócio-político e econômico, encontra-se hoje exposta a mudanças conjunturais e estruturais que, alguns autores (Leal, 2001, Saffioti, 2004), elementos de acirramento das desigualdades sociais, de classes e de gênero. Inclusive são desencadeadores da desagregação familiar e trazem prejuízos para a qualidade das relações interpessoais, por serem elementos propiciadores de um quadro de violência.

Do ponto de vista histórico o nosso país carrega anos de opressão e violência que trazem, desde o colonialismo, a dizimação dos índios e a escravidão dos negros. A violência foi e é usada como estratégia para conquista, domínio e manutenção de poder.

Adorno (1988) aponta que vivemos em uma sociedade que cultiva o mito da cordialidade como forma ideológica de mascarar a prática histórica e cotidiana da violência em suas diversas formas. Basta folharmos os jornais e revistas ou nos atermos aos noticiários televisivos para nos certificarmos de que a violência é comumente utilizada como forma de solucionar conflitos sejam eles urbanos, rurais, familiares, institucionais, dentre outros.

Kuyumjian (1998) considera que o consenso é apenas um ideal e o conflito um elemento inerente às formações sociais. Nesse sentido, a violência tem a função social de manter um tipo de poder legitimado pela dominação, tanto na esfera política como na esfera doméstica, assim sendo, uma multiplicidade de fatores a engendram e a mantém ligada às relações sociais.

O Brasil tem se mostrado um país estruturalmente incapaz de suprir minimamente as necessidades básicas do conjunto da sua população. O perfil de distribuição de renda na América Latina, e também no Brasil, tem sido um indicador de um quadro de violência avassalador. A violência está cada vez mais presente na vida de milhões de cidadãos: assaltos, agressões, seqüestros, torturas, crimes organizados, tráfico de drogas, dentre outras manifestações, são sinais do agravamento da marginalização de amplos segmentos populacionais, tanto nas áreas rurais quanto nos centros urbanos. O quadro sócio-econômico brasileiro pune um imenso contingente populacional, mas, sem dúvida alguma, são as crianças e os adolescentes as maiores vítimas. Envolvidos precocemente em ocupações mal remuneradas, muitas vezes no trabalho informal e vítimas de discriminação, as crianças e os adolescentes são obrigados a conciliar trabalho e estudo, privando-se do direito fundamental à educação.

A violência, à qual está submetida a infância e a juventude no Brasil é tão alarmante que provocou a mobilização da Sociedade Civil, resultando na aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069 de 13/07/1990 (ECA, 1997). A aprovação do Estatuto significou, sem dúvida, um avanço. Teoricamente falando, a criança e o adolescente brasileiros dispõem hoje de um dos mecanismos de proteção mais avançados do mundo. Mas sua aplicação esbarra constantemente nas adversidades impostas pela realidade da sociedade brasileira e suas contradições.

Com efeito, está claro que as condições de vida de crianças e adolescentes estão profundamente marcadas pela situação social de suas famílias. Isso tem forçado o Estado a incorporar, de algum modo, na legislação e nas políticas públicas, algumas propostas que apontam a família como unidade central de intervenção no combate à miséria, à pobreza e à violência no país. Recentemente, com a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS que concretiza o dispositivo da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS vêm de encontro a essas expectativas, ao focalizar a família como foco de intervenção. (PNAS, 2005)

A violência, em geral, está comumente associada à pobreza, um fenômeno complexo que engloba várias dimensões. A definição de pobreza tem sido objeto de debate por vários autores e compreende muitos aspectos, tais como renda baixa, fome e saúde precária. Para o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF a pobreza está definida como privação de recursos materiais, espirituais e emocionais necessários a sobrevivência, ao desenvolvimento e a prosperidade, o que impede o desfrute dos direitos de crianças e adolescentes em realizar seu potencial pleno ou participar completa e igualmente da sociedade. (UNICEF, 2005, p. 18).

A UNICEF, em seu Relatório sobre a Situação Mundial da Infância de 2005, considera a infância muito mais do que simplesmente o tempo entre o nascimento e o início da vida adulta, pois está relacionada ao estado e à condição da qualidade de vida dessa criança. E, se avaliarmos a questão da pobreza e da violência que afeta milhões de crianças e adolescentes em

todo o mundo, veremos o quanto essa infância está ameaçada. Como nos diz o Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan: “*Os países somente chegarão mais perto de suas metas de paz e desenvolvimento se chegarem mais perto da realização dos direitos de todas as crianças*” (UNICEF, 2005, p. VI)

Se pensarmos em termos de Brasil essa realidade não é diferente, pelo contrário, segundo ainda a UNICEF, em seu Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileira de 2003, constata-se o quão perverso é o círculo vicioso em que as diversidades não valorizadas geram iniquidades. Por consequência, essas crianças e adolescentes irão se ver privadas das riquezas dessa mesma diversidade.

Ainda nesse mesmo relatório é apontado que a violência, os estereótipos, a intolerância, o preconceito, a discriminação e o racismo poderão atingir a qualquer criança ou adolescente, visto que a própria situação da infância e da adolescência é de vulnerabilidade e transcende a questão da renda ou das condições sócio-econômicas. Isso nos leva a refletir sobre os aspectos multifacetados que envolvem o fenômeno, pois não poderemos ter uma visão reducionista dessa questão, visto que, para entendê-la, faz-se necessário o conhecimento do contexto sócio-econômico, político e cultural, onde ela se manifesta. Nessa mesma direção, Leal (2001) observa que a violência apresenta diferentes significados e significantes nas relações em uma sociedade globalizada e fragmentada. Assim, revela-se em espaços sócio institucionais, do mercado e do imaginário social, da esfera socioeconômica, nas relações interpessoais, sociais, e de dissolução das relações humanas.

Então, apesar de ser alimentado por um emaranhado de situações e condições, o fenômeno da violência é complexo e não pode ser reduzido a questões como a pobreza ou a toda uma diversidade de nossa sociedade. Ademais, ela é transcendente por sua própria natureza. Chauí (1999) em seus estudos incansáveis sobre esse fenômeno nos esclarece:

“Violência significa tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como direito (...). Violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e pelo temor. A violência opõe-se a ética, porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, com se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos e inertes ou passivos.” (Chauí, 1999).

Nesse momento não podemos deixar de pensar na violência doméstica, tema desse estudo e cujo lócus é a própria casa, e que seria, como nos diz Faleiros (1998): “... *Em realidade ela é resultado de relações de poder, de “podres poderes”, empregando uma expressão de Caetano*

Veloso”(p.08); ou como acrescenta Azevedo & Guerra (1989), ela decorre da interação de vários grupos de fatores: sócio-econômicos, culturais e psicológicos das pessoas envolvidas, estando relacionada à violência estrutural, mas tendo um caráter interpessoal, e intersubjetiva; que permeia todas as classes sociais; instala-se na família, pertencendo à esfera do privado, sendo revestida de características de segredos e não ditos.

Apesar de a violência doméstica ter sido um assunto recorrente nas últimas décadas, quando tratamos de questões relacionadas à infância e juventude, é fundamental discorrer um pouco mais sobre esse tema principalmente quando abordamos a questão da violência sexual. Pelo seu caráter eminentemente intrafamiliar e cujo teor está intrinsecamente relacionado ao nosso estudo será mais minuciosamente tratada a seguir.

1.2 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência contra crianças e adolescentes não é privilégio deste século e muito menos uma característica inerente a países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Como nos diz Áriès (1981), a violência contra crianças e adolescentes é identificada a muito na história da humanidade. Literaturas que retratam a vida no império greco-romano descrevem massacres de populações infantis e discorre sobre as mortes impostas às crianças nascidas com uma deficiência qualquer. As crianças portadoras de deficiência física ou mental eram consideradas subumanas, o que legitimava sua eliminação ou abandono. Ainda hoje existe essa crença em algumas comunidades indígenas brasileiras.

Foi somente a partir do século XVII que a criança e o adolescente passaram a ser diferenciados dos adultos e a ter importância social. Com o desenvolvimento da ciência e principalmente das ciências humanas, particularmente da Psicologia, descobriu-se que as fases da infância e da adolescência são importantes para a formação da personalidade. E hoje são consideradas fases fundamentais no desenvolvimento humano que devem ser tratadas com consideração e direitos, direitos que devem ser preservados a todo ser humano, principalmente aos que estão nesse período peculiar de desenvolvimento. (Áriès, 1981).

Badinter (1995) aponta que durante a segunda metade do século XVIII era costume os pais entregarem seus filhos, com poucas horas de nascimento a uma ama-de-leite que seria responsável pela sua educação. A mortalidade era grande e começou a aumentar de tal forma que houve uma mudança no sentido de responsabilizar a mãe pela criação e (boa) educação dos filhos. O discurso político, econômico e filosófico se voltou para o fortalecimento do sentimento materno.

A compreensão da violência contra crianças e adolescentes, como um fenômeno capaz de comprometer seu desenvolvimento potencial, data da segunda metade do século XIX. A

aceitação do maltrato à infância como objeto de investigação surge com a descrição da Síndrome da Criança Espancada, publicada em 1961, por Kempe e Silverman (Azevedo & Guerra, 1989). Essa síndrome é assim designada quando crianças muito pequenas aparecem no consultório médico com ferimentos inusitados que não são consistentemente explicados pelos seus pais.

Ribeiro & Borges (2004) colocam que:

“A partir da metade do século XX as considerações sobre a violência contra mulheres, crianças e adolescentes sofreram substanciais modificações em função das transformações que ocorreram nas relações da família com a sociedade em termos econômicos, sociais, culturais, políticas e de papéis, na luta das mulheres pelo reconhecimento de seus direitos quanto às questões sexuais, nas relações de trabalho e na luta contra a violência. Essas transformações contribuíram para o redimensionamento dos conceitos de abuso, exploração e maus-tratos dentro da família. O discurso médico/social/legal contribuiu para a quebra do silêncio como estratégia fundamental para desmobilizar as práticas de violência cometidas contra crianças e adolescentes, ao fazer uma releitura do conceito de maus-tratos (a proteção e a criminalização)” (p. 46).

A história social da criança no Brasil confunde-se com a evolução econômica, política e social do país e com a história do atendimento a essa criança – remontando aos tempos da colônia, quando as entidades religiosas, particularmente as católicas, desenvolviam a caridade para com aqueles filhos de mães solteiras, deixados na "roda dos expostos". A evolução do conceito dessa criança foi se dando a medida em que o desenvolvimento social também evoluía. Dessa maneira, a mudança no *status* da criança, e da infância em geral, passou de criança carente, deficiente e inferior, para uma outra perspectiva, que é a de cidadãos concretos, numa sociedade e numa classe social também concreta.

Del Priore (2004) ao falar da história da criança no Brasil ressalta alguns aspectos significativos. Em primeiro lugar, salienta que não se pode tomar como referência a história da criança europeia cujo percurso difere da nossa. Isso se deve ao fato das condições do colonialismo, do escravagismo e de como foi construída a história no Brasil, as quais trouxeram diversos diferenciais. A autora dá como exemplo o próprio trabalho infantil cujo trajeto advém desde os 4% da população infantil tida como escrava, os pequenos trabalhadores da indústria têxtil no início do século passado, os explorados na lavoura do Sul e do Nordeste atual e as milhares de meninas que ainda estão no trabalho doméstico, e cuja visibilidade está longe de ser percebida. Em segundo lugar, a autora aponta que algumas condições específicas no Brasil, tais como os lares monoparentais, a mestiçagem, o processo migratório intenso e a pobreza, são

indicativos dessas diferenças entre os continentes e que não se alteraram substancialmente ao longo da história do nosso país.

De acordo com um levantamento realizado por Gomes Sousa (2000), em sua tese de doutoramento sobre a prostituição infantil e juvenil, alguns aspectos são salientados sobre o percurso histórico dos estudos sobre a infância e juventude no Brasil. Essa autora ressalta que, de uma forma geral, na década de 80, a questão da infância e da adolescência foi foco de atenção de diversos pesquisadores. A maioria dos enfoques dos estudos recaiu sobre a população de meninos e meninas de rua, evidenciando o espaço da rua e das instituições como únicos locais de socialização e de relações afetivas. Ademais os estudos envolvendo a questão do abuso e da exploração sexual constroem leituras enfocando a tríade: meninas de rua x prostitutas x pobreza, envolvendo, dessa forma, somente uma parcela da população.

Com o advento do poder centralizador o Estado passou a ter uma acentuada intervenção na vida familiar, fato que vinculou as crianças ao Estado que, junto com a sociedade civil, começou a exigir dos pais e da sociedade, deveres e obrigações. Logo, as crianças passaram a ser vistas como pessoas de direitos, e, para garantia desses mesmos direitos, criou-se mecanismos normatizadores. Tais mecanismos estão contidos em leis internacionais e nacionais de defesa dos direitos humanos. No artigo 227 da Constituição Federal de 1988, temos:

“É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de todas as formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Constituição Federal, 1988, p. 148).

Em 1990, com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, mais um mecanismo foi criado para preservação da nossa infância e juventude. Em seu artigo 5º o Estatuto nos diz:

“Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (ECA, 1997, p.04).

A era contemporânea marca uma mudança na forma de olhar para a infância e juventude. Como nos diz Sousa (2000), a questão da infância pobre brasileira ganhou notoriedade social e acadêmica a partir dessa década. Sobre a questão da violência, alguns autores ressaltam que houve transformações, que contribuíram para o redimensionamento dos conceitos envolvidos dentre os quais, o de abuso, exploração e maus tratos na família.

A luta pela preservação da infância e juventude trouxe, de certa forma, uma maior visibilidade para o fenômeno da violência e, conseqüentemente, inúmeras questões para estudiosos e profissionais envolvidos com essa temática. Contudo, alguns aspectos conceituais sobre a violência doméstica ainda trazem algumas inquietações como descreveremos a seguir.

1.2.1 O desafio da conceituação da violência doméstica

O fenômeno da violência doméstica contra crianças e adolescentes, vem sendo objeto de muita polêmica, discussão e reflexão. A própria definição de violência é caracterizada pelo uso indiscriminado de termos que, muitas vezes, mascaram, deturpam ou mesmo negligenciam a amplitude do problema. Na literatura corrente, diversos são os conceitos utilizados para definir esse fenômeno: maus tratos, abuso, violência doméstica, violência intrafamiliar, dentre outros. Essa forma de violência é um fenômeno complexo, de muitas faces, que determina inúmeros desafios e dificuldades para pesquisadores e estudiosos. Em função de ser um processo que se manifesta de maneira sigilosa, configurando um segredo familiar, está envolvida por dispositivos que ao mesmo tempo a revelam e a ocultam.

Eva Faleiros (2000) vem contribuir para a conceituação da violência ao trabalhar com algumas denominações e com o objetivo de repensar os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes. Para autora, o uso indiscriminado de alguns termos leva a confusão de entendimento, o que pode gerar também procedimentos muitas vezes equivocados. Assim, com base nessas reflexões, apresenta a seguinte proposta conceitual:

“VIOLÊNCIA é a categoria explicativa da vitimização sexual; refere-se ao processo, ou seja, à natureza da relação (de poder) estabelecida quando do abuso sexual”;

“ABUSO SEXUAL é a situação de uso excessivo, de ultrapassagem de limites dos direitos humanos, legais, de poder, de papéis, de regras sociais e familiares e de tabus, do nível de desenvolvimento da vítima, do que esta sabe, compreende, pode consentir e fazer”;

“MAUS TRATOS é a descrição empírica do abuso sexual; refere-se a danos, ao que é feito/praticado/infringido e sofrido pelo vitimizado, ou seja, refere-se aos atos e conseqüências do abuso” (Faleiros, 2000, p. 20).

A autora conclui que tais denominações não são sinônimas e são epistemologicamente distintas. E acrescenta, que todas as formas de violência sexual contra crianças e adolescentes são abusivas e violentas.

Em recente colóquio em Brasília – I Seminário do Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, Eva Faleiros (2006) retoma a questão conceitual, trazendo uma importante contribuição. A autora acredita que existem dois marcos

paradigmáticos por trás desses conceitos. Um deles se refere ao paradigma da proteção integral à criança e ao adolescente, que tem caráter sócio-político e está contido na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e em diversas normatizações internacionais. O segundo paradigma tem por base a questão jurídica assim fundamentada no código penal brasileiro que considera os crimes sexuais como crimes contra os costumes e não contra a pessoa. Dessa forma, a violência sexual não é considerada uma violação de direitos humanos individuais e sim transgressões aos costumes sexuais coletivos. Ressalta-se que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que investiga as redes de exploração sexual e de violência sexual contra crianças e adolescentes, em seu relatório final apresenta sugestões para alterações do Código Penal Brasileiro quanto à reconceituação jurídica dos crimes sexuais.

Saffioti (1997) tenta também ampliar o conceito de violência usando o termo violência de gênero que abrange vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. Essa designação é utilizada para explicitar a natureza das relações entre os sexos, no contexto das relações de poder no seio da família, e para demarcar a construção social e histórica das relações violentas. O termo *violência de gênero* permite incluir aqui um universo maior de possíveis agressores, inclusive a mulher, não obstante os homens estarem no topo das estatísticas como agressores.

Cabe também destacar que a violência sexual envolve um espectro amplo que é muito importante considerar. Vaz (2003) assinala que é preciso fazer as distinções entre as duas categorias de violência sexual – abuso sexual e exploração sexual, pois ambas envolvem causas, abordagens e tipos de atendimentos diferenciados. Essa autora também considera que o uso equivocado dos termos e conceitos prejudica a qualidade da informação assim como o planejamento de programas de intervenção. Dessa forma explicita os seguintes conceitos:

“Abuso sexual – situação em que o adulto submete a criança ou o adolescente, com ou sem consentimento, a atos ou jogos sexuais com a finalidade de estimular-se ou satisfazer-se, impondo-se pela força, pela ameaça ou pela sedução, com palavras ou com a oferta de presentes.”

“Exploração Sexual – ato ou jogo sexual em que a criança ou o adolescente é utilizado para fins comerciais por meio de relação sexual, indução à participação em shows eróticos, fotografias, filmes pornográficos e prostituição” (Vaz, p.27).

Um aspecto importante a ser ressaltado refere-se às denominações: violência intrafamiliar e violência doméstica, que comumente são utilizadas como sinônimos. Muitos autores (Shrader & Sagot, 1998; Saffioti, 1997; Faleiros, 2000) discutem e discordam de uma ou outra denominação. Acreditam que a violência intrafamiliar se refere ao âmbito relacional em que se constrói a violência, e vai além do espaço físico em que ela acontece. Já a violência doméstica estaria restrita a uma referência do espaço físico onde ocorre o ato violento. Entretanto, acreditamos que o termo doméstico vai além do espaço físico, entendendo que ele

envolve tanto a questão contextual (onde ocorre o abuso) quanto pessoas no âmbito familiar de uma forma mais ampla. Dessa maneira, optamos neste trabalho pela segunda denominação.

Azevedo & Guerra (1998) fazem algumas considerações pertinentes quanto a conceituação da violência. Ressaltam que os termos castigo e disciplina, muito utilizados na pedagogia infantil, mascaram a verdade dos fatos, pois não incluem as agressões sexuais e nem questionam a gravidade das formas usadas de castigo e disciplina que podem resultar em agressões físicas graves. Consideram o termo agressão também inadequado, pois se refere a um conceito psicológico não específico do ser humano. Com relação ao termo maus-tratos, este sugere uma definição suplementar do que é “bom trato” e “mau trato”. Então ressaltam que o termo abuso, quando relacionado ao termo vitimização (abuso-vitimização), mostra-se mais adequado, pois indica os dois pólos de uma relação interpessoal de poder, ou seja, o pólo adulto, mais forte (abusador), e o pólo infantil, mais fraco (vitimizado).

Essas autoras definem a violência doméstica contra crianças e adolescentes como uma violência interpessoal e subjetiva que pode se prolongar por meses ou até anos. Essa forma de violência institui um abuso do poder disciplinar e coercitivo dos pais ou responsáveis; um processo que reduz a vítima à condição de objeto de maus tratos. É uma forma de violação dos direitos essenciais da criança e do adolescente enquanto pessoa e, portanto, uma negação de valores humanos fundamentais como a vida, a liberdade e a segurança. Ademais, a violência tem na família sua ecologia privilegiada, pois, como esta pertence à esfera do privado, a violência doméstica acaba se revestindo da tradicional característica do sigilo.

Privilegiaremos neste trabalho essa definição de Azevedo & Guerra (USP/LACRI, 1997), por considerarmos que as autoras explicitam de forma mais clara as diversas dimensões e, por conseguinte, a própria complexidade do fenômeno da violência contra crianças e adolescentes. Dessa maneira, entendemos a violência doméstica como:

“Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que — sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima — implica de um lado numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento” (Azevedo & Guerra, 1998, p. 177).

Dentre as modalidades da violência doméstica Azevedo & Guerra (1998) indicam a existência dos seguintes tipos:

1. Violência física: *“Toda ação que causa dor física numa criança; desde um simples tapa até o espancamento fatal representam um só continuum de violência”*
2. Violência psicológica: *“Também designada como tortura psicológica, ocorre quando pais ou responsáveis constantemente depreciam a criança, bloqueiam seus esforços de auto-aceitação, causando-lhe grande sofrimento mental”*.

3. Negligência: “Configura-se quando os pais ou responsáveis falham em termos de prover as necessidades físicas, de saúde, educacionais, higiênicas de seus filhos e/ou de supervisionar suas atividades, de modo a prevenir riscos e quando tal falha não é o resultado das condições de vida além do seu controle”.
4. Violência fatal: “Atos e/ou omissões praticados por pais, parentes ou responsáveis em relação a crianças e/ou adolescentes que — sendo capazes de causar-lhes dano físico, sexual e/ou psicológico — podem ser considerados condicionantes (únicos ou não) de sua morte”.
5. Violência Sexual: “todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa.” (Azevedo & Guerra, 1998, p. 177).

Dentro desta definição é importante salientar alguns aspectos levantados pelas autoras. Em primeiro lugar, que se trata de um abuso-vitimização sexual doméstica, ou seja, estão presentes a dualidade de uma relação interpessoal de poder – o abusador/adulto/ mais forte e a vítima/criança/ mais fraca. E, em segundo lugar, por ser doméstica, e envolver relações de parentesco, classificá-la como incestuosa que, por sua vez é definida como:

“Toda atividade de caráter sexual, implicando uma criança de 0 a 18 anos e um adulto que tenha para com ela seja uma relação de consangüinidade seja de afinidade ou de mera responsabilidade” (Azevedo & Guerra, 1998, p. 177).

Ressalta-se ainda que se trate de uma relação de natureza erótica, que busca o prazer sensual daquele que a procura, ou seja, o adulto, apesar da criança e/ou adolescente poder vir a sentir prazer em alguns momentos. A violência sexual envolve uma ampla gama de atividades com e sem contato físico. Dentre as atividades sem contato destacam-se o *voyeurismo* e as cantadas obscenas. As atividades com contatos físicos implicam desde beijos, carícias, até cópulas oral, anal e vaginal. Ambas as formas podem ocorrer com ou sem emprego de força física. As relações podem ser com pessoas do mesmo sexo e/ou com diversos graus de parentesco: pai e filha, irmão e irmã etc. Isso quer dizer que o agressor poderá ser um adolescente.

Ferreira (2000) aponta que são muitas as terminologias utilizadas para conceituar as diferentes modalidades de crimes sexuais. Contudo, todas apresentam dificuldades em atender adequadamente os aspectos médico, jurídico, psicológico e ético que esses crimes envolvem. Estamos, portanto, diante de um fenômeno muito complexo que gera dificuldades conceituais, que interferem em sua identificação e com certeza em sua intervenção. Daí a relevância de estudos sobre essa questão para unificar a nossa linguagem e o nosso saber e podermos estar bem mais preparados para lidar com esse fenômeno.

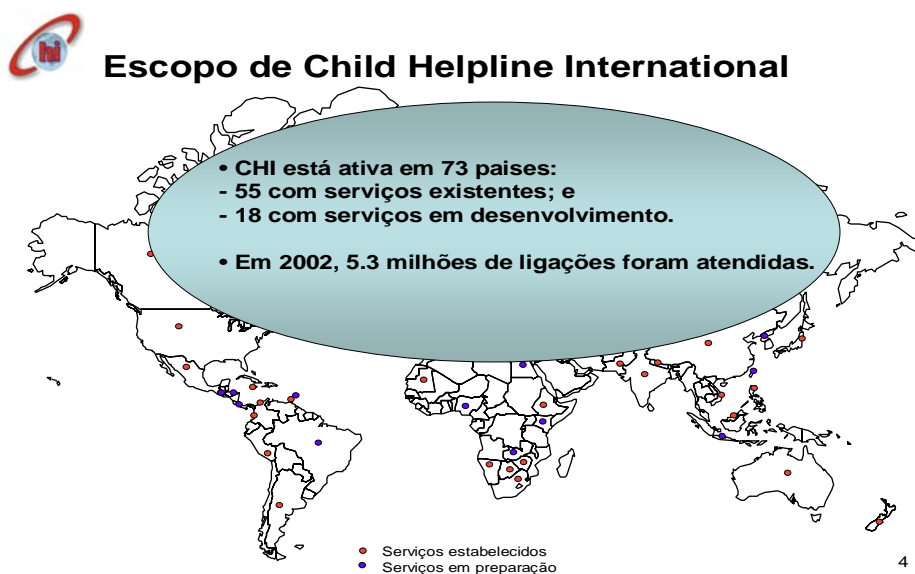
Antes de discorrer sobre a violência sexual doméstica, que é o nosso foco e interesse, estaremos no próximo item trazendo alguns dados internacionais e nacionais que envolvem a violência doméstica e suas modalidades. Consideramos que esse panorama poderá esclarecer melhor o leitor sobre a complexidade dessa questão.

1.2.2 Incidência e Prevalência da Violência Doméstica

O fenômeno da violência doméstica tem um significado importante para a intervenção e elaboração de Políticas Públicas. Entretanto, sua incidência está longe de ser rigorosamente conhecida. Como salientam Azevedo & Guerra (1987), existe uma **cifra negra** considerável, que envolve os casos não notificados aos órgãos competentes, apesar do aumento de visibilidade do fenômeno nas últimas décadas. Por outro lado, como assinala Pinto Júnior (2003) a maioria dos estudos estatísticos na área representa extrapolações de pesquisas clínicas ou de pesquisas muito localizadas, havendo poucos estudos com a população em geral.

A literatura especializada considera como incidência os dados obtidos a partir das denúncias realizadas, num determinado período de tempo, nos diversos órgãos de Proteção à Criança e ao Adolescente, como os diversos organismos nacionais e internacionais. Quanto à prevalência do fenômeno, são analisados os números de casos que a população adulta reconhece haver sofrido na infância e/ou adolescência. Neste último caso, os dados obtidos em pesquisas brasileiras são consideravelmente escassos.

Não podemos deixar de destacar nesse momento o serviço do *Child Helpline International*, iniciado em 1979, na Holanda, e hoje comporta uma rede em diversos países conforme o gráfico abaixo especificado. (Dados fornecidos pela Secretaria Especial de Direitos Humanos/PR, julho/2006)



Dentro das metas estabelecidas pelo *Child Helpline International* estão os seguintes itens:

- Facilitar o compartilhamento de experiências e *know how* entre os serviços nos países diferentes;
- Contribuir para o estabelecimento de serviços em países onde os mesmos não existem;
- Desenvolver e monitorar normas básicas de qualidade dos serviços internacionalmente;
- Defender, junto a agências internacionais, governos e comunidades supranacionais, assuntos que as crianças e jovens enfrentam;
- Aumentar o envolvimento do setor público e do setor de telecomunicações nesses serviços através de articulação com a Comissão da ONU nos Direitos da Criança e com a União Internacional de Telecomunicações (ITU).

De acordo com informações obtidas no III Relatório do *National Child Abuse and Neglect Data System (National Clearing on Child Abuse and Neglect Information, 1996)*, a fonte mais detalhada de informação sobre a incidência atual do abuso e da negligência da criança nos Estados Unidos, tem havido um aumento significativo da incidência de abuso e negligência contra crianças e adolescentes nos últimos anos, principalmente em relação ao II Relatório realizado em 1988. No Relatório III houve uma incidência três vezes maior de violência sexual contra as meninas do que contra os meninos. Por outro lado, os meninos sofrem maior risco de violência psicológica e física do que as meninas.

Ademais, segundo dados do *National Child Abuse and Neglect Data System (National Clearing on Child Abuse and Neglect Information, 2004)*, nos Estados Unidos, somente no ano de 2002, 896 mil crianças foram consideradas vítimas de abuso ou negligência. Quanto às famílias, esse Relatório tem informado que as crianças advindas de famílias monoparentais tiveram um risco 77% maior de vir a sofrer violência doméstica em qualquer uma das modalidades estudadas. No capítulo sobre famílias que sofrem violência sexual abordaremos mais detidamente a questão das famílias monoparentais.

Segundo dados fornecidos em 2003 pelo *National Center for Children Exposed to Violence – NCCEV*, é muito alto o índice de crianças e adolescentes que sofrem ou são expostos à violência nos Estados Unidos. No caso da violência sexual, os estudos americanos apontam que de 30 a 60% dessa forma de violência ocorre dentro da própria família. Aproximadamente 4 milhões de adolescentes foram vítimas de uma agressão física, e 9 milhões testemunharam uma violência grave de diversas modalidades durante suas vidas. A cada ano, 3 a 10 milhões de crianças testemunham quadros de violência doméstica, o que significa que as sofreram direta ou indiretamente.

Informações obtidas por Pinto Júnior (2003), na França, aproximadamente 40.000 crianças, por ano, são apontadas como vítimas de violência doméstica. Por outro lado, essa violência ocasiona 600 mortes por ano e um número significativo de incapacidade física e, mais ainda, de distúrbios do desenvolvimento afetivo. E, confirmando os dados obtidos nos Estados Unidos, os meninos são vítimas mais freqüentes que as meninas de violência física, assim como as meninas (3 a 4 meninas para 01 menino) são abusadas sexualmente.

Os dados de 2002 do *National Society for the Prevention of Cruelty to Children*, referentes ao Reino Unido, estimam que, de sua população, 40% sofrem de alguma modalidade de violência doméstica, sendo que 22% teriam um risco de sofrer também de abuso sexual. O *Childline* do Reino Unido estima que 15.000 crianças poderão notificar abuso físico e sexual. (disponível em www.nspcc.org.uk)

Ao analisar a situação da violência juvenil na América Latina, Abramovay, Castro, Pinheiro & Martinelli, (2002) trazem algumas considerações pertinentes às nossas reflexões, a saber: em primeiro lugar, ressaltam que a percepção da falta de segurança está cada vez mais generalizada entre as populações latino-americanas. Em seguida, que a natureza da violência sofreu uma mudança significativa na América Latina e Caribe, pois a partir da década de 90 a visibilidade dessa violência recai sobre os conflitos interpessoais que atingem particularmente a juventude. A violência entre adolescentes é um grave problema enfrentado por quase todos os países latino-americanos. As autoras ressaltam ainda que adolescentes vítimas de violência na infância apresentam maior possibilidade de se tornarem agentes de violência no futuro. Ademais, a incidência de violência doméstica é muito alta, cerca de mais de 70% das ocorrências policiais em diversos países são de queixas relacionadas à violência doméstica, cujas vítimas são de mulheres e crianças. Por isso é necessário alertar para importância fundamental de políticas públicas voltadas para essa parcela da população. Desse modo, o tema da violência passou a ser preponderante na agenda política das autoridades nacionais e locais e dos organismos internacionais em toda a América Latina.

Não podemos deixar de registrar que, nesse sentido, o Laboratório de Estudos da Criança da Universidade de São Paulo tem tentado avançar ao realizar anualmente estudos estatísticos, a partir de formulários padrões, estabelecendo pesquisas com informações obtidas pelos alunos do Telecurso do Laboratório de Estudos da Criança – TELELACRI em todas as regiões do país. Tais estudos têm a pretensão de oferecer dados acumulativos para formar um panorama da realidade da violência doméstica no Brasil.

Para Azevedo & Guerra (2005) o Brasil integra o continente de países que não mantém estatísticas oficiais sobre os casos notificados de violência doméstica. Isso gera restrições de

ordem metodológica, pois, como ressaltam as autoras, os números registrados pelos alunos ao longo dos últimos nove anos (1996/2005) são a “ponta do iceberg” (terminologia utilizada pelas autoras para designar a camuflagem do que é o fenômeno) do que a realidade poderia mostrar sobre a violência doméstica no Brasil.

Segue abaixo um quadro com dados obtidos pelo LACRI/USP – Laboratório de Estudos da Criança (2004) em termos das estatísticas nacionais, nas quais estão colocadas as cinco modalidades de violência doméstica apontadas anteriormente.

Tabela 1 – Quadro Síntese de Violência Doméstica Notificada

Ano	Modalidade de VDCA - Incidência Pesquisada											
	Violência Física		Violência Sexual		Violência Psicológica		Negligência		Violência Fatal		Total de casos notificados	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
1.996	525	44,0%	95	8,0%	0	0,0%	572	48,0%	0	0,0%	1.192	100,0%
1.997	1.240	60,1%	315	15,3%	53	2,6%	456	22,1%	0	0,0%	2.064	100,0%
1.998	2.804	22,2%	578	4,6%	2.105	16,7%	7.148	56,6%	0	0,0%	12.635	100,0%
1.999	2.620	39,3%	649	9,7%	893	13,4%	2.512	37,6%	0	0,0%	6.674	100,0%
2.000	4.330	38,9%	978	8,8%	1.493	13,4%	4.205	37,7%	135	1,2%	11.141	100,0%
2.001	6.675	32,9%	1.723	8,5%	3.893	19,2%	7.713	38,1%	257	1,3%	20.261	100,0%
2.002	5.721	35,8%	1.728	10,8%	2.685	16,8%	5.798	36,3%	42	0,3%	15.974	100,0%
2.003	6.497	31,3%	2.599	12,5%	2.952	14,2%	8.687	41,9%	22	0,1%	20.757	100,0%
2.004	6.066	31,0%	2.573	13,2%	3.097	15,8%	7.799	39,9%	17	0,1%	19.552	100,0%
2.005	5.109	26,5%	2.731	14,2%	3.633	18,9%	7.740	40,2%	32	0,2%	19.245	100,0%
Total	41.587	32,1%	13.969	10,8%	20.804	16,1%	52.630	40,6%	505	0,4%	129.495	100,0%

Fonte: www.usp.br/ip/laboratorios/lacri -Link Estatísticas Brasileiras - A Ponta do Iceberg

Mediante esse quadro podemos perceber que houve um aumento considerável de notificações nos últimos sete anos em todas as modalidades de violência, o que confirma os esforços da sociedade política e civil no enfrentamento dessa questão. Dentre as modalidades, de violência doméstica a que apresenta maior visibilidade é a negligência com 40,6% ,seguida da violência física com 32,1%. Isso se deve ao fato de serem violências evidentes, logo, difíceis de serem escondidas, seja pelos próprios familiares, seja pela vizinhança, pela comunidade ou

pelos profissionais. Por outro lado, a violência psicológica e a violência fatal são as que apresentam uma incidência menor, com 16,1% e 0,4% respectivamente. Em primeiro lugar, é importante avaliar que a violência psicológica é de difícil detecção e sua comprovação tem um elemento complicador nos meios forenses. A maioria das vezes é “a palavra da vítima contra a palavra do agressor”. Quanto à violência fatal existe uma confusão em nível conceitual sobre a *causa mortis* dos diversos óbitos no Brasil. E, particularmente a discussão sobre essa modalidade de violência ainda é muito recente neste país.

Um estudo realizado em Brasília/DF por Rodrigues (2000) para avaliar a incidência de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, analisou 586 fichas de atendimento, cujos casos foram denunciados ao SOS Criança de Brasília nos períodos de 1997/1998. Essa pesquisa mostrou que a negligência representou 28,61%, a violência física 23,23%, a violência sexual 5,725 e a violência psicológica 4,38%. Isso vem confirmar a invisibilidade da violência psicológica e sexual.

Ainda no que se refere à incidência da violência doméstica podemos também ilustrar a partir de alguns dados da Delegacia Especial de Proteção às Crianças e Adolescentes – DPCA do Distrito Federal. Segundo essa delegacia, no ano de 2005, houve registro de um total de 514 ocorrências. Além disso, houve também um total de 784 denúncias dirigidas à DPCA por diversos órgãos governamentais, não governamentais, através do próprio público, do disque denúncia da DPCA (telefone 061-3361-1049), Disque Denúncia da Polícia Civil (197), da Vara da Infância e da Juventude, do SOS Criança e dos Conselhos Tutelares. Estas denúncias estão sendo apuradas pelas diversas seções das Delegacias do Distrito Federal. Dessa maneira, temos os seguintes quadros:

Tabela 2 – Quadro de Registro de Ocorrência

Natureza	Total	Percentual
Maus Tratos	163	32%
Outros	94	18%
AVP*	80	16%
Em apuração	61	12%
Desaparecimento	43	8%
Estupro	36	7%
Perturbação da Tranqüilidade	21	4%
Lesões Corporais	16	3%
Total	514	100%

Fonte: PCDF/DPCA – Dados Estatísticos Referentes ao ano de 2005

(*) AVP – Atentado Violento ao Pudor

Tabela 3 – Quadro de Local de Ocorrência

Local	Nº de registros	Percentual
Residência	333	65%
Via Pública	104	20%
Escola	38	7%
Comércio	10	2%
Órgão Público	02	0%
Outros	27	5%
Total	514	100%

Fonte: PCDF/DPCA – Dados Estatísticos Referentes ao ano de 2005

Tabela 4 – Quadro de Autoria do Fato

Autor	Total	Percentual
Pai	101	20%
Mãe	72	14%
Vizinho	50	10%
Desconhecido	39	8%
Padrasto	32	6%
Conhecido da Vítima	25	5%
Namorado	22	4%
Professor	17	3%
Não Informado	72	14%
Outros	84	16%
Total	514	100%

Fonte: PCDF/DPCA – Dados Estatísticos Referentes ao ano de 2005

Tabela 5 – Quadro de Vítimas por Faixa Etária

Vítima	00 a 05	06 a 10	11 a 15	16 a 17	Acima de 17	Total
Masculino	48	60	63	11	21	203
Feminino	58	65	133	46	09	311
Total	106	125	196	57	30	514

Fonte: PCDF/DPCA – Dados Estatísticos Referentes ao ano de 2005

Em função desses dados, podemos afirmar que a violência doméstica contra crianças e adolescentes não pode ser uma questão subestimada. Além de ser um problema social, é também um problema de saúde pública. Para tanto, necessita de ações comprometidas, tanto na esfera política quanto na esfera social, gerando ações de várias áreas profissionais.

Compreendendo que a violência doméstica configura-se como um problema multifacetado em que estão envolvidos aspectos sociais, étnicos, econômicos, culturais e que tem se tornado um problema de saúde pública e acreditando que, particularmente, a violência sexual doméstica configura-se como um fenômeno multidimensional de violação de direitos contra a pessoa humana, focalizaremos mais detidamente essa questão a seguir, ampliando essa discussão que, nas últimas décadas, tornou-se um assunto prioritário dentro das políticas públicas mundiais e, particularmente, a brasileira. Como foi referendado anteriormente, o foco de nosso estudo é a violência sexual doméstica contra crianças e adolescentes. Portanto, a

seguir, discorreremos um pouco mais sobre essa forma de violência, acreditando que tais reflexões poderão contribuir para a compreensão desse fenômeno.

1.3 A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL DOMÉSTICA

A sociedade convive diariamente com as diversas formas de violência, principalmente a doméstica. Entretanto, a violência sexual ainda é um assunto pouco divulgado e discutido. Em função de sua complexidade, que envolve a violação do espaço privado e a quebra de tabus, a violência sexual atinge a estrutura familiar, onde todos os membros da família estão envolvidos e comprometidos, e onde sentimentos de culpa, medo e vergonha permeiam as relações. Dessa maneira, podemos perceber que, na verdade, a família que teria a função de proteger os seus membros, nem sempre cumpre com esta missão.

O fenômeno da violência sexual é um dos mais frequentes no espaço e no tempo e vem sendo amplamente estudado como um problema familiar, que gera conseqüências graves, tanto para as vítimas quanto para a própria família dentro de uma visão transgeracional dessa questão. (Azevedo & Guerra, 1995; Saffioti, 1997; Cohen & Gobbetti, 2000; Faleiros, 2000 e Sanderson, 2005). Como salienta Volnovich (2005), a preocupação e o combate à violência sexual adquirem, na América Latina, uma significação fundamental, tanto por sua magnitude como pela importância das questões sociais e políticas que se articulam.

Faleiros (2000) aponta: *“violência, aqui não é entendida, como ato isolado, psicologizado pelo descontrole, pela doença, pela patologia, mas como um desencadear de relações que envolvem a cultura, o imaginário, as normas, o processo civilizatório de um povo”* (Faleiros, 2000, p.17). Esse mesmo autor ressalta que a violência sexual contra crianças e adolescentes têm de ser analisada em seu contexto histórico, econômico, cultural, social e ético.

Nesse mesmo aspecto Sanderson (2005) salienta *“o abuso sexual em crianças é de natureza social, tendo em vista que é influenciado de maneira intensa pela cultura e pelo tempo histórico em que ocorre (...)”*. (p.01). Essa autora faz um passeio histórico citando diversas pesquisas de DeMause (DeMause, 1976, 1991, 1993,1998 e 2002, citado por Sanderson, 2005) onde demonstra claramente a existência do abuso sexual de crianças em diversas culturas e em diferentes épocas, incluindo aqui a excisão genital feminina que ocorre numa incidência muito alta em diversos países da Ásia, África, Oriente Médio, incluindo até a Europa e Estados Unidos e onde essa mutilação ganha o *status* de rito de passagem com fortes significados religiosos e, portanto, não sendo considerado uma violência sexual.

Como assinala Faleiros (2000), a história social da infância no Brasil aponta que, desde os tempos da Colônia, as crianças não são consideradas sujeitos de direitos, o que leva à reprodução do abuso do pátrio poder, do uso de práticas educativas coercitivas e o descaso e a

tolerância da sociedade diante da miséria e da violência. Por outro lado, as concepções de gênero, de idade, que autoriza o poder dos adultos, têm validado historicamente os homens e os adultos a exercerem poder sobre os mais jovens e sobre as mulheres. Essas concepções talvez expliquem a construção sócio-histórica e cultural da violência sexual doméstica.

A violência sexual doméstica tem, portanto, um caráter multideterminado, pois decorre da interação de diversos fatores, os quais se interagem entre si, o que caracteriza a sua complexidade. Dessa maneira, torna-se um problema configurado na família, enquanto contexto privado, ou seja, um espaço micro; e também um problema de relações sociais de gênero e geração, num espaço macro, dentro de uma visão não reducionista o fenômeno.

Azevedo & Guerra (1995) salientam que a violência e a sexualidade se assentam na desigualdade de poder e no exercício de dominação do mais forte sobre o mais fraco. Desta forma, o fenômeno da violência sexual doméstica não deve ser considerado apenas como historicamente construído. Ninguém nasce agressor sexual, esta é uma “carreira” que se constrói com o tempo. Uma vez que a violência sexual é socialmente (re)produzida, logo pode ser socialmente desconstruída. (Azevedo & Guerra, 1995, p. 87).

A violência sexual doméstica apresenta uma natureza incestuosa o que a torna um tabu, uma interdição social. Ela é um escândalo na estrutura familiar quando revelada. Isso gera um contexto de ocultamento da realidade, criando confusão para aqueles que a vivenciam e para aqueles que não “conseguem” ver essa realidade (aspas nosso). E aqui estão incluídos os familiares, amigos, vizinhos, comunidade e até profissionais por vezes “especializados”. Isso acarreta na impossibilidade de identificação do fenômeno e sua possível intervenção. Além disso, envolve não só a sexualidade dos adultos, mas também das crianças, colocando sobre estas últimas o peso da culpabilidade.

A palavra incesto deriva do latim *incestus* e significa impuro, manchado, não casto. Assim sendo, a família que comete o incesto ficaria impura, manchada e perderia sua castidade, justificando ainda mais o seu ocultamento. A proibição do incesto, que pode ser representada mediante os mitos, religiões e códigos sociais, é uma regra universal de regulamentação da sexualidade nas mais diferentes sociedades, tornando-se assim, um tabu, um interdito. (Cohen & Gobbetti, 2000).

Azevedo & Guerra (1997), em uma revisão de literatura sobre o estudo de várias civilizações e culturas, do ponto de vista histórico, constataram que o incesto, especificamente o incesto pai-filha, é realmente um tabu, regulamentado por regras sociais de natureza proibitiva na grande maioria dos casos, e permissiva, em alguns. Isso revela o seu caráter sócio-cultural.

Para Cohen & Gobbetti (2000), o incesto tem seu aspecto proibitivo devido a fatores biológicos, sociais e psicológicos. O primeiro fator tem sua explicação na proteção natural, contra os malefícios decorrentes do cruzamento endogâmico, que causa danos aos descendentes. O segundo fator é social e prioriza a importância da exogamia, pois ela ampliaria a família e

possibilitaria um sistema mais cooperativo e democrático. E, o terceiro refere-se às teorias psicológicas, pois a não atuação do incesto permite a diferenciação e a simbolização das diferentes funções dentro da família (pai, mãe e irmãos), possibilitando o desenvolvimento desses indivíduos e da própria família. A proibição do incesto traz, então, elementos de organização, demarcando limites.

Diversos autores (Azevedo & Guerra, 1995; Gabel, 1997; Faleiros, 2000; Furniss, 1993) apontam que as relações incestuosas ocorrem em famílias cujas estruturas e dinâmicas, embora aparentemente coesas, encontram-se afetadas. As interações de seus membros, consciente ou inconscientemente, caracterizam-se por posturas manipuladoras dos adultos frente às crianças e adolescentes, constituindo-se, desta forma, padrões de relacionamentos abusivos. E, muitas vezes, os papéis e funções familiares são alterados: o pai passa a ser marido da filha, a mulher aceita perder a função de esposa e mãe, a filha exerce função de esposa e mãe de suas irmãs, dentre outras, as quais nos deteremos mais detalhadamente no capítulo sobre a família com padrões relacionais abusivos.

Sanderson (2005) ressalta que o espectro dos comportamentos de abuso sexual contra a criança é muito vasto. A autora faz uma relação em que tenta contemplar os diversos aspectos desse abuso, segue abaixo essas especificações. (Sanderson, 2005, p. 14 e 15)

Comportamentos sem contato

- Aliciar a criança.
- Aliciar crianças pela Internet.
- Invadir de maneira inapropriada o espaço da criança.
- Insistir em comportamento ou roupas sexualmente sedutores.
- Estimular a nudez.
- Fazer comentários verbais de natureza sexual.
- Despir-se na frente da criança.
- Forçar a criança a compartilhar a mesma cama com o adulto além da idade adequada ao seu desenvolvimento.
- Expor a genitália deliberadamente.
- Observar a criança, de maneira inapropriada, quando ela se despe ou usa o banheiro.
- Encorajar a criança a assistir a atos sexuais ou a ouvi-los.
- Fotografar a criança para gratificação sexual ou uso pornográfico posterior.
- Drogar a criança a fim de fotografá-la em poses sexualmente provocantes ou como prelúdio da violência sexual.
- Usar de comportamento evidentemente sexual na presença da criança.

- Expor a criança à pornografia, para dessensibilizá-la – parte poderosa do processo de aliciamento.
- Filmar a criança em poses sexualmente explícitas.
- Coagir a criança a participar de um círculo de pedofilia.
- Fazer com que a criança recrute outras crianças para o abusador sexual.

Comportamentos com contato

- Beijar a criança com a boca aberta de maneira sensual e inapropriada.
- Excitar a criança com toques e carícias.
- Tocar os genitais ou as partes íntimas de uma criança para prazer sexual.
- Fazer a criança tocar o genital de outra pessoa.
- Brincar de jogos sexuais.
- Masturbar a criança, fazer com que ela masturbe o abusador ou que ambos se masturbem.
- Fazer sexo oral (felação ou cunilíngua na criança, no abusador ou mútuas).
- Ejacular na criança.
- Colocar objetos, doces, pequenos brinquedos na abertura da vagina/reto da criança e depois tirá-los.
- Introduzir na vagina ou ânus grandes objetos, inclusive os usados por adultos.
- Penetrar o ânus ou a abertura retal com os dedos.
- Penetrar o ânus ou a abertura retal com o pênis (sodomia).
- Penetrar a vagina com os dedos.
- Penetrar a vagina com o pênis.
- Colocar o pênis entre as coxas de uma criança e simular o coito – “coito seco”.
- Forçar a criança a praticar atividades sexuais com outros adultos ou crianças.
- Coagir a criança a participar de um círculo de pedofilia.
- Filmar a atividade sexual com adultos ou crianças.
- Forçar a criança a praticar atividade sexual com animais – bestialidade.

Ao avaliarmos a amplitude dos comportamentos considerados abusivos, percebemos o quanto que o abuso sexual poderá ocorrer sem que nossos olhos estejam preparados para ver. Seja por não terem sido visto de fato, por serem extremamente sutis como no caso de alguns comportamentos sem contato. Ou, por outro lado, seja por não acreditarmos ou não quisermos acreditar no que de fato aconteceu. O medo, a dor e a vergonha são elementos importantes para que o silêncio que envolve o abuso sexual se perpetue, mesmo que todas as evidências físicas,

psicológicas e jurídicas estejam atestando essa violência. Dessa maneira, os comportamentos de contato são mais fáceis de serem comprovados, mas não necessariamente levam a quebrar o pacto do silêncio existente nas relações abusivas.

A violência sexual é considerada um dos sofrimentos mais dolorosos que o ser humano pode passar e os sentimentos de negação são um dos comportamentos muito comuns nessas vivências quer sejam vividas por adultos ou crianças e adolescentes. O nosso trabalho focaliza o estudo sobre essa modalidade de violência doméstica acreditando que, devido à sua complexidade e aos próprios tabus relacionados à sexualidade humana, trazem elementos dificultadores para o reconhecimento e entendimento da problemática. Tais complexidades vêm justificar mais uma vez a importância de estudos que se reportam para compreender esse fenômeno. Antes, contudo, iremos nos deter um pouco sobre a incidência e prevalência dos dados existentes na literatura internacional e nacional.

1.3.1 Incidência e Prevalência da Violência Sexual Doméstica

Ao estudarmos a violência doméstica percebemos que esta traz alguns vieses, do ponto de vista estatístico. Quando nos referimos à incidência da violência sexual doméstica, por outro lado, encontramos diversos elementos complicadores, tendo em vista a sua natureza sigilosa e a sua característica de invisibilidade. A incidência e prevalência da violência sexual doméstica pode ser vislumbrada a partir de alguns dados internacionais e nacionais.

Segundo dados do *ChildLine* de 2003 (*ChildLine*, 2003, citado por Sanderson, 2005) estima-se que 73% de todas as vítimas do abuso sexual em crianças sejam do sexo feminino e 27% sejam do sexo masculino. Contudo, essa autora ressalta que esses números revelam uma tendência de notificação e não o número correto de casos. De acordo com esses mesmos dados, Sanderson revela que, de todas as crianças que buscam o disque denúncia, 61% têm entre 12 e 15 anos; 22% tem entre 05 e 11 anos e 17% entre 16 e 18 anos. Esse banco de denúncias também constata que mais de 87% dos abusadores são conhecidos pela criança vitimizada.

No disque denúncia nacional 100, Sistema de Combate ao Abuso à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (2003), não constam dados muito diferentes de outras partes do mundo. De 2000 a 2003 foram registradas 1547 denúncias e, desse universo, 76,29% são de vítimas do sexo feminino e 17,05% do sexo masculino, sendo que 0,39% não foi informado o sexo da vítima e 6,29% incluem vítimas de ambos os sexos.

Quanto aos dados do Laboratório da Criança da Universidade de São Paulo – LACRI/USP temos os seguintes números, referentes aos anos de 1996 a 2005:

Tabela 6 – Quadro Síntese de Violência Sexual Doméstica Notificada

Ano	Violência Sexual						Total	
	Masculina		Feminina		Sem Info			
1.996	8	8,4%	68	71,6%	19	20,0%	95	100,0%
1.997	7	2,2%	80	25,4%	228	72,4%	315	100,0%
1.998	18	3,1%	174	30,1%	386	66,8%	578	100,0%
1.999	113	17,4%	536	82,6%	0	0,0%	649	100,0%
2.000	192	19,6%	786	80,4%	0	0,0%	978	100,0%
2.001	350	20,3%	1.373	79,7%	0	0,0%	1.723	100,0%
2.002	326	18,9%	1.402	81,1%	0	0,0%	1.728	100,0%
2.003	522	20,1%	2.077	79,9%	0	0,0%	2.599	100,0%
2.004	589	22,9%	1.984	77,1%	0	0,0%	2.573	100,0%
2.005	602	22,0%	2.129	78,0%	0	0,0%	2.731	100,0%
Total	2.727	19,5%	10.609	75,9%	633	4,5%	13.969	100,0%

Fonte: www.usp.br/ip/laboratorios/lacri -Link Estatísticas Brasileiras - A Ponta do Iceberg

Os dados acima mostram que houve um aumento significativo de notificação nos últimos dez anos. Mais uma vez consideramos que esse aumento se deva a uma maior visibilidade sobre o fenômeno. A sociedade civil e política tem debatido mais a questão e a comunidade tem demonstrado maior consciência sobre os seus direitos. Haja visto que em 2001 foi estabelecido o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, espaço de garantia de direitos de crianças e adolescentes, o qual é coordenado por um Comitê Nacional, formado por membros da sociedade civil e política. A função do Comitê é monitorar as ações incrementadas. Da mesma maneira, foi instituído o dia 18 de maio, como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. (ANDI, 2003)

Segundo dados obtidos pelo Projeto Sentinela da Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS/ Ministério de Assistência Promoção Social – entidade de atendimento às situações de violência sexual contra crianças e adolescentes – em 2002 registraram-se 27.747 denúncias de violência contra a criança e o adolescente. Desse total, 14.011 foram de violência sexual, sendo 71,3% de abuso sexual e 28,7% de exploração sexual. Acredita-se, contudo, haver ainda um quadro de subnotificação significativa dos casos de violência sexual no Brasil. (ANDI, 2003). Ainda segundo pesquisa realizada pela própria ANDI – Agência de Notícias dos

Direitos da Infância (2003), a violência sexual tem uma incidência maior dentro da própria família. Quando se trata de um caso extrafamiliar, acontece, em geral, nas vizinhanças e em instituições.

No ano de 2004, a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência – ABRAPIA, do Rio de Janeiro, registrou um total de 272 casos de violência sexual, sendo que 96% foram de abuso sexual e 4% de exploração sexual. Quanto ao sexo das vítimas, temos: 24% masculino e 76% feminino. No que se referem às faixas etárias temos para o sexo feminino: 0 a 6 anos: 39%; 7 a 14 anos: 55%, 15 a 18 anos: 6%. E para o sexo masculino: 0 a 6 anos: 36%, 7 a 14 anos: 58% e 15 a 18 anos: 6%. Esses dados confirmam o que se constata sobre essa realidade, ou seja, o abuso sexual tem uma incidência maior do que a exploração sexual, o sexo feminino aparece com uma percentagem maior em relação ao sexo masculino e, a faixa etária de 0 a 14 anos é a que está em situação de maior risco e vulnerabilidade para o cometimento desse tipo de violência.

De acordo com dados do Ministério da Justiça, o Brasil registra por ano cerca de 50 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes (CONANDA, 2001-2005). Contudo, segundo o mesmo documento esse número pode representar apenas 10% de uma realidade de casos que não são notificados.

Estudos realizados por Cohen & Gobbetti (2000) junto ao CEARAS - Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual, no Departamento de Medicina Legal, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – onde foram captados dados de prontuários dos pacientes atendidos em junho de 1993 a dezembro de 1999 – apontaram os seguintes resultados:

Tabela 7 – Quadro de Números e Tipos de Relacionamentos Incestuosos

Relações Incestuosas	Atos	Corrupção	Total	Percentual
	Libidinosos	Carnal		
Pai x Filha	25	11	36	32,73%
Padrasto x Enteada	12	08	20	18,18%
Irmã x Irmão	06	07	13	11,32%
Tio x Sobrinha	05	05	10	9,03%
Pai x Filho	06	X	06	5,45%
Tio x Sobrinho	04	X	04	3,64%
Avô x Neta	04	X	04	3,63%
Padrasto x Enteado	03	X	03	2,73%
Primo x Prima	02	01	03	2,73%
Mãe x Filha	01	X	01	0,91%
Mãe x Filho	01	X	01	0,91%
Irmão x Irmã	01	X	01	0,91%
Irmã x Irmão	01	X	01	0,91%
Primo x Prima	01	X	01	0,91%
Cunhado x Cunhada	X	01	01	0,91%
Cunhado x Cunhado	01	X	01	0,91%
Padrinho x Afilhada	01	X	01	0,91%
Padrinho x Afilhado	01	X	01	0,91%
Companheiro da avó x			01	0,91%
Neta	01	X		
Educador x Criança	01	X	01	0,91%
Total	77	33	110	100%

Fonte: Gobbetti, 2000

Essa tabela demonstra de forma evidente o caráter incestuoso do abuso sexual, configurando a família como estruturante de relações abusivas. A percentagem de maior relevância é a de 32,73%, referentes ao relacionamento pai e filha. Quando se trata de vítimas masculinas, 9,03% são referentes ao relacionamento entre pai e filho; 3,64% referem-se a relação entre tio e sobrinho; 2,73% a padrasto e enteado e 0,91% entre mãe e filho. Mais uma vez constatamos que o número é menos expressivo quando a vítima é do sexo masculino. Quando discutirmos a violência sexual contra meninos teremos oportunidade de explorar um pouco mais essa questão.

Numa referência regional sobre o fenômeno vimos que, no Distrito Federal, a violência sexual ocupa o segundo lugar em registro de ocorrências. Esses dados referem-se a boletins de

ocorrência registrados na Delegacia Especial de Proteção às Crianças e Adolescentes – DPCA/DF. No ano de 2005, do total de ocorrências registradas, 62% se referem a abusos sexuais contra as meninas e 38% contra meninos. Vale ressaltar que as ocorrências policiais estão em consonância com o que apregoa o Código Penal Brasileiro temos os seguintes quadros :

Tabela 8 – Quadro de Registro dos Crimes contra os Costumes

Natureza	Artigos	Total
Estupro	213	36
Atentado Violento ao Pudor	214	80
Assédio Sexual	216	01
Corrupção de Menores	218	06
Total		123

Fonte: PCDF/DPCA – Dados Estatísticos Referentes ao ano de 2005

GRÁFICO DEMONSTRATIVO POR PERCENTUAL

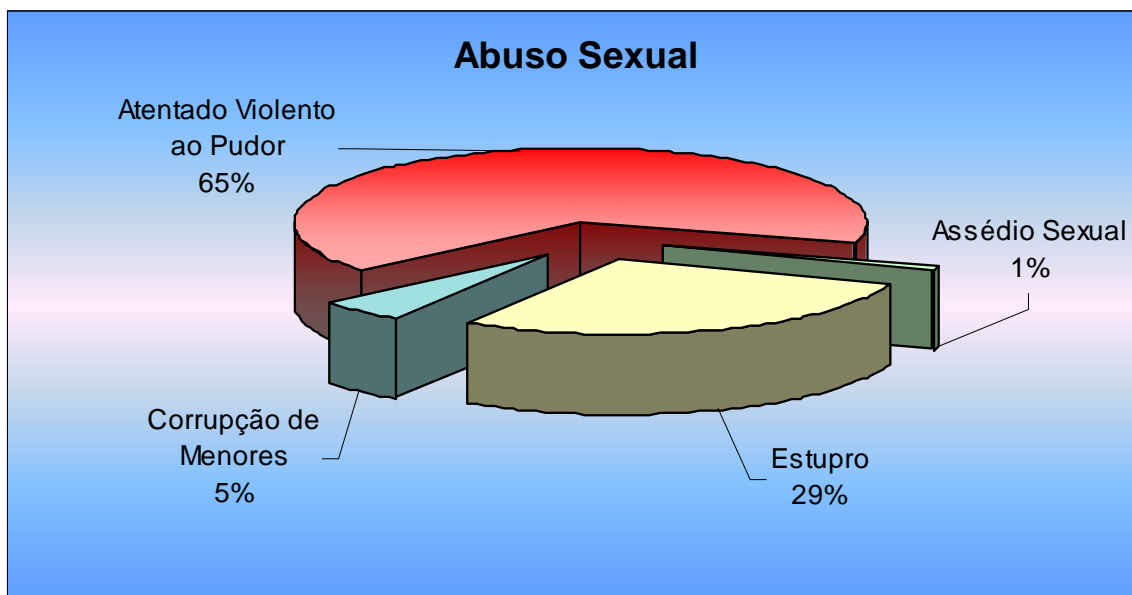


Tabela 8 – Quadro de Registro dos Crimes contra os Costumes

Natureza	Artigos	Total
Estupro	213	36
Atentado Violento ao Pudor	214	80
Assédio Sexual	216	01
Corrupção de Menores	218	06
Total		123

Fonte: PCDF/DPCA – Dados Estatísticos Referentes ao ano de 2005

Tabela 9 – Quadro de Local de Ocorrência de Estupro

Local	Nº de registros
Residência	29
Via Pública	04
Motel	01
Hospital	01
Comércio	01
Total	36

Fonte: DPCA/PCDF – Dados Estatísticos Referentes ao ano de 2005

Tabela 10 – Quadro de Local de Ocorrência de Atentado Violento ao Pudor

Local	Total
Residência	67
Via Pública	04
Escola	01
Comércio	03
Interior de Veículo	03
Hospital	01
Shopping	01
Total	80

Fonte: DPCA/PCDF – Dados Estatísticos Referentes ao ano de 2005

Tabela 11 – Quadro de Local de Ocorrência de Assédio Sexual

Local	Total
Casa de Diversões	01
Total	01

Fonte: DPCA/PCDF – Dados Estatísticos Referentes ao ano de 2005

Tabela 12 – Quadro de Local de Ocorrência de Corrupção de Menores

Local	Total
Residência	67
Via Pública	04
Casa de Diversões	01
Total	80

Fonte: DPCA/PCDF – Dados Estatísticos Referentes ao ano de 2005

Tabela 13 – Quadro de Crimes Sexuais segundo Sexo

Crimes	Meninas	Meninos	Total
Corrupção de Menores	06	X	06
Estupro	36	X	36
Atentado			
Violento ao Pudor	65	15	80
Assédio Sexual	01	X	01
Total	108	15	123

Fonte: PCDF/DPCA – Dados Estatísticos Referentes ao ano de 2005

O Instituto de Medicina Legal do Distrito Federal apresenta os seguintes dados em que analisa a incidência de violência sexual – exames de conjunção carnal e atos libidinosos. No tocante ao exame de conjunção carnal, no período entre 2002 a 2004, Silva Júnior (2005) constatou que de 2445 exames realizados, 932 foram em meninas, o que significa dizer que as crianças vítimas de abuso sexual chegam a ocupar 38% dos exames de conjunção carnal. Esse mesmo autor, ao estudar a frequência dos exames de conjunção carnal em cada um dos anos do período estudado, observou que a proporção dos exames realizados em meninas supera a metade dos exames em mulheres, conforme demonstra a figura 01.

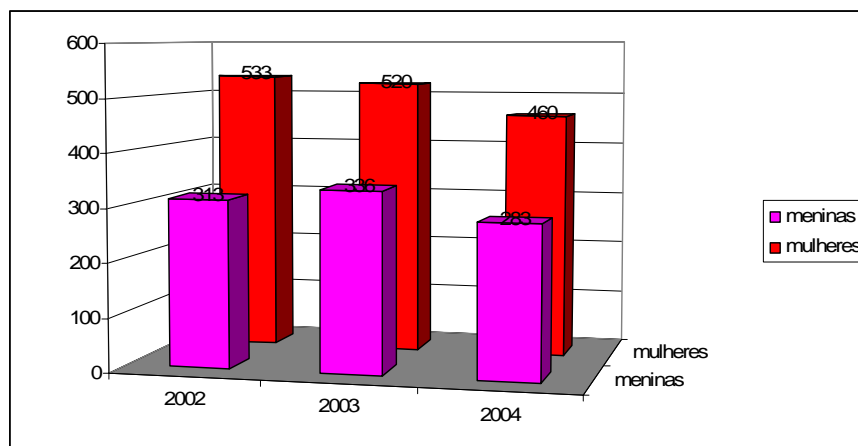


Figura nº 01 – Comparação entre os exames de conjunção carnal realizados em crianças e em mulheres no período de 2002 a 2004 no IML Brasília-D.F.

No tocante aos exames de atentado violento ao pudor, realizados no período de 2002 a 2004, Silva Júnior (2005) constatou que, de um total de 2384 pessoas examinadas, a incidência de mulheres é muito maior do que de meninas, como demonstra a figura 02.

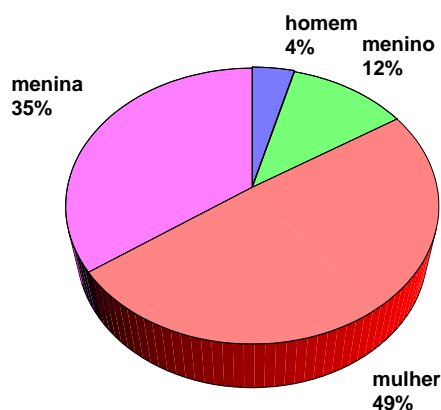


Figura 02– Distribuição dos exames de atentado violento ao pudor – Período 2002 a 2004 – Instituto Médico Legal

O autor salienta, que ao observar a figura 02, que no período estudado, a mulher é, indiscutivelmente, a vítima preferencial do crime de atentado violento ao pudor. O segundo maior grupo de vítimas é o das meninas. O grupo dos meninos apresenta-se em terceiro lugar sendo, percentualmente maior que o grupo dos homens – este, o último colocado. Isso vem confirmar a vulnerabilidade de crianças e adolescentes no que se refere ao abuso sexual.

No presente estudo estaremos interessados exatamente nessa percentagem menor da

violência sexual, aquela que envolve as crianças e adolescentes do sexo masculino. Como nos diz Sanderson (2005), as vítimas do sexo masculino aparentemente são mais relutantes em revelar o abuso, principalmente em uma cultura homofóbica e com fortes estereótipos de masculinidade e sexualidade. *“A diferença do sexo na denúncia do abuso sexual em crianças indica que o abuso sexual de meninos permanece obscuro”*(p.18)

1.4 A VIOLÊNCIA SEXUAL DOMÉSTICA CONTRA MENINOS

Nas últimas décadas, a questão da violência sexual doméstica tem despertado o interesse e a preocupação de pesquisadores e da sociedade como um todo. Cabe ressaltar porém, que a maioria dos estudos na área tem focalizado sua atenção aos casos de violência sexual contra meninas. Isso se justifica, em função das estatísticas, as quais apontam que o problema atinge um número muito maior de meninas. Nesse contexto, o sexo masculino aparece quase sempre como o agressor. Diante dessa realidade, as políticas de atendimento e de proteção às crianças e adolescentes estão voltadas, principalmente às vítimas femininas. Poucos são os serviços para os sobreviventes masculinos de incesto ou de outras formas de violência sexual.

Pinto Júnior (2003) assinala que a questão da violência sexual doméstica contra meninos é ainda pouco compreendida e parece repleta de desinformação e muitos mitos. Segundo este autor *“No imaginário das pessoas parece existir a idéia de que meninos e homens não são vitimizados sexualmente e que este é um problema de mulheres”* (Pinto Júnior, 2003, p. 23).

Autores como Mendel e Hunter (1991) destacam que existem muitos mitos em torno da violência sexual de meninos: o primeiro deles é o de que os homens são naturalmente predadores sexuais; o segundo é o de que eles não trarão traumas se o abuso for praticado por uma mulher; e o terceiro é o de que os meninos querem necessariamente um contato sexual com uma mulher. Diamanduros (2004) acrescenta que existe pouco conhecimento sobre o impacto do abuso sexual contra meninos, que considera assim como Hunter (1991) como vítimas negligenciadas.

A maioria dos estudos focaliza em vítimas do sexo feminino, acreditando que o abuso sexual de meninos seja algo incomum e que pode trazer pouco impacto sobre os meninos e sobre seu desenvolvimento. Cabe considerar que provavelmente muitos meninos não revelam o abuso, por sentirem que poderão não ser acreditados. Os meninos seriam vítimas silenciadas por medo de expor sua masculinidade assim como seus sentimentos de dependência, de medo e de vulnerabilidade.

Pinto Júnior (2003) discute em seu trabalho que a falta de compreensão e de entendimento acerca da violência sexual contra meninos decorre exatamente desse silêncio que circunda a questão. Acrescenta ainda que a masculinidade nega e rejeita qualquer tipo de fraqueza e pedido de ajuda, considerando a passividade no homem como um atributo da

homossexualidade. Portanto, esse silêncio que envolve as vítimas masculinas configura em um processo de revitimização de si mesmo.

Faleiros (2003) salienta que os valores do machismo e do patriarcalismo, são ainda o arcabouço originário das situações de violência sexual, evidenciadas pelas diferenças entre os gêneros e também nas diferenças das notificações, assim como na forma como os meninos lidam com a questão quando são vitimizados sexualmente. E acrescenta: *“Na estruturação do pátrio poder, reconhecido pelos códigos civis, consagra-se o poder do adulto sobre a criança, o poder do homem sobre a mulher, o poder do macho sobre a fêmea, para usar uma denominação crua e cruenta.”* (Faleiros, 2003, p.110).

Azevedo & Guerra (1988) avaliando a questão da violência sexual do ponto de vista histórico argumentam que:

“A idéia da normalidade das relações sexuais adulto-criança está presente em pelo menos três grandes vertentes históricas: na tradição grega, na tradição judaica e na tradição sumeriana. Apesar das diferenças específicas, todas elas correspondem, no mínimo, a uma naturalização e no máximo a uma idealização do padrão de relações sexuais adulto-criança. Assim, na Grécia, exaltava-se a relação mestre-discípulo, na linha Banquete de Platão” (Azevedo & Guerra, 1988, p. 19).

Essas autoras ressaltam ainda que essa relação sexual era do tipo coito anal mantida entre o professor e o seu aluno do sexo masculino.

Para diversos autores, (Diamanduros, 2004; Pinto Júnior, 2003; Sebold, 1987; Finkelhor, 1984 e Hunter, 1991), as crenças e idéias errôneas acerca da vitimização sexual de meninos podem ser muito danosas para com o trato da questão. Muitas vezes, a manifestação e amplitude da violência sexual contra meninos são consideradas iguais ou muito parecidas com aquelas contra meninas. Isto pode fazer com que os trabalhos de prevenção, e mesmo de intervenção ao problema, fracassem, ou pior, contribuam para o fortalecimento do estigma.

Em sua tese de doutoramento, Diamanduros (2004) investiga comportamentos dissociativos, reação clássica do *stress* pós traumático e sintomas associados ao trauma em meninos abusados sexualmente entre as idades de 8-14 anos. Trata-se de um estudo comparativo, com o objetivo de distinguir os efeitos do abuso sexual de meninos em relação aos efeitos de outras desordens psiquiátricas. O autor resalta que existem poucos estudos acerca da reação do *stress* pós-traumático, particularmente relacionado ao abuso sexual em meninos. Para tanto, procede a uma ampla revisão de literatura em que são salientados sintomas do trauma. Uma breve síntese desse trabalho de revisão será apresentada a seguir.

Dentre os diversos estudos sobre a questão, Diamanduros (2004) resalta os que direcionam sua atenção sobre a confusão de identidade, tentativas inapropriadas de reafirmar masculinidade, estudos sobre vítimas que se tornaram abusadores. Outros estudos abordam

problemas sexuais generalizados, como comportamentos excessivamente sexualizados, dificuldades em controlar seus sentimentos sexuais dentre outros.

O autor destaca um outro estudo que, ao examinar adolescentes do sexo masculino vitimizados sexualmente, constatou que estes se identificaram sete vezes mais como homossexuais e seis vezes mais como bissexuais do que o grupo de controle, de não abusados. Além disso, demonstram em alguns outros estudos, distúrbios de identidade de gênero, identidade sexual e comportamentos homofóbicos. Avaliamos, nesse sentido, que apesar da amplitude desses estudos eles ainda são muito escassos para apreendermos melhor a problemática decorrente do abuso sexual contra meninos.

Uma revisão de estudos clínicos apontou que meninos sexualmente abusados em que se constatou um risco maior de adquirir seqüelas clínicas como depressão, desordens de ansiedade, distúrbios alimentares, personalidades *bouderlaines*, desordens de personalidades anti-sociais, paranóia, dissociação, *stress* pós-traumático, bulimia, somatização, déficit escolar, e uma auto-imagem pobre. Por outro lado, em sua revisão de literatura, ainda encontra diversas outras problemáticas como: tristeza, choro fácil, baixa auto-estima, falta de agressividade, distúrbios de sono, fugas recorrentes de casa, comportamentos desviantes, o uso abusivo de substâncias químicas – como álcool e drogas ilícitas – e tentativas de suicídio. Não poderemos deixar de salientar, contudo que tais sintomas vistos isoladamente não são suficientes para identificarmos como decorrentes do abuso sexual.

Sebold (1987), acredita que a identificação e o tratamento precoce dos meninos vítimas de violência sexual poderá ser uma forma de prevenção contra a própria violência contra as mulheres. Apesar de não identificar uma relação causal em seus estudos, ele admite que muitos meninos vítimas de abuso sexual serão possíveis agressores quando adultos ou mesmo ainda adolescentes.

Diamanduros (2004) assinala que para compreendermos o modo como os meninos internalizam as situações de abuso sexual temos que nos remeter aos aspectos de socialização e de sexualidade, ou seja, esse processo está inscrito numa dimensão de gênero:

“In our society, males are socialized to be dominant, independent, powerful, aggressive and authoritarian. There is much pressure on boys to compete and achieve. Boys are encouraged to control their feelings and are not allowed to express feelings of fear, helplessness, and vulnerability. Additionally, it is acceptable in our society for males to be sexually knowledgeable and active. While girls are forbidden to engage in sexual exploration, boys are permitted to be sexually active as long as the activity is oriented toward heterosexuality(...)”(p. 25/26).

Pinto Júnior (2003) descreve duas crenças errôneas, mas muito difundidas, acerca da violência sexual de meninos: a primeira se refere à idéia de que as atividades sexuais entre um menino e uma pessoa adulta são mais frequentemente iniciadas pelos próprios meninos; a

segunda, é que os meninos são menos afetados negativamente pelos contatos sexuais que possam ter com adultos. Hunter (1991) assinala também que alguns aspectos culturais e de gênero contribuem para o silêncio dos homens e a recusa da própria sociedade em lidar com essa questão: homens não choram, têm que ser machos, tem que estar no controle das relações, não podem ser vulneráveis, têm que ser dominantes e fortes.

Pelos diversos motivos acima mencionados a violência sexual contra meninos ainda não é uma questão muito estudada e a maioria das vezes passa despercebida por profissionais de diversas áreas, sejam eles estudiosos pesquisadores, educadores ou clínicos. Muitas vezes, a manifestação e amplitude da violência sexual contra meninos são consideradas iguais ou muito parecidas com aquelas contra meninas. Isto pode fazer com que os trabalhos de prevenção e mesmo de intervenção ao problema fracassem, ou pior, contribuam para o fortalecimento do estigma.

Consideramos de suma importância nos debruçarmos sobre esse fenômeno que atinge uma população muito maior do que os nossos olhos possam perceber. Desse modo, avaliaremos um pouco o que a literatura mais recente tem falado sobre a incidência e prevalência do fenômeno destacando alguns dados internacionais, nacionais e regionais sobre a questão.

1.4.1 Incidência e Prevalência da Violência Sexual Doméstica contra Meninos

A violência sexual contra meninos, por diversos motivos já expostos, têm visibilidade muito menor. Pinto Júnior (2003) aponta que são poucos os estudos existentes, muitos dos quais trazem algumas limitações metodológicas. Geralmente, as pesquisas abordam a violência sexual doméstica, não fazendo a devida diferenciação entre a violência intra e a extrafamiliar, cujos condicionantes históricos, sociais e psicológicos são específicos. Por outro lado, estudos sobre a questão ou usam amostras estritamente compostas por meninas ou apresentam um número muito pequeno de meninos. Um outro aspecto trazido por este autor é o fato de que muitas pesquisas trabalham apenas com amostras clínicas, desconsiderando o estudo com a população geral, que pode apresentar números e configurações diferentes e específicos (vide Quadro de Revisão de Literatura, em anexo).

Para dimensionar o fenômeno com mais precisão é necessário verificar sua ocorrência, tanto em termos de prevalência quanto de incidência. Uma dificuldade levantada por Kristensen, C. H., Flores, R. & Gomes, W. B (2001) com relação à prevalência é, em primeiro lugar, quanto problemas conceituais que envolvem o fenômeno, pois dependendo do que se considera ser um abuso sexual irá interferir na forma como ele será mostrado e quantificado. A segunda dificuldade é no que se refere à amostra utilizada, segundo esses autores existe uma grande variabilidade que está também diretamente relacionada a questão conceitual. Por outro lado, os

diversos estudiosos compreendem amostras muito diversificadas o que poderá causar uma subestimação dos dados relacionados a vitimização e/ou das informações obtidas.

Em um estudo de prevalência realizado em 21 países, Finkelhor (1994) identificou uma percentagem de 3% a 29% de homens abusados em relação a 7% a 36% de mulheres abusadas. Esses dados são confirmados, segundo Kristensen, Flores & Gomes, (2001) pelos dados do *National Incidence Study of Child Abuse and Neglect*, conduzidas nos Estados Unidos nos anos de 1979, 1986 e 1993, os quais apontam para uma distribuição de um menino para três meninas abusadas.

Selbold (1987) sustenta em seus estudos que existem muito mais vítimas do sexo masculino do que os relatórios documentam. Avaliando dados de estudo de prevalência esse autor sugere que em torno de 3,5% a 5% de abuso sexual de meninos poderiam ocorrer a cada ano além dos que os profissionais tomam conhecimento. Isso significa dizer que o aspecto da sub-notificação se apresenta de forma premente, principalmente quando as vítimas são do sexo masculino. Kristensen, & Col., 2001, em seu estudo sobre a questão, constata a mesma tendência ao citar dados do *The Child Abuse Program Annual Report* o qual revela que a incidência de abuso sexual em meninos é expressiva nos últimos anos.

No Brasil a questão da violência sexual contra meninos torna-se um tanto mais obscura, pois a legislação vigente considera o estupro como um crime que só pode ser praticado por um homem contra a mulher, incluídas, neste caso, meninas e adolescentes. A violência sexual praticada contra meninos se restringe ao artigo 214 que trata do Atentado Violento ao Pudor. E, sendo assim, não apresenta a visibilidade sobre o fenômeno com uma incidência aquém do que a realidade poderia demonstrar. Dessa maneira reduz a importância da violência sexual contra essa parcela da população infanto-juvenil.

Aqui podemos destacar a legislação brasileira onde a violência sexual é identificada com base no Código Penal, de 1940, o qual estabelece o Capítulo VI que trata Dos Crimes Contra os Costumes que se insere no Capítulo I Dos Crimes Contra a Liberdade Sexual:

- Corrupção de menores - Art.218: Corromper ou facilitar a corrupção de pessoa maior de quatorze e menor de dezoito anos, com ela praticando ato de libidinagem ou induzindo-a a praticá-lo ou presenciá-lo.
- Sedução - Art.217: Seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de quatorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança.
- Atentado Violento ao Pudor - Art.214: Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal.

- Estupro - Art.213: Constranger à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça. Por conjunção carnal entende-se a penetração do pênis na vagina completa ou não, com ou sem ejaculação.

Vale ressaltar que o Comitê Nacional de Enfretamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, instituída por entidades governamentais e não governamentais está lutando para mudanças substanciais no Código Penal Brasileiro. Em primeiro lugar, no sentido de aumentar o rigor das penas para os crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Em segundo lugar, para a ampliação da definição de estupro como um crime contra qualquer pessoa e estabelecer como crime a produção de fotos ou filmes, a posse ou envio de cenas de sexo envolvendo crianças em qualquer meio de comunicação, inclusive a Internet.

Só a título de ilustração, poderemos rever o quadro com os dados registrados pela Delegacia Especial de Proteção às Crianças e Adolescentes – DPCA no ano de 2005 a qual retrata a seguinte tabela já mostrada anteriormente:

Tabela 13 – Quadro de Crimes Sexuais segundo Sexo

Crimes	Meninas	Meninos	Total
Corrupção de Menores	06	X	06
Estupro	36	X	36
Atentado			
Violento ao Pudor	65	15	80
Assédio Sexual	01	X	01
Total	108	15	123

Fonte: PCDF/DPCA – Dados Estatísticos Referentes ao ano de 2005

Segundo informações do Projeto Ciranda – Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência, o número de notificações de violência sexual tem aumentado nos últimos anos, principalmente a da violência sexual contra meninos, que chega a 21% das ocorrências gerais, sendo a média mundial de 10%, o que significa uma maior visibilidade sobre o fenômeno. (Jornal do Estado do Paraná, p. A5 – Mara Andrich, set/2003). Podemos avaliar que o aumento da incidência se deve ao fato de que uma maior discussão que tem sido feita pela sociedade civil e política, pelos organismos governamentais e não governamentais e também devido a implantação de uma política de enfrentamento mundial contra a violência sexual de crianças e adolescentes.

Em relação ao gênero dos perpetradores de abuso sexual, Sanderson (2005) constata que entre 91% e 97% dos abusadores são do sexo masculino e 20% e 25% são do sexo feminino. Tais diferenças vêm revelar a diferença na socialização dos sexos.

“Tradicionalmente, os homens são encorajados a revidar ou a externar quaisquer agressões perpetradas contra eles, enquanto as mulheres são encorajadas a ignorar ou internalizar quaisquer atos de agressão. Embora isso seja menos específico hoje em dia, ainda é possível encontrar exemplos dessa situação.”(p. 20).

Dentro desse aspecto, Sanderson (2005) ainda ressalta que essa diferença poderá explicar a forma como homens e mulheres lidam com a situação do abuso sexual, os homens revidando e perpetrando a violência e as mulheres demonstrando mais problemas de saúde mental, tais como depressão e auto-mutilação.

Ao tratar do abuso sexual de meninos perpetrados por mulheres, Munro (2002) afirma que este fato não é aceito em muitas culturas, pois, segundo está posto em sociedades patriarcais, os homens estão sempre querendo e necessitando de sexo, eles são ativos e as mulheres passivas. Por outro lado, em muitas culturas os meninos são iniciados sexualmente pelas mulheres. Logo, tais experiências não são consideradas como abuso sexual, criando assim um mito em torno dessa questão, aumentando o silêncio de suas vítimas. Quando as perpetradoras são as próprias mães ou parentes mais próximos, como tias e avós, esse silêncio é ainda mais perturbador, sendo muitas vezes quebrado somente no espaço psicoterapêutico quando a vítima se torna adulta. A partir de sua experiência clínica, Munro (2002) relata que esse tipo de abuso cria uma lealdade maligna, onde o filho é comumente colocado na posição de marido, dentro da relação familiar. Ainda segundo esse autor, o abuso perpetrado pelo pai poderá parecer mais ameaçador, contudo quando o abusador é a mãe os efeitos poderão ser devastadores.

Cohen (2000) afirma que a violência sexual é muito mais ampla do que imaginamos e vai além das provas forenses, pois envolve atos por demais subjetivos: são trocas e carícias, quase que imperceptíveis, que fogem do alcance não só de nossos códigos penais, como também muitas vezes dos olhares de familiares e de profissionais "capacitados" e treinados para atuar. Ou, como nos diz Pinto Júnior (2003), é fundamental que se possam trabalhar os mitos, tabus e fobias, para uma melhor compreensão e entendimento de um problema que profissionais, pesquisadores e a sociedade como um todo, por várias razões, vêm negligenciando há muito tempo: a violência sexual doméstica contra meninos.

Em sua tese de doutoramento Pinto Júnior (2003) aponta que os homens não revelam o abuso sofrido mediante questões fechadas, pois a visão que cada um tem de ser ou não abusado pode ser muito diferente. Dessa forma, os resultados estatísticos podem variar amplamente, dependendo da habilidade do entrevistador e do tipo de instrumento que irá utilizar. Pesquisadores(as) podem também contribuir para a manutenção dos mitos e a baixa notificação da violência sexual de meninos ao fazer perguntas erradas em momentos errados.

Falar de violência sexual contra meninos nos remete necessariamente a duas categorias fundamentais para abordarmos melhor esse fenômeno, a saber: gênero e masculinidade. A

primeira é condição *si ne qua non* para compreensão das relações que se estabelecem no meio familiar, de que modo homens e mulheres se relacionam e lidam com questões como poder e dominação, desde que estamos tratando de violência doméstica. E, entendendo que a família é o *locus vivendi* dos seres humanos, entender como são construídas as relações de gênero e como se articulam com a violência passa a ser uma questão fundamental neste estudo. Em seguida, refletiremos acerca da condição de masculinidade, construída no processo de socialização de meninos e expressa nas relações familiares diversas. Dessa forma, a violência sexual contra meninos poderá começar a ser entendida e quiçá explicada. Discutiremos mais detidamente no próximo capítulo alguns elementos dessas dimensões.

CAPÍTULO 2 GÊNERO, VIOLÊNCIA E MASCULINIDADE.

Quando pensamos no fenômeno da violência e, mais detidamente, quando a relacionamos com a categoria gênero, devemos nos indagar sobre uma série de fatores: Como pensar ou definir a violência? De que violência estamos tratando? O que é gênero? Como se articula a interação entre gênero e violência? E, ainda, como ela passa a fazer parte das relações interpessoais, em especial das relações familiares? Como são construídas as identidades femininas e masculinas? Devemos nos lembrar da questão de poder e da dominação? Como lidar com a tensão e o conflito gerados por diversos fatores de vida social? A definição da violência e de que violência estamos tratando já foi abordada no capítulo anterior. Nossa tarefa, nesse momento, é articular a relação entre gênero e violência e, depois, entre essa e a construção da condição da masculinidade, mostrando sua importância para a compreensão da violência sexual contra meninas, foco de nossa pesquisa.

Historicamente temos diversos indicativos que mostram a construção da violência envolvendo relações de gênero. A dominação de homens sobre mulheres ultrapassa séculos e é motivo de diversos estudos. Como nos diz Azevedo e Guerra (1997), a ideologia machista de uma sociedade patriarcal desencadeia uma educação diferenciada, discriminativa e preconceituosa entre homens e mulheres, criando as condições necessárias para incrementar a violência. Para Chauí (1984), a violência seria determinada pelas relações de força, aqui colocada como a ausência de poder, tanto de classes sociais como em relações interpessoais e de gênero. Salienta aspectos de relações hierárquicas de desigualdade e a coisificação do sujeito, ou seja, *“a violência perfeita é aquela que resulta em alienação, identificação da vontade e da ação de alguém com a vontade e a ação contrária que a dominam”* (1984, p.35).

Antes de problematizar a interação entre gênero e violência, precisamos apontar brevemente o que é gênero. Precisamos também deixar evidente a importância da inclusão de gênero para pensar diversas questões em Psicologia e, em especial, à respeito da violência sexual doméstica.

Diniz (2003) vem reforçar a importância da inclusão da noção de gênero não somente para as Ciências Sociais, mas, em particular para a Psicologia como ciência e profissão. Essa autora nos chama a atenção para os vieses dos(as) psicólogos(as) que podem funcionar como lentes que distorcem a sua percepção de mundo ao não estarem atentos para as diversidades humanas. Ao tratarem da violência sexual doméstica Azevedo & Guerra (1997) já havia também salientado para o que denominaram de *“reticências psicológicas”* que nada mais são do que esses vieses ressaltados por Diniz. *“Varáveis como sexo, situação sócio-econômica, estado civil, raça, geram variações diagnósticas que não podem permanecer ignoradas.”*(p.20). Essa mesma autora ainda finaliza: *“nenhuma intervenção está livre de valores associados a gênero e*

cada palavra e ação da(o) terapeuta terá um significado especial para cada sexo. A prática clínica é portanto, um ato político, que não pode ser separado das questões sociais que o circundam” (Diniz, 2003, p. 20)

Santos & Izumino (2005) em um ensaio sobre os estudos feministas no Brasil traçam um trajeto histórico interessante sobre questões de gênero e violência. As autoras apontam que no final dos anos 80, ocorre uma mudança teórica significativa nos estudos feministas no Brasil. Sob a influência dos debates norte-americanos e franceses sobre a construção social do sexo e do gênero, as acadêmicas feministas no Brasil começam a substituir a categoria "mulher" pela categoria "gênero". Apesar das diferentes áreas temáticas e correntes teóricas, há um consenso de que a categoria *gênero* abre caminho para um novo paradigma no estudo das questões relativas às mulheres. Enquanto o paradigma do patriarcado pressupõe papéis sociais rígidos, condicionados culturalmente pelas diferenças biológicas entre o homem e a mulher, a nova perspectiva de gênero enfatiza a diferença entre o social e o biológico.

Nesse mesmo sentido, Almeida (2004) ressalta a importância do movimento feminista como estruturante e fundante para a construção e concepção da categoria gênero, nas ciências sociais em duas posturas fundamentais. A primeira delas nos remete a questão sobre a subordinação das mulheres e a segunda privilegia as condições de vida e trabalho. Nessa busca de reformulação das proposições iniciais que se expandiu o conceito de gênero para mais do que uma mera representação de feminino e masculino. *“Os sistemas de gênero seriam, então, os conjuntos de práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais que as sociedades elaborariam a partir da diferença sexual anátomo-fisiológica e que dariam sentido aos impulsos sexuais, à reprodução da espécie humana, assim como aos relacionamentos entre as pessoas” (p. 10)*. Almeida ainda acrescenta que não devemos nos remeter a gênero somente em seu aspecto binário, mas ultrapassando a divisão bipolar e hegemônica da sociedade como universal.

Gênero passa a ser definido então como uma relação socialmente construída entre homens e mulheres, servindo como categoria de análise para se investigar a construção social do feminino e do masculino. Seu significado transcende ao uso exclusivo da linguagem para designar masculino e feminino ou, ainda, de nos remeter aos conceitos polarizados entre homem e mulher. Ele alcança o patamar de uma categoria social de análise, usada inicialmente pela Antropologia e depois ampliada por todas as ciências sociais. (Malheiros, 2004).

“A noção de gênero é prefigurada a partir destes estudos, uma vez que a feminilidade e a masculinidade passam a ser consideradas como não contingentes ao sexo, mas ditadas pela cultura. O que a noção de gênero irá precisar e ampliar em relação ao conceito de

papel sexual é a idéia de assimetria nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder, de prestígio, ou de hierarquia. A introdução da noção de gênero nos estudos sobre a mulher liga-se, então, com a preocupação em desnaturalizar e dessubstancializar a noção de feminino e de masculino contida em categorias como "a mulher" ou a análise que vinculava os papéis sexuais ao seu substrato biológico". (Malheiros, 2004, p 03).

Nesse ponto, não podemos nos furtar de remeter a Joan Scott (1995) que em seu artigo vai criticar o uso do termo gênero como simplesmente sinônimo de mulher. Para ela, gênero implica em muito mais, uma vez que as informações sobre mulheres necessariamente envolvem informações sobre os homens, chamando a atenção para as representações de poder que estas relações envolvem. Vale ressaltar, por fim, que o conceito de gênero também possibilita o estudo das relações entre as próprias mulheres e entre os próprios homens.

Na literatura corrente é comum a designação “violência de gênero” para expressar a violência de homens contra mulheres. Diversas pesquisas (Santonieri e Col., 2004, Acosta & Barker, 2003, Machado, 1998, Saffioti, 2004) buscam compreender as intrincadas interrelações entre o masculino e feminino quando o assunto é a violência de gênero. Revisão de literatura feita por Acosta & Barker (2003) constatou que a violência de gênero aparece como parte dos papéis sexuais ou *scripts* do masculino nos quais as violências são consideradas justificáveis. Ademais, para Saffioti & Almeida (1995), o conceito de violência de gênero designa um tipo específico de violência que visa à preservação de organização social de gênero, fundada na hierarquia e desigualdade de lugares sociais sexuais. Segundo as autoras, a violência de gênero tem duas faces: é produzida no interior das relações de poder, objetivando o controle de quem detém a menor parcela de poder, e revela a impotência de quem a perpetra para exercer a exploração-dominação, pelo não-consentimento de quem sofre a violência.

A incidência de gênero na construção social da violência remonta quase sempre às relações interpessoais, levando Machado (1998) a denominá-la como violência interpessoal de gênero. E, nesse aspecto, a autora salienta que diante do cometimento de um ato violento os significados da violência são diferentes, pois se para o masculino tem um sentido de desafio, rivalidade e controle; para o feminino seria o de desejar e de ser desejada, o desejo de não perder. Ou, como a própria autora ressalta, “*as relações amorosas violentas mobilizam e são mobilizadas por construções de gênero igualmente enraizadas no masculino e no feminino*” (Machado, 1998, p. 14).

Tentar compreender a construção social de gênero e a construção social da violência constitui, sem dúvida, um grande desafio. E o que interessa neste estudo é a relação de violência doméstica e gênero tal com se apresenta em nossa sociedade, focalizando-a na invisibilidade da

violência sexual doméstica sofrida por meninos. Isso com certeza nos remeterá à construção social da condição da masculinidade.

A relação entre violência e gênero tem sido vista por diversos estudiosos que se debruçam sobre essa questão (Acosta, 2003, Machado, 1998 e 2004, Zahar, 2004, Saffioti, 2004). Na literatura presente, ao se analisar a incidência da violência, verifica-se que a maior parte dos agressores em diversas circunstâncias e modalidades de violência é o homem. Como no diz Ribeiro (2004) ele é identificado como o “algoz” e agressor da mulher e de seus filhos no âmbito da família. Em uma pesquisa sobre gênero e violência, Zaluar (2004) também confirma a constatação de que 80% dos atos violentos (no Brasil e no mundo) são praticados por homens, principalmente os jovens.

Em uma pesquisa onde analisa as relações entre o matar e o morrer no feminino e no masculino, Machado (1998) constata que as violências praticadas por homens e mulheres se distinguem tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. Os números são muito maiores para os homens – eles matam e morrem muito mais significativamente do que as mulheres, sendo 97,10% os acusados e 89,70% vítimas de violência. Estes dados poderiam levar a ilusão de que seria falso falar em vitimização de mulheres, já que os homens são as maiores vítimas de suas próprias violências. Contudo, existe a invisibilidade da violência doméstica, muito maior que o homicídio doméstico oficializado nas estatísticas das delegacias. E não podemos esquecer que as mulheres são mortas quase sempre pelos homens, seus próprios companheiros.

Entretanto, o homem também pode ser a “vítima”, como mostra um estudo realizado em Brasília, onde a autora fez um levantamento junto às delegacias do Distrito Federal. (Rodrigues, 2000). Essa pesquisa verificou que em 1999 foram registradas 123 queixas por homens agredidos por familiares, sendo 50 casos de lesão corporal, 44 casos de ameaça e 09 de tentativas de homicídio, praticadas pelas esposas, companheiras, ex-esposas, ex-companheiras, amantes, filhos, enteados, irmãos, sogros e cunhados.

E ele é também a vítima invisível sob o ponto de vista da violência sexual doméstica, ou ainda, como assinala Hunter (1991), ele é a grande vítima negligenciada e subnotificada nas estatísticas oficiais onde sua visibilidade não chega a chamar a atenção. Estamos diante de um grande paradoxo, pois aquele que se torna o grande agressor é também a vítima silenciosa que se cala e que consente por medo e vergonha como tantas vítimas se calam, sejam elas meninas, meninos ou mulheres agredidas.

Como já foi traçado ao longo desta dissertação, está cada vez mais evidente que a violência é uma construção social que envolve diversos elementos sócio-históricos, culturais e emocionais e que nos remete necessariamente às construções sociais de gênero. Como nos aponta Louro (1997) os estudos sobre gênero vêm demonstrando que o esquema polarizado linear que tenta explicar a causalidade das problemáticas sociais não dá conta da complexidade social que

envolve a violência. Urge a necessidade de um aprofundamento teórico que possa dar conta dessas explicações. Nesses termos, a categoria gênero fornece um importante instrumental de análise, fundamental no presente estudo. Porque ao tentar compreender como são estabelecidas as relações de gênero em nossa sociedade poderemos quiçá compreender as intrincadas relações que se estabelecem entre homens e mulheres sob a égide da violência.

Vale destacar que ao pensarmos em gênero e ao relacionarmos com a violência, particularmente a violência sexual, ela se articula não apenas entre o masculino e o feminino ou entre o lugar do homem e da mulher na sociedade, mas também nos remete às estruturas sociais, como a diferenciação etária, as diferenças entre as classes sociais, as dominações, os poderes, as fronteiras entre o mundo público e o mundo privado. Como nos assinala Zaluar (2004) a recorrência de práticas violentas entre os homens não deve ser vista somente como uma questão de gênero, mas como sintoma de um problema maior da sociedade em geral. Essa autora busca compreender a relação entre gênero e violência, afastando argumentos reducionistas que sustentam que tudo é compreendido pela pobreza. Nesses mesmos termos Faleiros acrescenta: *“A pobreza... não é o determinante da violência, mas em suas entranhas gesta-se um processo cumulativo de fragilização social que condiciona a sua trajetória...”* (p. 11)

A categoria gênero aponta então para determinado tipo de análise que vislumbra transcender ou (re)pensar o processo histórico de construção e representação sobre o lugar político da mulher e do homem. (Mota, 1998). E, como acentua Scott (1995) o estudo do homem nos remete a pensar a própria mulher, pois um implica no estudo do outro, uma vez que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens.

Do ponto de vista histórico constatamos que o movimento feminista veio colaborar para os estudos de gênero, pois, ao avaliar a condição feminina, trouxe grande contribuição para uma análise sobre o masculino. Monteiro, (1997) aponta que as feministas tiveram grande influência não só na elaboração de teorias e na crítica de conceitos, mas na produção de saberes, que causaram rupturas na forma de pensar e nas práticas sociais. Em outras palavras, o impacto do movimento feminista causou uma influência não só no aspecto social e político, mas também na maneira como a realidade é vista. Com isso afetou a percepção do próprio homem sobre si mesmo, o seu papel nestas estruturas sociais e a sua masculinidade.

O *Men's Studies* inicialmente repousa seus estudos sobre o paradigma do papel sexual, conceito aplicado por Talcott Parsons, um sociólogo estruturalista, às questões de gênero nos anos 50. Para esse autor, os papéis sexuais estão relacionados a um conjunto de valores e atitudes socialmente determinadas, correspondentes às representações e expectativas do ser homem e do ser mulher em todas as sociedades. Essas características são um legado das idéias funcionalistas com uma interpretação essencialista, onde a noção de homem e de mulher se sustenta somente nas diferenças biológicas. Tais concepções estão baseadas nas relações de poder entre homens e mulheres, as quais passaram a ser questionadas naquela época.

Com a influência do *woman's studies* o campo de estudos masculinos foram ampliados no sentido de compreender as experiências e práticas dos homens além da dicotomia dos papéis sexuais. Com a incorporação das teses psicanalíticas, que buscam compreender melhor o lugar ocupado por esse homem dentro da dinâmica familiar, como, por exemplo, a tese da separação materna, uma melhor compreensão do Complexo de Édipo, dentre outras explicações; e mais tarde com a visão das relações de poder, as quais trouxeram contribuições significativas para o entendimento do ser homem, os estudos masculinos são vistos de outra maneira. (Zaluar 2004). Posteriormente essas questões também são ampliadas, os “fardos da masculinidade” e temas como a emancipação das mulheres, a angústia masculina, e a homossexualidade, trouxeram elementos para a discussão sobre os rígidos padrões de masculinidade.

Dessa maneira emerge, ao longo da década de 80, nos países anglo-saxões um conjunto de estudos sobre a construção social das masculinidades – os “*men's studies*” Tais estudos como salienta Zaluar (2004) “*destacam que o gênero não compreende só a dicotomia masculino x feminino; antes, gênero cruza-se com uma rede de elementos vinculados às estruturas de classes, poder e etnicidade, que estruturam as relações sociais*” (Zaluar, 2004, p. 57). Esse novo modelo busca a ruptura com o falso universalismo dos papéis sexuais masculinos, pois além disso há uma pluralidade de tipos de masculinidades. Monteiro (1997) ressalta que essa crise da masculinidade não é unívoca em seu funcionamento ou conseqüências; ela faz parte de processos sociais mais amplos, um dos principais sendo as sucessivas ondas de crítica feminista presentes no ocidente desde o século XIX.

Não se pode esquecer então que sem essas discussões produzidas pela Teoria Feminista em diversas áreas, o estudo da masculinidade como objeto de estudo nunca teria sido despertado. Nesse sentido, houve um exame crítico e uma retomada de posição quanto às desigualdades sociais baseadas na diferenciação sexual. Por outro lado, o movimento ou, mais ainda os estudos sobre a homossexualidade trouxeram a presença do “homem” como fonte de estudos, pois exigiram novas reflexões sobre os papéis sexuais. A importância do movimento gay ampliou de fato os estudos sobre a masculinidade ao trazer a visão social da desigualdade, ampliando as discussões e questionando valores tradicionais como a masculinidade hegemônica, ou seja, branca, heterossexual, dominante.

Da mesma forma consideramos que os estudos sobre as condições da masculinidade são fundamentais para compreendermos não apenas como se dá a construção da identidade de gênero masculina, mas também a importância desta identidade na consolidação das identidades femininas. Como assinala Zaluar (2004): “*Assim, enfatizar o caráter interativo e construído dos significados da masculinidade implica um outro ponto, diferente do que apregoava a teoria dos papéis sexuais: nem todas as masculinidades são criadas igualmente,*

ou seja, os significados das masculinidades variam de cultura para cultura, variam em diferentes períodos históricos, variam de homem para homem e no curso de uma vida” (p. 72)

Nesse ponto podemos refletir que a concepção de gênero aqui delineada nos fornece uma determinada compreensão da realidade de ser homem e ser mulher, inserida numa determinada cultura, num determinado momento. Entendendo que essa mesma concepção irá orientar a nossa visão de mundo e, desse modo, iremos perceber a nós mesmos, aos outros, isto é, ela nos remeterá a nossa subjetividade. E, ainda, entendendo que essas mesmas subjetividades se apresentam de múltiplas formas numa mesma sociedade mediante as capacidades diversas que homens e mulheres têm de se posicionar diante das situações de conflitos existentes é que iremos traçar algumas considerações sobre a construção das identidades masculinas.

O processo de socialização em diversas culturas está impregnado de expectativas diferenciadas para homens e mulheres, criando dessa forma estereótipos de papéis também diferenciados. A rígida socialização a que meninos são submetidos para se tornarem homens, cria padrões de condutas irreais e não realizáveis, os quais vão afetar profundamente as relações de homens e mulheres. Por um lado, são esperados que os homens sejam fortes, provedores, racionais, agressivos e autônomos e, por outro, as mulheres sejam frágeis, emocionais, cooperativas, nutridoras e expressivas. (Philpot e Brooks, 1995).

A polaridade construída entre a masculinidade e a feminilidade determinou o surgimento de conflitos em diversas áreas dos relacionamentos entre homens e mulheres, denominado por Philpot e Brooks (1995) como “*Clash of the genders..*” (p. 105). Assim, com sistemas de valores tão diversos, com características de personalidades tão distintas, com estilos de comunicação, por vezes opostas, é surpreendente que esses dois seres humanos se encontrem e vivam juntos por toda uma vida, não sem prejuízo para ambas as partes. Segundo Cecchetto, (2004) “*o equilíbrio das tensões é precário e o desenvolvimento de conflitos é um componente virtualmente presente na interação, e não oposto a ela*” (p. 39). Nas relações entre homens e mulheres às tensões decorrentes de conflitos são um assunto cotidiano e, muitas vezes, o uso da violência se torna um mecanismo legítimo de resolução desses mesmos conflitos. Isso cria um círculo vicioso de tensão, conflito e violência.

O processo de construção da identidade masculina é determinado por uma diversidade de fatores físicos, psicológicos, emocionais, dentre outros, os quais interagem com as normas sociais e culturais. (Philpot & Brooks, 1995 e O’ Neil e Peck, 1982). Isso leva a uma visão mais ampla da masculinidade e sua construção, levando-nos a refletir a respeito de masculinidades (grifo nosso), pois interessa pensar que existem diversas visões de masculinidades. Como nos diz Zaluar (2004):

“ouvir a diversidade das vozes masculinas e atentar para a importância da desconstrução crítica da homologia masculino/público/político, ou seja , de uma masculinidade

hegemônica, tem sido a tônica dos trabalhos sobre os homens a partir do enfoque da “construção social da masculinidade” (p. 56).

É fundamental que ao falarmos de violência e ao falarmos de masculinidade nos atermos de que violência e de que masculinidades estamos falando. Como nos aponta Machado (2004) existem culturas onde “ *o confronto violento e o uso conspícuo da força física podem constituir valor simbólico*” (p. 38). Dessa maneira, estamos falando sobre a violência sexual doméstica que incide sobre meninos em nossa sociedade ocidental, onde presenciamos continuamente um discurso dicotômico e paradoxal. É importante deslocar o eixo dos estudos que estiveram em um primeiro momento centrados na mulher, para um estudo de caráter mais relacional. Além disso, é necessário trabalhar o feminino e o masculino como formas mutáveis e flexíveis que estão, necessariamente, subordinadas à questão do relacional entre o homem e a mulher.

Brito (2000), ao analisar o posicionamento (*grifo nosso*), ou seja, a expressão dentro da ação discursiva, em práticas discursivas de meninos em uma escola pública vê a possibilidade de verificar as construções das identidades sociais, as quais vão sustentar a construção das masculinidades. Dessa forma, dentro de uma visão socioconstrutivista, a construção da masculinidade se consolida em interações múltiplas, dinâmicas e contraditórias com a masculinidade hegemônica. Isso vem confirmar o aspecto multifacetado do processo de construção da identidade masculina.

Meth e Pasick (1990) assinalam que esse processo de construção da identidade masculina tem trazido prejuízos e limitações sobre vários aspectos da vida do homem. Dentre esses aspectos os autores destacam a forma como os homens lidam com suas emoções, o seu corpo, a sua sexualidade, os seus relacionamentos afetivos e o seu trabalho. A pressão exercida pela sociedade ocidental para que o homem exerça uma condição que ele próprio acaba por não conseguir, afeta assim a sua saúde física e mental.

Nolasco (1997) em um texto instigante, onde ele retrata a construção da masculinidade em cima da imagem do “homem de verdade”, também discorre sobre as dificuldades sofridas pelos homens ao tentar se enquadrar dentro desse ideário do sistema patriarcal. Esse autor afirma que tais imposições têm empobrecido as satisfações emocionais masculinas, onde a identidade é construída dentro de um afastamento emocional e uma inquietude sexual quase que descontrolável. Em um artigo sobre o caminho da masculinidade, Meth (1990) salienta que historicamente os homens têm sido vistos como “*owners of the power*”, ou seja, *donos do poder* (p.12). Esse autor traz algumas indagações, dentre elas se este poder masculino seria de fato um privilégio ou uma opressão. Diversos estudos têm apontado que essa pressão sofrida pelos homens mais como um prejuízo do que como um ganho ou privilégio.

Santonieri e Cols. (2004) em uma pesquisa inovadora sobre o que pensam os jovens do sexo masculino sobre a violência, ressaltam que a idéia de que a violência é uma atitude natural

do homem está relacionada com a forma como os meninos são socializados em nossa sociedade, estando diretamente relacionado à construção da identidade masculina. Ou ainda:

“vivemos numa sociedade que condena a violência social, mas que estimula os meninos, no seu processo de socialização, à supressão de todas as suas emoções com exceção da raiva (...). São submetidos a um processo de ‘endurecimento emocional’ (...). O impedimento de manifestações de ternura e o exercício da força e da agressividade não é para que se “sintam fortes”, mas porque “não podem se mostrar fracos” (...). Qualquer sensação de fragilidade pode ser o móvel desencadeante de sentimentos de humilhação e raiva muitas vezes incontroláveis”. (Santonieri e Cols., 2004, p. 50).

É curioso notar que em diversos estudos que estabelecem as relações de gênero e violência usam como fio condutor as violências infligidas de homens contra suas mulheres. Por outro lado, compreendemos o aspecto reprodutivo dessa mesma violência, pois, como nos aponta uma pesquisa comandada pelos Institutos PROMUNDO E NOOS (Acosta & Barker, 2003) numa amostra de 749 homens, 51,4% usaram de algum tipo de violência; 40% foram testemunhas de violência e 45,5% foram vítimas de violência em suas famílias de origem. Esses mesmos autores ressaltam: *“... o fato dos homens serem socializados em contextos que a violência é banalizada e considerada como algo normal aumenta a probabilidade do uso de violência em suas relações íntimas” (Acosta & Barker, 2003, p.5)* Este estudo conclui que a violência está fortemente presente no cotidiano desses homens, o que nos leva a refletir sobre o caráter intergeracional e reprodutivo da violência. E para aprofundar um pouco mais sobre essas questões é que estamos refletindo gênero e a construção da condição da masculinidade.

Segundo Instituto PROMUNDO (Acosta & Barker, 2003), cada vez mais existe no Brasil o reconhecimento da necessidade de criar pesquisas que se preocupem com a questão da masculinidade. Pesquisas recentes e novas perspectivas chamam a atenção para um entendimento mais apurado de como os rapazes são socializados, do que eles necessitam em termos de um desenvolvimento saudável e o que os educadores de saúde e outros profissionais podem fazer para atendê-los de forma mais apropriada. O objetivo dessas pesquisas envolve *“a necessidade de mudar certas atitudes e valores associados a masculinidade e gênero que os tornam mais vulneráveis em relação a doenças sexualmente transmissíveis e à AIDS, à violência e ao uso de drogas, dentre outros”(p. 2)*

Achamos de fundamental importância analisarmos a questão da violência sexual contra meninos. Até o momento, poucos são os estudos que se preocupam com essa parcela da população. Por outro lado, podemos perceber que a incorporação da categoria gênero nesta perspectiva será estruturante em nosso estudo. Como nos aponta Mota (1998):

“o gênero, nesta perspectiva, revela novas possibilidades, como observar que há, nas relações entre os sujeitos, uma natureza assimétrica, segundo a qual a diferença sexual

não está somente sediada na especialização da saúde reprodutiva, mas também em muitos outros campos da vida cotidiana sexual, entre eles, o erótico”(p. 08).

Entendemos gênero como uma categoria central para a investigação científica, definida como uma dimensão socialmente construída, e, como nos diz Scott (1995), não deixando de entender o seu caráter relacional e plural com outras categorias, principalmente com a violência sexual. Poderemos ainda indagar, como a violência sexual contra os meninos se inscreve na nossa cultura? A partir dessa problematização podemos ainda questionar em que medida o uso da violência, particularmente reforçado no comportamento masculino, não seria uma forma de manifestação de toda essa socialização? Pois, é fato, que na construção de identidade masculina, os homens, ainda meninos, são encorajados a expressar agressividade e violência, e são constantemente oprimidos em suas manifestações de afeto.

Dessa maneira o enfoque dessa pesquisa será o de compreender como a construção social da condição da masculinidade está imbricada nas dinâmicas familiares, de tal maneira que a violência sexual doméstica se torne invisível e perpetue assim uma das mais dolorosas formas de violência, invisível e, por isso, esmagadora. Dessa maneira estaremos nos reportando à família, sua estrutura e dinâmica, as suas intempéries vivenciadas no cotidiano contemporâneo.

CAPÍTULO 3 A FAMÍLIA E A CONSTRUÇÃO DA VIOLÊNCIA

3.1 Aspectos histórico-conceituais

A compreensão do fenômeno da violência sexual doméstica contra crianças e adolescentes exige que exploremos o contexto sócio-econômico, político e cultural, onde a criança e o adolescente estão inseridos. Nesse sentido, é fundamental compreender o contexto familiar, sua organização e suas relações. Antes, porém de darmos atenção às questões relativas às dinâmicas familiares, nos deteremos em uma breve exploração dos aspectos históricos da família. O objetivo é apreender que família é essa de que falamos e de onde falamos, para posteriormente podermos olhar para as famílias com vivências de abuso sexual.

Do ponto de vista etimológico *Família* é um vocábulo português advindo do latim “*famulus*” que significa originalmente um “conjunto de escravos e servidores de uma pessoa”. O vocábulo francês “*famille*” advém do século XIV e o inglês “*family*” data do início do século XV e o seu sentido, tal qual o conhecemos hoje, foi sendo estabelecido numa construção sócio-histórica.

Com as contribuições dos estudos de Ariès (1981) e de Ariès. & Bejin (1994) podemos compreender melhor as mudanças pelas quais a família tem passado, suas relações e funcionalidade. Fundamentalmente os autores ressaltam que a família transformou-se profundamente na medida em que modificou suas relações com a criança. Através do estudo da iconografia (litogravuras, gravuras, pinturas, calendários). Ariès (1981) acompanha a evolução histórica do homem e suas relações. O autor descreve que até o século XVI, o livro das horas mostrava a evolução do ano, marcado pelo ofício característico de cada época. Inicialmente, o homem aparece sozinho, ou quanto muito acompanhado de um criado, também homem. Paulatinamente, surgem mudanças nestas representações que vão se alterando, surge inicialmente a figura feminina, a mulher assumindo diferentes papéis; depois os camponeses. O homem não está mais sozinho. Surgem os calendários com cenas de rua, trazendo também as cidades e não só os espaços rurais; o mercado, os vizinhos, pessoas que conversam à janela – o cenário familiar do trabalho e das relações sociais.

A partir do século XVI a criança surge como novo personagem. Até então ela aparecia nas representações de anjos, mesmo assim como um adulto em miniatura. Agora, contudo, ela aparece servindo à mesa, fazendo bagunça no mercado, fazendo supor rudimentarmente cenas de vida familiar. Ao longo deste mesmo século as representações trariam uma outra transformação, acrescentariam uma simbologia – as idades da vida, que poderiam ser representadas através de degraus de uma pirâmide, ou através de uma criança, um jovem ou um

idoso. E, assim, sucessivamente as modificações da vida social foram sendo representadas – história de uma família, seu patrimônio, as mortes, a união. É o surgimento do sentimento da família.

O sentimento de família era desconhecido na Idade Média e nasceu nos séculos XV e XVI, para se exprimir com maior vigor nos séculos XVII. Para os historiadores do direito e da sociedade, os laços de sangue não constituíam um único grupo, e sim dois distintos: a) a família ou “*mesmie*”, que pode ser comparada à nossa família conjugal moderna; b) a linhagem, que estendia sua solidariedade a todos os descendentes de um mesmo ancestral. (Ariès, 1981).

A família, então, compreendia todos os membros que residiam juntos, vários elementos, e, às vezes, vários casais, que viviam numa propriedade que eles haviam recusado dividir. Essa tendência à indivisão da família, que não durava mais de duas gerações, deu origem às teorias tradicionalistas do século XIX sobre a família patriarcal.

A família conjugal moderna seria, portanto, a consequência de uma evolução que, no final da Idade Média, teria enfraquecido a linhagem e as tendências à indivisão. Tais fatos estão ligados à dissolução do Estado, ou seja, o Estado enfraquecido cria uma necessidade da sociedade de se proteger, gerando dessa maneira um estreitamento nos laços de sangue. (Ariès, 1981).

Esse mesmo autor ressalta que o que surge de novo é o sentimento de família e não a família. A família sempre existiu, mas sua existência era, de certa forma, silenciosa. Então, a partir do aparecimento desse sentimento, a família não é apenas vivida discretamente, mas é reconhecida como um valor exaltado por todas as forças da emoção. Esse sentimento foi se fortalecendo em torno da família conjugal, formada pelos pais e pelos filhos. Essa família, ou ao menos a idéia que se fazia de família, ao representá-la e exaltá-la parece igual à nossa. O sentimento é o mesmo. Esse sentimento está muito ligado à infância.

À medida que se fortalece o sentimento de família, crescem as noções de intimidade e de vida privada. Isso pode ser observado nas mudanças que ocorrem na casa, à proporção em que esta passa a ser dividida em aposentos distintos, cada vez mais isolados dos outros, o que cria uma maior intimidade e privacidade.

Casey (1992) assinala a complexidade e as dificuldades que encontramos ao nos debruçarmos sobre a história buscando a compreensão do significado e da função da família. Inicialmente, chama a nossa atenção para a tendência de vermos as outras sociedades a partir dos olhos do nosso próprio tempo. Tal fato poderá trazer alguns impedimentos e pouca clareza ao objeto de estudo. Depois, o autor salienta a necessidade de vermos a família como parte de um todo social e cultural, o que de fato dificulta o seu estudo, pois a questão da delimitação se torna um elemento importante. Por esses e outros motivos, alguns historiadores enfocam o estudo do lar, pois seus registros são unidades identificáveis. Nesse aspecto, o estudo da família

se associa ao estudo demográfico e pode ajudar na compreensão do desenvolvimento econômico das sociedades tradicionais.

No que se refere à realidade brasileira, Samara (2002) em um artigo instigante traça algumas considerações a respeito da concepção histórica da família. Para isso faz uma análise comparativa do período colonial até a atualidade. Tendo como elementos de análise os dados do recenseamento de 1872 até 1996 ela acompanha o trajeto dessa família, tentando definir que família é essa. Ressalta que as mudanças econômicas ocorridas ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII – a cana de açúcar no Nordeste, o ouro em Minas e o café em São Paulo, trouxeram mudanças que afetam significativamente o estilo de vida das pessoas e a sua forma de estabelecer relações. Tais mudanças afetaram, sobretudo, a organização familiar e as relações de gênero.

Bruschini (2000) assinala que o conceito de família não é unívoco, e que diversas áreas do conhecimento como a sociologia, a antropologia e a psicologia, assim como também a história, se debruçaram sobre essa árdua tarefa de conceituação. Em seu exaustivo passeio teórico histórico a autora salienta que a antropologia contribuiu para a desnaturalização e desuniversalização da família, tal como a conhecemos na atualidade. Apesar de a família ser considerada não-natural e apresentar uma grande mutabilidade ao longo do tempo e de mostrar uma diversidade cultural vasta é importante lembrar que o conceito de família nos remete necessariamente a um grupo social concreto e delimitável, sendo um modelo de uma cultura posta e também a uma representação da mesma. E, nesse sentido, a família teria algumas funções que a autora elege como fundamentais: a) função econômica; b) função socializadora e c) reprodução ideológica.

A função econômica se refere à produção propriamente dita, a qual teve mudanças significativas ao longo do tempo. Antes do advento do capitalismo, as funções dentro de uma família também eram distintas e distribuídas de acordo com o sexo, idade, dentre outros aspectos. Com a mudança econômica do mundo, o processo de industrialização trouxe mudanças nos papéis dentro da família. Coube a mulher a responsabilidade pela casa e família e a produção passou a se realizar em locais diferentes. Outro elemento importante de mudança ao longo do tempo seria o fato do consumo trazer uma distribuição diferenciada de papéis e funções para os membros da família. A função socializadora refere-se não somente ao papel pedagógico e educativo da família, mas também aos aspectos afetivos e de formação da personalidade de seus membros. Quanto à função de reprodução ideológica, Bruschini (2000) ressalta a família como tendo uma função importante na transmissão de valores, idéias, normas e padrões de comportamento.

Essas designações e funções são ressaltadas de forma diferenciada pelos diversos estudiosos. Osório (1996), por exemplo, salienta que basicamente a família desempenha três funções: biológica, psicológicas e a social que estão intimamente relacionadas. A função

biológica estaria relacionada à manutenção da espécie; a psicológica estaria relacionada ao alimento afetivo e emocional; e, finalmente, a função social, estaria relacionada à promoção da transmissão étnica e cultural, assim como o preparo para o exercício da cidadania. Dessa forma, a família teria uma função psicossocial de transmissão das experiências acumuladas pelas vivências individuais e coletivas de geração a geração, contribuindo para a evolução do processo educativo, social, cognitivo e afetivo do ser humano.

Diante das transformações e da complexidade que tem se tornado a vida contemporânea o estudo da família tem acontecido sob permanente perplexidade. Tais transformações ocorreram fundamentalmente a partir da revolução sexual e do questionamento a respeito do papel do homem e da mulher, dentro de uma sociedade que questiona seus valores, gerando mudanças significativas nas relações interpessoais. O movimento feminista, o reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente, as mudanças nos comportamentos sexuais, a institucionalização do consumo como pauta cultural no mundo atual e os avanços tecnológicos são aspectos a serem considerados quando pensamos na família moderna. Dessa maneira, os papéis têm mudado consideravelmente, mas como salienta Osório (1996) a família é uma forma de organização humana que mais do que nunca tem sido estudada e avaliada e, parodiando Lavosier (um cientista famoso do século XVIII) comenta: *“na família nada se perde, nada se cria, tudo se transforma”* (p. 14).

Os estudos feministas foram fundamentais para a compreensão da família. O pensamento marxista de certa forma havia reduzido a família à sua função de reprodução de um modelo econômico e esses estudos trouxeram à tona os papéis e as funções das mulheres na família. Muda-se o foco de análise, articulando o que ocorre no espaço doméstico e privado com que ocorre no espaço público. Alterando profundamente as relações familiares (Diniz, 1999, Bruschini, 2000).

Bruschini (2000) faz uma referência à Freud como sendo o mentor da compreensão de uma família nuclear burguesa, onde *“...encontramos o ponto de partida para a apreensão da família como uma complexa teia de vínculos e de emoções, que se expressa simultaneamente através do ódio e do amor”* (p. 62). A psicologia contribuiu dessa forma para mostrar a dimensão afetiva da família. Como já vimos em Áries (1981) o sentimento de família tal como a conhecemos na atualidade foi uma construção sócio-histórica em função das diversas mudanças ocorridas em nossa sociedade ocidental. Hoje sabemos da importância dos vínculos afetivos e da forma como as relações interpessoais são construídas no interior das famílias para o desenvolvimento de personalidades saudáveis e funcionais dentro de uma realidade posta.

A sociologia define a família como um grupo social caracterizado por comum residência, colaboração econômica e reprodução. Inclui, pois, adultos de ambos os sexos, dos quais dois ao menos mantém relações sexuais socialmente aprovadas, e um ou mais filhos, próprios ou adotados, dos adultos que coabitam sexualmente. (Murdock, 1949, citado em CEFAM, 1993).

Para a antropologia existe uma diversidade de famílias, visto que dados colhidos em estudos antropológicos com os mais diferentes grupos humanos serviram para mostrar que o conceito de família e parentesco não são os mesmos em todas as sociedades. Isso é confirmado tanto, através de estudos de sociedades simples ou tribais ainda existentes, como por meio de estudos históricos da própria sociedade. A família existente à época do feudalismo diferia tanto da que existe atualmente, quanto da família patriarcal do Brasil colônia. Da mesma forma que os conceitos de paternidade e maternidade dos Tupinambás do Brasil, no século XVI, divergiam profundamente dos que adotamos hoje.

Passos (2005), ao abordar as questões sobre as funções da família, ressalta que há sempre uma relação de implicação entre o sujeito e o ambiente, ou seja, existe um entrecruzamento de fatores que irão constituir o que é a família e qual a sua função num determinado momento e num contexto dado. Para a autora são três as referências que irão constituir o eixo central da organização familiar e que balizam as suas transformações: a intra-subjetividade, a intersubjetividade e a trans-subjetividade.

Explicitando um pouco mais temos, a intra-subjetividade se relaciona àquilo que é próprio do sujeito e de sua relação consigo mesmo, seu psiquismo e idiosincrasias. A intersubjetividade diz respeito às relações com seu espaço grupal – família, amigos, relações de trabalho, dentre outras. A trans-subjetividade dimensiona as relações entre o sujeito e o espaço social maior, institucional. Dessa maneira, pensar em família nos remete a diversas famílias possíveis que são construídas a partir dessa relação do sujeito e do contexto em que está inserido. (Passos, 2005).

Podemos dizer que existe um caráter universal dos conceitos de família que, sempre e em toda a parte, nos remete a um sentido de proteção e socialização da criança, para cuidado dos velhos e dos doentes. O modo e a extensão dessa socialização e cuidados podem variar consideravelmente, mas a função básica sempre existiu – é uma constante. Em toda e qualquer sociedade, a família sempre tem sido a instituição fundamental para a transmissão daquelas maneiras típicas de viver que os antropólogos denominam de cultura.

Nas sociedades humanas ocidentais da atualidade, a noção mais generalizada de família está predominantemente ligada à idéia de um casal e seus filhos, ou seja, o que denominamos de família nuclear. Assim como a noção de família extensa, que seria composta de duas ou mais famílias nucleares, formando uma agremiação familiar única, a qual abrange a família nuclear do adulto casado e a de seus pais.

A definição de família é ao mesmo tempo uma descrição de uma realidade e uma construção da realidade social, pois estas últimas são ficções reconhecidas coletivamente. Dessa maneira, se ela aparece como uma categoria social “natural” é porque ela funciona como esquema classificatório e como princípio do mundo social. O sentimento de família é uma constante transformação simbólica, vivenciada por cada membro da família e deverá ser

reinvestida a cada momento para que esse sentimento se perpetue dentro dessa construção social. Contudo, para esse autor, por mais que sua definição possa ser elástica e parecer natural dentro dela não cabe todas as configurações que se lhe apresenta dentro de nossa sociedade ocidental. (Uziel, 2004)

Finalmente poderíamos assim definir:

“A família é um grupo social composto de indivíduos diferenciados por sexo e por idade, que se relacionam cotidianamente, gerando uma complexa e dinâmica trama de emoções; ela não é uma soma de indivíduos, mas um conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas com sua própria individualidade e personalidade. A sexualidade, a reprodução, a socialização são esferas potencialmente geradoras tanto de relações prazerosas quanto conflitivas. A divisão interna de papéis pode ser a expressão de importantes relações de dominação e submissão, na medida em que configura uma distribuição de privilégios, direitos e deveres dentro do grupo” (Bruschini, 2000, p. 77).

Depois dessa pequena explanação sobre os aspectos histórico-conceituais do que consideramos uma família iremos abordar uma corrente de pensamento que mais contribuiu para compreensão da família desde a década de 50. Vamos refletir um pouco o que significa família vista enquanto um sistema dentro do paradigma da Teoria Sistêmica. Acreditando ser essa abordagem a mais adequada para uma explicação significativa quando tentamos ver a família em seus aspectos interrelacionais e onde a questão da violência doméstica poderá ter seus significados ampliados. Como nos diz Angelim (2004), o salto conceitual proporcionado pela perspectiva sistêmica nos remete a duas mudanças fundamentais, a primeira em termos estruturais e a segunda em termos interventivos. Portanto, iremos nos remeter a elas no próximo item para uma compreensão mais detalhada da família como um sistema.

3.2 Família como um Sistema

É inerente à condição humana o fato do ser humano viver em grupos. Pode haver variações em nível de organização, porém as agregações sociais sempre existiram. A família, neste sentido, tem demonstrado apresentar condições para propiciar o desenvolvimento que a pessoa necessita para sobreviver. Muito se tem discutido sobre essa forma de organização, tanto no sentido de tentar compreendê-la quanto para buscar subsídios teóricos para intervenções de diversas naturezas. Nesse contexto, a Teoria Geral dos Sistemas tem demonstrado ser uma teoria que sustenta essa compreensão, pois segundo diversos autores as características dos sistemas se aplicam de forma bastante adequada à família.

Segundo Vasconcellos (2002) a teoria sistêmica foi construída a partir de duas tendências básicas na ciência dos sistemas – uma mecanicista e a outra organicista. A primeira está

associada à Teoria Cibernética de Norbert Wiener, voltada para a regulação e controle dos mecanismos de informação; e a segunda, relacionada à Teoria Geral dos Sistemas de Bertalanffy, um biólogo que acreditava que os organismos funcionavam como sistemas abertos. Ambas tiveram desenvolvimentos paralelos, com alguns entrelaçamentos, em função de seus desdobramentos e suas aplicações. A Teoria Geral dos Sistemas trata da organização como um sistema de variáveis mutuamente dependentes, sendo que a noção de sistema é um todo integrado. A noção de sistema aparece como conceito fundamental na investigação científica, pois os fenômenos são avaliados em seus contextos e não mais isolados.

Ambas as tendências pretendiam transcender as fronteiras disciplinares, tendo como conceitos chave a integridade, a regulação e a organização. Este conceito de regulação e organização circular, oposto à descrição individual e à explicação linear, tem sido o fundamento da abordagem sistêmica aplicada à compreensão e atendimento da família. As idéias centrais do pensamento sistêmico são que a totalidade é maior que a soma das partes; cada parte só pode ser compreendida dentro do contexto da totalidade, sendo que uma mudança em qualquer uma das partes afeta todas as demais; a totalidade se regula a si mesma por meio de uma série de circuitos, a fim de ministrar estabilidade ou homeostase ao sistema. (Mony-Elkaïm, 1998, Nichols & Schuartz, 1998, Vasconcellos, 2002, dentre outros).

A teoria sistêmica apresenta uma perspectiva de construção de um conhecimento articulado com as múltiplas dimensões do mundo, estando muitas das vezes designada como um novo paradigma da ciência. E retomando novamente Vasconcellos (2002) esta teoria estaria articulada aos seguintes elementos: complexidade, instabilidade e subjetividade. Complexidade no sentido de necessidade de contextualização, onde as relações causais seriam circulares e recursivas. Instabilidade, pois parte do princípio de que o mundo é instável, indeterminado, imprevisível, irreversível e incontrolado. Quanto à intersubjetividade essa autora traz a noção de que existe uma realidade independente de um observador e esse último faz parte deste mundo, ou seja, o conhecimento científico seria uma construção social, onde sujeitos e observadores são co-participantes.

Vasconcellos (2002) aponta que o pensamento científico estava voltado, inicialmente, para o estudo do comportamento humano dentro de premissas que continham uma visão de mundo onde a simplicidade, estabilidade e objetividade eram os constructos teóricos. Os tratamentos psicológicos e psiquiátricos que existiam estavam circunscritos ao tratamento do indivíduo doente, já que ele era visto isolado de seu contexto familiar ou social.

A abordagem sistêmica veio mudar esse pensamento. Com esses estudos sobre as famílias adveio uma mudança de paradigma – de um modelo reducionista, intrapsíquico e explanatório para um caráter psicossocial, contextual e sistêmico. Adotar essa abordagem significa adotar um campo de estudo e intervenção diferente, onde o mundo interior dos fenômenos intrapsíquicos é

substituído por um mundo de comportamentos interativos, observados no seu contexto temporal e espacial. (Mony-Elkaïm, 1998, Nichols & Schuartz, 1998).

Santos (2002) ao avaliar a contribuição do pensamento sistêmico para a pesquisa científica ressalta que:

“O objeto de investigação deixa de ser o indivíduo intrapsíquico e passa a ser o que acontece entre os indivíduos do sistema familiar. Para uma melhor compreensão dos comportamentos apresentados pelos membros, torna-se imprescindível a compreensão dos comportamentos das relações interpessoais e das normas que organizam a família. O sintoma é sempre observado dentro do contexto em que ocorre, pois ele reflete o comportamento adaptado ao contexto social do indivíduo, isso leva à consideração da situação atual, retirando a ênfase do passado como explicação do sintoma” (Santos, 2002, p. 19)

Desde então vários autores, como nos salientam Watzlavick, 1967, Minuchin, 1985, Mony-Elkaïm, 1998 e Nichols & Schuartz, 1998, dentre outros passaram a considerar a família um sistema. A definição completa de sistema é a seguinte: *“um conjunto de objetos com as relações entre os objetos e entre os atributos, (...) onde os objetos são os componentes ou partes do sistema, os atributos são as propriedades dos objetos e as relações dão a coesão ao sistema todo”* (Watzlavick, 1967, p. 109).

Podemos ainda falar que os sistemas vivos são sistemas abertos e, neste sentido, podem estar abertos para duas vertentes: de um lado para um mundo interno dos indivíduos que formam o sistema familiar e no qual trocam vivências e informação. Por outro lado, também o grupo familiar está aberto para o sistema social, que lhe impõe suas normas e determina alguns de seus valores fundamentais. (Calil, 1987)

Com base na teoria de Bertalanfy, Calil (1987) diz que:

“a família pode ser considerada como um sistema aberto, devido ao movimento de seus membros dentro e fora, de uma interação uns com os outros e com sistemas extra-familiares (meio ambiente-comunidade), num fluxo recíproco e constante de informação, energia e material” (Calil, 1987, p.17).

Essa mesma autora ressalta que a família tende a funcionar como um sistema total, onde as ações e os comportamentos de um dos membros influenciam e simultaneamente são influenciados pelos comportamentos de todos os outros. Entra aqui a questão da circularidade do sistema familiar, onde a família pode ser encarada como um circuito de retroalimentação, sendo que o comportamento de cada pessoa afeta e é afetado pelo comportamento de cada uma das outras pessoas.

Na mesma linha de pensamento, Minuchin (1988) traça um esquema baseado na compreensão da família como um sistema, operando dentro de contextos sociais específicos. Este esquema tem três componentes: 1) a estrutura da família é a de um sistema sócio-cultural

aberto em transformação; 2) a família passa por um desenvolvimento, atravessando certo número de estágios, que requerem estruturação; 3) a família se adapta a circunstâncias que se modificam com o tempo e as necessidades, de maneira a manter a continuidade e intensificar o crescimento psicossocial de cada membro. Diz ainda Minuchin (1988) que *“as funções da família atendem a dois diferentes objetivos. Um é interno - a proteção psicossocial de seus membros - e o outro é externo: a acomodação a uma cultura e a transmissão dessa cultura”*. (Minuchin, 1988, p.52)

Fica claro que compreender a família como um sistema aberto significa levar em consideração seus relacionamentos com outros sistemas, e com isso complexificar nossa visão do que seja padrão de relacionamento, ciclo vital ou homeostase. A maioria dos autores cujas premissas pautam-se nos estudos desenvolvidos pela Cibernética e pela Teoria Sistêmica têm se posicionado nesse pensar complexo. Watzlavick, Beavin e Jackson (1985) afirmam que o poder da teoria dos sistemas no estudo dos sistemas vivos (orgânicos) sejam eles biológicos, psicológicos ou interacionais reside no fato de serem abertos, significando que eles permutam informações com seus meios, onde os indivíduos comunicantes de um sistema familiar são vistos em relações horizontais e verticais com outras pessoas e sistemas.

Dessa maneira, a família representa um subsistema dentro de um sistema maior que é o contexto sociocultural no qual está inserida. Segundo Calil (1987) o sistema da família nuclear participa de um processo de influência recíproca com outros sistemas humanos – a família extensa, o trabalho, a escola, os grupos religiosos, dentre outros, e pode ser considerado um subsistema de um suprasistema que é a sociedade.

De forma semelhante, a família também é composta por subsistemas internos, como o subsistema parental e conjugal, o subsistema filial e fraternal, através da qual o sistema familiar diferencia e realiza suas funções, como afirma Minuchin (1982). Como ressalta Ribeiro & Borges (2004) cada um desses subsistemas possui tarefas específicas dentro da família. Por exemplo, cabe aos cônjuges funcionarem juntos no que concerne a tomar decisões, preencher necessidades de interdependência – sexuais, afetivos, companheirismo e cumplicidade. Ao subsistema formado pelos pais, e através de um relacionamento com cada um dos filhos, cabe ensinar cuidados físicos; ensinar relações familiares, como respeito pela individualidade dos outros e solidariedade; ensinar atividades produtivas e recreativas; promover o desenvolvimento da identidade sexual, da identidade profissional e a consolidação de uma nova família.

Calil (1987) ressalta que cada subsistema possui uma delimitação própria, que se desenvolve na dependência de suas interações ou trocas com os demais subsistemas da família. Por exemplo, o subsistema dos filhos envolve apoio mútuo, brincar e competir entre os irmãos. Ainda segundo essa autora, para que se mantenham as características e as diferenciações de cada subsistema, as fronteiras que os delimitam devem ser respeitadas. Essas fronteiras devem

ter permeabilidade para permitir as trocas entre os membros dos subsistemas e entre o sistema familiar com o meio ambiente.

Boscolo, L.; Cecchin, G.; Hoffman, L. & Penn, P. (1993) afirmam que o distanciamento e a intimidade entre os membros da família se organizam ao redor do seguinte paradoxo: todos os membros dependem de relacionamentos íntimos uns com os outros e de padrões estáveis de interação, mas, ao mesmo tempo, esses relacionamentos estão sempre mudando devido ao desenvolvimento biológico de cada um deles e às influências externas exercidas sobre a família. Como sintetizam Ribeiro & Borges (2001):

“Desses conceitos, entende-se que nenhum fato ou comportamento isolado ocasiona outro dentro da família, mas que cada um está vinculado, de forma circular, a muitos outros fatos e comportamentos. Considera-se que nenhuma pessoa tem controle unilateral sobre outra, pois o comportamento de cada indivíduo, dentro da família, está relacionado com (e depende do) comportamento de todos os outros (globalidade).” (p.17).

Além de tudo, como ressaltam os teóricos sistêmicos da teoria comunicacional, todo comportamento é comunicação e, portanto, influencia e é influenciado por todos os demais comportamentos.

Nichols & Schwartz (1998) assinalam que os diversos modelos de terapias familiares diferiam muito de acordo com as particularidades de cada autor ou teórico, mas eles representam a marca de uma época, espelhada no comportamento da cultura média americana. As abordagens clássicas receberam, portanto, muitas críticas de diversos teóricos, principalmente do movimento feminista que as taxaram de sexistas e reprodutoras do patriarcalismo, principalmente ao reforçarem aspectos nas famílias que não consideram o ideal de igualdade entre gêneros. Por outro lado, ao definirem ideais de normalidade ou patologias criaram um campo minado para as críticas no sentido de que existem muitas famílias e muitas culturas diferenciadas, que não estão baseadas na competitividade e nos parâmetros de sucesso do mundo capitalistas moderno.

Diante da diversidade dentro da abordagem sistêmica, gostaríamos de pontuar o nosso posicionamento neste trabalho e, para isso, salientaremos algumas perspectivas dentro das quais estaremos em consonância. Em primeiro lugar, falaremos da perspectiva feminista que se deve ao fato da relevância do movimento feminista, pois proporcionou uma visibilidade a respeito da violência doméstica. Então, é impossível falar sobre essa modalidade de violência sem nos atermos ao que diz a perspectiva feminista. Anteriormente já havíamos refletido sobre a importância da relação de gênero e violência e a perspectiva feminista vem de encontro a essa questão.

A violência contra a mulher dentro da estrutura patriarcal tem sido alvo de muitas reflexões das pensadoras feministas ao apresentarem diversas formas de dominação da mulher

por uma estrutura de pensamento que valoriza o homem como modelo genérico do ser humano. A violência contra a mulher como forma de socialização e demarcação dos gêneros masculino e feminino tem sido apresentada também como um problema da condição feminina (Diniz, 1999, Angelim, 2004 e Santos, 2003).

É fato consumado a importância do movimento feminista, não só para o resgate de dignidade e do papel da mulher no mundo, como também para a reformulação de uma nova forma de olhar para as questões de gênero, em especial na dinâmica familiar. Como nos diz McGoldrick (1988) é importante ver a família como elemento crucial na construção e transmissão dos papéis estereotipados de gênero. A perspectiva feminista vem apontar os aspectos do patriarcalismo que são reproduzidos permanentemente na família – *“The culture’s methods of training children in their gender roles teach us from a young age not to see it as deeply rooted in human nature”* (McGodrick, 1988, p.06). Dessa maneira, essa perspectiva tece críticas não só à própria Teoria Sistêmica em seus conceitos de complementaridade, circularidade e neutralidade, mas também à prática da terapia familiar tradicional que ao não atentar para as questões de gênero, corre o risco de levar a uma perpetuação dos estereótipos e da opressão entre os sexos.

As teorias feministas acreditam que diante desse contexto torna-se necessário a construção de um modelo que permita esclarecer as contradições e as opressões de gênero, se opondo assim à ideologia da família dita “normal” que, com sua rigidez, trouxeram muitos prejuízos para as relações humanas, particularmente para as relações entre homens e mulheres. Assim, busca na Terapia Feminista Familiar uma alternativa para a mudança, alegando que a Terapia Familiar Tradicional aceita os papéis genéricos dominantes e, desse modo, demonstram uma convivência com a reprodução do *status quo*. Então, vem propor uma discussão sobre gênero, opressão e estereótipos de papéis dentro do contexto dos problemas familiares em busca de uma mudança consciente.

Os fundamentos de um paradigma sistêmico feminista se baseiam na categoria gênero como base de análise da experiência humana – *“assim sendo homens e mulheres se apresentam como membros de classes distintas. Traz a análise de poder para o centro da compreensão terapêutica de toda união”* (Rampage, C. & Avis, J. M., 1998, p. 200). O funcionamento saudável, portanto seria aquele em que a família estimula o potencial de todos os seus membros, independente de gênero. Na perspectiva feminista vemos alguns elementos como fundamentais tanto numa visão teórica como dentro do processo terapêutico: crescimento feminino é visto como enfoque relacional – teoria do “self-em-relação”, e não com base na autonomia, que seria um padrão masculino; ampliação da definição de família no sentido que ela não é uma entidade universalizada, temos, portanto diversas famílias; reconhecimento do indivíduo como um sistema em si; compreensão do trauma da infância e do estresse pós-traumático para entendimento da problemática feminina.

No que tange ao abuso sexual, Corby (1989) relata que a perspectiva feminista traz uma importante contribuição prática no campo em dois níveis. Em nível individual está voltada para a necessidade de empoderamento feminino e uma sensibilidade voltada para as questões de gênero; em termos sociais, promove um nível maior de consciência da dominação masculina permitindo a criação de estratégias para mudança do *status quo* das relações de gênero. A perspectiva feminista tem como meta a igualdade como ideal relacional e busca encontrar meios de ajudar os casais e famílias a corrigirem os desequilíbrios nas relações de poder. A visão feminista pretende conferir as estratégias de poder nas relações, trabalhar com a raiva como sentimentos intrínsecos, trabalhar com os homens numa visão ampliada de gênero; enfatizar uma análise social.

Uma segunda perspectiva da teoria sistêmica, importante para esse trabalho refere-se à questão transgeracionalidade. Quando abordamos a questão da violência doméstica e, particularmente a violência sexual doméstica achamos pertinente ter uma visão multigeracional com sua rede relacional. Abordaremos de maneira enfática a importância da transgeracionalidade porque acreditamos, então, que essa abordagem poderá nos dar sustentação e trazer elementos importantes para a compreensão de situações de violência sexual doméstica.

A visão de Carter & McGoldrick (1995) que enfatiza o ciclo de vida como um elemento fundamental para compreensão do aspecto desenvolvimental da família contém uma visão transgeracional. A perspectiva do Ciclo de Vida é fundamental para a compreensão da dinâmica familiar. Carter e McGoldrick (1995) apontam que a visão da família se desenvolvendo através do tempo nos remete necessariamente ao aspecto da transgeracionalidade que nela está contida. Portanto, falar do ciclo de vida de famílias é também nos apropriarmos dos relacionamentos envolvidos entre os diferentes membros ao longo das gerações. Ao enfocarmos o relacionamento familiar identificaremos os diferentes estilos e padrões, pois dependendo de como a família está organizada, e de como lida com as mudanças operadas durante a vida, ela revelará como está no mundo, suas vicissitudes e idiossincrasias.

Este trabalho adota uma compreensão do ciclo de vida familiar como Carter e McGoldrick (1995) estabelecem:

“A perspectiva do ciclo de vida familiar vê os sintomas e as disfunções em relação ao funcionamento normal ao longo do tempo, e vê a terapia como ajudando a restabelecer o momento desenvolvimental da família. Ela formula problemas acerca do curso que a família seguiu em seu passado, sobre as tarefas que está tentando dominar e o futuro para o qual está se dirigindo. Nossa opinião é de que a família é mais do que a soma de suas partes. O ciclo de vida individual acontece dentro do ciclo de vida familiar, que é o contexto primário do desenvolvimento humano. Consideramos crucial esta perspectiva para o entendimento dos problemas emocionais que as pessoas

desenvolvem na medida em que se movimentam juntas através da vida”(Carter & McGoldrick, 1995, p. 08).

Como nos salienta Rizzini e Peres (2001), é necessário compreender as novas configurações de família que se lhe apresentam na nossa sociedade. As particularidades de sua estrutura, dinâmicas e as peculiaridades dessas relações. *“A nossa idéia é que as famílias têm formas e estilos próprios de funcionar, não sendo possível fazer generalizações a seu respeito, mesmo quando suas condições socioeconômicas são similares”(Peres, 2001, p. 74).* Tendo em vista essas questões, cada família tem seu próprio desenho (Peres, 2001), portanto, estaremos mostrando cada uma de suas composições, mediante a apresentação dos genogramas específicos a cada uma delas.

Para Carter e McGoldrick (1995) é importante também nos atermos ao padrão do ciclo de vida familiar, porque não podemos mais falar em família como um sistema universalizado, mas sim em famílias, no plural, pois vivemos em uma sociedade plural, na qual diversos modelos de família estão presentes. Dessa maneira, estaremos descrevendo de forma minuciosa cada fase pela quais essas nossas famílias estão passando.

Neste estudo pretendemos fundamentar nossa compreensão sobre a violência sexual doméstica utilizando as perspectivas acima explanadas. A primeira delas concebe o ponto de vista da teoria sistêmico feminista, compreendendo que a inserção do pensamento feminista veio ampliar a questão de gênero e eliminar os desvios de ordem sexista presentes em alguns modelos da Terapia Familiar Tradicional. Em segundo lugar, compreenderemos a família enquanto uma entidade multigeracional com sua rede relacional, sendo elemento importante a transgeracionalidade, a qual exerce um papel fundamental na vida do indivíduo e na reprodução da violência doméstica. Antes, contudo, iremos detalhar mais a respeito da família e sua relação com a violência.

3.3 Família e violência

A prática da violência no interior da família não é fato recente. (Áries, 1981, Badinter, 1995, Azevedo & Guerra, 1995, Faleiros & Faleiros, 2001, 2004, 2005, dentre outros) Os estudos históricos que envolvem a compreensão da infância e adolescência têm demonstrado e confirmado tal fato. Contudo, para apreendermos melhor esse fenômeno é importante compreender o complexo contexto familiar. Assim, devemos nos remeter não só à estrutura, dinâmicas familiares e aos aspectos relacionais, mas também aos diversos processos de mudança que têm afetado a família e trazido uma multiplicidade de formas de vida familiar.

Rizzini (1994, citado em Souza, 2001) assinala que:

“Do ponto de vista histórico, nosso testemunho é o de que a violência está profundamente entrelaçada na própria história do nosso continente e já reside em nosso subconsciente coletivo. Escravos trazidos da África e aqueles nascidos no novo continente nos deixaram um legado de heroísmo e resistência, calcado pela violência infringido pelos colonizadores. Estamos unidos em nossa memória histórica por uma teia de violência, cuja estratégia era conquistar dominar e manter o seu poder”. (p. 34/35).

A maioria dos estudos que abordam a violência doméstica enfoca a violência sob um ponto de vista linear, onde a vítima é vista como portadora de traumas e consequência psicológica e o agressor como um doente mental ou criminoso. Essa visão, de certa forma reducionista, precisa ser ampliada pois, como nos diz Ribeiro & Borges (2004): *“...é muito mais complexa e precisa ser estudada de forma mais abrangente, levando em consideração não só aspectos individuais, mas familiares e sociais, pois a violência afeta não só o indivíduo ou as vítimas diretas, mas a família como um todo”* (p. 05)

Como nos lembra Bucher (2004):

“O conceito de violência apresenta uma dimensão essencialmente negativa, na medida em que nega os valores instituídos e normatizadores pela cultura, quando atenta contra a vida e seus valores. Além disso, surge com uma ameaça latente de negação da existência física e ou, simbólica do sujeito, do grupo e da comunidade, tendo como consequência a punição”(p. 158).

Para essa autora existem dois tipos de contextos em que se desenvolvem as diversas modalidades de violência, seria o meio social e o familiar. Contudo, esses dois contextos se interrelacionam e se entrelaçam. Dessa forma, a violência que se manifesta de forma interpessoal no indivíduo tem raízes tanto no micro quanto no macro social. Essa afirmação encontra ressonância em outros autores que também percebe essa inter-relação. (Ribeiro & Borges, 2004, Rizzini, 2001, dentre outros).

Como nos aponta Faleiros (2005), apesar de em todas as culturas a família apresentar as funções sociais em que envolve a reprodução, a socialização, a internalização de valores, a educação e o desenvolvimento de seus membros; essas dimensões, contudo, diferem ao longo da história e nessas mesmas diferentes culturas. A violência inscrita nas famílias demonstra o tanto que as relações familiares são revestidas de contradição e conflitos, imbricadas em relações de poder. *“Assim, a família não é, em princípio, um lugar tranquilo, embora seja também um espaço de harmonização, de ajuda, de confraternização, de afeto, de festa, de celebração e de apoio”*(Faleiros, 2005, p. 109)

A família contemporânea tem encontrado inúmeras dificuldades para cumprir suas funções psicossociais. Vivemos um momento de intensas e rápidas mudanças sociais – o trabalho de ambos os pais, alto índice de divórcios e re-casamentos, perda do sentido de tradição, valores culturais pouco claros, mudança dos papéis dentro da família, etc. São fatores que interferem

nos padrões de relacionamento entre os membros da família e requerem, dessa instituição, uma capacidade de adaptação e reestruturação muito rápida para continuar cumprindo as novas exigências e solicitações que lhe são apresentadas (Ribeiro & Borges, 2004).

Nos últimos anos, o tema da violência em geral e da violência intrafamiliar tem sido discutido em várias instâncias, e isso, somado aos números que são publicados pela imprensa, nos levam a pensar que a violência tem aumentado em todas as partes do mundo. Diante deste fato cabe levantar a seguinte questão: até que ponto estes dados refletem não só o aumento da violência em si, mas uma maior consciência sobre o abuso e uma mudança na percepção popular do que é abuso? (Ribeiro & Borges, 2004). É evidente que num Estado de Direito e com a mobilização maior de toda a sociedade civil e política, tem sido visto um aumento na consciência sobre o fenômeno, tanto por parte de acadêmicos e estudiosos no assunto, quanto da própria população, que busca a garantia de direitos.

Diversos estudiosos do assunto (Azevedo & Guerra, 1995; Faleiros, 2001, 2005; Costa & Almeida, 2005, dentre outros) afirmam que o fenômeno da violência é altamente complexo e multifacetado e uma das tarefas mais desafiadoras é desagregar formas diferentes de violência e compreender suas características e conseqüências. Como já foi citada neste trabalho, a questão conceitual é um dos desafios a ser enfrentado por pesquisadores, pois a violência pode ser classificada segundo diferentes variáveis: indivíduos que sofrem a violência (mulheres, crianças, idosos e incapacitados, dentre outros); motivo (político, racial, instrumental, emocional); e relacionamento entre a vítima e seu perpetrador (parente, amigo, conhecido ou estranho). É nesse sentido que se destaca a violência intrafamiliar, denominada por diversos autores e no presente estudo como violência doméstica, ou seja, aquela que ocorre entre pessoas relacionadas por sangue, casamento ou direito consuetudinário (indivíduos que antes pertenceram à mesma família – ex-cônjuges e ex-companheiros).

Os diferentes tipos de violência não se produzem de forma isolada dentro da família, mas formam parte de um contínuo. Cabe mencionar uma outra forma de violência intrafamiliar que é a violência patrimonial ou econômica, revelada em todas as medidas tomadas pelo agressor, tais como nas omissões que afetam a sobrevivência da mulher e seus filhos; no despojo ou destruição de bens pessoais ou da sociedade conjugal, incluindo a negação do pagamento de ajuda alimentícia ou gastos básicos para a sobrevivência do núcleo familiar. (Ribeiro & Borges, 2004).

Em se tratando de violência sexual não podemos perder de vista a questão da transgeracionalidade, pois, sob o aspecto da proteção da criança e do adolescente essa compreensão é fundamental. Em um artigo em que analisa esse aspecto (Costa, L. F., Gramkow, G., Santana, P. & Ferro, V. S., 2005) retomam a importância da transgeracionalidade ao proceder um estudo com famílias em que ocorre uma situação de violência sexual, usando como

instrumento o genograma. As autoras veem que a presença de situações de violência na família extensa cria um estado de vulnerabilidade para que a violência sexual aconteça no presente.

Neste mesmo aspecto, Rangel (2001) salienta que embora a violência sexual esteja intimamente relacionada com a violência de gênero, a questão do abuso sexual intergeracional apresenta especificidades que somente serão percebidas se atentarmos para as características e o contexto que permeiam tanto a infância quanto a família. Essa mesma autora ao enfatizar a perspectiva intergeracional salienta o quanto essa questão dá um vislumbre de toda uma dinâmica das relações explícitas e implícitas dentro da família.

Faleiros (2005) argumenta que o abuso sexual de crianças nos remete a uma trama sob a qual estão imbricadas as diversas relações do abusador e da criança vitimizada e onde estão incluídas não só a família, mas também os profissionais das diversas áreas, as redes de exploração, assim como toda uma comunidade e a sociedade. É um drama para as pessoas que estão diretamente envolvidas e tem desencadeado um trauma para as crianças vitimizadas que *“... se faz e se guarda como sofrimento, como perda de si, como exclusão de possibilidades, e pode se mostrar em raiva ou em feridas psicossomáticas muito diversas de pessoa a pessoa”* (p. 112). Ademais, esse mesmo autor acrescenta: *“A saída dessa relação de violência é muito complexa, passa pela sua revelação no interior da família, para desfazer-se a trama, explicitar o drama e curar o trauma.”* (p.117).

E dando continuidade ao pensamento de Faleiros (2005) delineado acima achamos que seria fundamental nos atermos nesse momento às dinâmicas e relações familiares. Porque é no exercício das subjetividades é que poderemos tentar desvelar “a trama, o drama e o trauma” vivenciada pelas famílias cuja situação de violência sexual doméstica são acometidas. Alguns autores as denominam de “famílias abusivas” (Azevedo & Guerra, 1984, 1989, 1997; Furniss, 1993) no sentido de que abusam do poder e infligem dor e violência. Mas achamos conveniente pensarmos em famílias em cujas relações são construídas formas de relações violentas e abusivas, pois elas não são per si abusivas. Não podemos esquecer que na construção da violência diversos elementos e fatores a predisõem e as tornam visíveis ou as sutilezas dessas relações são por demais evidentes para serem vistas e notificadas.

3.4 Dinâmicas e relações familiares

Uma entre quatro meninas e um entre sete meninos foram molestados sexualmente; 97% dos abusadores são do sexo masculino, 75% são membros da própria família da vítima. Esses dados não são exatos, mas essa é uma afirmação comum quando nos reportamos a vários grupos de estudiosos sobre o abuso sexual (Bass, 1985, Azevedo & Guerra, 1997, Pinto Júnior, 2003, Sanderson, 2005, dentre outros). Essa é uma realidade que envolve a questão do abuso

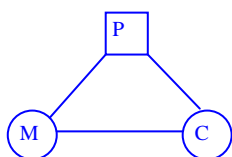
sexual, pois o mesmo está restrito à esfera do privado, do segredo, apesar de ser uma questão eminentemente social e de saúde mental.

O abuso sexual é, portanto, uma forma de violência que nasce dentro de um contexto familiar. (Furniss, 1993, Azevedo & Guerra, 1995, Gabel, 1997, Faleiros, 2000, Faleiros, 2005, Sanderson, 2005). Contudo, são necessárias determinadas condições fomentadoras de sua construção. Entre os fatores precipitantes estão desde questões estruturais ou das dinâmicas próprias, internas ao grupo familiar até alguns fatores externos como o uso abusivo do álcool e outras drogas, o estresse econômico e emocional, os conflitos do casal e a falta de planejamento familiar que gera a gravidez não desejada, dentre outros, os quais serão mais detalhados no próximo item quando abordarmos a questão de fatores de risco e eventos adversos.

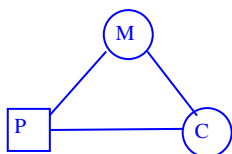
Dentro da perspectiva da teoria sistêmica, dentre seus diversos aspectos, os estudos sobre as dinâmicas familiares têm levado a perceber que as famílias com vivências de violência sexual, em termos estruturais, se caracterizam por serem aglutinadas e/ou simbióticas, sem limites entre o subsistema de pais e filhos, ou seja, não existe diferença entre ser pai(mãe) e ser filho(a); tendem a se apresentar de forma rígida, com dificuldades de se estabelecer mudanças, sem regras definidas, facilitando a ocorrência da violência. (Azevedo & Guerra, 1997).

Azevedo & Guerra (1995) propõe uma tipologia¹ em que apresenta um esquema onde são vislumbradas algumas características de relações familiares que, segundo essas autoras são propiciadoras de violência sexual:

1° Tipo – Pai executivo e mãe com a criança: a mãe estando no mesmo nível dos filhos, então a filha passaria a ser parceira sexual do pai.

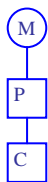


2° Tipo – Mãe executiva e pai tímido e bonzinho: homem com baixa auto-estima, fragilizado. Ele permanece no mesmo nível dos filhos, podendo relacionar-se sexualmente com estes.

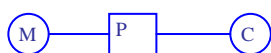


¹ Essa tipologia usa o padrão da construção do genograma onde os quadrados são referentes ao sexo masculino e os círculos são ao sexo feminino, vide página 146 onde expomos essa representação icônica.

3º Tipo - Família de terceira geração: mãe trata pai como filho e os filhos como netos. A mãe é distante dos filhos e maternal com o pai.



4º Tipo – Não há autoridade: todos estão no mesmo plano. A vida é como se fosse uma montanha russa, sem controle.



Azevedo & Guerra (1995) chamam a atenção para alguns aspectos sobre as dinâmicas apresentadas pelas famílias com características incestogênicas, cujos mecanismos de funcionamento familiar costumam variar de acordo com o tipo de abuso: pai x filha, mãe x filho, avô x neta, irmão x irmã, etc. Contudo, de forma genérica, as autoras ressaltam algumas características, as quais destacaremos a seguir:

- 1) Vulnerabilidade para o “*stress*” em função das próprias histórias de vida dos progenitores, os quais tendem a reproduzir uma vivência de violência;
- 2) Pai impulsivo com problemas na área da sexualidade;
- 3) Mãe passiva com baixa auto-estima;
- 4) Criança vítima costuma ser passiva com comportamentos agressivos e promíscuos na adolescência;
- 5) Negação do abuso quando este é revelado.

Furniss (1993) em seus estudos e atendimentos clínicos em famílias com situações de abuso sexual também destaca algumas dessas mesmas características acima citadas e ainda acrescenta as seguintes:

- 1) O afeto é dado de forma erotizada (por certos membros da família).
- 2) A comunicação não é aberta e clara, distorcendo a realidade dessa família.
- 3) Obediência cega à autoridade do pai, onde a discriminação entre papéis e gênero está presente.
- 4) As fronteiras intergeracionais foram rompidas.
- 5) Estrutura e cuidados parentais práticos aparecem como adequados – famílias extremamente zelosas.
- 6) Relacionamentos e hierarquia sexual inadequados, onde a criança possui uma posição inadequada e os pais se encontram presos em uma parceria emocional e sexual desigual.

Furniss denomina conflito “emociossexual” numa tentativa de descrever a confusão entre os conflitos nos níveis emocional e sexual.

- 7) O papel do pai é inadequado, este se encontra em um nível de imaturidade semelhante ao da criança.

Furniss (1993) em sua análise sobre famílias com vivências de abuso sexual identifica diferentes padrões de relacionamentos familiares. Tais padrões, segundo o autor, têm diferentes funções para o abuso sexual, que vai operar como mecanismos de evitação e regulação dos conflitos existentes nessas famílias. Para melhor compreender essas características, as detalharemos a seguir.

Ao primeiro padrão de relacionamento, o autor denomina de família organizada. Aqui as famílias fundamentalmente evitam os conflitos. A hierarquia familiar, em termos de dependência emocional, não corresponde à hierarquia observável. O pai demonstra ser emocionalmente dependente e imaturo, necessitando buscar gratificação sexual em suas filhas. Contudo, aparenta socialmente o estereótipo do pai independente e forte. Por outro lado, as mães exercem o papel do progenitor não-abusivo, são elas que vão determinar a qualidade dos relacionamentos emocionais da família, se exercem cuidado e proteção verdadeiros o abuso não continuará por muitos anos; se não protegem, o abuso sexual pode prolongar por anos a fio. Geralmente, parecem ser próximas e carinhosas, cuidam perfeitamente de seus filhos. Entretanto, as crianças não se sentem emocionalmente compreendidas nem adequadamente cuidadas por qualquer um dos pais e não são ouvidas quando em qualquer tentativa de revelação. Os sentimentos são confusos e ambíguos: rivalidade, culpa, desvalia, triunfo, percepção de ser suja e não amada, dentre outros. *“O apego à pessoa que abusa pode, apesar do extremo abuso sexual, ser o vínculo mais importante na vida da criança”* (Furniss, 1993, p. 54).

Quanto ao segundo padrão de relacionamento, Furniss denomina de família desorganizada. O relacionamento familiar básico mantenedor tem como função do abuso a de regulador dos conflitos. O funcionamento familiar apresenta algumas características que geram uma inversão de papéis entre pais e filhos, ou seja, pais e filhos parecem estar em um nível emocional pseudo-igual, sendo que às vezes as crianças assumem o papel de organizador e cuidador emocional dos pais e irmãos, não existindo fronteiras emocionais intergeracionais adequadas. O pai aparece de forma mais violenta, porém necessitando de mais cuidados práticos, devido a enfermidades e deficiência física. A mãe aparece como mais permissiva e menos moralista do ponto de vista da sexualidade e o abuso ocorre com o conhecimento de outros membros da família, geralmente envolvendo mais de uma criança. Trata-se de uma família multiproblema com claro conflito conjugal, onde é comum aparecerem outros tipos de violência doméstica: a física, a negligência e a psicológica.

Para este mesmo autor a violência sexual é uma síndrome de adição, ou seja, existe um componente compulsivo e necessariamente repetitivo e angustiante, fazendo a violência sexual se perpetuar, pois para ele “*a síndrome de adição para a pessoa que abusa é complementar ao abuso sexual como síndrome de segredo para a criança, a pessoa que abusa e a família*” (Furniss, 1993, p. 37).

Gauderer (1993) considera que a família incestuosa, em geral, apresenta características disfuncionais, pois tem uma estrutura rígida, em que os limites interpessoais, intergeracionais e o espaço físico e a privacidade não são respeitados. Para esse autor são comuns os conflitos de papéis, em que a mãe delega as tarefas domésticas e matrimoniais à filha, devido talvez à sua própria incapacidade e falta de modelo maternal adequado em sua família de origem. Dessa maneira, a genitora encorajaria consciente ou inconscientemente o relacionamento entre o pai e a filha. Segundo ainda este autor, esse relacionamento incestuoso é, muitas vezes, a única expressão de afeto e intimidade para a criança, que não aprende a diferenciar afeto de sexualidade e conclui que para receber afeto, precisa se dar sexualmente.

Furniss (1993) em seu extenso estudo sobre relações incestuosas também considera esse mesmo aspecto. Ele salienta a dupla mensagem que os pais abusadores passam, gerando o conflito que ele denomina de “emociossexual” numa tentativa de descrever a confusão entre os conflitos nos níveis emocional e sexual. “*Quando uma criança vem em busca de cuidado emocional, ela recebe uma resposta sexual*” (p. 50). Mais tarde, tais crianças em sua confusão podem apresentar comportamento sexualizado, quando na verdade querem cuidado emocional. Consideramos importante, nesse sentido, não perder de vista o aspecto transgeracional da construção da violência sexual doméstica. Esse aspecto será tratado mais detidamente logo a seguir.

Avery (1983) em sua experiência clínica ajudando famílias com situação de abuso sexual incestuoso identificou que, embora toda a família esteja envolvida, a figura materna representa um papel fundamental no relacionamento incestuoso, principalmente quando a violência envolve a relação pai e filha. Por outro lado, nessas famílias existe um padrão de perda que são constantemente observadas. Assim como em Furniss (1993), Avery (1983) já observava dois padrões de relacionamento familiar: o primeiro deles se refere a um tipo de família que seria caótica e promíscua e o segundo é o que ele denomina como endogâmica, ou aquela que superficialmente se acomoda aos padrões sociais estabelecidos.

De acordo com Halmon (1997) as relações incestuosas dentro da família estão relacionadas principalmente à forma como o sistema funciona, não sendo uma questão de classe social. Rouyer (1997) também concorda com esse fato e acrescenta as seguintes características estruturais:

- 1) Confusão ao nível das fronteiras entre as gerações, dos papéis e das identidades no

interior do sistema.

- 2) Fronteira pouco permeável ao exterior, permitindo pouco contato dos membros da família com o mundo exterior, inclusive com a família extensa.
- 3) Organização fundada em torno do segredo, às vezes por várias gerações, gerando um complô do silêncio, impostas geralmente pelo agressor.

É fundamental, como nos assinala Tilmans-Ostyn (2001), a história transgeracional da família para compreender a construção da violência sexual. Ela acredita que pais abusivos reproduzem suas vivências de abusados durante a infância ou outra fase da vida, pois essa passa a formar parte de sua sobrevivência psicológica oculta. Neste sentido a autora focaliza sua intervenção, inicialmente no que ela denomina a reconstrução da vivência da criança dentro do adulto e para isso utiliza-se de livros, novelas e outros materiais intermediários. Posteriormente atua na proteção da criança no momento atual e, assim, ela utiliza a criança como elemento facilitador das emoções ocultas de seus pais.

Costa & Cols (2005) também concordam que em se tratando de violência sexual não podemos perder de vista a questão da transgeracionalidade, pois sob o aspecto da proteção da criança e do adolescente essa compreensão é fundamental. Em um artigo em que analisa esse aspecto, Costa & Cols. (2005), retomam essa importância ao proceder um estudo com famílias em que ocorre uma situação de violência sexual, usando como instrumento o genograma. As autoras vêem que situações de violência na família extensa criam um estado de vulnerabilidade para que a violência sexual aconteça. Esse assunto também foi referendado no item sobre Família e Violência, tamanha a sua importância para a compreensão desse fenômeno que é a violência sexual doméstica.

Para a equipe de Peter Dale (Dale, 1986) as famílias denominadas como “*dangerous families*”, ou mais precisamente “famílias perigosas” existem dentro de um contexto social na qual elas não promovem e sustentam intencionalmente uma dinâmica de risco. Ele acentua que essa periculosidade não existe somente no sistema familiar, mas também em outros sistemas: como o sistema terapêutico, o sistema formado pela equipe de profissionais, o sistema das agências de proteção e o sistema que interrelaciona a agência e a família. O reconhecimento dessa periculosidade existindo em todo o sistema de intervenção é também visto por outros autores como Azevedo & Guerra (1995), Furniss (1993) e Faleiros & Faleiros (2001).

Entretanto, como nos assinalam Ribeiro & Borges (2004) os aspectos psicopatológicos não podem ser aplicados a maioria dos pais com características abusivas. Assinala, contudo, que situações de violência estão correlacionadas com estresses situacionais e fatores cognitivos como elementos limitadores ao conhecimento sobre os cuidados infantis, baixa tolerância a demandas comuns, como choro e interpretações errôneas sobre a motivação do mau comportamento infantil. Da mesma maneira, diversos autores ressaltam que não existe uma

“personalidade abusiva”, mas sim diversos fatores que contribuem para desencadear um comportamento abusivo. Nesse contexto, o próprio comportamento da criança, a qualidade da relação conjugal deve ser levada em conta como possíveis colaboradores para o contexto em que o abuso sexual possa ocorrer.

O sistema familiar tem por característica ser um grupo de pertencimento, ou seja, indica a relação de um indivíduo com um conjunto que o “contém” e ao qual ele “pertence”. O grupo de pertencimento, que é a família, impõe uma solidariedade dos membros entre si, que é concretizada através de rituais de lealdade. Rituais são aqui definidos como uma interação codificada, repetida, tendo a função de reforçar os laços de pertencimento. Sendo assim, numa relação considerada abusiva, do ponto de vista sexual, o papel desses rituais é importante tanto para a manutenção do abuso em si como também do próprio segredo que o mantém, criando um círculo vicioso que se fecha em si mesmo dificultando sobremaneira a intervenção. (Hamon,1997). Por essa razão, a violência sexual doméstica envolve sentimentos de culpa, medo e vergonha por parte da vítima. Pela própria natureza do fato, que implica o não falar por temerem censura, ruptura familiar e comprometimento do adulto, gerando assim o complô do silêncio, uma vez que vítima e agressor compartilham o mesmo espaço físico para convivência, além das relações emocionais e afetivas implicadas.

Como nos aponta Diniz & Pondaag (2004), a violência doméstica não poderá ser pensada sem localizar a sua lógica na ordem social vigente, caso contrário, poderemos estar correndo o risco de simplificar e reduzir esse fenômeno tão complexo. E dessa maneira os profissionais e pesquisadores da área deverão estar embuídos de nova forma de olhar para a questão. Esse novo olhar não deverá estar impregnado pelos valores patriarcais para que os vitimizados possam dar uma voz para o “não dito”, como nos referenda Pondaag. (2003).

Diniz & Pondaag (2004), ao analisar as falas de mulheres da meia idade, dentro de um Programa instituído pela Universidade de Brasília – Grupo de Apoio e Valorização da Mulher, perceberam o quanto que o silêncio e segredo vão além de um elemento de pseudo-proteção; ao mesmo tempo, o são de enfrentamento da violência. Isso se deve a complexidade do fenômeno que nos traz um paradoxo: o de não expressar a violência como violência. O sofrimento é por vezes aterrorizador, como nos casos de abuso sexual, de forma que a mulher se utiliza da própria violência para enfrentá-la, ou melhor, ela silencia e se cala como uma forma de cessar a violência vivida em um cotidiano assustador e, ao mesmo tempo, não a identifica como violência, mas como uma maneira de se proteger. *“As mães e outros membros familiares têm dificuldade de aceitar que pais, avós, tios, irmãos sejam capazes de ato tão vil”* (p. 179.).

O não dito poderá se transformar em um segredo não somente para a vítima, mas para todos os envolvidos nessa trama familiar. Para Imber-Black (1994) *“Os segredos trazem múltiplos níveis de sistemas à vida, na sala de terapia, incluindo o contexto sóciopolítico, econômico, cultural, religioso, moral, político, de meios de comunicação, o contexto mais*

amplo de saúde, saúde mental e educacional, família imediata e de múltiplas gerações, relacionamentos entre duas pessoas e individual” (p. 3). Existem duas tendências culturais opostas: a tradicional que exige privacidade e outra mais atual que prima pela sinceridade. Contudo, diante da complexidade das relações e dos sistemas envolvidos e da crescente conscientização do “abuso endêmico da família”, fez com que a visão do segredo se ampliasse, gerando um desafio não só clínico, mas também ético e jurídico. Lembramos aqui o que nos preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Capítulo II – Das Infrações Administrativas, artigo 245 :

“Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra a criança ou adolescente”(ECA, p. 87).

Ainda para essa mesma autora, com a emergência dos segredos surge ao lado a vergonha, que seria o mecanismo propulsor do segredo. *“A vergonha e o segredo podem destruir vidas, em uma geração, e passar como uma herança maldita para a próxima, criando uma tradição de enganos e evasivas que não mais têm uma origem discernível” (p. 10).* O segredo constitui e determina coalizões e alianças entre os membros da família, determinando quem é incluído ou excluído da informação, não se referindo propriamente ao desconhecimento por alguns, mas sim o fato destes ficarem excluídos da possibilidade de explicitá-lo. Os segredos são uma herança transgeracional que podem se perpetuar por muitas gerações, determinando estruturas psíquicas e familiares.

Nesse mesmo aspecto Laird (1994) enfatiza como o silêncio pode falar sobre a dor inexpressível que é a dor da violência, onde sentimentos como a vergonha e o medo podem imobilizar e calar muitas vozes, o qual resulta de um ocultamento deliberado ou uma total dissociação ou autodesprezo, podendo alimentar a violência por diversos anos. A autora salienta ainda, sobre como a linguagem própria dos profissionais poderá também manter o segredo, a partir do momento que se silenciam diante da violência, mantendo o *status quo* da estrutura familiar que mantém a violência. Para esta autora os conceitos de silêncio e segredo são elaborados socialmente e contém diferentes significados em diferentes contextos e em diferentes culturas, estando relacionado ao conhecimento e poder, conhecimento e gênero e poder e gênero.

Nesse estudo pretendemos dar voz a quem, num primeiro momento, não é considerada comumente a vítima, que são os meninos abusados sexualmente, os quais como já vimos anteriormente, mal aparecem nas estatísticas oficiais. Mais precisamente, tentaremos ouvir as vozes dessas famílias que se calam por medo, culpa e vergonha de não poderem proteger os seus filhos. Mas, antes de nos atermos a essas falas, por vezes dolorosas, estaremos refletindo sobre alguns fatores que predispõe as famílias a situações tão adversas.

3.5 Fatores de risco e eventos adversos

Não podemos deixar de reconhecer que os primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento biopsicossocial e emocional do ser humano. E a família é, dentro da cultura ocidental, o *locus vivendi* onde esse ser irá potencialmente se desenvolver ou não. Segundo Ribeiro & Borges (2004) uma das principais funções da família é a defesa da vida, pois cabe a ela a responsabilidade pela criação e formação de seus membros.

Diversos estudiosos (Azevedo & Guerra, 1995; Saffioti, 1997; Cohen & Gobbetti, 2000; Faleiros, 2000, Ribeiro & Borges, 2004) assinalam que existem fatores e situações adversas de vida que poderão desencadear quadros de violência que, por sua vez, fomentarão situações de risco, criando assim um círculo vicioso de profunda malignidade. O paradoxo está estabelecido, pois a família que deve proteger é também a que propicia condições de desproteção que, por sua vez, poderá desencadear quadros de violência.

Antes de avaliarmos os eventos adversos e os fatores de risco que estão relacionados à situação de violência sexual doméstica iremos nos deter em algumas questões conceituais sobre eventos adversos. A indagação que se faz é o que são eventos adversos? E, mais precisamente, o queremos dizer sobre os fatores de risco relacionado ao quadro de violência sexual doméstica.

Souza (2005) salienta que os eventos de vida também denominados de eventos adversos de vida são acontecimentos ou fatos que causam um impacto sobre o sujeito, gerando uma necessidade de adaptação deste para essa nova condição formada em decorrência do fato. Para avaliar esses eventos adversos existem duas concepções teóricas principais. A primeira é a abordagem objetiva que considera o estresse como fator que necessariamente traz uma reação da pessoa e independe do estado emocional dessa pessoa; a outra abordagem é denominada de cognitivo relacional e enfatiza o significado que as pessoas atribuem ao evento e o impacto subjetivo do estresse. Essa última abordagem enfatiza que o mesmo fato poderá trazer significados diferenciados para pessoas diferentes, ou seja, a percepção do sujeito é um elemento diferenciador.

Quando tratamos de violência sexual doméstica percebemos que é um fenômeno complexo que envolve vários elementos interrelacionados dos quais as percepções e os sentimentos do sujeito são fatores fundamentais para a identificação, compreensão e intervenção. A violência sexual por si só é considerada um evento adverso de vida se nos detivermos no impacto causado na pessoa humana, principalmente em crianças e adolescentes. No Capítulo 4 detalharemos mais precisamente essa questão. Porém, no presente item abordaremos os fatores de risco desencadeadores de um quadro de violência sexual doméstica porque consideramos de fundamental importância refletirmos sobre esses elementos predisponentes aos quais detalharemos a seguir.

As grandes mudanças nas sociedades contemporâneas afetaram substancialmente a família, sua estrutura, dinâmica e relações. Rizzini (2001) assinala alguns aspectos importantes verificados nas relações familiares, os quais relacionaremos a seguir.

- 1) Processo intenso e rápido de transformação vem afetando a família de forma significativa – a família é menor, mais fragmentada e mais diversificada em sua estrutura. O uso dos contraceptivos e o acesso à saúde e educação melhoraram as condições de vida, por um lado. Por outro, como as famílias ficaram menores suas redes de apoio também fica mais restrita.
- 2) A mobilidade das famílias tende a ser maior, pois houve um aumento das correntes migratórias, devido à busca de novas oportunidades de vida. As grandes distâncias e os fatores éticos e culturais criam um isolamento e um estado de hostilidade gerando um estado de vulnerabilidade dessas famílias que poderão ficar expostas, fragilizadas em seus novos ambientes.
- 3) Menor mobilidade para as crianças – A diminuição do espaço nos contextos urbanos, apesar do acesso a um número maior de brinquedos e objetos materiais restringe o desenvolvimento educacional.
- 4) As famílias ficam menos tempo juntas, tendo em vista o aumento do número de mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho. Os pais saem para trabalhar e as crianças ficam sós ou são engajadas em outras atividades, tendo menos tempo para compartilhamento de suas vidas.
- 5) Aumento da participação da mulher na força de trabalho – As mulheres têm ocupado o seu tempo com o deslocamento para o trabalho e no trabalho, tendo menos tempo de dedicação aos filhos, estas recebem menos atenção e supervisão dos adultos de ambos os sexos.
- 6) As famílias tendem a ser menos estáveis socialmente – tendo em vista a instabilidade das uniões conjugais e o grande número de mulheres que administram suas famílias sem o parceiro, o que denominamos de famílias monoparentais.
- 7) Padrões de dependência entre as gerações também sofreram modificações, sendo que os jovens tem permanecido por mais tempo dependentes dos pais. Dificuldades como busca de uma profissão e o desemprego têm sido vistas como responsáveis por essas situações.
- 8) As unidades familiares estão mais individualizadas e nucleares e também mais diversificadas nas sociedades modernas.
- 9) As famílias de diversas classes sociais estão se tornando cada vez mais matrifocais, onde as mulheres chefiam as suas famílias, dessa forma as crianças tem como referência emocional suas mães e avós.

10) Mudança muito grande na dinâmica dos papéis parentais e das relações de gênero. Essas mudanças levaram a outras bastante significativas para os relacionamentos familiares: a mãe centralizando uma diversidade de papéis (cuidadora, provedora, “a mãe é tudo”); tendência a permissividade dos pais, principalmente quando estes são separados; mudança constantes nos referenciais de valores, dentre outros.

É importante lembrar que tais elementos desencadeadores de mudanças sociais e culturais, por si só não são fatores que predispõem a um quadro de violência. Contudo, têm sido evidenciado em diversos estudos (Azevedo & Guerra, 1995, Faleiros, 2005, Sanderson, 2005) que algumas situações que se repetem ou se acumulam são considerados fatores etiológicos e precipitantes da violência, tais como:

- Os conflitos dos casais – Os conflitos por si só não são desencadeadores de um quadro de violência. Os conflitos existem para serem pensados, negociados e solucionados. A forma como o casal lida com eles é que poderão trazer situações adversas e muitas vezes violentas não apenas do ponto de vista físico, mas principalmente emocional.
- O abuso de remédios – O uso abusivo de substâncias passa despercebido quando se trata de medicações prescritas ou não por profissionais. Existem algumas pesquisas nessas áreas que confirmam que algumas vezes o uso de medicação poderá ser uma condição anterior ao uso abusivo de outras substâncias como o álcool e as drogas ilícitas.
- O abuso do álcool – O uso abusivo ou não de substâncias alcoólicas são vistas como condições prévias tanto para o uso abusivo de outras substâncias como são elementos desencadeadores de atos agressivos e violentos dentro da dinâmica familiar.
- O isolamento da família – O processo migratório intenso vivido pelas famílias na atualidade tem desencadeado um afastamento forçado de grupos familiares, dentre as quais a própria família extensa. É fato comum os pais viverem em um estado e cada um dos filhos viverem em cidades diferentes. Esse afastamento gera sentimento de abandono, isolamento e angústia, que poderá desencadear quadros depressivos, estressores e violentos.
- A televisão que funciona o tempo todo – A televisão e mais recentemente a internet tem sido avaliada por profissionais de diversas áreas como “substitutos” perigosos da necessidade humana de se relacionar. Muitas vezes funciona como elemento de fuga para conflitos e/ou para as pessoas que tem dificuldade de se relacionar com as outras ou tem medo de enfrentar seus próprios conflitos.
- A angústia criada pelo desemprego – É evidente que o desemprego é fator estressor e que cria um estado de angústia permanente comprometendo as relações saudáveis entre as pessoas. Por outro lado, está comprovado que as atividades laborais trazem satisfação para o ser humano, mesmo quando as condições sócio-econômicas não estejam totalmente satisfatórias.

- Dívidas constantes – As dificuldades advindas do subemprego ou das dificuldades encontradas por algumas pessoas em administrar os seus próprios gastos são elementos estressores que podem desencadear conflitos e quadros de violência.
- Uma gravidez não aceita – Mesmo a gravidez planejada e desejada traz elementos estressores, porém advinda de situação não esperada são por vezes muito difíceis de serem administradas sem conflitos, sentimentos de negação e rejeição não somente do casal, mas que também interfere em toda dinâmica familiar.

Carnes (1991) em seu extenso estudo sobre compulsão sexual enumera alguns fatores predisponentes que, segundo esse autor, poderão desencadear uma cultura compulsiva e também violenta:

- Cultura orientada pela conveniência, ou seja, dedicada à redução de obstáculos para obter satisfação.
- Cultura que enfatiza a tecnologia como forma de encontrar soluções fáceis.
- Cultura que busca o entretenimento e escapismo em vez de procurar o sentido das coisas.
- Visão de mundo mudando constantemente, resultando numa confusão de valores, tornando a vida mais difícil.
- As sucessivas separações conjugais poderão gerar uma desagregação familiar desencadeando um profundo sentimento de abandono em todos os membros das famílias envolvidas.
- Perda do sentido de comunidade com o isolamento das pessoas o que as torna vulneráveis à violência.
- Alta tensão gerada pela ansiedade crônica atual.
- Exploração dos outros – onde há opressão ou desvantagem econômica poderá gerar sentimentos de desconfiança, de isolamento e de um individualismo exacerbado que poderão alimentar a violência.
- Cultura que nega limitações – não há limites, inclusive o da morte.

Esses itens trazidos por Carnes nos fazem refletir sobre a cultura em que vivemos. É fácil descobrirmos qualquer uma dessas situações em nossa própria vida cotidiana. Contudo, não podemos esquecer como já foi citado anteriormente neste trabalho que a cultura da violência não é privilégio de nossa contemporaneidade. Ela existe desde os primórdios da humanidade e que num Estado de Direito como o atual ela se torna mais visível e poderá ser mais bem avaliada e quiçá melhor combatida.

Sanderson (2005) reafirma que embora as modalidades de violência, já enumeradas neste trabalho, configuram em categorias distintas. Elas, na realidade, se sobrepõem e uma mesma criança poderá sofrer qualquer uma delas, algumas delas ou todas as formas de violência.

“Também se pode argumentar que, na base do abuso físico, da negligência e do abuso sexual há certo grau de abuso emocional, em especial no caso de abuso sexual em crianças, que combina tanto a exploração sexual quanto a violação da criança” (p. 05). Fica evidenciado aqui que um quadro de violência instalado em uma família envolve fatores de risco que serão elementos propiciadores e desencadeadores de uma possível situação de violência sexual. É claro que não estamos destacando nenhuma relação causal e sim situações potencialmente facilitadoras.

Sanderson (2005) evidencia que existem diversos fatores envolvidos que poderão contribuir para a construção de situações de abuso sexual. Baseada no modelo elaborado por Finkelhor (1984) a autora tece algumas considerações. Salienta que a adequação desse modelo é que ele incorpora tanto fatores psicológicos como a própria motivação do abusador, a existência de inibidores internos e a vulnerabilidade da criança; como fatores sociológicos, como o processo de socialização, o uso de pornografia, a tolerância social quanto à erotização infantil, desigualdade social e de gênero. Mas vamos detalhar mais esse modelo.

Finkelhor (1984) elaborou esse modelo, denominado como multifatorial em que identifica o envolvimento de uma série de fatores individuais relacionados ao abusador, à vítima e à família, assim como fatores sociais e culturais. Fica evidenciado nesse modelo, contudo, que a responsabilidade pelo abuso sexual é sempre do abusador. (*grifo nosso*). Esse autor agrupa diversos fatores em quatro precondições, as quais deverão acontecer necessariamente na seguinte ordem, sendo elas:

- 1) Motivação – é necessária a existência de um abusador em potencial e com motivação suficiente para que o abuso aconteça.
- 2) Inibições Internas – essas inibições são as próprias resistências internas do abusador, as quais precisarão ser superadas pelo abusador.
- 3) Inibições Externas – o abusador irá necessitar superar alguns obstáculos para conseguir o seu intento, que é abusar de crianças e/ou adolescentes.
- 4) Resistência – o abusador em potencial tem que superar as resistências da própria criança em ser abusada.

Para explicitar um pouco mais essa questão, destacaremos logo a seguir algumas tabelas elaboradas por Sanderson (2005), as quais esclarecem melhor as precondições estudadas por Finkelhor (1984):

Precondições para o abuso sexual		
	<i>Psicológicas</i>	<i>Sociológicas</i>
Precondição I: Fatores relacionados à motivação para abusar sexualmente		
Congruência emocional	Desenvolvimento emocional prejudicado. Necessidade de se sentir poderoso e no controle. Reencenação de trauma da infância para desfazer a mágoa.	Exigência masculina de ser dominante e poderoso no relacionamento sexual.
Excitação sexual	Experiência sexual infantil que foi traumática ou erradamente condicionada. Modelagem de interesse sexual em crianças por meio de outra pessoa. Má interpretação de sinais de excitação. Anormalidade biológica.	Pornografia infantil. Imagens eróticas de crianças em propagandas. Tendência do macho de sexualizar todas as necessidades emocionais.
Bloqueio	Conflito edipiano. Ansiedade de castração. Medo de pessoas adultas do sexo feminino. Experiência sexual traumática com adulto. Habilidades sociais inadequadas. Problemas conjugais.	Normas repressivas sobre masturbação e sexo extraconjugal.
Precondição II: Fatores que predisõem à superação dos inibidores internos		
	Álcool. Psicose. Distúrbio de impulso. Senilidade. Falha na inibição do mecanismo do incesto na dinâmica familiar.	Tolerância social do interesse sexual em crianças. Fracas sanções criminais contra os agressores. Ideologia de prerrogativas patriarcais para os pais. Tolerância social para depravação cometida enquanto intoxicado. Pornografia infantil. Incapacidade de pessoas do sexo masculino de se identificarem com as necessidades da criança.

Precondição III: Fatores que predisõem à superação de inibidores externos		
	Mãe ausente ou doente. Mãe que não é próxima da criança ou que não age de maneira protetora em relação a ela. Mãe que é dominada ou abusada pelo pai. Isolamento social da família. Oportunidades incomuns de ficar a sós com a criança. Falta de supervisão à criança. Padrões incomuns de sono da criança.	Indisponibilidade de educação sexual para crianças. Falta de poder social de crianças.
Precondição IV: Fatores que predisõem à superação da resistência da criança		
	A criança está emocionalmente insegura ou desprovida. Criança a quem falta conhecimento sobre abuso sexual. Situação de confiança incomum entre a criança e o agressor.	Indisponibilidade de educação sexual para crianças. Falta de poder social de crianças.

Fonte disponível em SANDERSON, C. (2005). Abuso sexual em crianças – fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais. São Paulo: M. Books Editora Ltda. (p. 66/67)

Quanto à 1ª. Precondição, podemos dizer que ela se refere diretamente à motivação do abusador para abusar. O autor elege então três outros fatores que estarão relacionados a essa motivação. O primeiro deles é denominado como *Congruência Emocional*, ou seja, o abusador do ponto de vista psicológico tem uma necessidade emocional que pode não ser de ordem sexual, mas pode ser representada por uma necessidade de poder ou por sentimentos de raiva. Para Finkelhor existiria uma adequação entre as necessidades emocionais do adulto abusador e as características da criança vitimizada. O segundo fator está relacionado à *Excitação Sexual* do adulto que está direcionada para a criança. Essa excitação poderá ser em decorrência de uma experiência traumática na infância, que pode significar uma reedição do próprio abuso sexual sofrido pelo agressor. O terceiro fator envolve um bloqueio sobre a capacidade que este adulto tem de se envolver sexualmente com outros adultos, como por exemplo, por uma inabilidade social. E o quarto fator remete ao estado de vulnerabilidade da própria criança que poderá resistir ou não ao abuso sexual.

Para cada uma das precondições Finkelhor (1984) estabelece outros fatores, tanto de ordem psicológica quanto de ordem sociológica que juntas facilitariam a concretização do abuso

sexual. Desse modo, o autor vai esmiuçando diversas possibilidades. Não podemos deixar de reconhecer que tais possibilidades são infinitas dadas a diversidade humana e a complexidade de suas relações. Contudo, o autor demonstra contemplar aspectos fundamentais na dinâmica do abuso sexual. O que nos chama a atenção é o aspecto sistêmico, particularmente circular, dessas precondições em que está envolvida a pessoa do abusador, a criança e/ou adolescente vitimizada, a família em seu contexto microsociológico e a própria sociedade como um todo que não oferece condições de proteção às suas crianças e adolescentes. Como, por exemplo, a sociedade minimiza a importância de uma educação sexual para crianças, adolescentes e, porque não adultos. Durante todo o ciclo de vida as pessoas necessitam de orientações e esclarecimentos sobre questões de sexualidade.

Diante do que foi apresentado acima podemos indagar: a pessoa do abusador por si só será um elemento desencadeador de uma situação de violência sexual? Em uma sociedade com uma visão polarizada como a nossa em que estabelece a relação dual de causa e efeito como elemento de explicação poderá talvez simplificar essa questão tão complexa e achar que sim. Mas diante do que nos foi revelado até esse momento e com a ajuda de Finkelhor responderemos que não. O abuso sexual de crianças e adolescentes é de fato um fenômeno multifacetário. Mas já que tocamos no assunto vamos destacar algumas reflexões sobre o perfil de um agressor sexual. Diversos estudiosos e pesquisadores (Azevedo & Guerra, 1995, Furniss, 1993, Sanderson, 2005, dentre outros) têm se debruçado sobre essa questão. Não pretendemos, contudo, esgotá-la, até porque esse não é o objetivo desse trabalho. Traçaremos apenas algumas considerações a respeito do assunto.

Uma das mais relevantes questões sobre a violência sexual de crianças e adolescentes pode estar resumida na seguinte pergunta: “Quem procura manter relações sexuais com crianças e adolescentes?” Sob o ponto de vista da psicopatologia, uma pequena parcela da população apresenta um quadro denominado como Parafilia, que quer dizer: “*Transtornos sexuais caracterizados por fantasias sexuais especializadas e intensas necessidades e práticas que, em geral, são de natureza repetitiva e angustiam a pessoa*”(DSM IV, 1994, p. 105). Segundo a quarta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM IV) as principais categorias de parafilias são: exibicionismo, fetichismo, frotteurismo, pedofilia, masoquismo sexual, sadismo sexual, voyerismo, fetichismo transvéstico e uma outra considerada sem especificação. Não podemos deixar de esclarecer ao leitor que as parafilias quase nunca caminham sozinhas. Por esse motivo definiremos brevemente cada uma delas.

- Exibicionismo – Este envolve a exposição dos próprios genitais a um estranho. Às vezes o indivíduo se masturba durante a exposição (ou enquanto fantasia que se expõe).
- Fetichismo – Aqui envolve o uso de objetos inanimados ("fetiches"). Entre os objetos de fetiche mais comuns estão calcinhas, *soutiens*, meias, sapatos, botas ou outras peças do vestuário feminino. O indivíduo com Fetichismo frequentemente se masturba

enquanto segura, esfrega ou cheira o objeto do fetiche ou pode pedir que o parceiro sexual use o objeto durante seus encontros sexuais. Em geral, seu início se dá na adolescência, embora o fetiche possa ter sido investido de uma importância especial na infância. Uma vez estabelecido, o Fetichismo tende a ser crônico.

- Frotteurismo – Neste caso a pessoa sente necessidade de tocar e esfregar-se em uma pessoa sem seu consentimento. O comportamento geralmente ocorre em locais com grande concentração de pessoas, dos quais o indivíduo pode escapar mais facilmente de uma detenção (por exemplo, calçadas movimentadas ou veículos de transporte coletivo).
- Masoquismo sexual - Envolve o ato (real, não simulado) de ser humilhado, espancado, atado ou de outra forma submetido a sofrimento. Alguns indivíduos se sentem perturbados por suas fantasias masoquistas, que podem ser invocadas durante o intercurso sexual ou a masturbação, mas não atuadas de outro modo. Os atos masoquistas que podem ser buscados com um parceiro incluem diversos comportamentos humilhantes e que envolvem sofrimento físico ou emocional intensos.
- Sadismo sexual - Envolve atos (reais, não simulados) nos quais o indivíduo deriva excitação sexual do sofrimento psicológico ou físico (incluindo humilhação) da vítima. Alguns indivíduos com esta Parafilia se sentem perturbados por suas fantasias sádicas, que podem ser invocadas durante a atividade sexual, mas não são atuadas de outro modo; nesses casos, as fantasias sádicas envolvem, habitualmente, o completo controle sobre a vítima, que se sente aterrorizada ante o ato sádico iminente. Outros atuam segundo seus anseios sádicos com um parceiro que consente em sofrer dor ou humilhação. Em todos esses casos, o que causa excitação sexual é o sofrimento da vítima.
- Voyeurismo – A pessoa sente a necessidade de observar indivíduos, geralmente estranhos, sem suspeitar que estão sendo observados, que estão nus, a se despirem ou em atividade sexual. O ato de observar ("espionar") serve à finalidade de obter excitação sexual, e geralmente não é tentada qualquer atividade sexual com a pessoa observada.
- Fetichismo transvéstico - O foco envolve vestir-se com roupas do sexo oposto. Geralmente, o homem com Fetichismo Transvéstico mantém uma coleção de roupas femininas, que usa intermitentemente. Enquanto usa roupas femininas, ele em geral se masturba, imaginando-se tanto como o sujeito masculino quanto como o objeto feminino de sua fantasia sexual. Este transtorno tem sido descrito apenas em homens heterossexuais. O Fetichismo Transvéstico não é diagnosticado quando o se vestir com roupas do sexo oposto ocorre exclusivamente durante o curso de um Transtorno da Identidade de Gênero. Os fenômenos transvêsticos variam desde o uso ocasional e

solitário de roupas femininas até o extenso envolvimento em uma subcultura transvéstica.

- Transtorno de Identidade de Gênero - Há dois componentes no Transtorno da Identidade de Gênero, sendo que ambos devem estar presentes para fazer o diagnóstico. Deve haver evidências de uma forte e persistente identificação com o gênero oposto, que consiste do desejo de ser, ou a insistência do indivíduo de que ele é do sexo oposto (Critério A). Esta identificação com o gênero oposto não deve refletir um mero desejo de quaisquer vantagens culturais percebidas por ser do outro sexo. Também deve haver evidências de um desconforto persistente com o próprio sexo atribuído ou uma sensação de inadequação no papel de gênero deste sexo (Critério B). Para que este diagnóstico seja feito, deve haver evidências de sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social ou ocupacional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo.
- Sem Especificação - Esta categoria é incluída para a codificação de Parafilias que não satisfazem os critérios para qualquer das categorias específicas. Os exemplos incluem a escatologia telefônica (telefonemas obscenos), necrofilia (cadáveres), parcialismo (foco exclusivo em uma parte do corpo), zoofilia (animais), coprofilia (fezes), clismafilia (enemas) e urofilia (urina), entre outras.

Dentre tais parafilias, a Pedofilia não é a mais comum, segundo o próprio DSM IV (1994). A pedofilia é definida como: “*um impulso ou excitação sexual recorrente e intenso por crianças de 13 anos de idade ou menos, persistindo por, no mínimo, seis meses...*” (p.106) O manual ressalta que não se trata de um transtorno com uma incidência muito alta na população, mas que acomete preferencialmente as pessoas do sexo masculino.

Contudo, cabe ainda perguntar: será que todos aqueles que buscam meninos ou meninas de 10 anos, ou menos, para relacionamento sexual podem ser considerados portadores de um quadro de parafilia Pedófila? Segundo Azevedo e Guerra (1995), existem dois tipos de agressores: os preferenciais e os situacionais. Os primeiros são mais raros e se enquadram no que a literatura especializada define como Pedófilo, classificado como um transtorno sexual, já citado anteriormente. Os segundos são mais comuns e seriam pessoas imaturas, do tipo regredido, apresentando possivelmente uma moralidade indiscriminada e com comportamentos sociais inadequados. Essas pessoas se envolvem sexualmente com crianças e/ou adolescentes em função de uma circunstância dada e/ou podem estar acostumados a serem abusivos com as pessoas. Outros fatores a serem considerados são a própria disponibilidades da criança e/ou adolescente, uma vingança direcionada de forma inadequada, etc.

Sanderson (2005) em seu extenso estudo sobre abuso sexual em crianças confirma tais distinções citadas acima, os quais ela denomina de pedófilos predadores e pedófilos não

predadores. Os primeiros têm uma incidência muito pequena na população e seriam os que chamam a atenção da mídia por cometer crimes hediondos contra crianças indefesas. Os segundos representariam mais de 87% dentro dessa população de abusadores masculinos, e são os que estão presentes mais comumente em nossa sociedade, e que convivem pacificamente com crianças e adolescentes, podendo até ter um papel de destaque dentro de sua comunidade, como sendo um pastor de uma igreja ou um treinador de futebol. Sanderson aprofunda um pouco mais sobre essa questão e classifica mais detalhadamente esse segundo tipo de pedofilia, os não predadores. Resumidamente eles seriam: pedófilos regressivos, pedófilos compulsivos, parapedófilos, pedófilos inadequados, pedófilos inadequados compulsivos. Além do mais enumera diversos motivos que poderão estar por trás de uma situação de abuso sexual, como os emocionalmente dependentes, regredidos, vingativos, dentre outros. Não pretendemos, contudo, aprofundar esse assunto, até porque esse não é o objetivo desse trabalho.

Destaca-se aqui o papel do profissional como elemento fundamental quanto à cessação da situação de violência seja ela de que natureza for. Azevedo & Guerra salienta o papel do profissional comprometido, livre de “reticências psicológicas”. Isso significa dizer que o papel do profissional poderá também conter um fator de risco quando ele não tiver uma atitude de proteção e consciente de seu papel. Ou seja, aquele consciente de suas próprias vicissitudes que poderão interferir no processo de identificação e intervenção de um quadro de violência..

Como já vimos até aqui, a violência sexual é uma questão muito delicada. Ela já é por si mesma um espaço de silêncios, segredos e sigilos que são mantidos não só pela família abusiva como também pela vizinhança, amigos, comunidade e até por profissionais desinformados, descomprometidos que acobertam, desqualificam, desconsideram os diversos pedidos de socorro das vítimas, negando as evidências, os sinais, em nome de fidelidades, medos e sigilos profissionais. Volnovich (2005) coloca que o abuso sexual deverá ser sempre tratado como uma questão grave, embora o mais grave dos maus-tratos seja aquele cuja queixa não pode ser ouvida por quem tem responsabilidade de fazê-lo. Ele salienta dessa forma a importância do preparo da equipe de profissionais para o trato da questão, a qual envolverá compromissos para a escuta, defesa, proteção e reparação tanto de crianças quanto com adolescentes. *“Nossa tarefa é transformar esse passado de corpos ultrajados em um futuro de dignidade”*(p. 17).

É fundamental nesse ponto do trabalho avaliar também o impacto que o abuso sexual causa em crianças e adolescentes. Pela importância da temática, reservamos um capítulo só para essa questão, a qual precisa ser mais detalhada e avaliada com cautela. Voltando a importância do papel profissional salientamos que devido a delicadeza do abuso temos que lidar com muita calma para poder inclusive minimizar o impacto deste em crianças e adolescentes.

CAPÍTULO 4 IMPACTOS DA VIOLÊNCIA SOBRE A IDENTIDADE, A SEXUALIDADE E A SAÚDE MENTAL

A violência sexual contra crianças e adolescentes é reconhecida por diversos estudiosos no assunto (Finkelhor, 1984, Azevedo & Guerra, 1995; Saffioti, 1997; Cohen & Gobbetti, 2000; Faleiros, 2000; Pinto Júnior, 2003, Sanderson, 2005), como um problema social, psicológico e de saúde, trazendo danos consideráveis para o desenvolvimento humano, com conseqüências muito graves e, por vezes irreversíveis às suas vítimas. Segundo estudos de Pofancyk, Zavaschi, Benetti, Zenker, & Gammernan, (2005) tais prejuízos são identificados mesmo quando a situação de violência sexual não é vivida diretamente.

“O abuso sexual é o estressor traumático mais comumente citado por 69% dos pacientes com transtorno de estresse pós-traumático. Além dos sintomas desencadeados diretamente na criança ou no adolescente, sabe-se que famílias inseridas em um contexto de violência comunitária freqüentemente descrevem sensações de desesperança e de frustrações quanto à capacidade de proteger os filhos” (Pofancyk e Cols., 2005, p. 08).

Diversos outros estudos (Kristensen, 1996, Azevedo & Guerra, 1997, Saffioti, 1997, Cohen & Gobbetti, 2000) relatam que essa modalidade de violência tem sentidos diferentes para os dois sexos. O impacto do abuso sexual em meninos demonstra ter um sentido diferenciador em função do estigma em que está implicitamente ligado, que tem relação com a homofobia e a própria formação da masculinidade em nossa sociedade patriarcal. Por outro lado, as meninas por serem historicamente abusadas em diversos sentidos poderão ter mais facilidade em expressar aquilo que a sociedade já espera – “nós fomos abusadas sexualmente” (aspas nosso). Isso tem sentido dizer pois a sexualidade é vivenciada e percebida de forma diferente para homens e mulheres. As pessoas percebem e respondem às situações estressoras e de risco de forma muito pessoal. Elas podem reagir ou experienciar a violência de várias maneiras: algumas fingem que não são elas, outras entram em estado alterado de consciência, ou até num processo de dissociação do próprio corpo, minimizando dessa forma uma dor tão intensa.

Do ponto de vista do impacto do abuso sexual, Saffioti (2004) ressalta que o dano do abuso sexual em crianças e adolescentes tem um diferenciador, a qual relaciona à classe social. Segundo avaliação dessa autora, apesar da brutalidade e rudeza infligida pela violência da classe baixa, que não envolve somente a violência sexual, o trauma não é visto como proporcional a essa brutalidade. Por outro lado, a culpa que vitimiza a classe mais abastada que, por sua vez, esconde mais seus dissabores e dores poderá desencadear um impacto maior. Essa culpa estaria relacionada a sentimentos da vítima que conduzem a uma suposta co-participação no abuso, tendo em vista a delicadeza do processo de sedução. Porém, vamos entender melhor esse diferencial. A questão poderá estar muito mais relacionada ao como a vítima sente e percebe o abuso do que em termos de classe social, pois sabemos que a violência sexual é amplamente democrática. Em determinado momento a autora comenta: *“Em termos de danos psíquicos e distúrbios sexuais posteriormente manifestados, o abuso sexual via sedução é infinitamente pior que a brutalidade do pai menos instruído e menos maneiroso”*(p. 25). Essa última constatação está diretamente relacionada ao como foi o abuso e de como a vítima o percebeu. Desse modo, não concordamos que o elemento diferenciador seja a classe social e sim a percepção que o sujeito tem sobre a experiência do abuso sexual. Sabemos que o ser humano apresenta uma capacidade enorme de adaptação diante de situações adversas. Contudo, algumas pesquisas têm demonstrado que a vivência do abuso sexual traz um impacto muito forte para a pessoa e que determinadas condições as quais já discutimos no capítulo anterior, sobre fatores de risco e eventos adversos e ainda o que detalharemos a seguir nos possibilitará ter uma compreensão maior sobre esse impacto.

O impacto do abuso sexual em crianças pode variar consideravelmente. Estudos apontam que o dano maior é provocado pela reação dos adultos e dos profissionais diante da revelação. Tal reação será responsável pelo nível do trauma na criança e/ou adolescente. Para Sanderson (2005) é inquestionável que o abuso traga um impacto, pois quando *“afeição e abuso sexual, amor e sofrimento estão entrelaçados, a realidade parece distorcida, criando ilusões e percepções erradas”*(p. 169).

Furniss (1993) comenta em relação ao impacto do abuso sexual;

“a acomodação ao abuso e a criação da pseudonormalidade são o resultado da impossível tarefa psicológica de integrar a experiência. O segredo e o desamparo e o possível imprevisibilidade e ameaça à vida são constantemente reforçados em renovadas invasões à autonomia e à integridade física e mental da criança. As ameaças por parte da pessoa que abusa e a estrutura negadora da realidade da experiência impedem que a criança seja capaz de chamar o abuso de abuso. A criança é forçada a viver uma vida aparentemente normal em que não aparece existir o abuso. O processo de acomodação acontece através da internalização da experiência incongruente da interação abusiva” (p. 35.).

As crianças e adolescentes abusados sexualmente começam a adaptar-se psicologicamente em um processo que permite a sobrevivência psíquica. Isso se deve ao custo de adquirirem uma percepção distorcida da realidade emocional e externa. Esse mecanismo psíquico que permite essa sobrevivência poderá trazer um comprometimento na área afetiva e sexual quando adultos.

Sanderson (2005) enfatiza alguns fatores associados ao impacto do abuso sexual em crianças que são importantes de serem verificados. São eles:

- 1) A idade da criança na época do abuso – Existem algumas controvérsias quanto a essa questão entre os profissionais e pesquisadores. De uma forma geral existe a crença de que quanto mais jovem é a criança mais vulnerável ao trauma. Contudo, por outro lado, alguns pesquisadores salientam que o fato de não ter capacidade cognitiva desenvolvida podem não ter compreensão exata dos fatos e minimizar os seus efeitos. Estudos sobre dissociação apontam, entretanto que quanto mais tenra a idade é mais provável o desenvolvimento de distúrbios de identidade dissociativa.
- 2) A duração e a frequência do abuso sexual – Nesse aspecto também as pesquisas mostram contradições. De uma forma geral existe a confirmação de que quanto mais frequente e prolongado o abuso, maior será o impacto e maior a probabilidade de trauma. O fenômeno da “acomodação” apontado por Furniss (1993) e já descrito

anteriormente neste capítulo pode explicar essa questão.

- 3) O(s) tipo(s) de ato(s) sexual(is) - Pesquisas têm revelado que o abuso sexual em crianças com penetração peniana tem um forte impacto trazendo diversos prejuízos.
- 4) O uso de força ou da violência – Têm sido evidenciadas que quanto mais força e violência maior o impacto e o trauma. O uso de força física, por outro lado facilita o seu reconhecimento pelas entidades protetoras. Ademais tem sido visto em pesquisas que quando o abuso é ritualístico e sádico traz componentes muito mais perturbadores.
- 5) O relacionamento da criança com o abusador – De uma forma geral os pesquisadores tem percebido que o maior trauma ocorre quanto mais proximidade existe entre o abusador e a criança. Nesse sentido, quando o pai é o abusador ou existe uma relação de confiança maior será impacto.
- 6) A idade e o sexo do abusador – Os estudos mais recentes revelam que é possível que quanto mais jovem for o abusador, ou se as idades se aproximarem, mais dificuldade a criança ou o adolescente terá de perceber o abuso enquanto abuso. Pode assim ser explorada e demorar a reconhecer essa situação. Quanto ao sexo, como já foi dito nesse estudo, a presença de abusadores do sexo feminino traz um impacto maior. Apesar e por causa de sua baixa visibilidade, suas seqüelas são mais perturbadoras em função do nível de confiança que é quebrado entre a criança e a abusadora.
- 7) Os efeitos da revelação – Essa questão é extremamente delicada. Além de ser muito difícil para uma criança revelar o abuso, a forma como os adultos, seja familiar ou profissional reagirão ao abuso poderá ser impactante ou não, acolhedora ou não. O perigo da revitimização vai depender de como os profissionais, os sistemas de proteção como a polícia e o judiciário irão lidar com a questão.

Além desses aspectos acima levantados, Sanderson (2005), destaca os achados dos estudos neurobiológicos. Nestes estudos são discutidos que o estresse grave desencadeado pela situação do abuso sexual em crianças pequenas, cujo cérebro ainda está em desenvolvimento, resulta em eventos em cascata que têm o poder de provocar danos irreversíveis. Assim como Diamanduros (2004), essa autora salienta que o impacto e os

efeitos do abuso sexual em crianças estão sendo incorporados em um modelo de distúrbio de estresse pós-traumático pelo atual Manual de Estatística e Diagnóstico de Desordens Mentais - DSM IV, o qual é um importante passo para o reconhecimento do impacto do abuso sexual como fator estressor psicológico grave.

Aprofundando um pouco mais a questão do impacto do abuso sexual, não podemos deixar de registrar que na literatura corrente a natureza correlacional entre abuso sexual e problemas psicológicos não permite a inferência de uma relação direta causal entre abuso sexual e problemas psicológicos em longo prazo. Williams (2000) sugere em seu trabalho a utilização da expressão fator de risco ao invés de efeito. Kendall-Tacket, Willams & Finkelhor (1993) fizeram uma revisão de 45 estudos, concluindo que as crianças vítimas de abuso sexual apresentavam mais sintomas do que as crianças não abusadas sexualmente. Dentre os sintomas imediatos de curto prazo, encontra-se o comportamento sexualizado, que é o mais estudado e, embora ele não seja exclusivo de crianças vítimas de abuso sexual infantil, continua sendo o que melhor discrimina crianças que tenham sofrido abuso ou não. Nesta categoria encontram-se as brincadeiras sexualizadas com bonecos, a colocação de objetos no ânus ou na vagina, a masturbação excessiva em público, o comportamento sedutor, a solicitação de estimulação sexual e o conhecimento sobre sexo inapropriado à idade. Os demais sintomas encontrados na literatura são: ansiedade, depressão, comportamento de isolamento, queixas somáticas, agressão, problemas escolares, transtorno de estresse pós-traumático, comportamentos regressivos, fuga de casa, comportamentos auto-destrutivos e ideação suicida.

Quanto ao impacto em longo prazo, estudos de natureza longitudinal têm contribuído para o desenvolvimento da área. Os sintomas mais mencionados nessas pesquisas são: depressão (mais freqüentemente citado); ansiedade; perturbação do sono; revitimização; problemas com relacionamento sexual; prostituição; promiscuidade; abuso de substâncias; tentativas de suicídio; ideação suicida e transtorno de estresse pós-traumático. O transtorno pós-traumático caracteriza-se, principalmente, por *flashbacks* ou sonhos freqüentes e obsessivos com a situação do abuso. (Kendall-Tacket, Willams & Finkelhor, 1993).

Além dos sintomas mencionados, Williams (2000), em sua revisão, acrescenta que o abuso sexual infantil é um fator de risco para distúrbios psiquiátricos, sendo que há uma desproporção de pacientes psiquiátricos (cerca de 40 a 70%) que sofreram abuso sexual infantil. Este autor menciona, ainda, os estudos indicativos de que o abuso sexual infantil é um fator de risco para o desenvolvimento de personalidade *borderline*. Adiciona ainda ao fenômeno o que ele denomina de multigeracionalidade, ou seja, a possibilidade da criança abusada reproduzir e se tornar um pai ou mãe abusivo (a). Nesse sentido, apresenta dados que estimam ser a taxa de transmissão intergerações de comportamento incestuoso de 30%.

Alguns estudos apontam as conseqüências da violência sexual contra meninos. Pinto Júnior (2003), Furniss (1993), Dorais (1997), Kristensen (1996), Hunter (1991) e Finkelhor (1984) apontam prejuízos, os quais poderão ser também de curta e de longa duração. Os efeitos de curto prazo principais são: confusão/ansiedade sobre a identidade sexual; tentativas inapropriadas para reafirmar a masculinidade e a possibilidade de reprodução da experiência de vitimização. Quanto aos efeitos de longa duração esses envolvem alguns distúrbios psiquiátricos, uso abusivo de substâncias lícitas e ilícitas gerando muitas vezes dependência química, disfunções sexuais e dificuldades nos relacionamentos interpessoais.

Cabe ressaltar que embora, em alguns casos, meninos possam referir prazer e/ou interesse nas relações sexuais com adultos, iremos ver mais adiante que pesquisas a respeito dos efeitos a longo prazo da experiência de vitimização sexual de meninos apontam várias conseqüências negativas, principalmente quanto à auto-estima e à identidade sexual. Sebold (1987) assinala alguns impactos das situações de violência sexual contra os meninos, identificados através de observações realizadas por terapeutas em Clínicas de Tratamento. São elas: (1) preocupações homofóbicas; (2) comportamento agressivo e controlador; (3) comportamento infantil; (4) comportamento fóbico/paranóide; (5) linguagem e comportamentos sexuais; (6) sonhos perturbadores e recorrentes sobre sexualidade; (7) modificações no corpo e na auto-imagem; (8) indicadores sociais e da família; e, (9) comportamento incendiário.

Diamanduros (2004) contata que existem poucos estudos que focalizam os efeitos do abuso sexual em meninos. A maioria deles estuda os jovens ou homens adultos, os quais

revelam as violências sofridas após muito tempo e, geralmente, em um espaço psicoterapêutico. Esse mesmo autor constata também que existe pouco conhecimento sobre o impacto do abuso sexual contra meninos, que considera assim com Hunter (1991) como “vítimas negligenciadas” (grifo nosso). A maioria dos estudos foca em vítimas do sexo feminino, acreditando que o abuso sexual de meninos é algo incomum e que pode trazer pouco impacto sobre os meninos e sobre seu desenvolvimento. Ademais, muitos meninos não revelam o abuso, pois sentem que poderão não ser acreditados e assim seriam vítimas silenciadas por medo de expor sua masculinidade, de expor seus sentimentos de dependência, medo e vulnerabilidade. Esses sentimentos se relacionam ao medo de ser considerado homossexual quando o agressor é do mesmo sexo; ser considerado não masculino quando o abusador é uma mulher; e for considerado um doente mental quando o abusador é a própria mãe.

Finkelhor & Browne (1985), baseados em estudos sobre o impacto do abuso sexual, propõe um modelo em que são destacadas as seguintes dinâmicas traumatológicas: 1) sexualização traumática; 2) estigmatização; 3) traição e; 4) falta de poder. Esse modelo está baseado na argumentação que os sintomas decorrentes da situação de abuso sexual são o resultado de uma superintegração. Pinto Júnior, 2004 e Sanderson, 2005, também referendam e comentam esse modelo em seus estudos. Isso significa dizer que a criança vivencia o trauma como fazendo parte de sua vida. Furniss (1993) já havia denominado esse fato denominando-o de “acomodação” já citado nesse capítulo anteriormente. Dessa maneira, o trauma tem, no princípio, um valor adaptativo; porém, posteriormente se mostra inadequado na vida adulta. Esses autores revelam que esses fatores agem como causa principal do trauma, distorcendo o auto-conceito, a visão de mundo e as capacidades afetivas da criança vitimizada. Porém, vamos detalhar um pouco mais o que diz esse modelo.

A sexualização traumática refere-se ao processo pelo qual o abuso sexual condiciona e interfere na sexualidade da criança, incluindo seus sentimentos e atitudes sexuais de forma inadequada e disfuncional. Quanto à estigmatização os autores referem-se às conotações negativas associadas ao abuso sexual, tais como maldade, vergonha, culpa, dentre outros sentimentos os quais são associadas à auto-imagem. O sentimento de traição envolve a dinâmica

das relações não somente entre a criança e a pessoa do abusador, mas também com as pessoas em que confia e pelas quais ela se sente traída e abandonada e que deveriam em princípio protegê-la. O sentimento de falta de poder seria o processo dinâmico pelo qual a vontade, os desejos e sentimentos de eficácia são constantemente transgredidos, gerando um sentimento de incapacidade e impotência que se tornam generalizados, comprometendo sua capacidade de enfrentamento. (Finkelhor & Browne, 1985, Pinto Júnior, 2004 e Sanderson, 2005).

Por outro lado, o abuso sexual provoca alterações no senso de masculinidade e senso de identidade. Diamanduros (2004) constata que a natureza do abuso, o envolvimento da figura paterna na vida do menino e o suporte que a família proporciona após a revelação do abuso são determinantes para o significado que o abuso causa na vida de meninos. Acrescenta ainda que, quando a pessoa do abusador é a própria mãe isso traz ainda mais um silêncio perturbador, onde o medo, a vergonha e a culpa são sentimentos que se impõe sobremaneira.

Kristensen e cols. (2001) em seus estudos chamam a atenção para um aspecto muitas vezes negligenciado quando a vítima é o menino. Trata-se da importância dada à pessoa do agressor, pois em função de quem seja a situação da violência irá trazer um maior ou menor impacto e, a própria vítima se sentirá abusada ou não. O abuso entre irmãos, por exemplo, tem demonstrado ser uma modalidade “*delicada*” (aspas nosso), como expressa esse autor, pois “*as fronteiras entre o que seja uma brincadeira ou um jogo exploratório sexual normal entre crianças e o que seja uma atividade abusiva são imprecisas*” (p. 03).

Quanto à diferença de idade entre irmãos, podemos afirmar que essa questão é um fator determinante na compreensão de duas dinâmicas distintas. Quando há uma diferença considerável de idade é possível supor que o mais velho detenha um poder e uma relação de autoridade quase parental e, assim essa situação pode ser denominada como abuso sexual. (Kristensen e Cols., 2001) Por outro lado, quando as idades são próximas, pode ocorrer o que Furniss (1993) denomina como “*síndrome de João e Maria*” na qual os irmãos buscam excitação sexual como substituto de afeto e carinho e aqui não seria adequado pensar em uma relação abusiva.

Em se tratando de abuso sexual de meninos, Kristensen & Cols (2001) destacam

também quando o abusador é a figura feminina ou mais precisamente a mãe. Consideram que esse assunto ainda é mais obscuro e apresenta um alto índice de subnotificação nas denúncias oficiais de diversos centros de notificações. A figura feminina está intrinsecamente relacionada em nossa cultura como a pessoa cuidadora e responsável pela proteção de crianças, o que gera um descrédito quando as vítimas revelam tais abusos. Contudo, diversos estudos sobre o impacto do abuso têm ressaltado que quando a figura materna aparece como abusadora os prejuízos têm sido muito danosos (Sanderson, 2005, Diamanduros, 2004, Munro, 2002, Hunter, 1991).

Cohen (2000) e outros estudiosos (Azevedo & Guerra, 1995; Araújo, 2002; Costa & Col., 2005) salientam em seus estudos que a violência sexual traz como característica a reprodução da violência, ou melhor, pais que comentem abusos em sua maioria reproduzem a violência sofrida. E, diante de uma outra constatação presente em diversos estudos – a predominância de agressores do sexo masculino – podemos pensar que tais agressores podem ter sido vitimizados sexualmente, o que aumenta a incidência de vitimização masculina. Como nos assinala Hunter (1991), nessas circunstâncias o homem não encontra validação ou sustentação emocional para enfrentar os sentimentos decorrentes de uma situação de abuso sexual; então é mais fácil lidar com esses sentimentos agindo para fora (passagem ao ato): agir violentamente, abusar de álcool ou drogas, tornar-se sexualmente promíscuo, cometer atos de violação ou até assassinato.

Ademais, a situação em que se deu a vitimização, pode também ser um fator que contribuí para agravar ou abrandar tais efeitos, como: a idade da criança (quanto mais baixa, mais severas são as conseqüências); a duração da violência; o grau de violência ou ameaça de violência (física e psicológica); a diferença de idade entre o agressor e a vítima; o grau de parentesco entre o agressor e a vítima; a presença de pessoas que possam proteger a criança do ponto de vista afetivo; e o grau de segredo exigido pelo agressor. (Ippólito, 2003)

Outras variáveis podem amenizar ou agravar o impacto do abuso. Segue-se abaixo uma tentativa de resumir o que a literatura corrente (Williams, 2000, Kendall-Tacket, Willams & Finkelhor, 1993, Finkelhor & Browne, 1985) aponta em termos de variáveis que influenciam o

prognóstico dos casos de abuso sexual infantil. Em primeiro lugar, deve-se relevar a proximidade do agressor em relação à vítima, sendo que casos incestuosos são mais graves do que os casos em que o agressor é alheio à família. Em seguida, deve-se avaliar o número de agressores e a intensidade da violência empregada – quanto maior, pior o prognóstico. É preciso considerar ainda a topografia do ato sexual em si – havendo penetração oral, vaginal ou anal os resultados são mais graves do que sem penetração; a duração do abuso – quanto mais longo, maiores as dificuldades e a frequência do mesmo. Finalmente, cabe avaliar o apoio familiar dado à vítima pelo membro não agressor, principalmente a mãe da criança.

De modo geral, pode-se pensar no abuso sexual infantil como um estressor generalizado e, sendo assim, a criança desenvolve problemas nas áreas em que tenha maior vulnerabilidade. Os casos assintomáticos descritos pela literatura parecem se referir às pessoas com capacidade de resiliência exemplar, que apresentam técnicas de enfrentamento adequadas, por exemplo, interpretando o abuso como um problema provocado pelo agressor e não por si próprio. Seria o caso de um abuso que tenha ocorrido em um período de tempo menor, sem o emprego de violência grave, e tampouco sem penetração, onde o agressor não era uma figura paterna, sendo que a criança revelou prontamente o ocorrido e recebeu apoio de uma mãe positiva e encorajadora. Nesse mesmo sentido, Faleiros (2005) assinala: *“Danos e riscos se conjugam num processo complexo, pois é preciso diminuir riscos que implicam a ausência ou distancia do abusador, como também mudanças objetivas no convívio familiar e em suas condições de vida.”*(p.118)

Finalmente podemos relacionar de forma esquemática os efeitos em curto e longo prazo encontrado na literatura corrente.

Os efeitos em curto prazo são:

1. Indicadores Físicos:

- Dificuldade em caminhar.
- Dor ou inchaço nas áreas genitais ou anais.
- Lesão ou sangramento.
- Infecções urinárias.

- Secreções vaginais ou penianas.
- Baixo controle dos esfíncteres.
- Sintomas que indicam presença de “DST’s”.
- Enfermidades psicossomáticas.
- Presença de transtorno alimentar (inapetência ou obesidade).
- Dificuldades de engolir devido à inflamação na garganta devido sexo oral.
- Roupas íntimas rasgadas ou manchadas de sangue.

2. Indicadores Comportamentais:

- Vergonha excessiva.
- Medo constante, principalmente de pessoas do sexo masculino.
- Comportamento agressivo e inquietude.
- Uso ou abuso de álcool ou drogas.
- Descontrole emocional.
- Culpa e autoflagelação.
- Comportamento sexual inadequado para sua idade (interesse, expressão erotizada, masturbação compulsiva)
- Regressão a estado de desenvolvimento anterior.
- Descuido com a própria higiene pessoal.
- Tendência ao isolamento social.
- Desempenho escolar alterado com baixa concentração.
- Tendências suicidas.

Os efeitos em longo prazo são:

- Sequelas dos problemas físicos que poderão afetar a capacidade reprodutiva.
- Dificuldade de ligação afetiva e amorosa.
- Dificuldades em manter uma vida sexual saudável.
- Incapacidade de distinguir sexo e afeto.
- Tendência a supersexualizar os relacionamentos sociais

- Compulsivo interesse sexual.
- Envolvimento em exploração sexual.
- Uso abusivo de substâncias lícitas e ilícitas.

Ao longo dessa dissertação temos visto que a violência sexual tem sido um fenômeno de grande prevalência em nossa sociedade, fenômeno este que afeta mulheres, jovens e crianças, nas mais distintas condições de vida e, como vimos neste capítulo, deixando graves seqüelas que podem vir a ser permanentes. Apesar de sua extensão, o estigma que frequentemente recai sobre as vítimas tem determinado que as denúncias sejam mínimas em relação à realidade. No caso de vítimas do sexo masculino a visibilidade é ainda menor. Questões políticas, sociais, culturais e mais ainda emocionais contribuem para que muitas vezes se calem.

Contudo, paradoxalmente, os mesmos elementos que contribuem para que esse silêncio se perpetue corrobora para que as vozes sejam ouvidas. Em primeiro lugar, não podemos deixar de destacar a importância do movimento feminista que, por questões políticas e ideológicas, tomaram consciência sobre esse aspecto da violação e deram apoio as diversas vítimas que tiveram coragem de se expor e expressar as suas vergonhas e dores. Em segundo lugar são as próprias vítimas que superaram as suas resistências e buscaram ajuda. E, finalmente não podemos deixar de salientar a importância do sistema de saúde mental que, apesar do ceticismo inicial, se volta para a questão. Ademais, a importância das diversas pesquisas e os avanços significativos dentro desse campo pode descortinar o véu que cobre e encobre esses segredos que passam a ser grandes verdades, difíceis de admitir, mas verdades que podem aliviar o sofrimento de muitas crianças e adolescentes.

PARTE II – A PESQUISA

CAPÍTULO 5 A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

A hegemonia do paradigma empírico positivista, presente no mundo acadêmico durante décadas, influenciou as pesquisas em todos os campos das ciências. A partir de 1950, surge, no âmbito das ciências humanas e sociais, a reivindicação por novas formas de saber e por metodologias que pudessem abarcar os estudos de fenômenos cuja natureza dificultava uma abordagem através de caminhos tradicionais firmados como científicos. Não podemos esquecer o fato do objeto de estudo nessa área ser o próprio comportamento humano inserido em seus diversos contextos, com toda a sua riqueza e complexidade. Neste momento, ocorre a emergência de abordagens metodológicas qualitativas que permitiram um novo olhar sobre os fenômenos sociais (Brito e Leonardos, 2001).

Foi necessário que o poder do paradigma dominante se enfraquecesse para que toda a dinâmica da comunidade científica fosse alterada. Está claro que todos nós somos impregnados pelo positivismo, que é a base de toda a formação científica e gera necessidade de *“busca de medidas e de critérios de rigor”* (Brito e Leonardos, 2001, p. 10), como se fosse necessária a comprovação de uma cientificidade e de uma objetividade.

Vasconcellos (2002) aponta que inicialmente o pensamento científico estava voltado para o estudo do comportamento humano dentro de premissas que continham uma visão de mundo onde simplicidade, estabilidade e objetividade eram os constructos teóricos. Contudo, diante de toda uma complexidade que se apresenta aos nossos olhos, faz-se necessário uma mudança desse olhar. Dito de outra forma, a pluralidade e a ampla variedade de identidades e questões sociais, econômicas, políticas, culturais, técnicas, ambientais, lingüísticas, pacifistas, subjetivas, de gênero, dentre outros, faz emergir diversas epistemologias, campos de saber e paradigmas particulares que se caracterizam por não se deixar levar pelo reducionismo do imperialismo epistemológico. (Vasconcelos, 2003) Esse autor chama a atenção para a necessidade de induzir práticas inter e transdisciplinares capazes de fazer dialogar e produzir

trocas entre os diferentes campos do saber, o que se traduz em uma nova forma de pensar e olhar.

Utilizando como recurso didático um percurso histórico, Alves-Mazzotti & Gewandsznajder (1999) explanam sobre os principais movimentos, pressupostos e quiçá paradigmas por onde transita o pensamento contemporâneo. Os autores enfatizam que na prática dos pesquisadores sociais o que ocorre é a coexistência de diferentes paradigmas que subsistem em diferentes estudos ou até mesmo no mesmo estudo. O fato é que a complexidade de nossa realidade social exigirá cada vez mais uma ampliação das diferentes formas de conhecimento.

Almeida (2001) aponta que Moscovici em sua pesquisa sobre as representações sociais da psicanálise, no início da década de 60, já percebia a importância dessa questão ao estudar a proximidade do senso comum com o conhecimento científico. O estudo das Representações Sociais tem se mostrado uma resposta para o estudo nas ciências humanas e sociais com uma nova forma de perceber e estudar a realidade cotidiana. *“...a teoria das representações sociais pode ser considerada como uma grande teoria, grande no sentido de que sua finalidade é a de propor conceitos de base (...) que devem atrair a atenção dos pesquisadores sobre um conjunto de dinâmicas particulares e suscitar, assim, estudos mais detalhados sobre os múltiplos processos específicos”* (Doise citado por Almeida, 2001, p. 134).

Apesar de todas essas discussões, Brito & Leornardos (2001) consideram prematuro o estabelecimento de um novo paradigma para as ciências sociais e humanas devido à falta de consenso, o que dificulta a sistematização. Porém, compreendendo que paradigma pode ser considerado, grosso modo, “visão de mundo”, como nos esclarece Vasconcellos (2002), percebemos claramente uma evolução no pensamento científico: de uma visão que estabeleceu a tríade simplicidade, estabilidade e objetividade passou-se para outra tríade – complexidade, instabilidade e intersubjetividade. Neste aspecto seria conveniente pensarmos na construção de uma nova forma de olhar, de um novo paradigma, que se nos apresenta em diversas formas do pensar e do fazer científico, com todas as contradições e paradoxos gerados por diferentes visões de mundo.

Dessa maneira nos deparamos com um novo paradigma, em consonância com as idéias da ciência pós-moderna que ressalta a singularidade interacional entre sujeito e objeto, a subjetividade do pesquisador no seu processo de pesquisa. O conhecimento é concebido como um processo cooperativo (pesquisador/pesquisado) e, conseqüentemente, os aspectos qualitativos intrínsecos nesse processo ganham mais importância (Shinitman, 1994).

A pesquisa qualitativa é, portanto, um processo social no qual existe uma troca de idéias e de significados em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas. Está centrada na figura do pesquisador, visto que é o interesse dele que está em jogo, ou seja, é dirigida para o objeto de estudo que ele se propõe a estudar (Brito e Leonardos, 2001). No entanto, o papel dos atores sociais não é de passividade ou submissão. Trata-se, então de uma relação de troca, onde tanto o pesquisador quanto o pesquisado se beneficiam deste processo. O pesquisador alcança o seu objetivo ao coletar o material necessário para empreender a sua pesquisa, já o pesquisado, ao participar do processo é levado a pensar junto com o pesquisador sobre o seu mundo vivencial e sobre si mesmo, dentro do contexto em que está inserido.

Levy (2001) ressalta que a articulação entre pesquisa teórica e prática interventiva demonstrou ser necessária tanto para os atores sociais quanto para os clínicos, pois, para os atores, sociais a diminuição da distância entre teoria e prática cria uma nova forma de apropriar-se desse saber. Por outro lado, para os clínicos, a pesquisa poderia re-interrogar suas práticas e interpretações em relação às intervenções realizadas (pesquisa-ação).

Todas essas questões permeiam a orientação metodológica de nossa pesquisa. O caráter exploratório desse estudo, que buscou compreender, a partir de uma ótica de gênero, dimensões do abuso sexual de crianças/adolescentes do sexo masculino com base na perspectiva da família e da pessoa abusada, nos levou a optar por uma metodologia qualitativa. Essa metodologia nos permitiu investigar de forma abrangente o processo dinâmico das relações familiares em situações de violência sexual doméstica.

O estudo de caso foi escolhido como estratégia metodológica, pois permite uma visão de dimensões globais e específicas do fenômeno a ser estudado. No caso dessa pesquisa, cujo foco

é a violência sexual contra meninos, entendemos que a utilização do estudo de caso pode contribuir para uma melhor compreensão das dinâmicas familiares, sem deixar de privilegiar os contextos sócio-cultural e histórico em que as pessoas envolvidas estão inseridas.

Os critérios de seleção dos casos variam de acordo com os propósitos da pesquisa. (Gil, 2002). Nosso estudo pode ser definido como estudo de caso intrínseco, pois ele se constitui o próprio objeto da pesquisa. Ainda de acordo com Gil (2002), a coleta de dados através de estudos de casos é um dos mais completos de todos os delineamentos, pois os dados podem ser obtidos por diversos tipos de instrumentos.

Em nossa pesquisa, a construção de cada estudo de caso se deu por meio de entrevistas semi-estruturadas com os membros das famílias estudadas. *“Por sua natureza interativa, a entrevista permite tratar de temas complexos que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente através de questionários, explorando-os em profundidade..”*(Alves-Mazzotti & Gewandsznajder, 1999, p. 168).

No contexto dos estudos de caso, a postura do pesquisador é crucial para uma maior precisão dos resultados, pois para a(s) pessoa(s) poder(em) ser interativa(s) é fundamental que ela(s) afiance o que o pesquisador quis dizer. As perguntas deverão ser tantas quanto necessárias para a compreensão do objeto estudado, no nosso caso, as relações familiares em situação de abuso sexual. (Cezar-Ferreira, 2004)

Quanto à subjetividade da pessoa do pesquisador podemos compartilhar com Louro (2004) o pensamento que diz que a linguagem que usamos intui um jeito de conhecer e, a partir daí, instigamos nossos leitores a questionar e indagar, ou melhor, criar possibilidades e não instituir verdades. Essa autora acredita que *“Um texto sempre pode ser interpretado diferentemente, sempre pode ser interpretado outra vez, e ainda outra vez e mais outra... Um texto desliza, escapa.”*(p. 03)

Ainda em Louro (2004), temos que os fenômenos são complexos e dinâmicos, portanto, é importante desconfiar das certezas definitivas – *“Tudo isso parece se tornar particularmente*

complicado quando o campo de pesquisa é o dos gêneros e das sexualidades.”(p. 05). Decorre daí a preocupação metodológica que traduz “o encaixe com a nossa forma de pensar” .

5.1 Delineamento da Pesquisa

O delineamento da pesquisa traçado teve como referência as instruções do Código de Ética Profissional do Psicólogo e as Recomendações Para Pesquisa com Seres Humanos, respeitadas as especificidades de um projeto na área da Psicologia. Uma vez que a pesquisa foi desenvolvida com famílias atendidas em uma unidade da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal o projeto foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da referida Secretaria, conforme instruções do Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP².

A proposta foi a inclusão no estudo de três famílias cuja pessoa abusada esteja em fase distinta do ciclo vital: assim sendo, numa família, a pessoa abusada é uma criança na fase da primeira infância, 0 a 5 anos; outra em que a criança tem entre 5 e 10 anos; e, por último, uma família na qual a pessoa abusada é um pré-adolescente ou adolescente na faixa etária de 11 e 15 anos. Como destaca Carter, B. & Mcgoldrick, M. (1995), a família é um sistema que se movimenta através do tempo. Dessa forma, cada fase do ciclo vital traz características importantes em relação a diferentes aspectos, inclusive para uma análise adequada das questões da violência sexual.

5.1.1 Participantes

Os participantes desta pesquisa são famílias que foram atendidas em dois órgãos de proteção existentes no Distrito Federal. O primeiro deles é o Instituto Médico Legal – IML, para onde são remetidos todos os casos notificados junto à Delegacia Especial de Proteção às Crianças e Adolescentes – DPCA. O segundo, refere-se ao COMPP – Centro de Orientação Médico Psicopedagógico, para onde são encaminhadas famílias identificadas como tendo uma situação de violência sexual contra criança ou adolescente do sexo masculino como parte da queixa (ou demanda) apresentada à instituição.

² Vale ressaltar que a presente pesquisa foi avaliada e teve seu Projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Estado e Saúde do Distrito Federal CEP/SES-DF.

Famílias Entrevistadas

O critério básico para a seleção das famílias entrevistadas inicialmente foi o de ter uma criança ou adolescente do sexo masculino que tenha sofrido violência sexual por parte de um membro da família, ou por uma pessoa considerada como membro da família pela própria criança e/ou adolescente.

Os casos foram escolhidos em duas instituições diferentes: o Centro de Orientação Médico Psicopedagógico – COMPP, entidade vinculada a SES – Secretaria de Estado e Saúde do Distrito Federal e o Instituto Médico Legal da Polícia Civil do Distrito Federal.

Dos 14 casos inicialmente identificados, sete famílias foram contatadas e aceitaram fazer uma entrevista inicial com a pesquisadora. As sete entrevistas foram feitas com o intuito de identificar as famílias que, de acordo com os objetivos da pesquisa, atendiam ao critério da existência da situação de abuso sexual infligido contra um menino dentro do espaço doméstico.

Em todos os casos as pessoas contatadas foram as mães das crianças. A entrevista inicial teve como espaço o trabalho ou a residência de cada uma dessas famílias. Essa escolha se deu para facilitar a locomoção das pessoas, pois a maioria vive em condições desfavorecidas economicamente. Ademais, é importante salientar que essa primeira entrevista foi utilizada como um *rapport*, no sentido fornecido por Bauer (2002), em que se costuma proporcionar um ambiente de confiança e segurança entre o entrevistador e o entrevistado para que a coleta de dados possa fluir de forma a garantir o cumprimento dos objetivos da pesquisa.

Esse estudo buscou estruturar visitas domiciliares como sistemática de trabalho. As entrevistas foram gravadas em fita cassete e transcritas. Os dados foram organizados em eixos temáticos e interpretados.

Apresentaremos no Anexo III um relato sucinto de cada uma das sete famílias entrevistadas³. Nesse relato serão minuciadas as características de cada família do ponto de vista dinâmico, estrutural e econômico. Serão relatados também os episódios de violência sexual da forma vivenciada e comentada pela família.

³ Todos os sobrenomes são fictícios para proteger a identidades das famílias

Famílias Estudadas

Dentre os sete casos entrevistados (vide Anexo III) foram escolhidos três casos: as famílias Dantas, Barros e Ernandes, designadas a partir de agora como Família A, Família B e Família C, respectivamente, as quais serão estudadas sob a metodologia de análise de conteúdo qualitativa.

A escolha desses casos foi feita com base nos seguintes parâmetros: em primeiro lugar são casos considerados como de violência sexual doméstica; em segundo, são famílias que estão nas fases do ciclo de vida com as quais nos propusemos a trabalhar e, por último, são famílias que apresentam características que poderão facilitar uma leitura mais aprofundada das situações de abuso sexual. Ademais, apresentam uma dinâmica relacional que poderia trazer mais elementos para o presente estudo.

5.1.2 Procedimentos de Coleta de Dados

Os dados foram coletados através de atendimentos sistematizados, onde foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, cujas estruturas estão discriminadas abaixo.

As entrevistas envolveram os seguintes sistemas/sub-sistemas familiares:

- Contato Inicial para o *rapport*
- A família como um todo (entrevista de genograma e entrevista semi-estruturada)
- A criança e/ou adolescente vítima
- Os pais (ou o casal atual)
- A mãe e o pai separadamente (se for possível)
- Os irmãos
- A família novamente (como último momento ou um fechamento)

Entrevista Inicial

O trabalho de pesquisa com cada família teve início com uma entrevista inicial que foi dividida em duas etapas. Na primeira etapa foi feita a apresentação da pesquisadora/terapeuta, do projeto e culminou com a leitura e assinatura do consentimento informado para participação na pesquisa. Na segunda etapa utilizamos a técnica do Genograma familiar, a qual permite o acesso à história transgeracional da família.

- “Eu me chamo sou mestranda e pesquisadora da UnB. Também sou psicóloga, terapeuta de família e trabalho a anos com famílias que buscam o apoio da (falar no nome de sua instituição).
- Recebi da Secretaria de estado e Saúde do Distrito Federal a autorização e apoio para realizar aqui meu trabalho de pesquisa para a conclusão do mestrado na Universidade de Brasília. Meu trabalho tem por objetivo compreender a experiência de famílias que passaram por uma vivência de abuso sexual. Com a ajuda de vocês, pretendemos melhorar os conhecimentos da psicologia sobre esse tema para podermos ajudar de forma mais adequada outras famílias como vocês.
- Assim, estou aqui para conhecer um pouco da história dessa família e do motivo que os trouxe a buscar um órgão de Proteção do Estado. Meu trabalho com vocês terá duração limitada e será feito de acordo com os princípios éticos que regem o exercício profissional do psicólogo e do pesquisador que trabalha com seres humanos.
- Vou entregar a vocês um documento chamado CONSENTIMENTO INFORMADO (vide cópia em anexo). Vamos ler junto esse material que explica a pesquisa. A participação de vocês é voluntária. Participar da pesquisa não vai interferir com o atendimento que vocês vieram buscar no COMPP nem vai garantir para vocês nenhum privilégio especial. Depois da leitura vou me certificar de que vocês entenderam o documento e se querem participar. Em caso afirmativo iniciaremos nosso trabalho.

A construção do Genograma

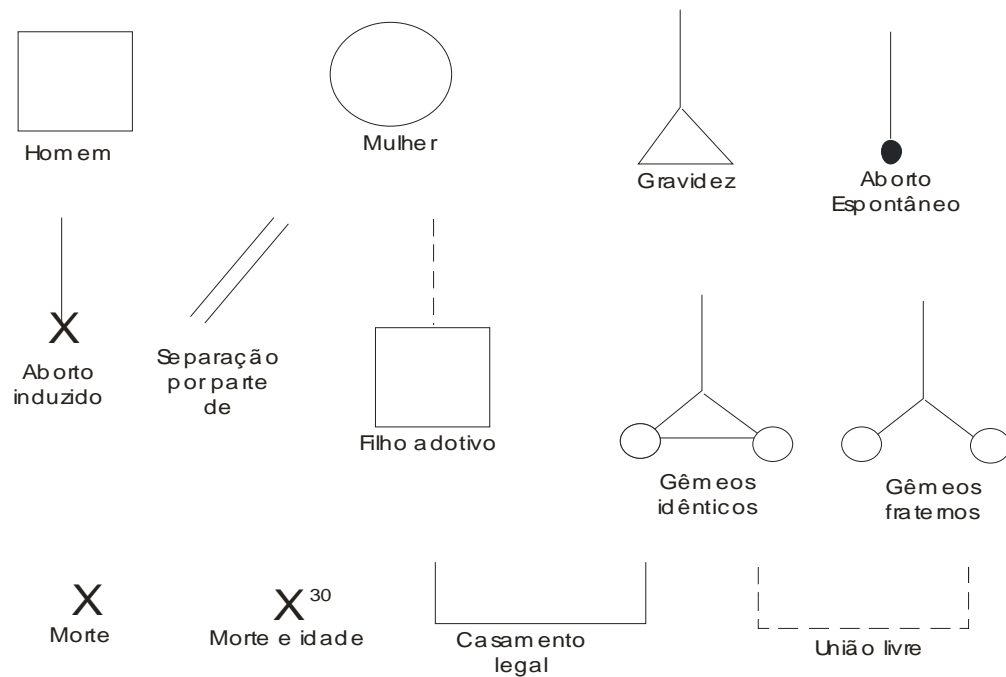
Na segunda etapa da entrevista inicial com a família, utilizamos o Genograma Familiar, instrumento de compreensão das relações familiares ao longo de pelo menos três gerações. Como assinalam McGoldrick e Gerson (1985), os genogramas trazem elementos importantes para a compreensão de diversos eventos significativos da vida familiar, permitindo identificar as cadeias de transgeracionalidade e os fatores de risco e proteção presentes em cada família.

Fundamentalmente, podemos definir o genograma ou genetograma como representações gráficas ou um desenho da família, utilizado para mapear a composição e o contexto social e relacional dessa família, permitindo uma visualização mais ampla de até três gerações. Por outro

lado, como o genograma é construído com a família, ele é também um instrumento terapêutico, no sentido da própria família ver a si mesma de outras formas numa fotografia que se move para o passado, para o presente e para o futuro, em diversas perspectivas. Esta representação icônica foi estabelecida por Murray-Bowen de acordo com McGoldrick e Gerson (1985) e deverá compreender as seguintes categorias:

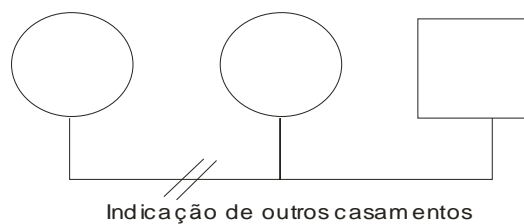
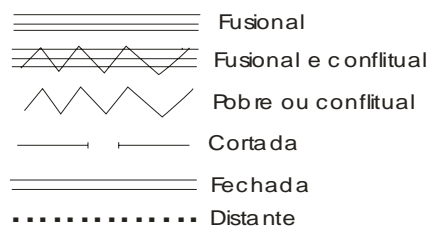
- 1) Estrutura familiar – aqui estarão contidos dados importantes de sua composição, como nomes e idades (com datas de nascimento e morte) de todos os membros da família; ocupações profissionais, escolaridade, renda, local de residência, estado de procedência; dentre outros.
- 2) Ciclo de vida familiar – a partir de alguns dados investigados na categoria anterior teremos informação sobre a etapa do desenvolvimento dessa família (filhos pequenos, adolescentes, etc.).
- 3) Padrões repetitivos através das gerações – aqui são revistos aqueles aspectos dos padrões relacionais e da própria estrutura e forma de funcionamento da família que se repete ao longo das gerações; como, por exemplo, o mesmo nome, doenças, profissões, estilo de vida, dentre outros.
- 4) Eventos da vida e funcionamento familiar – aspectos importantes como casamentos, separações, divórcios, mortes e outros eventos significativos, tais como doenças, *causa mortis*, alcoolismo, uso de drogas, impacto sobre as mudanças, traumas, dentre outros, que possam clarear a respeito da dinâmica e funcionamento familiar.
- 5) Padrões relacionais e formação de triângulos – aqui serão anotados os aspectos relacionais que são importantes para aquela família, a vida sexual e conjugal, os relacionamentos entre os irmãos; os padrões interacionais como alianças, coalizões, rejeição, tanto com membros da família, como com elementos que são importantes para o conhecimento dessa família.
- 6) Aspectos de funcionalidade e disfuncionalidade – nesse ponto é importante fazer um histórico da construção da patologia naquela família, do ponto de vista transgeracional e dos próprios recursos para um funcionamento saudável.

McGoldrick e Gerson (1985) baseados na importância desse instrumento para os terapeutas familiares e profissionais que lidam com família, organizaram uma representação icônica *standard* simplificada. No caso desse estudo estaremos nos utilizando desse padrão tendo como elementos básicos os seguintes ícones e acrescentando alguns que facilitarão a nossa compreensão. São eles:



UD = Usuário de drogas
 BA = Usuário abusivo de álcool
 VD = Violência doméstica
 G1 - geração dos avós G2 - geração dos pais G3 - geração filhos
 C = 30 (anos de casados) S = 11 (Anos de separados)
 J = Convivência marital N = Namoro

Dados relacionais (Mínimos)



Ordem necessária:
 esquerda para a direita,
 do mais velho para o
 mais novo, da família atual
 para as gerações anteriores.



Entrevistas semi-estruturadas

Não podemos deixar de destacar que esse roteiro é um direcionamento em que a pesquisadora se baseou para obter as informações necessárias para compreensão do assunto pesquisado. Houve, portanto, uma adequação das questões ao contexto da entrevista. Dentre outros fatores, foi considerado o clima emocional, a disponibilidade da pessoa em tratar do assunto, ou seja, a violência sexual vivenciada pela família.

➤ Com a família

- 1) Como cada um vê e sente essa Família?
- 2) O que se significa ser mulher para essa família?
- 3) O que significa ser homem?
- 4) O que significa ser criança/adolescente?
- 5) Como é vivida a intimidade e a sexualidade nessa família?
- 6) Conte-me o que aconteceu?
- 7) Quem foi a primeira pessoa a saber o que aconteceu?
- 8) Que atitudes/iniciativas essa pessoa tomou?
- 9) O que aconteceu nessa família a partir da experiência do abuso? (dinâmica antes/depois)
- 10) Como vocês imaginam a vida de e da família após a experiência do abuso?

➤ Com a criança/adolescente

- 1) Como você se sente nessa família?
- 2) De quem você é mais próximo?
- 3) Em quem você confia?
- 4) De quem você não gostaria de ficar perto?
- 5) De quem você tem medo?
- 6) Quem te protege?

- 7) Tem alguma coisa secreta que você gostaria de me contar? A abordagem direta da situação de abuso sexual dependerá da idade da criança e dos aspectos de como aconteceu a revelação. Usar o desenho da família, como sugestão.
- Com o casal ou um dos cônjuges (que podem ser ou não os pais)
 - 1) Como e quando se conheceram?
 - 2) Houve namoro, noivado, casamento ou foram “morar juntos”?
 - 3) Como sempre foi o relacionamento?
 - 4) Como é o relacionamento e a convivência com os filhos (próprios e/ou de outros relacionamentos)?
 - 5) Como é a vida do casal?
 - 6) Quem fez o que e como em função da experiência do abuso?
 - 7) Como você imagina a vida de do casal após a experiência do abuso?
 - Com a mãe e o pai (ou o parceiro da díade conjugal)
 - 1) Como se sente vivendo esse relacionamento?
 - 2) Qual o significado desse relacionamento/casamento em sua vida?
 - 3) Como você se sente sendo mulher/homem hoje?
 - 4) Quem fez o que e como em função da experiência do abuso?
 - 5) Como você imagina a vida de do casal após a experiência do abuso?
 - Com os irmãos (Nesse aspecto só existira essa entrevista caso existam a presença de irmãos)
 - 1) O que significa para vocês a experiência do abuso?
 - 2) Quem é mais amigo de quem e quem ajuda quem?
 - 3) Quais são as dificuldades?
 - 4) Vocês trocam confidências e segredos?
 - 5) Como é o relacionamento com outros irmãos que não vivem nessa família?
 - A família (Entrevista de fechamento)

“Foi muito bom conhecer a história dessa família e eu espero que tudo o que foi dito aqui tenha levado vocês a pensarem sobre as suas próprias vidas e sobre como

nós mesmos construímos a nossa vida. As coisas que nos acontecem, sejam boas ou más, podem servir para nos ajudar com outras escolhas no nosso futuro.”

- 1) Qual o significado de tudo o que aconteceu para essa família?
- 2) O que é mais importante para essa família nesse momento?
- 3) O que se espera do futuro?
- 4) O que cada um tem a dizer ao outro?
- 5) O que você poderá fazer para que a experiência do abuso não mais aconteça?

5.1.3 Procedimentos de Análise de Dados

Utilizamos, como instrumento básico de análise, a técnica categorial indutiva dentro da análise de conteúdo, amparada na proposta metodológica de Bardin (1977). Fizemos opção pela análise de conteúdo temática e freqüencial, onde o tema é utilizado como unidade de registro. Dessa maneira, o tema é concebido como qualquer idéia ou pensamento completo expresso pela família, divididas em agrupamentos, os quais seguem os subsistemas envolvidos na coleta de dados. Procedemos ao levantamento e à descrição de alguns temas centrais na vida dessas famílias, cuja situação básica é a vivência de um quadro de violência sexual contra uma criança e/ou adolescente do sexo masculino, perpetrada por um membro da família.

Elegemos inicialmente os temas emergentes para posteriormente reuni-los em categorias temáticas significativas em função de analogias, inter-relação ou associação semântica identificadas. Em seguida, elegemos sub-categorias significativas em função de analogias com os temas centrais, os quais foram agrupados compondo categorias empiricamente definidas.

Segundo Bauer (2002), a análise de conteúdo é um método de análise de texto construído dentro das ciências sociais empíricas, constituindo-se em um divisor entre a quantidade x qualidade das ciências sociais, pois pode ser considerada uma técnica híbrida. Apesar de existir diversos delineamentos, seu uso mais comum é o estudo descritivo que conta a freqüência de todas as características codificadas no texto transcrito. É essa recorrência que iremos utilizar no presente estudo.

A análise de conteúdo encerra, atualmente, um conjunto de instrumentos metodológicos

concebidos por diferentes autores, voltados para a compreensão e interpretação das diversas formas de comunicação (escrita, oral ou icônica). Bardin (1977) a descreve com base em uma hermenêutica controlada de caráter dedutivo lógico: a inferência. Esta autora ressalta que o que caracteriza a dimensão qualitativa da análise de conteúdo é o fato da inferência realizada no processo, ser fundada na presença do índice selecionado (tema, palavra, personagem) e não na pura frequência na comunicação. Nesse sentido, comporta o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade no processo interpretativo do pesquisador (Bardin, 1977). Apesar de permanecer pautada por várias décadas em parâmetros quantitativos, a análise de conteúdo passa, a partir de 1950 a comportar uma versão mais ampliada, com a inclusão das dimensões qualitativa e inter-relacional.

As categorias temáticas foram construídas numa tentativa de preservar os critérios descritos por Bardin, os quais são: 01) a exclusão mútua, que refere a não repetição de elementos ou temas em diferentes categorias; 02) a homogeneidade, no sentido de que todas as categorias mantivessem na sua construção, os mesmos princípios; 03) a pertinência, ou seja, a manutenção de uma coerência com os objetivos da pesquisa; 04) a objetividade e fidelidade, critério este que as preserva das possíveis distorções advindas da subjetividade do pesquisador e; 05) a produtividade, associada à capacidade das categorias de se constituírem úteis na produção de hipóteses e compreensões.

É fundamental reconhecer a concepção da comunicação como processo e não como dado formal a ser decodificado. Ademais o trabalho de análise das entrevistas obedeceu aos seguintes passos:

- Leitura flutuante do texto, deixando que esta se tornasse cada vez mais clara em função de significados e sentidos que pudessem emergir a partir deste momento.
- Novas leituras para demarcação de verbalizações, frases isoladas ou conjuntas que pudessem constituir temas.
- Ordenação das verbalizações em seus respectivos temas.
- Quantificação da frequência dos temas.
- Organização dos temas de cada discurso dos subsistemas envolvidos, ou seja, conforme

critério semântico, nas chamadas Categorias-Temáticas. Nesse sentido, foi realizado a aglutinação dos temas da mesma natureza ou que mantivessem uma relação de significados através de elos de similaridade, complementaridade, causalidade ou mesmo diversidade e ambivalência.

- Organização das várias categorias temáticas subtraídas das diversas entrevistas com as famílias que, por sua vez, foram elegidas sub-categorias, as quais estarão citadas logo a seguir.
- Elaboração de um quadro final a partir das análises conjuntas dos diversos textos extraídos das entrevistas com as famílias e seus subsistemas.

Nesse ponto é fundamental salientar que a criação e a definição das categorias temáticas buscaram a representatividade dos temas levantados com base na avaliação do pesquisador confrontada com a de dois juízes, constituídos por duas pessoas familiarizadas com o trabalho de análise de conteúdo.

Posteriormente, a partir da transcrição das entrevistas, da leitura, reeleitura e demarcações das verbalizações, levantamos os temas e construímos as categorias temáticas. Cada uma dessas categorias será apresentada em quadros de acordo com o seguinte esquema:

- Definição: Cabe nesse item explicar o significado de cada uma das categorias elegidas pela análise de conteúdo.
- Frequência: Referem à recorrência das categorias explicitadas.
- Subcategorias: Tendo em vista o conteúdo muito vasto desse estudo, elegemos também subcategorias, as quais poderão ampliar mais ainda os diversos significados das falas dessas famílias.
- Verbalizações: São as diversas falas da família, onde estão expressos seus sentimentos e pensamentos sobre o assunto da pesquisa.

5.1.4 Definição das Categorias de Análise

Apresentaremos a seguir as categorias e sub-categorias subtraídas na análise de conteúdo das verbalizações obtidas mediante as entrevistas. As tabelas com as verbalizações de cada uma das famílias estudadas estarão ordenadas quando apresentarmos cada uma dessas

famílias. Utilizamos essa ordem, pois acreditamos que o leitor poderá ter uma maior clareza dos dados obtidos junto com uma visão da composição familiar e da transgeracionalidade mediante o gráfico de seu genograma.

01. Violência - A violência inserida nas relações familiares em seu cotidiano, expresso tanto nas verbalizações sobre alguns fatos, quanto como forma de resolução de conflitos. Presente nos relacionamentos entre os adultos e desses com as crianças, assim como nas relações entre as próprias crianças. Demonstra, além de tudo, um aspecto de reprodução intergeracionais.

Sub-categorias

- Violência Física
- Violência Psicológica
- Violência Conjugal
- Negligência

02. Abuso sexual - O abuso sexual é uma modalidade de violência específica, definida como um relacionamento entre um adulto e/ou adolescente maior que submete a criança aos seus desejos e necessidades sexuais. Imposto de forma violenta ou sedutora de modo que a criança não tenha opção, escolha ou não possa fazer valer a sua vontade.

Sub-categorias

- Sentimento de Culpa
- Sentimento de Medo
- Sentimento de Vergonha
- Sentimento de Negação
- Complô do Silêncio

03. Relações de Gênero - As relações de gênero enquanto vivências no seu cotidiano familiar. A compreensão de homens e mulheres sobre si mesmos e suas relações. A imposição de papéis estereotipados e de formas de ser no mundo pré-estabelecidos, referentes ao sexo masculino e ao sexo feminino.

Sub-categorias

- Papéis de Gênero
- Ser homem
- Ser mulher
- Ser Menino e Ser Menina

04. Fatores Adversos – A presença de fatores adversos ou predisponentes na vida cotidiana e nas relações familiares que venham facilitar o desenvolvimento de situações de violência de diversas modalidades. As dificuldades apresentadas pelas famílias e/ou casais na resolução de conflitos, precariedades econômicas, dentre outros.

Sub-categorias

- Dificuldades sócio-econômicas
- Uso abusivo de drogas e/ou de bebidas alcoólicas
- Falta de planejamento familiar
- Sentimento de isolamento
- Reprodução da violência

05. Impactos do Abuso Sexual - Os impactos decorrentes da violência sexual doméstica sobre a família e sobre crianças e adolescentes vitimizadas. Percebidas nas formas de reação imediata ao abuso sexual e/ou como os possíveis prejuízos e danos verificados decorrentes dessas diversas situações vivenciadas.

Sub-categorias

- Sentimentos de medo e desproteção
- Danos físicos apresentados
- Danos psicológicos percebidos
- Descrédito aos órgãos de Proteção

Ademais, serão utilizados os desenhos dos genogramas familiares (já esclarecido anteriormente) para construir o contexto transgeracional da família e auxiliar na compreensão das dinâmicas interacionais identificadas. Os genogramas podem exibir também diversas informações sobre eventos significativos e sobre a dinâmica familiar, as relações entre seus membros, os estados emocionais a ele associados, assim como as etapas do ciclo de vida familiar. Essas informações fornecem uma breve *gestalt* do complexo contexto familiar, possibilitando com isso o estabelecimento de hipótese de trabalho seja ele clínico ou não. (McGoldrick e Gerson, 1985).

CAPÍTULO 6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo dessa pesquisa foi o de estudar a violência sexual doméstica contra meninos no contexto da família. Nosso desafio foi o de compreender e identificar os diversos processos de significação da violência, da violência sexual, das relações de gênero, os fatores adversos e o impacto do abuso sexual. As diversas nuances da realidade de um abuso sexual que transitam no interior das famílias, tendo em vista a complexidade e as múltiplas dimensões que estão nelas contidas.. Tudo isso foi objeto de indagação e reflexão.

A seguir, estaremos apresentando cada uma das três famílias estudadas e para isso elegemos alguns aspectos que consideramos importante avaliar. Num primeiro momento, iremos descrever a composição familiar, faremos uma pequena consideração sobre as características transgeracionais de cada uma dessas famílias. Logo a seguir serão apresentados os genogramas familiares, pois eles poderão nos fornecer uma visibilidade maior da estrutura das famílias em três gerações. Posteriormente, estaremos trazendo as tabelas com cada uma das categorias subtraídas da análise de conteúdo, ou seja, a violência, o abuso sexual, as relações de gênero, fatores adversos e o impacto do abuso sexual. E, finalmente, faremos considerações para cada uma das famílias estudadas, salientando os seguintes aspectos: ciclo de vida, a violência sexual, as relações de gênero, os fatores adversos e o impacto do abuso sexual.

6.1 Resultados – Análise dos Casos

6.1.1 Família A

Composição Familiar

Este caso refere-se a família com característica monoparental, sendo a mulher a única provedora. A Sra. L, 25 anos, vendedora autônoma (vende produtos diversos), conviveu maritalmente por três anos com o Sr. W, 28 anos, eletricista com quem teve o filho J, 05 anos (18/11/2000), a criança vitimizada. Com a separação em função de um relacionamento conturbado (relata que o marido era muito ciumento), foi conviver com o Sr. W, 30 anos, segurança. Este casal teve dois filhos: K, 03 anos (28/03/2003) do sexo feminino e o bebê do sexo masculino, ainda sem registro e sem nome de dois meses, nascido em 13/01/2006⁴. A segunda separação se deu em decorrência do abuso sexual, supostamente infligido pelo

⁴ Esse bebe foi registrado pelo pai durante o período em que ocorreram as entrevistas.

padrasto, o qual foi revelado por uma vizinha. Segundo a Sra. L, demorou muito para que ela tomasse consciência e acreditasse nessa realidade.

A família extensa é constituída também por pais separados e quatro irmãos, todos migrantes do nordeste. Os avós maternos são falecidos e os avós paternos, também separados, são da cidade de Gandú/BA. A Sra. J, 43 anos é diarista e foi casada por 16 anos com o Sr. W, 47 anos, comerciante. Este último constituiu uma segunda família e tem um filho que L não conhece. Os irmãos são: W, sexo masculino, solteiro, 22 anos; A, sexo feminino, solteira, 19 anos e M, 18 anos, sexo masculino. Este último mora com o pai e trabalha com ele em uma madeireira. Contudo, manifesta o desejo de vir ter com a mãe e seus irmãos em Brasília. L reconhecem como valores recebidos pela família a honestidade e o trabalho e considera tanto ela como a mãe como guerreiras na luta diária pela vida.

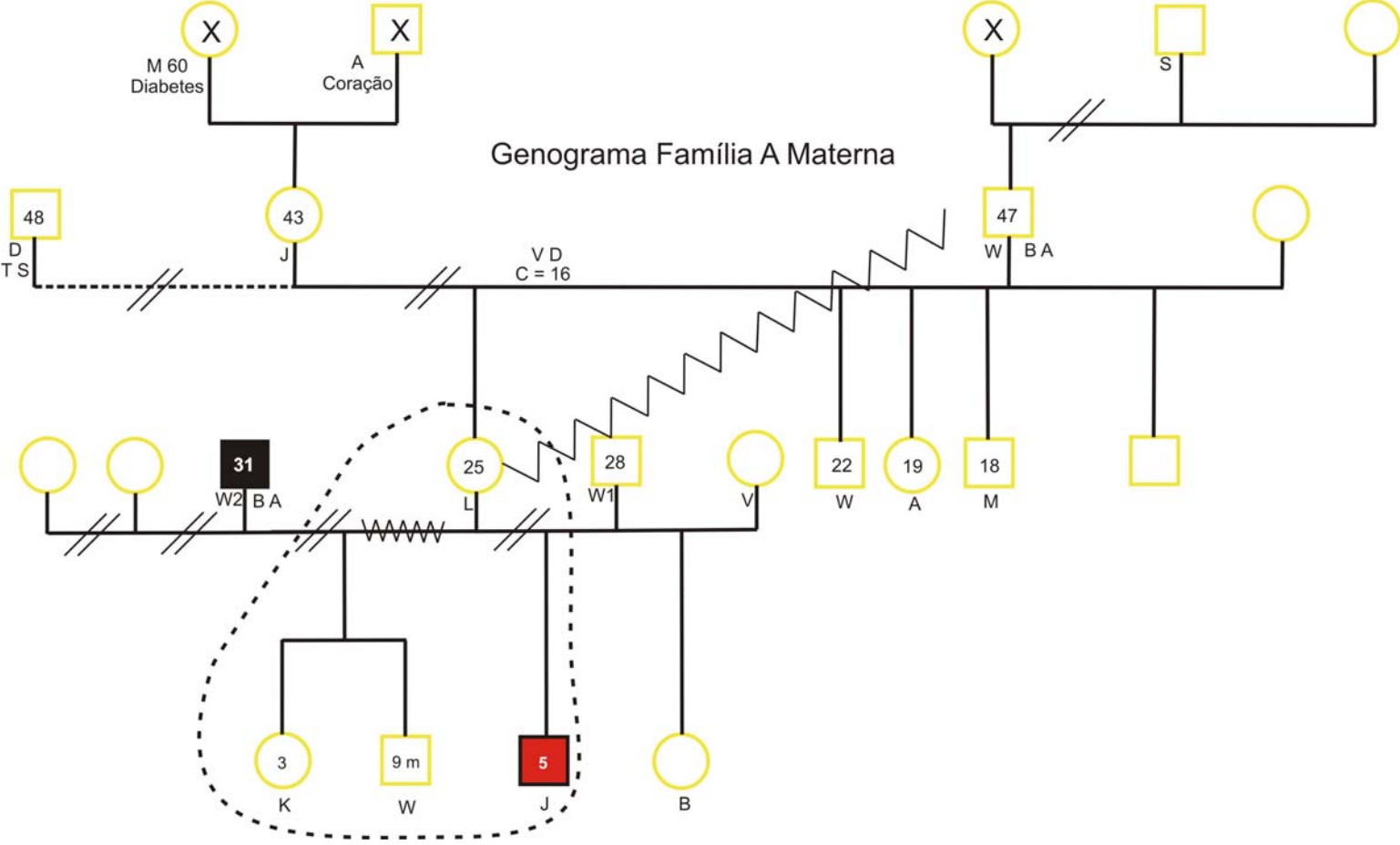
Aspectos da Transgeracionalidade

Conforme demonstra o Genograma da Família A Materna, foi constatado que a família apresenta uma reprodução transgeracional da violência doméstica. Segundo a Sra. J, o pai de L era usuário abusivo de bebidas alcoólicas e tratava aos filhos com muita violência física e psicológica. Ela considera que L foi a filha mais maltratada.

Acrescenta ainda que L não soube lidar adequadamente com esse passado, pois reproduz essa violência, principalmente no filho J, com quem apresenta mais dificuldades no trato. L em nenhum momento da entrevista comentou essa violência.

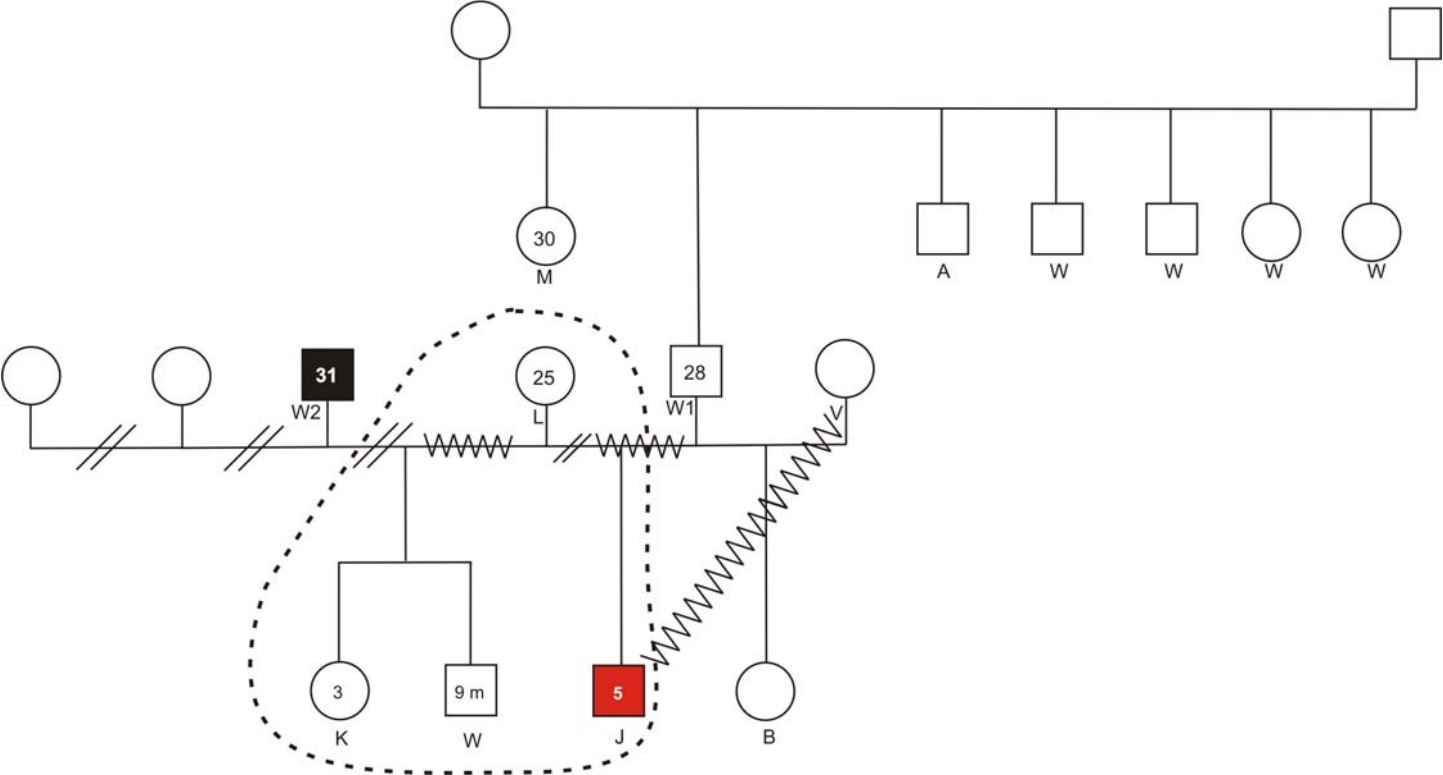
Quanto a Família a Paterna não foi constatado nenhum quando de violência na família extensa. Entretanto, não conseguimos marcar uma entrevista com o genitor de J. O mesmo evitou em vários momentos participar da pesquisa. As informações sobre a sua família ficaram, portanto, prejudicadas. A Sra. J, avó materna da criança vitimizada ressalta que ele e sua família eram muito acolhedores com L e que esta não soube aproveitar “*o bom marido que tinha*” (sic). Entretanto, a companheira atual de W, 28anos, não aceita a presença do filho J na companhia do pai, o que desencadeia sentimentos de rejeição e abandono.

Genograma Familiar A Materna



Genograma Familiar A Paterna

Genograma Família A Paterna



Categoria 01 = Violência

“Eu ouvi tiros na rua à noite e mataram um rapaz próximo a minha rua”

Definição

A violência inserida nas relações familiares em seu cotidiano, expresso tanto nas verbalizações sobre alguns fatos, quanto como forma de resolução de conflitos. Presente nos relacionamentos entre os adultos e desses com as crianças, assim como nas relações entre as próprias crianças. Demonstra, além de tudo, um aspecto de reprodução intergeracionais.

Sub-categorias

- Violência Física
- Violência Psicológica
- Violência Conjugal
- Negligência

Frequência: 46

Verbalizações

“ A gente começou a brigar, ele é muito ciumento”

“É um pessoal que briga muito. Discute muito. Sinceramente, dessa família eu quero distancia ”

“Quando ele conheceu essa mulher, ele deixou de ver o J. (o filho)?”

“Eu acho uma família muito bagunçada, um povo briguento, desaforado.”

“A S. teve três filhas, mas uma morreu queimada. Ela abandonou os dois filhos dela.”

“Ele ficava nervoso, tava desempregado, aí ele bebia”

“Não, meu pai, foi embora para ...Eu não conheci ele”

“Eu não agüentava aquilo dentro de casa, aí eu peguei e saí ”

Categoria 02 = Abuso Sexual

“Ela disse que viu ele lá com as calças arriadas...?”

Definição

O abuso sexual é uma modalidade de violência específica, definida como um relacionamento entre um adulto e/ou adolescente maior que submete a criança aos seus desejos e necessidades sexuais. Imposto de forma violenta ou sedutora de modo que a criança não tenha opção, escolha ou não possa fazer valer a sua vontade.

Sub-categorias

- Sentimento de Culpa
- Sentimento de Medo
- Sentimento de Vergonha
- Sentimento de Negação
- Complô do Silêncio

Frequência: 18

Verbalizações

“Nunca quis perguntar nada pra ela, nem pra ninguém ” (M)

“Porque eu não tenho que saber das coisas, sabe?”

“Aí eu também não liguei mais, nem procurei saber.”

“Há pouco tempo eu comecei a aceitar isso. Eu não gostava de falar no assunto”

“Ele é uma pessoa calma, educada. Às vezes eu até me pergunto, porque ele fez isso, né?”

“Eu tenho certeza que isso aconteceu”

“Ah! Eles não acreditam não...” (em relação à família do abusador)

“Nós nunca conversamos sobre isso, é muito doloroso” (Av)

Categoria 03 = Relações de Gênero

“Não, ele tem que ter o nome do pai dele. Ele tem pai. Ele tem que aprender a ter responsabilidade”

Definição

As relações de gênero enquanto vivências no seu cotidiano familiar. A compreensão de homens e mulheres sobre si mesmos e suas relações. A imposição de papéis estereotipados e de formas de ser no mundo pré-estabelecidos, referentes ao sexo masculino e ao sexo feminino.

Sub-categorias

- Papéis Estereotipados de Gênero
- Ser homem
- Ser mulher
- Ser Menino e ser menina

Frequência: 39

Verbalizações

“Acho que perdi a paciência pra ter marido, é cuidando de marido, de menino, de casa”

“É as mulheres são mais estressadas que o homem é...”

“Então, eu não me considero namorador, não . Agora, tem muita mulher à toa nesse mudo”

“Eu não posso namorar, porque se eu fosse arrumar outra mulher na rua, outro filho, o que seria de mim? ”

“Mulher pra mim é coisa muito sensível. Se você arrancou aquela flor ela se desmancha toda ”

“Eu passei a noite na rua bebendo, porque não tinha alegria de vir pra cá, então passei a noite na rua bebendo”

“Ele me engana. Me engana muito, homem é muito mentiroso”

“Homem tem que ser batalhador e fazer as coisas certas”

<p>Categoria 04 = Fatores Adversos “Não tinha como. Se eu fosse... tinha que escolher ou colégio ou passar dificuldade. Tive que largar o colégio e começar a trabalhar”</p>
<p>Definição</p> <p>A presença de fatores adversos ou predisponentes na vida cotidiana e nas relações familiares que venham facilitar o desenvolvimento de situações de violência de diversas modalidades. As dificuldades apresentadas pelas famílias e/ou casais na resolução de conflitos, precariedades econômicas, dentre outros.</p>
<p>Sub-categorias</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Dificuldades sócio-econômicas ➤ Uso abusivo de drogas e/ou de bebidas alcoólicas ➤ Falta de Planejamento Familiar ➤ Sentimento de isolamento ➤ Reprodução da violência <p style="text-align: right;">Frequência: 39</p>
<p>Verbalizações</p> <p>“Cortaram a minha água hoje por falta de pagamento”</p> <p>“Na época da separação minha mãe veio pra cá (Brasília), depois eu vim”</p> <p>“Você nem registrou o neném ainda. Agora, pára com isso. Eu quero o meu dinheiro. Ele tem medo da justiça, aí ele dá por isso.”</p> <p>“Era pra estar na Escolinha. Mas faltou uma verba.”</p> <p>“Ela trabalhava,mas ganhava muito pouco. Ela ajudava a minha avó, ela tinha diabetes”</p> <p>“Ele bebe, só que não é alcoótra”</p> <p>“Eu só brigo com ele quando ele vai pra rua. Aqui tem muitos meninos e é perigoso ”</p> <p>“Aqui é muito perigoso, muita violência”</p>

Categoria 05 = Impactos do Abuso Sexual

“A professora dele falou que o menino mais capeta da escola era ele.”

Definição

Os impactos decorrentes da violência sexual doméstica sobre a família e sobre crianças e adolescentes vitimizadas. Percebidas nas formas de reação imediata ao abuso sexual e/ou como os possíveis prejuízos e danos verificados decorrentes dessas diversas situações vivenciadas.

Sub-categorias

- Sentimentos de medo e desproteção
- Danos físicos apresentados
- Danos psicológicos percebidos
- Descrédito aos órgãos de Proteção

Frequência: 18

Verbalizações

“Eles mal conversaram comigo, não perguntaram anda”

“Eles me deram isso, mas eu nem lembro mais onde eu coloquei.”(se referindo ao Boletim de Ocorrência)

“Não quero mais homem dentro da minha casa, batendo na minha porta”

“Não, ele não me obedece”

“Eu já levei ele num neurologista, depois do abuso, pra ver se ele tinha alguma coisa”

“Nós fomos levar ele no psicólogo, chamaram na Delegacia”

“Todos nós nos aproximamos. Ele se aproximou do J. para cuidar dele (se referindo ao pai de J)”

Ciclo de Vida

A família reconstituída é uma das formas apresentadas pelas famílias de nosso tempo. Tanto que algumas denominações para designar os diversos parentescos que se formam nessa grande família ainda não foram estabelecidas de forma uniforme em nossa sociedade. (Carter e McGoldrick, 1995)

Trata-se de uma família reconstituída com filhos pequenos. Para Carter e McGoldrick (1995) essa família encontra-se no terceiro estágio do ciclo de vida, onde as tarefas parentais assumem uma importância fundamental, ocupando muito do tempo. São três crianças: J, de 05 anos, nascido em 18/11/2000; K, de 03 anos (28/03/2003) e o bebe W, nascido em 13/01/2006. Os pais são separados e a genitora ocupa-se com as tarefas múltiplas dos cuidados com os filhos e a sustentação econômica. As dificuldades da família referem-se principalmente aos conflitos conjugais. Tanto o relacionamento com o primeiro companheiro quanto com o segundo são permeados por desavenças que se referem à manutenção econômica da casa e dos filhos como também a aspectos relacionados a educação dessas crianças. Os dois casais discordam muito em relação a aspectos educacionais, ficando as responsabilidades sobre vários aspectos somente a figura materna – a escolha da escola, a compra de material escolar, a imposição de limites, os cuidados diante de doenças, dentre outros. Ambos os pais são ausentes, só oferecendo ajuda financeira diante de ameaças por parte da genitora que, em relação ao primeiro companheiro, oficializou perante a justiça a provisão de alimentos. Em relação ao segundo companheiro a situação é mais delicada, pois existe uma ambigüidade em relação à separação, pois o Sr. W não aceita tal estado de coisas, dizendo-se companheiro da mesma.

A família extensa, tanto paterna quanto materna, participa muito pouco da vida dessa família. Diante das dificuldades sociais e econômicas apresentadas por todos o apoio é eventual. Somente diante de situações muito graves que elas se mostram solidárias. Mediante o genograma podemos apreciar melhor essa constituição familiar.

Uma questão fundamental a ser considerada é que essa é uma família de baixa renda. Essa condição sócio-econômica traz elementos diferenciadores para a nossa análise. Como muito bem ressalta Hines (1995) o ciclo de vida dessas famílias é extremamente prejudicado por fatores adversos como desemprego, desnutrição, nascimentos pré-conjugais, rompimento familiar, instabilidade e violência familiar, distúrbios mentais, mortes prematuras, delinquência juvenil e uso abusivo de substâncias químicas, dentre outras. Isso não significa dizer que tais fatores não ocorram em famílias de outras condições sociais. Nós sabemos que a violência doméstica é altamente democrática. Contudo, a própria condição da pobreza traz elementos impactantes e estressores que por si só contribuem para o agravamento de diversas condições

adversas. A pobreza material desencadeia e agrava a pobreza emocional e vice-versa e as pessoas nessas condições de vida estarão mais propensas a enfrentarem dificuldades adicionais.

O ciclo de vida nas famílias pobres é muito diferenciado se formos traçar um paralelo com as famílias de classe média. Além do mais as transições não são tão delineadas e claras trazendo mais prejuízo para as relações familiares. A falta de recurso vai além do meramente sócio-econômico, pois o processo migratório existente cria um isolamento nessas famílias e estas ficam sem recursos emocionais de apoio para vivenciarem as transições do ciclo de vida. (Hines, 1995). Algumas características já listadas pela autora desencadeiam necessidades de apoio assistencial e institucional. Esse último item cria muitas vezes um ciclo de dependência das ações governamentais prejudicando ainda mais que as famílias busquem seus próprios recursos.

A violência sexual

Segundo relatos da Sra. L, a situação de abuso sexual se deu em circunstâncias não de todo esclarecidas, pois envolveu uma denúncia, por parte de uma vizinha, a qual presenciou o Sr. W, segundo companheiro da Sra. L, se masturbando na presença da criança J que na ocasião contava com a idade de dois anos e meio de idade.

Segundo consulta realizada na DPCA e IML podemos constatar que o laudo psicológico não comprova esse abuso, contudo em função das informações obtidas não tem condições de negá-lo de todo, persistindo assim a suspeita. Silva Júnior (2006) ressalta que somente 9% das conjunções carnais são comprovadas, as quais pela nossa legislação não incluem meninos e somente 4% dos atos libidinosos, que incluem os meninos vitimizados, tem comprovação nos exames de corpo delito realizados pelo Instituto Médico Legal da Polícia Civil do Distrito Federal. Isso gera uma polemica quanto à responsabilização dos agressores, pois a maioria dos abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes não apresentam vestígios de atos libidinosos ou de lesão corporal.

Durante a entrevista com a criança, em nenhum momento houve manifestação sobre o ocorrido, nem por parte da pesquisadora que não quis tocar nesse assunto, quanto por parte da criança. Isso se deve também pela tenra idade que a criança tinha na ocasião do suposto abuso (aproximadamente dois anos e meio). Esse fato também dificulta a comprovação do ato, até porque segundo a denunciante o abuso se deu por atos masturbatórios e manipulação libidinoso da criança por parte do abusador, não tendo havido penetração peniana ou de qualquer outro objeto. Na ocasião da entrevista J estava com a idade de cinco anos e demonstrou uma inquietude natural para a idade. Contudo, L, a genitora, demonstra ter dificuldades em impor limites para a criança. Esta última sai para as ruas, não aceitando as regras impostas pela

família, no caso a genitora. Por outro lado, as precárias condições de moradia propiciam a saída da criança, pois a casa não tem muros. A supervisão fornecida pelos adultos também demonstra ser precária, a genitora sai de casa com frequência e muitas vezes o próprio J toma conta do bebê de sete meses.

As relações de gênero

Ao avaliar a situação dessa família reconstituída, onde os laços com os parceiros e pais dos filhos não foram estabelecidos ou foram rompidos por nenhuma relação formal temos alguns aspectos a serem ressaltados. Apesar de tudo, são os homens que estabelecem as normas e ordem da família. Vemos que os princípios do patriarcalismo estão fundamentados aqui nesta família. Em um momento da entrevista vimos o estado de vulnerabilidade do papel da mulher que, tem dificuldades em estabelecer limites em sua própria casa, casa esta adquirida por ela. Esta permite que o segundo ex-marido (assim considerado por ela) e suposto abusador sexual de seu filho entre em casa, deite em sua cama e determine normas com as quais ela discorda, porém, se omite para não contrariá-lo. Talvez o medo a impeça de tomar atitudes. *“Teve um dia em que ele veio aqui e quebrou tudo o que eu tinha, que eu adquiri com tanta dificuldade” (sic).* O ciclo da violência fica evidente em diversos momentos durante o período em que pudemos estar com essa família.

L apresenta um discurso de querer estabelecer mudança em sua vida, de que adquiriu os bens de que dispõe e de que a partir desse momento não quer manter mais nenhum relacionamento amoroso. *“Não quero mais saber de homens”*, confidencia. Entretanto, ela não consegue romper o relacionamento com o segundo companheiro. Em uma das entrevistas que estava marcada com ela e o pai de J, seu primeiro companheiro; tivemos a surpresa de encontrar W, seu segundo companheiro, de quem ela havia dito que estava separada em função do próprio abuso sexual. W estava muito à vontade, dizendo que o casal não havia se separado, e que eles formavam uma família. *“É que a gente tem que dar atenção pro`s meninos, como é que a gente pode se separar?” (sic).* Dessa maneira, a entrevista ocorreu com esse casal e os filhos todos estavam presentes. O episódio do abuso sexual não foi tratado a pedido de L, pois foi orientada pelos policiais a não tratar desse assunto com o suposto agressor, até que as investigações fossem concluídas.

Fatores Adversos

De uma forma geral, a vida se tornou mais complexa nos grandes centros urbanos. O processo de modernização e a inclusão de altas tecnologias afastam pessoas que não têm o devido preparo para concorrer no mercado de trabalho. Dessa forma, um contingente grande da

população fica exposto ao desemprego ou ao subemprego. Os sentimentos de impotência e frustração desencadeiam uma imobilidade perversa que alimenta o ciclo da pobreza.

No presente caso, estão evidenciados alguns desses elementos adversos propiciadores de um quadro de violência generalizada instalada. Em primeiro lugar, vemos as dificuldades sócio-econômicas enfrentadas por essa família, cuja mãe é a única provedora e cujos pais de duas crianças não oferecem ajuda permanente como pensão de alimentos instituída juridicamente. A moradia é precária: um barraco de alvenaria com dois cômodos, sendo um deles o banheiro. Até pouco tempo o chão era batido de terra e a própria Sra. L colocou a cerâmica sozinha com a ajuda de alguns vizinhos.

Existem diversos focos de conflitos conjugais, tanto com o primeiro quanto com o segundo companheiro, já relatados anteriormente. Em uma ocasião a entrevista foi cancelada, pois L. não dispunha de condições para sair de sua casa, em função de estar sem porta. Essa última foi quebrada, assim como outros utensílios domésticos pelo Sr. W, seu segundo companheiro que, num ataque de raiva e violência quebrou os poucos objetos e mobiliários de L. As três crianças presenciaram esse quadro de violência e ficaram muito abaladas com esse episódio.

Quanto à família de origem a Sra. L não relata nenhum episódio de violência.. Entretanto, em uma entrevista com a Sra. J, de 43 anos, avó materna, esta revela que L foi muito abusada física e psicologicamente pelo pai. Ademais, seus relacionamentos, sejam amorosos ou não, são pontuados por diversos conflitos, os quais desencadeiam uma instabilidade emocional e L a repassa aos filhos. Existe uma preocupação grande de L com a segurança tanto emocional quanto econômica relacionada à manutenção de seus filhos. Na penúltima entrevista L confirma que havia conseguido um emprego fixo em uma agência de automóveis. Em um segundo momento diz ter largado o emprego por causa das horas extras gastas com o trabalho, o que a deixa longe de seus filhos. Sua ausência coloca os filhos em situação vulnerável, pois estes ficam expostos a eventos adversos – sozinhos, sem supervisão de um adulto, ou sendo cuidados por vizinhos, que o fariam como um favor, pois L não dispõe de recursos para remuneração de uma babá ou creche.

A família extensa composta pela mãe e padrasto e dois irmãos adultos não dispõe de condições de dar assistência aos netos. A avó materna trabalha como diarista e tem dado assistência ao companheiro atual, pois o mesmo está com um quadro de depressão severa e já tentou dois suicídios. Quanto à família extensa paterna, não existe proximidade emocional. Em relação ao primeiro companheiro, pai da criança vitimizada, o próprio estabeleceu um segundo relacionamento e a atual companheira não aceita que ele fique com o filho. Dessa maneira ele vê eventualmente a criança. Ele paga a pensão alimentícia em função das ameaças de L. Por outro lado, L salienta que a criança não demonstra apego ao pai biológico e não lhe dá atenção quando estão juntos.

O impacto do abuso

Neste caso específico não pudemos avaliar esse item, tendo em vista dois aspectos. Em primeiro lugar, o abuso sexual não foi confirmado. A situação foi uma denúncia em que a questão da violência sexual não foi comprovada. Em segundo lugar, a idade da criança na ocasião do episódio do abuso era muito tenra, e a mesma não apresenta, até o momento, nenhum sinal que evidencie esse impacto, pois seu comportamento não necessariamente remete ao impacto do abuso. Tem atualmente cinco anos de idade, frequenta uma pré-escola. Tem um comportamento intempestivo, irrequieto e demonstra ter dificuldades de aceitar as regras estabelecidas pela mãe. É vivaz e inteligente, presta muita atenção a tudo ao seu redor. Durante um momento de uma das entrevistas não deixava de dar palpites sobre tudo. Demonstra, contudo, ser afetuoso com todos na família, especialmente com os irmãozinhos menores. É carinhoso, sobretudo com o bebê a quem quer prestar cuidados como se fosse um “bonequinho” de brinquedo. A Sra. L demonstra muita inabilidade para com esse filho: não sabe impor limites, ora proibindo e logo em seguida permitindo suas travessuras, o que corrobora, cada vez mais, para com seus comportamentos inadequados, como, por exemplo, saída para as ruas sem aviso prévio.

6.1.2 A Família B

Composição Familiar

Trata-se de família reconstituída, composta de mãe, padrasto e quatro filhos. A Sra. C, 23 anos, do lar, relata que aos 14 anos foi conviver maritalmente com o Sr. W, hoje com 22 anos. Esse casal teve dois filhos: R1, sexo masculino, 07 anos (27/12/1998) e R2, sexo masculino, 05 anos (19/10/2000), ambos vitimizados por um primo materno. Essa família ficou assim constituída por seis anos sendo que a separação se deu por um envolvimento extraconjugal da parte do Sr. W. A Sra. C passou a conviver a dois anos com o Sr. F, 20 anos, relacionamento este definido como muito conturbado em função do comportamento do marido, que chegou a infligir agressões físicas em sua esposa, quando a mesma estava grávida do primeiro filho do casal. Estes têm dois filhos, a saber: a criança R3, sexo masculino, com a idade de 1 ano e sete meses (02/02/2005) e R4, sexo feminino, nascida em 17/01/2006.

A família extensa materna é composta pelos pais e sete filhos, sendo que quatro já são adultos e estão casados e tem vida própria, mas residem próximos à família de origem. Uma delas é a mais velha, solteira, sem filhos e que colabora muito com a família, tanto

financeiramente quanto cuidando dos irmãos menores. As duas caçulas são crianças de 09 e 07 anos, ambas do sexo feminino, exigindo ainda muita a atenção dos pais, conforme o genograma abaixo poderá identificar e esclarecer. As condições sócio-econômicas são precárias: o Sr. E, 48 anos é serralheiro e a Sra. L, 43 anos, cuida de crianças da vizinhança e exerce a função de passadeira como forma de ajudar nos proventos e manutenção da casa.

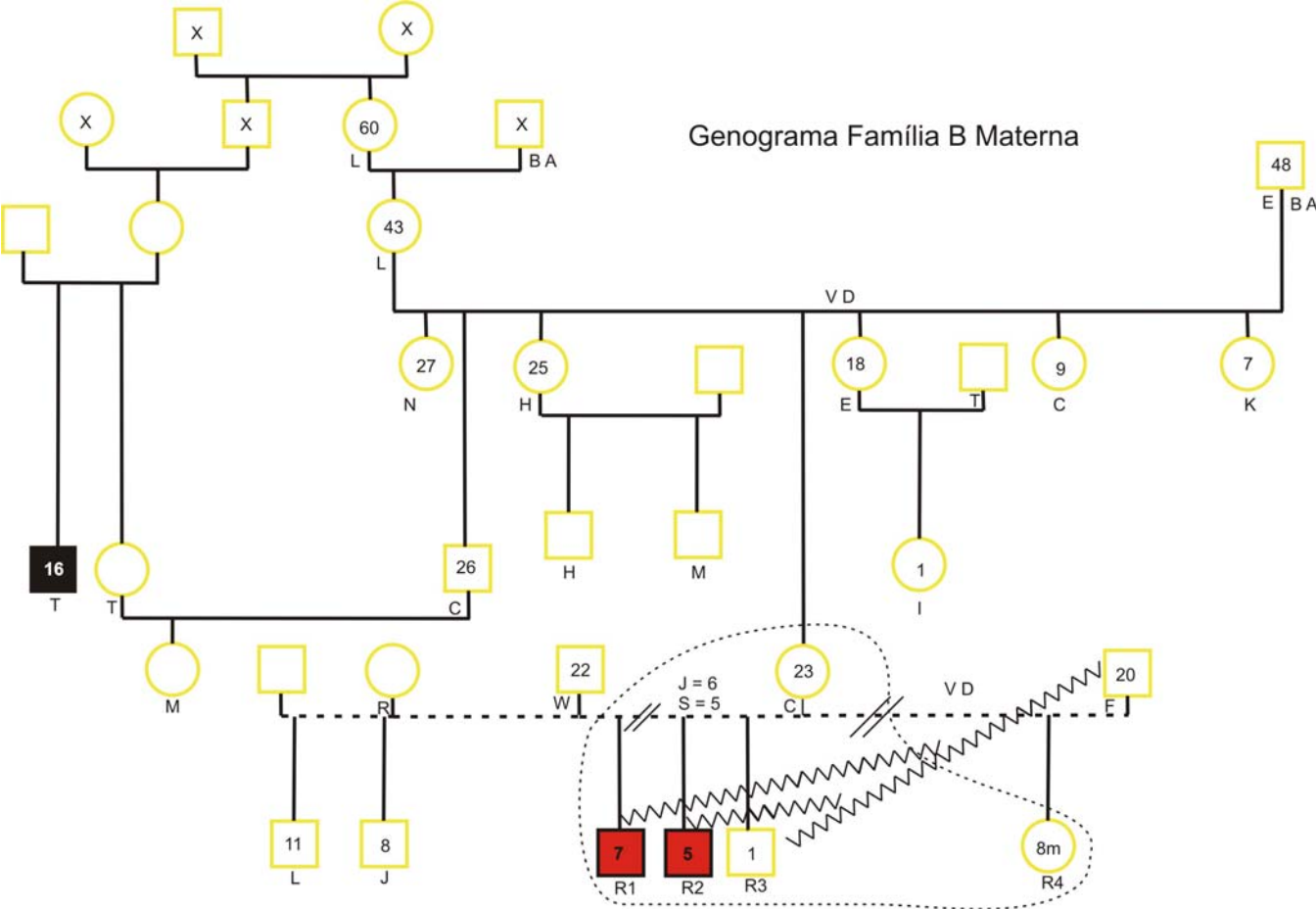
A família extensa paterna, é composta pelos pais, O Sr. R, 58 anos, pintor e a Sra. Z, 48 anos, do lar. O casal está casado há 33 anos e tem cinco filhos, sendo todos adultos e apenas o mais velho continua solteiro vivendo com a família. As condições sócio-econômicas são razoáveis, tanto que essa família é que promove apoio tanto material como emocional para a Sra. C, participando muito ativamente de sua vida e dos netos, mesmo após a separação do casal.

Aspectos da Transgeracionalidade

Ao contemplarmos os aspectos verificados nos Genogramas da Família B, tanto materna quanto paterna, verificamos elementos de reprodução de violência doméstica de diversas modalidades. Em diversos momentos da entrevista a Sra. C comenta o uso abusivo de bebidas alcoólicas por parte de seu pai e o quanto o mesmo era negligente com a família, principalmente com relação aos filhos. O relacionamento com a genitora também era permeado de rejeição e distanciamento afetivo o que configura violência psicológica.

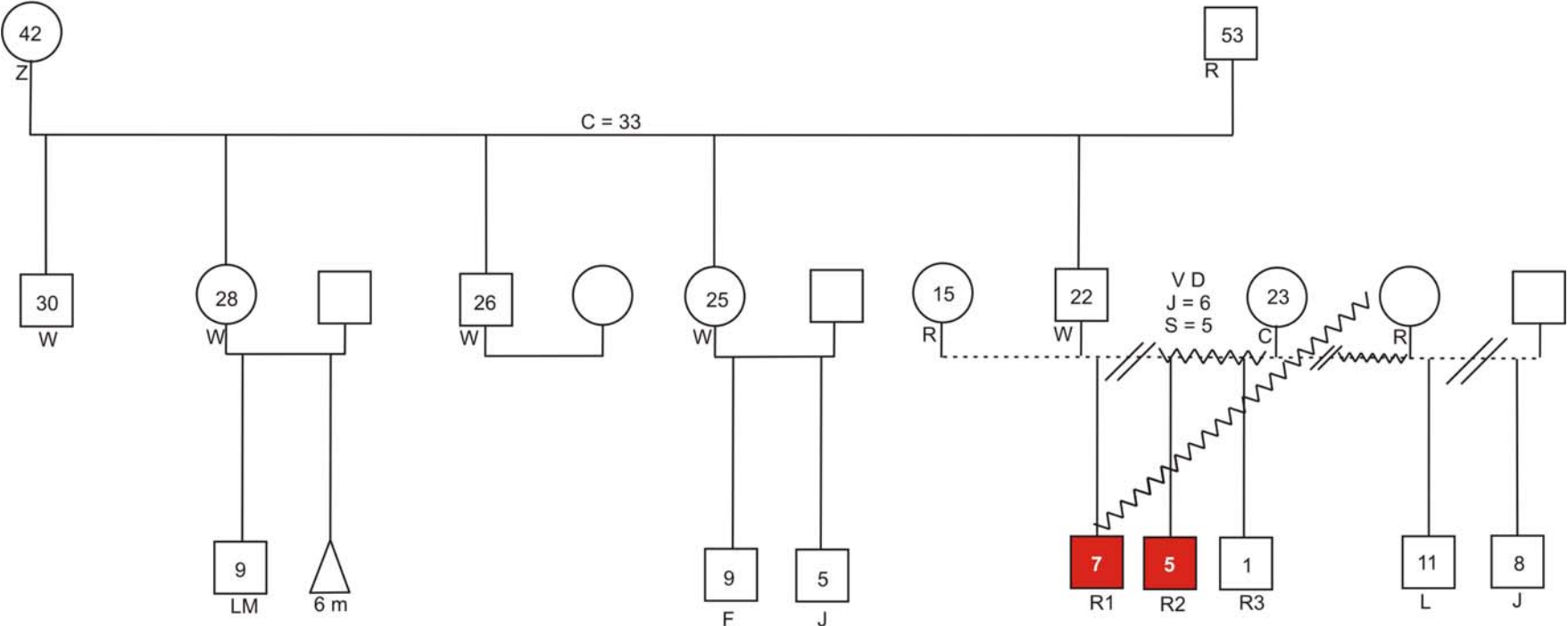
A família paterna demonstra pelo genograma apresentar um quadro menos acentuado de violência, sendo inclusive essa família que apóia a Sra. C e seus filhos, tanto do ponto de vista emocional e afetivo como com ajudas eventuais de provimentos. Entretanto, o genitor é distanciado de seus filhos. Isso é uma queixa recorrente tanto da Sra. C quanto das próprias crianças que manifestam insatisfação com o comportamento paterno. A Sra. C tem que recorrer permanentemente a justiça para o recebimento de pensão alimentícia.

Genograma Familiar B Materna



Genograma Familiar B Paterna

Genograma Família B Paterna



Categoria 01 = Violência

“Meu pai sempre foi uma pessoa que desprezou a gente...”

Definição

A violência inserida nas relações familiares em seu cotidiano, expresso tanto nas verbalizações sobre alguns fatos, quanto como forma de resolução de conflitos. Presente nos relacionamentos entre os adultos e desses com as crianças, assim como nas relações entre as próprias crianças. Demonstra, além de tudo, um aspecto de reprodução intergeracionais.

Sub-categorias

- Violência Física
- Violência Psicológica
- Violência Conjugal
- Negligência

Freqüência: 50

Verbalizações

“Por que, por ele, quer que eu bata nos meninos o tempo todo...e eu não vou fazer isso”

“Sai daqui menina, eu não gosto dessa lambeção” (a mãe se referindo a ela quando ia beijá-la)

“É na gravidez do R3 e da R4 ele me batia”

“Sabe, ele joga muito na cara e eu não peço nada pra ele, nem creme de cabelo, nem batom.”

“Desde a primeira vez que ele me bateu eu mandei ele ir embora...”

“Sabe, nisso ele ficou tão nervoso que me bateu na frente de todo mundo, ele me deu um tapa, eu tava de três meses dela, da neném”

“ Ele me chateia agora e daqui a pouco ele age como se nada tivesse acontecido, vem me beija e quer que eu beije da mesma forma”

“Eles já sentem muito a falta do pai, eles cobram do pai dele, no aniversário...””

“Só que ele foi muito rejeitado desde a barriga, eu tentei aborto..”

Categoria 2 = Abuso Sexual

“Alguém mexeu na sua bundinha?”

Definição

O abuso sexual é uma modalidade de violência específica, definida como um relacionamento entre um adulto e/ou adolescente maior que submete a criança aos seus desejos e necessidades sexuais. Imposto de forma violenta ou sedutora de modo que a criança não tenha opção, escolha ou não possa fazer valer a sua vontade.

Sub-categorias

- Sentimento de Culpa
- Sentimento de Medo
- Sentimento de Vergonha
- Sentimento de Negação
- Complô do Silêncio

Frequência: 20

Verbalizações

“Eu fiquei sabendo do abuso, por que eles estavam estranhos, quietos eu fiquei desconfiada”

“Quando aconteceu o abuso, eu dei banho nos meninos assim, fui conversando, querendo saber”

“Mamãe minha bundinha tá doendo”

“Prepararam-me muito assim. Mas mesmo assim eu fiquei muito triste...”(o pai em relação ao abuso dos filhos)

“É primo meu ele. Porque é filho da prima da minha mãe. Você nunca imagina que pode acontecer”

“Se esse assunto é comentado na sala, eu saio, procuro não saber de nada”.

“Porque eu não sei se estou sufocado. Não sei se um dia vai passar. O tempo vai passar”

“Não falo. Não falo de jeito nenhum”

Categoria 3 = Relações de Gênero

“Meu peito todo ferido e eu insistindo pra ter leite, comia cuscuz, tudo que me ensinavam, sabe pra ter leite. Mas assim...eu passava muito nervosismo...”

Definição

As relações de gênero enquanto vivências no seu cotidiano familiar. A compreensão de homens e mulheres sobre si mesmos e suas relações. A imposição de papéis estereotipados e de formas de ser no mundo pré-estabelecidos, referentes ao sexo masculino e ao sexo feminino.

Sub-categorias

- Papéis Estereotipados de Gênero
- Ser homem
- Ser mulher
- Ser Menino e Ser Menina

Frequência: 68

Verbalizações

“Então é assim, quando ele vai assistir TV tem que ser os programas que ele quer, por quê?”

“Ser mulher ...é ser heroína porque são tarefas difíceis, sabe tem que fazer de tudo. Menino que estuda de manhã, menino que estuda de tarde, menino ta chorando, quer mamar, né? ”

“O homem é mais tranqüilão, também, joga tudo pra lá ... (risos)”

“Aí eu peço pra ele ficar com um e outro enquanto eu faço as coisas, mas ele fica assim...fica jogando bola”

“O R1 quer defender todo mundo, ele se sente na obrigação, por que o pai dele foi embora e ele se sente o homem da casa”

“Eu fui criado assim, meu pai era muito machista, criaram essa idéia na cabeça que homem tem direito a tudo, tem toda liberdade e mulher não”

“Acho que ser mulher é isso: ser boa em tudo, ser carinhosa, ser amorosa, tem que ser romântica. Tudo que há de bom a mulher tem que ser”

“Mas eu acho que meu marido é grosso assim, mas ele é bonzinho. Não falta nada. Na medida em que ele tem condições, eu tenho do bom e do melhor”

Categoria 4 = Fatores Adversos

“Eu tive uma adolescência que eu não pude cultivá-la, né ? Porque eu tive que virar mulher muito cedo”

Definição

A presença de fatores adversos ou predisponentes na vida cotidiana e nas relações familiares que venham facilitar o desenvolvimento de situações de violência de diversas modalidades. As dificuldades apresentadas pelas famílias e/ou casais na resolução de conflitos, precariedades econômicas, dentre outros.

Sub-categorias

- Dificuldades sócio-econômicas
- Uso abusivo de drogas e/ou de bebidas alcoólicas
- Falta de Planejamento Familiar
- Sentimento de isolamento
- Reprodução da violência

Frequência: 71

Verbalizações

“Minha mãe conta que ele bebia e tinha muitas mulheres.”

“Eu acho que era, pelo jeito que ela conta, fumava droga, sabe?”

“Se ele vinha em casa uma vez na semana e olhe lá, a gente passava necessidades e ele nada, então era muito chato.”

“Um dia antes meu gás tinha faltado, meu gás acabou, meu arroz tinha acabado, meu Deus do Céu ! E agora? ”

“Assim os meninos passam quase um mês sem tomar leite, entendeu? ”

“Eu não tenho intimidade com eles, nenhuma?” (com relação à família extensa)

“Eles estavam tão novos que não podiam se casar. Ele tinha 14 e ela 15 quando ela engravidou”

“Eu apanhava muito, então eu batia muito também”

“Ela está passando muitas necessidades, eu sei que a C tem sofrido muito mesmo depois que ficou sozinha”

Categoria 5 = Impactos do Abuso Sexual

“Nossa! Eu fico muito preocupada, eu penso assim..., tento me tranquilizar, mas não ...eu fico muito insegura”

Definição

Os impactos decorrentes da violência sexual doméstica sobre a família e sobre crianças e adolescentes vitimizadas. Percebidas nas formas de reação imediata ao abuso sexual e/ou como os possíveis prejuízos e danos verificados decorrentes dessas diversas situações vivenciadas.

Sub-categorias

- Sentimentos de medo e desproteção
- Danos físicos apresentados
- Danos psicológicos percebidos
- Descrédito aos órgãos de Proteção

Frequência: 26

Verbalizações

“Ele falou que mexeu no bilau do R1 e pediu pra mexer no dele”

“Quem protege mais é a minha mãe !!! (as crianças falam juntas)”

“Eles sentem muito a falta do pai dele, ele cobra muito...”

“Às vezes eu passo na rua e vejo esse rapaz, tal e tenho vontade de passar por cima dele, entendeu?”

“O quê que eu vou fazer? Porque eu não sei se isso é ruim. Eu não sei se eu estou sufocado. Não sei se isso um dia vai passar...”

“Talvez por isso o R1 não falou nada. Ele não comenta”

“Eu acho que nos uniu mais. Também foi pra gente prestar mais atenção nas crianças”

“A professora falou que ele é muito tímido”

“Eu fiquei muito triste com isso. Acho que esse caso é muito... Nem sei como dizer, sei lá, abalou todo mundo, não é ? Toda a família”

Ciclo de Vida

Esta família também se encontra no terceiro estágio do ciclo de vida, segundo concepções de Carter e McGoldrick (1995), ou seja, é uma família reconstituída com filhos pequenos. São quatro crianças: R1, sexo masculino, 07 anos (27/12/1998) e R2, sexo masculino, 05 anos (19/10/2000) de uma primeira convivência marital da Sra. C.; e a criança R3, sexo masculino, nascida em 02/02/2005 e R4, sexo feminino, nascida em 17/01/2006. No decorrer das entrevistas foi revelado pela Sra. C. que a criança R3 na verdade é filho biológico de seu primeiro companheiro. Contudo, isso é um segredo familiar, pois em nenhum momento o Sr. F, que é o seu segundo companheiro poderia saber desse fato. F tem um comportamento violento e a Sra. C teme pela integridade física de todos na família, caso ele venha a saber dessa verdade.

Assim com a família anterior, a Família B apresenta alguns aspectos semelhantes: ambas estão no mesmo estágio do ciclo vital e pertencem a uma classe social desfavorecida. Durante o período das entrevistas a Sra. C estava desempregada e o único provedor era o seu segundo companheiro F, que usava desse diferenciador econômico para humilhá-la, trazendo mais prejuízo para o relacionamento conjugal. Ademais, o seu primeiro companheiro ajudava eventualmente sempre quando solicitado e não em função de determinação jurídica. A família extensa materna, apesar de morar no mesmo lote, não apresenta condições de fornecer apoio material ou emocional para a Sra. C e seus filhos pequenos.

Como já foi salientado, o ciclo de vida nessas famílias é extremamente prejudicado por fatores adversos como desemprego, desnutrição, nascimentos pré-conjugais, instabilidade e violência familiar, dentre outras. A própria situação da pobreza traz elementos impactantes e estressores que por si só contribuem para o agravamento de diversas condições adversas. Isso se evidencia nessa família, pois a escassez de recursos econômicos e as dificuldades relacionais sobressaem como será ressaltado nas análises de categorias.

A Sra.C. ainda adolescente engravidou de seu primeiro namorado. Esse fato abalou profundamente as estruturas de ambas as famílias, as quais tinham outras expectativas para os filhos que não um casamento precoce. A união se deu sem uma formalização jurídica. O jovem casal foi a princípio morar com a família extensa paterna. O relacionamento familiar é satisfatório, segundo a Sra. C. que tem na figura da sogra uma identificação e apoio que ela considera superior à figura de sua genitora. *“Ela é uma mãe pra mim, sempre me apoiou em todos os momentos, me orientou e falou de coisas que nunca a minha mãe disse”*(sic).

A chegada dos filhos em idade tão precoce e em condições tão adversas pode desencadear rompimentos nas relações conjugais, também estabelecidas de forma precoce. (Carter e McGoldrick, 1995) As separações são inevitáveis, pois os laços não chegam a se formar. Como nos aponta Minuchim (1988) o subsistema conjugal pode ficar vagamente delineado ou definido. Dessa maneira, a genitora fica sobrecarregada, e pode ocorrer que o filho mais velho assuma um papel parental em relação aos irmãos.

A sustentação de um relacionamento conjugal num contexto de estresse crônico é extremamente difícil. Como cita Hines:

“O conflito entre os cônjuges parece surgir de várias definições incompletas de papel, uma vez que nenhum deles teve a oportunidade de completar as tarefas da infância e da adolescência. Pode haver lacunas, inconsistências, confusão e incerteza em relação a como os papéis adultos são desempenhados. Isso é frequentemente resultado das histórias interpessoais, sociais e emocionais empobrecidas de seus pais” (p. 449).

Esse aspecto é evidenciado nessa família, pois a Sra.C, apesar de estar com 23 anos teve dois relacionamentos maritais e possui quatro filhos pequenos. Essas condições com certeza geram um estresse crônico. Durante o período das entrevistas para esta pesquisa a Sra. C rompeu a convivência marital com seu segundo companheiro, F, justificando que além do comportamento violento do mesmo, eles não apresentavam afinidades para manter o relacionamento.

A violência sexual

O episódio de violência sexual ocorreu em fevereiro de 2005 e envolveu seus dois filhos mais velhos, R1 e R2 que, na ocasião, contavam com as idades de 06 e 04 anos respectivamente. O abuso foi cometido pelo adolescente T, que tinha 15 anos na época do ocorrido. Este é irmão da cunhada da Sra. C, sendo que esta última é residente no mesmo lote da família em questão. Este jovem, segundo a Sra. C., é primo de terceiro grau das crianças vitimizadas. Portanto, é considerado da família e sempre demonstrou afeto e proximidade com as crianças. Esse fato trouxe muita mudança na família e, particularmente aguçou o seu sentimento de proteção para com seus filhos. Ela se expressa em determinado momento da entrevista: *“Eu vou proteger os meus filhos” (sic).*

A Sra.C, relata que o rapaz convidou seus filhos para confeccionar uma pipa, e esse convite envolveu alguns dias de sedução, pois a Sra. C, não havia permitido que seus filhos frequentassem outra residência. Por fim, em determinado momento ela considerou que fosse adequado essa atividade, pois era época de se empinar pipas por causa do vento e as crianças

demonstravam muito interesse em fazê-lo. Acrescenta que na tarde que tais fatos ocorreram a família extensa se entretinha assistindo a um vídeo na residência de sua genitora, a Sra. L, avó materna das crianças e também moradora do mesmo lote. A Sra. C relata que inicialmente não percebeu nada de anormal no comportamento das crianças, apesar das queixas de R1 que lhe doía quando evacuava, pois o mesmo já havia tido esse problema, uma vez que tem o intestino preso. Entretanto, passado umas duas semanas, considerou o comportamento das duas crianças um pouco estranho: diante de um segundo convite do jovem T, para que dessa vez o R2, de 04 anos fosse fazer uma pipa, R1 passou a chorar e pediu que a mãe não o deixasse ir. A Sra. C, relata com riqueza de detalhes que calmamente chamou as crianças para lhes dar banho e durante esse momento indagou o que havia ocorrido. Dessa maneira, R2 revelou que T, “havia mexido no bilau de R1 e pediu que mexesse no dele próprio (T)”. Após a revelação a Sra. C tomou todas as medidas de proteção, fazendo o boletim de ocorrência e tomando medidas de afastamento do agressor. As relações familiares ficaram abaladas com o ocorrido. A Sra. C se sentiu muito pouco apoiada, mas em nenhum momento achou que não deveria proteger os filhos. Registrou o boletim de ocorrência e os trâmites legais foram seguidos, apesar de alguns familiares serem contra esse procedimento. Este fato gerou, além dos conflitos inerentes ao gesto, um rompimento entre alguns membros da família extensa.

Estamos mais uma vez diante de um caso de abuso sexual sem comprovação forense. Isso talvez se deva ao fato da data da revelação ter sido muito além das 72 horas exigidas para comprovação da penetração peniana. Porém, o comportamento apresentado pelas crianças diante de sua genitora, revela o abuso. Quanto ao adolescente acusado de ser o agressor, o mesmo responderá o inquérito policial instaurado. Como se evidencia nos comportamentos usuais de abusadores, ele negou o fato.

Os familiares se dividiram em quem acreditou e em quem não acreditou na ocorrência do abuso. Tal situação gerou sentimentos de mágoa, ressentimentos e rompimentos.

As relações de gênero

A problemática da violência doméstica não é gerada somente pelos vínculos afetivos conflitivos que envolvem os membros de uma família. Ela revela a existência de relações de poder e de subordinação dadas por valores de uma cultura patriarcal, as quais deixam suas marcas na constituição subjetiva de homens e mulheres. Essa subjetividade é transmitida através da própria família e pelas instituições educacionais, as quais reproduzem os papéis que deverão ser desempenhados por cada um de seus membros. (Burin, 1998).

Estamos diante de uma família cuja dinâmica retrata um padrão clássico de patriarcalismo. Isso se deve a diversas evidências expressadas durante as cinco entrevistas

realizadas com essa família. O primeiro aspecto apontado está presente nas falas dos dois jovens, o primeiro casal, ou seja W e C, os pais das crianças abusadas.

Ao se remeterem ao início de seu relacionamento amoroso, retratam bem a questão de que *“quem manda nessa família é o homem” (sic)*. Apesar do homem não deter mais o poder econômico isso não o exime de ter o poder dentro da família. As próprias mulheres esperam essa atitude *“Ele tem a obrigação, ele é o homem” (sic)*. Ao serem indagados sobre o ser homem e o ser mulher confirmam também as intrincadas relações estabelecidas dentro de padrões estereotipados sobre que se espera de ser homem e ser mulher dentro de padrões marcados pelo patriarcalismo: ser homem significa ser o provedor e ser mulher deve necessariamente ser a cuidadora da casa e dos filhos.

Ressaltando dimensões da questão de gênero, podemos perceber o poder da figura feminina dentro da família. Esta se apresenta como detentora do conhecimento de sua própria história. O que a leva a ser a porta voz dessa história e, dessa forma, a ausência masculina fica destacada como uma característica de papéis estereotipados de gênero. Isso os redime de quaisquer responsabilidades nos cuidados emocionais aos filhos, inclusive quando solicitados pelos próprios órgãos de proteção:

“Certamente o fato de as mulheres buscarem ajuda quando têm problemas tem muito a ver com a maneira diferente pela qual elas são socializadas, mas isso também reflete os estressores especiais de ciclo de vida sobre elas, cujo papel tem sido o de assumir a responsabilidade emocional por todos os relacionamentos familiares.” (Carter & McGoldrick, 1995, p. 14).

Essa questão está muito evidenciada nessa família, cuja voz foi fundamentalmente a das mulheres. Os homens não falaram. O pai das crianças vitimizadas esteve em uma das entrevistas, mas de forma muito tímida mostrou o que tinha a dizer. Em verdade, disse pouco e se posicionou menos ainda, deixando mais uma vez a fala para a mulher. E esta sim, estava muito certa do que deveria dizer e disse.

Fatores Adversos

Estamos novamente diante de uma família de baixa renda cuja trajetória apresenta diversos fatores estressores. Um dos principais dentre os eventos adversos é um quadro de violência instalado e reproduzido através das gerações. A violência doméstica é por si só um fator de profundo estresse, demandando por parte de seus membros que eles se mobilizem e que fiquem em estado de alerta a maioria do tempo. Em determinado momento a Sra. C desabafa: *“É tão bom quando F não está em casa, é como se ficassemos livres...tudo fica mais leve” (sic)*. (referindo a presença do segundo companheiro que é violento).

De acordo com Carter e MacGoldrick (1995) os fatores adversos advêm das condições sócio-econômicas precárias e das pressões ambientais, as quais trazem diversos elementos de mudanças abruptas propiciadoras de estresse.

“A mãe perde o emprego, o pai vai embora, a casa pega fogo ou uma adolescente engravida. Tudo isso requer uma súbita mudança na estrutura de associação e de cuidados. Numa situação tão sujeita e emergências, as mudanças na estrutura podem preceder, em vez de não acompanhar, as necessidades desenvolvimentais dos filhos e de outros membros da família”. (p. 472).

Para essas autoras, além das mudanças desenvolvimentais, as quais elas designam como estressores horizontais – previsíveis em cada fase do desenvolvimento e imprevisíveis como a morte, as doenças e os acidentes – a família está exposta também aos estressores verticais, ou seja, em diferentes níveis dos sistemas: individual, da família nuclear, da família ampliada, da comunidade, do trabalho e do contexto sociopolítico, histórico e cultural. Todos estão suscetíveis, dentro de uma realidade em constante modificação. *“Não podemos ignorar o contexto social, econômico e político e seu impacto sobre as famílias movendo-se através de fases diferentes do ciclo de vida em cada momento da história”* (Carter & McGoldrick, 1995, p. 12).

Nessa família observamos em diversos momentos que as dificuldades econômicas estão sobrecarregando as relações. Somente o companheiro atual de C é o provedor, sendo que mais recentemente houve o rompimento dessa relação, em função inclusive dos conflitos conjugais existentes. A Sra. C. dispõe de alguma ajuda dos pais, pois mora no mesmo lote e dessa maneira não necessita pagar aluguel. Contudo, seus pais têm também sua própria família para prover e as dificuldades ali são evidentes.

Fulmer (1995) destaca que nas famílias de baixa renda pode acontecer que os sintomas ocorram de forma mais intensa tanto por causa de fatores adversos de vida quanto por que estão sujeitas as mudanças bruscas de estrutura, em função de separações conjugais, aprisionamento, processo migratórios, dentre outros. Isso com certeza afetará as necessidades desenvolvimentais da cada um de seus membros. Por exemplo, uma mãe sem marido provedor, possivelmente passará muito tempo fora de casa com o seu trabalho na busca desses proventos, o que vai ocasionar que muitos de seus filhos maiores terão que ter um papel parental para cuidar dos irmãos mais novos e, estes, por sua vez ficarão sem os cuidados maternos necessários a sua idade.

“Os filhos pequenos talvez precisem supervisionar a si mesmos em casa porque a necessidade de sobrevivência faz com que a mãe esteja fora. Essa prematura autoconfiança pode levar as crianças a se afastarem defensivamente dos cuidadores, tornando difícil para os pais influenciá-los quando ficam adolescentes”(p. 472).

Um outro fator estressor nesta família, já destacado anteriormente, foi a idade precoce de nascimento do primeiro filho. Essa aceleração da maternidade faz com que o/a jovem não passe por aquelas fases do jovem adulto, do seu lançamento para fora da família, escolha profissional, dentre outras o que trará prejuízos consideráveis para a sua vida.

“Com esta aceleração, o relacionamento central provavelmente será o da mãe com a filha, tanto na geração avó/mãe quanto mãe/filha. A família também ser maior, não apenas porque cada mulher terá vários filhos, mas também porque ele os terá quando jovem, de modo que várias gerações estarão vivas ao mesmo tempo”. (Fulmer, 1995, p. 471)

O impacto do abuso

O impacto do abuso é evidente nessa família e o percebemos muito diretamente nas relações familiares. Uma vez que o abuso sexual foi perpetrado por um membro da família extensa as relações com a mesma foram muito prejudicadas. Sentimentos de mágoa, raiva e desconfiança passaram a sobressair, gerando com isso um afastamento inicial e rompimentos consideráveis.

Não sabemos precisar o quanto as crianças foram impactadas por essa situação de abuso sexual. No decorrer da entrevista demonstram um comportamento saudável para a idade de cada um, 07 e 05 anos respectivamente. Como são três famílias que moram no mesmo lote, a convivência é bastante estreita e as brincadeiras se fazem presentes a todo o momento. Além do mais, a família reside em uma rua sem saída e isso traz mais liberdade para todas as crianças da família. Essa proximidade que pode trazer conforto e segurança trouxe a dor e a decepção por ter um jovem abusador na família extensa. Essa realidade não é fácil de lidar, tanto para a família vitimizada quanto para a família do abusador que o abuso.

A família do abusador não quis participar da pesquisa. Dessa maneira não foi possível identificar aspectos como a reprodução do abuso ou outra forma de violência na família em que um adolescente perpetrou um abuso sexual.

Diversas formas de violência doméstica estão presentes na família nuclear, principalmente a conjugal. Ribeiro & Borges (2004) apontam:

“... a violência afeta a família como um todo e não somente as vítimas diretas. De fato, problemas de ajustamento infantil têm sido observados em crianças que testemunham à

violência interparental. Os conflitos entre os pais são vistos pelas crianças como eventos aversivos que lhe provocam angústia, gerando reações emocionais para aliviar esta angústia e ações para reduzir os conflitos, que tendem a ser mantidos por terem uma função tanto para a criança como para a família como um todo” (p. 57).

A violência conjugal muitas vezes tem sido subestimada quando lidamos com a questão da violência doméstica. Ela apresenta um espectro muito mais amplo do que se imagina. E como já foi dito anteriormente, as violências estão contidas num continuum, em que elas próprias se interrelacionam. Podemos até afirmar que quase nunca uma violência se nos apresenta de forma isolada. (Ribeiro & Borges, 2004).

6.1.3 A Família C

Composição Familiar

Trata-se de família monoparental, onde o casal está divorciado a dois anos. A separação se deu de forma litigiosa por diversos fatores, inclusive a violência sexual. A Sra. R, 40 anos, administradora em uma entidade pública foi casada por doze anos com o Sr. E, 43 anos, analista de sistemas, cujo relacionamento familiar e conjugal foi muito conturbado com diversos episódios de violência física, psicológica e sexual envolvendo o pai como agressor e a esposa e filhos como vítimas. O Sr. E, tem um filho do sexo masculino, L, de 24 anos de um primeiro relacionamento que teve com a empregada doméstica de sua família de origem. Este filho mantém uma ligação muito afetiva com a Sra. R que o criou por alguns anos e o acolheu em momentos de crise, pois o mesmo foi usuário de drogas. O casal tem dois filhos: G, 14 anos (27/04/1991) e L, 10 anos, ambos vítimas de abuso sexual por parte do pai e em tratamento psicológico.

A família extensa de ambos os lados reside nesta capital. Contudo, os filhos G e L sempre estiveram mais próximos à família materna. Esta família é composta dos pais: Sr. A, 73 anos e a Sra. J, 65 anos, e quatro filhos adultos, casados e com vida própria, sendo que dois deles são gêmeos fraternos, conforme demonstra o genograma logo a seguir. Em relação à família paterna de origem os avós foram separados por um período em que ambos constituíram outras famílias e tiveram com outros parceiros mais quatro filhos, todos adultos e casados. Juntos esse casal teve quatro filhos, dentre os quais o Sr. E, que não tem bom relacionamento com sua família. A avó, hoje falecida, era considerada a matriarca e detentora do poder dentro daquela família. O avô reside em uma cidade satélite de Brasília, formando outra família e é ausente na vida desses netos.

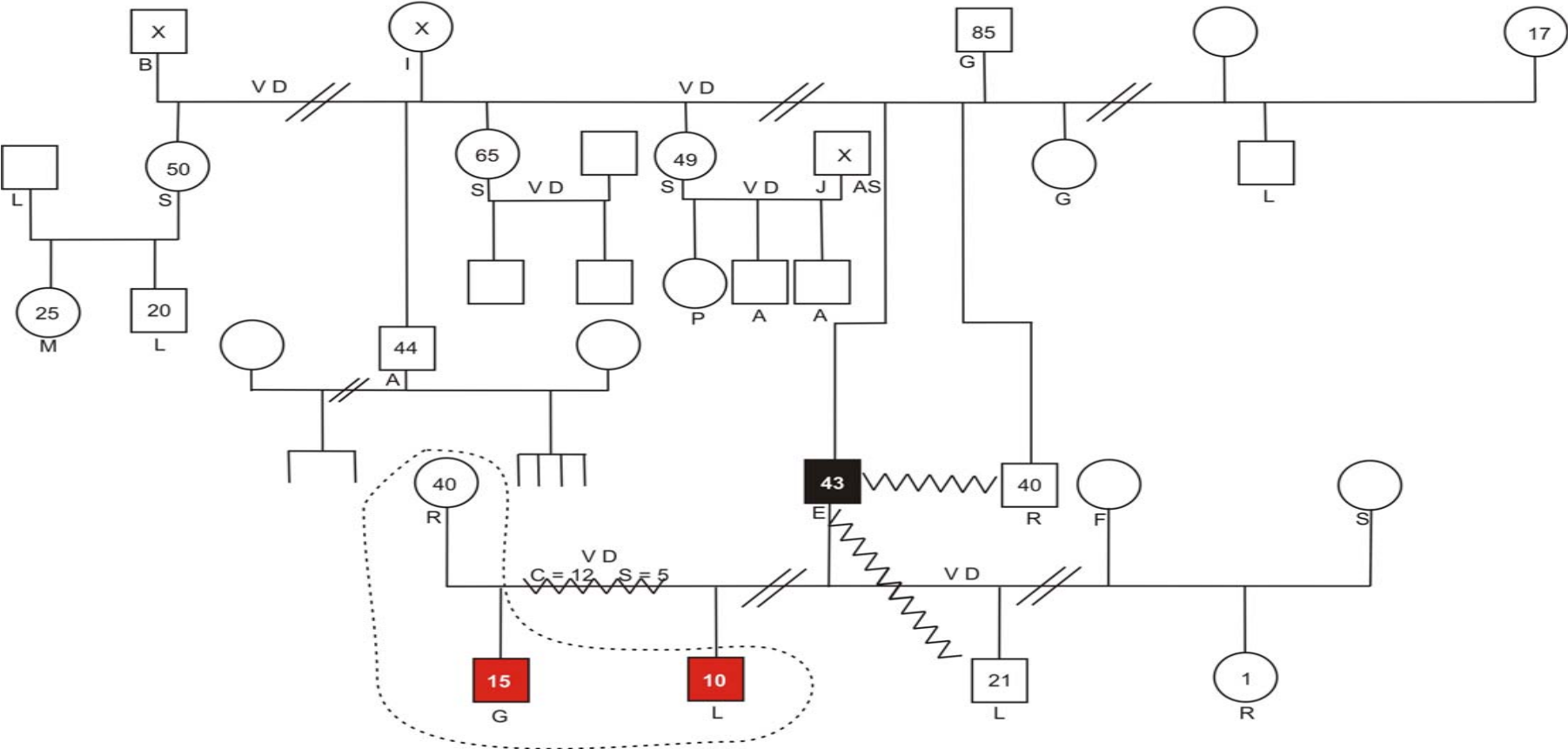
Aspectos da Transgeracionalidade

Ao vislumbrarmos os genograma maternos e paternos da Família C constatamos alguns elementos importantes de serem ressaltados. Em primeiro lugar pela sua genitora. Acrescenta que considera que ela era portadora de Distúrbios de Déficit de Atenção e Hiperatividade, pois era muito inquieto e sua mãe costumava amarrá-la ao pé da mesa, pra que não a perturbasse tanto. A família extensa apresenta um outro aspecto relevante, o irmão da Sra. R é portador de Transtorno Bipolar e já fez uma tentativa de suicídio. Atualmente é consciente de sua doença e segue tratamento medicamentoso e psicoterápico.

Quanto a Família Paterna mediante o instrumento do genograma, pudemos constatar diversos episódios de violência doméstica. O relacionamento familiar é bastante conflituoso entre alguns de seus membros. Vale ressaltar que o genograma foi construído mediante o relato da Sra. R e sua família, pois não tivemos oportunidade de entrevistar alguns de seus membros familiares diretamente.

Genograma Família C Paterna

Genograma Família C Paterna



Categoria 01 = Violência

“No outro dia, de manhã, foi quando ele me bateu, me enforcou no sofá”

Definição

A violência inserida nas relações familiares em seu cotidiano, expresso tanto nas verbalizações sobre alguns fatos, quanto como forma de resolução de conflitos. Presente nos relacionamentos entre os adultos e desses com as crianças, assim como nas relações entre as próprias crianças. Demonstra, além de tudo, um aspecto de reprodução intergeracionais.

Sub-categorias

- Violência Física
- Violência Psicológica
- Violência Conjugal
- Negligência

Frequência: 84

Verbalizações

“Ele queria me matar. O L tinha menos de dois anos, tinha um ano e pouquinho”

“Quebrou a portaria lá de casa, queria que eu descesse pra conversar com ele lá embaixo”

“Ele não me batia. Ele me apertava muito, como se fosse me esmagar. Xingava muito e sempre pedia desculpas”

“Quando ele pegou a faca e correu atrás de mim, ele me enforcou. Fiquei cheia de marca. Não pude ir trabalhar”

“Só sei que a gente brigou. Eu tirei a aliança. Já tinha o G. Tirei a aliança, falei que não queria mais e vim pra casa de meu pai”

“Sim, o E sempre foi agressivo com os filhos. O L tem um corte na boca de tapa do pai”

“Quando eu era casada, eles brigavam muito. (em relação a briga dos filhos). Quando eu me separei, é ...a gente parou e os meninos brigavam muito”

“Ele foi bater e eu escutei. Esperei um pouco e ele não parou. E foi aquele empurra-empurra e o menino com a boca sangrando”

Categoria 02 = Abuso Sexual

“Que meu pai colocou o dedo na minha bunda e doeu”

Definição

O abuso sexual é uma modalidade de violência específica, definida como um relacionamento entre um adulto e/ou adolescente maior que submete a criança aos seus desejos e necessidades sexuais. Imposto de forma violenta ou sedutora de modo que a criança não tenha opção, escolha ou não possa fazer valer a sua vontade.

Sub-categorias

- Sentimento de Culpa
- Sentimento de Medo
- Sentimento de Vergonha
- Complô do Silêncio
- Busca de Proteção

Frequência: 48

Verbalizações

“Pra poder falar pra ela o que eu não conseguia falar” (em relação a dificuldade de revelar o abuso)

“Não adianta você mentir mais, que agora eu já descobri” (em relação ao abusador)

“Mas ele tá louco, ele não pode fazer isso de jeito nenhum. Ele não pode fazer isso”.

“E eu queria fazer a ocorrência, mas não tinha coragem. Eu achava que eu ia expor as crianças mais ainda”

“Aí, ele acha que eu persigo, porque ele acha ..porque o pai dele parou de fazer isso”

“Com tudo isso que aconteceu, eu me sinto como se tivesse errado, demais...”

“Ele vive num mundo paralelo. Ele mente, o que ele faz comigo, ele fala que eu to fazendo com ele”

“Eu falei para os meus filhos: parou por quê? Porque teve um impedimento legal aqui. É . Então, se alguma coisa acontecer com os meninos...”

“Mas ele fala que, como ele já parou, eu tenho que retirar o processo. Então, a culpa é minha, porque não resolveu até hoje. Ele não entende que não é culpa minha. Eu também quero acabar logo com isso, sabe? Eu quero acabar.”

“Então ela falou: Não fala isso pra ninguém porque ninguém vai acreditar em você”

Categoria 03 = Relações de Gênero

“Ser homem é ...é você fazer a vida. Quando você não faz a sua vida você não é homem, você é criança, você ainda depende de alguém ”

Definição

As relações de gênero enquanto vivências no seu cotidiano familiar. A compreensão de homens e mulheres sobre si mesmos e suas relações. A imposição de papéis estereotipados e de formas de ser no mundo pré-estabelecidos, referentes ao sexo masculino e ao sexo feminino.

Sub-categorias

- Papéis Estereotipados de Gênero
- Ser homem
- Ser mulher
- Ser Menina e ser Menino

Frequência:40

Verbalizações

“ E eu tinha que ficar, tinha que voltar, tinha que dar uma chance pra ele, que ele nunca mais ia fazer agressividade com a gente.”

“Porque eu acho que no macho, ele tem que ter um ataque maior e na fêmea ela tem uma defesa maior..O macho é mais agressivo”

“Óbvio que tem coisa que homem pode fazer que as mulheres não podem.”

“Ele dizia que..o comportamento sexual que a gente tinha entre quatro paredes, um casal podia fazer tudo que quisesse, né?”

“Eu acho que eu devo ter ficado um tempão querendo fazer com que ele mudasse”

“Eu fui lá com ele e retirei a queixa porque ele disse (o E) que os meninos iam ficar magoados comigo”

“Ele tinha ciúme da roupa que eu usava, do baton; se eu colocava um anel junto com a aliança ele dizia que aquele dedo pertencia a ele...”

“O L tava com chinela havaiana, né? Branca e verde. Aí, ele achava que não era de menino.”

Categoria 04 = Fatores Adversos

“O L estava alcoolizado e tinha fumado maconha”

Definição

A presença de fatores adversos ou predisponentes na vida cotidiana e nas relações familiares que venham facilitar o desenvolvimento de situações de violência de diversas modalidades. As dificuldades apresentadas pelas famílias e/ou casais na resolução de conflitos, precariedades econômicas, dentre outros.

Sub-categorias

- Dificuldades sócio-econômicas
- Uso abusivo de drogas e/ou de bebidas alcoólicas
- Falta de Planejamento Familiar
- Sentimento de isolamento
- Reprodução da violência

Frequência: 53

Verbalizações

“Ele era usuário de drogas e eu fiquei tanto tempo atrás desse menino na rua....” (em relação a sua busca pelo enteado)

“Acho que, para mim, eu tenho medo que ele faça alguma coisa”(medo do agressor)

“É ...às vezes eu fico com medo de eles desviarem e transviarem ”

“Pedi pra ela me ajudar a tirar ele de casa e dar sustentação psicológica pra ele, porque ele sempre falava que ia se matar” (o ex-marido)

“O L usou drogas, ficou nas ruas e eu sempre ajudei ele a se recuperar”

“ Ele dizia: Não estou fazendo isso, mas estava fazendo isso. É como se fosse uma mensagem subliminar, uma mensagem...dupla” (a forma do marido se comunicar)

“É uma família complicada, eu sei, mas eles precisam aprender a conviver com ele desse jeito. Porque ele é o pai deles”

“O E não se dava bem com ninguém da família dele, ele sempre foi o mais afastado, porque diziam que ele era esquisito”

“O L é muito precoce e foi muito exposto” (em relação ao filho caçula)

Categoria 05 = Impactos do Abuso Sexual

“Eu queria que não doesse mais na minha alma”

Definição

Os impactos decorrentes da violência sexual doméstica sobre a família e sobre crianças e adolescentes vitimizadas. Percebidas nas formas da reação imediata ao abuso sexual e/ou como os possíveis prejuízos e danos verificados nas diversas situações vivenciadas.

Sub-categorias

- Sentimentos de medo e desproteção
- Danos físicos apresentados
- Danos psicológicos percebidos
- Descrédito aos órgãos de Proteção

Frequência: 83

Verbalizações

“Ele abusou de mim várias vezes. E você não sabe o quanto isso me agonia. Porque eu não sei o que aconteceu... de verdade.”

“Eu sei que eles sofrem muito, sofrem muito com isso, porque é o pai, né?”

“Ele...parece que agora ele não se lembra de mais nada ” (em relação ao filho G que não se recorda do abuso sexual)

“O que eu tenho dificuldade agora é ver o que aconteceu comigo e que eu não sou uma pessoa burra.”

“Parece que isso me aliviou mais meu coração, porque eu não fui responsável, não fui culpada” (o fato de ter revelado o abuso e o psicólogo a ter inocentado de culpa)

“Agora eu me sinto fortificada pra falar, tanto com ele, como com outra pessoa. Sem chorar, sabe?”

“É. Mas é uma carga pesada, sabe? Então, hoje quando eu converso sobre isso, eu penso: Cara é verdade, eu não tinha como prever”.

“Então eu ficava tentando cercear os meninos, livrar os meninos de viver, inclusive. Eu protegia demais”

Ciclo de Vida

Essa família encontra-se no quarto estágio do ciclo vital, ou seja, aquela fase que, segundo Carter e McGoldrick (1995), as famílias estão lidando com os filhos adolescentes. A adolescência exige mudanças de atitudes por parte dos pais. Esse estágio tem por objetivo permitir ao adolescente experimentar o mundo externo, contando com a estrutura e suporte do mundo interno das famílias. As fronteiras entre as gerações precisam ser modificadas e criadas novas formas de ampliação de limites para lidar com esse jovem que se encontra em uma fase peculiar de seu desenvolvimento.

A Família C tem na realidade um filho adolescente, G de 14 anos, entretanto, o filho L, de 10 anos já apresenta características de um adolescente. Isso ocorre devido à proximidade com o irmão mais velho de quem recebe muita influência.

Nessa fase, a própria família se transforma de uma unidade que protege e nutre para uma unidade de preparação do jovem para o mundo de responsabilidades e compromissos do mundo adulto. As dificuldades inerentes a essa fase são encontradas na Família C. A Sra. R relata o seu assombro com as modificações vistas no filho G que cobra mais liberdade e independência. Em certo momento ela diz: *“Que eu realmente to querendo ajudar, cuidar, eu me preocupo com eles. Tava com dificuldades de entender que ele cresceu, que eu não tinha percebido...”* (sic).

Nessa família, o fato dos pais serem separados há cinco anos, aumenta o estresse e a tensão normais encontradas nas famílias com filhos adolescentes. Os conflitos conjugais existentes acabam por exacerbar os conflitos de gerações, muito comuns nessa fase do desenvolvimento. Neste caso as dificuldades relacionadas ao como educar e impor limites gera atritos que desviam o foco dos filhos para o casal e suas dificuldades comunicacionais. Em determinado momento da entrevista um dos filhos ressalta: *“Eles se separaram porque brigavam, mas continuam brigando depois de separados”*(sic). Isso significa que a separação ainda é um elemento de atrito e de estresse para todos nessa família.

Um outro aspecto ainda referente ao processo de separação que pode ser observado é o fato da família tornar-se uma família monoparental. Nas duas famílias A e B esse processo é visto de forma mais intensa em função das dificuldades socioeconômicas que são elementos mais agravantes em famílias de baixo poder aquisitivo. Contudo, a família C, apesar de pertencer à classe média e ter um padrão de vida com condições menos desfavoráveis, ainda assim está presente a dificuldade que se lhe é imposta quando diante de uma separação a mulher passa a sustentar a si mesma e aos seus filhos sozinha. No presente caso, a questão se agrava em função dos conflitos existentes entre o casal. A Sra. R acrescenta: *“Por que eu não tenho quem*

me ajude financeiramente. O E dá pensão para os meninos, né? Mas fica só nisso. Eu não posso pedir alguma coisa a mais, por que ele reclama.”(sic).

Os papéis parentais também são afetados com a separação e no presente caso o fato do casal ter visões de mundo diferentes e discordar sobre diversos aspectos educacionais agrava ainda mais a situação. O fato de terem filhos adolescentes traz elementos complicadores, pois os próprios filhos entram na disputa e manipulam muitas das vezes para conseguir algum benefício.

Nesta família esses conflitos são marcantes, em determinado momento G foge de casa por não aceitar as regras impostas por sua mãe e se refugia na casa do pai, agravando ainda mais os atritos, pois esse fato gerou a abertura de dois boletins de ocorrência: um de desaparecimento e o outro de maus tratos, registrados pela genitora e o genitor respectivamente. Esses conflitos, portanto, não envolvem somente a família nuclear, ela se estende para a família extensa que acaba por se manifestar e interferir nas tomadas de decisões dos pais. E também chegam aos órgãos de proteção: Vara da Infância e Juventude, Delegacia de Proteção e SOS Criança, somente para citar alguns dos envolvidos. No caso, seriam situações que poderiam ser sanadas somente na família sem exposição de todos os seus membros.

A violência sexual

O episódio de abuso sexual envolvendo os filhos apresenta alguns elementos complicadores. A Sra. R, considera que houve diversos indicativos, porém a mesma não os percebia como tal. O pai introduzia os dedos nos ânus dos filhos com a justificativa de que era necessário para a higienização. As crianças choravam diante de tais manipulações. A primeira revelação se deu com o filho G, este contava a idade de 11 anos aproximadamente. O segundo filho comentou episódios semelhantes vivenciados por ele e o pai durante o tratamento psicológico, onde encontrou espaço e acolhimento para a sua revelação. Quanto ao enteado L, ao ser indagado pela Sra. R, este também revela atos semelhantes ocorridos quando o mesmo era adolescente.

A Sra. R., demonstra um sofrimento atroz e se culpabiliza por considerar que não tenha protegido os seus filhos e enteado e de não ter percebido a violência antes. Por outro lado, o caso foi denunciado junto aos órgãos competentes e está sendo avaliado do ponto de vista jurídico, pois o pai ainda tem o consentimento de ver os filhos duas vezes na semana. Segundo a Sra. R., ainda existe situação de abuso, pois o Sr. E deixa os filhos verem vídeos pornográficos com a justificativa de que são homens e precisam ser educados nessa questão.

Em uma das entrevistas a Sra. R relatou também, com detalhes, como percebeu o abuso sexual infligido aos filhos. Relata dois momentos explícitos, envolvendo o filho G, sendo que em um deles a mesma flagrou o pai após uma tentativa de penetração anal talvez por um objeto

(cabo de escova de cabelo, não sabe ao certo). Quanto ao episódio envolvendo o segundo filho L relata que o mesmo revelou situações de abusos semelhantes durante o tratamento. R acrescenta que são poucas as pessoas que sabem sobre os episódios dos abusos – os profissionais diretamente envolvidos no processo jurídico e no tratamento, duas pessoas do seu trabalho (da área de psicologia) e a pesquisadora.

Em um primeiro momento da entrevista, R. relata que quanto à família extensa paterna somente dois irmãos de E sabem do fato, mas resolveram não se manifestar sobre o acontecido. A Sra.. R salienta que sua cunhada rompeu o relacionamento com R e os filhos, justificando que ninguém iria acreditar em uma situação como essa. A família extensa materna eles estão somente cientes da violência física e emocional infligidas às crianças. Contudo, posteriormente revelou que a irmã ficou sabendo e contou aos avós toda a situação. Em função disso tivemos um encontro com toda a família extensa. Essa última entrevista transcorreu na residência do casal de avós, em um ambiente mais tranquilizador conforme os relatos iam se sucedendo, dando lugar a sentimentos de alívio e acolhimento para com uma dor tão intensa. O silêncio perturbador incomoda e as falas funcionam como válvulas de escape para vários sentimentos de raiva, dor e pesar.

Neste caso, é bom ressaltar que na família existia um quadro de violência generalizada. O pai sempre foi muito agressivo com a esposa e com os filhos. A Sra. R relata diversos episódios de violência física e principalmente psicológica. Por outro lado, houve também diversos episódios de violência sexual contra a esposa. Segundo relatos desta, o Sr. E a dopava com uma medicação sedativa, e cometia conjunção carnal – vaginal e anal com esta, sem o seu consentimento ou consciência. Ela passou a perceber que dormia demais e que sentia ardor na região anal. Isso fez com que começasse a desconfiar que algo estivesse errado. Por outro lado, o marido apresentava comportamentos que a incomodavam e assustavam, pois sabia que havia algo errado. Ele costumava vestir-se de mulher, usava suas meias finas, seus *legging* e ela avaliava que isso não era normal.

Foi a partir de um tratamento psicoterápico individual que a Sra. R passou a identificar e a reconhecer que sofria abusos sexuais e que o que acontecia entre o casal era uma situação abusiva. Além do mais, o casal sempre tinha brigas e conflitos intensos. A Sra. R relata que seu marido demonstrava ter transtorno de humor, pois em diversas ocasiões do cotidiano ele extrapolava em seu comportamento agressivo seja com ela mesma, seja com os próprios filhos. Em determinada ocasião houve necessidade de intervenção do avô materno que não concordou com a maneira de tratamento imposta ao filho caçula, com agressões físicas constantes.

Todas as situações de violência sexual foram notificadas aos órgãos competentes, sendo que a ocorrência do abuso sexual contra ela própria a Sra. R. retirou a queixa. Segundo ela o marido a convenceu a tirar. Acrescenta que não gostaria de prejudicá-lo demasiadamente. Quanto às situações de abusos sexuais envolvendo os filhos, os processos estão em andamento

nas instancias jurídicas. A Sra. R queixa-se do pouco apoio e o tanto que se sentiu desprotegida em algumas entidades, principalmente na justiça. Quanto ao tratamento que ainda recebe na entidade de saúde considera muito adequado, pois trouxe apoio, orientação e alívios consideráveis.

A ambigüidade entre o medo e a dor e o amor e a vergonha é que imobiliza e faz calar muitas famílias. Essa questão está bem evidente na Família “C. A luta atroz da Sra. R para manter a integridade física e emocional de sua família e ao mesmo tempo não privar aos filhos da presença do pai, nos remete a uma compreensão da complexidade que envolve o fenômeno da violência doméstica. Como nos aponta Angelim (2004):

“A violência doméstica surge inviabilizando a compreensão da violência na figura de um criminoso que coloca contra os interesses de toda a sociedade. O indivíduo violento, na maior parte das vezes, está inserido na família como um membro de referência querido e temido pelas pessoas que agride, ameaça e domina. Compreender, numa nova perspectiva, o indivíduo violento e sua relação com a vítima se tornam imperativos necessários. De um lado, para evitar atitudes extremadas de reclusão do agente agressor, face às necessidades de integração da família. De outro lado, para evitar o prolongamento das agressões sob a invisibilidade do espaço privado da família” (Angelim, 2004, p.17).

Uma questão que chama muita a atenção no caso específico desta família é que em vários momentos o abuso sexual aparece entremeado com comportamentos que podem ser entendidos como um pedido de socorro da pessoa do abusador. Em diversos momentos durante as entrevistas a Sra. R ressalta que o marido na realidade lhe explicava sobre parafilias, trazia textos sobre o assunto, como que para mostrar de uma outra maneira o que de fato estava acontecendo. Ela salienta que demorou muito tempo para perceber o abuso enquanto abuso. Em primeiro lugar podemos destacar que o abuso sexual não deixa de ser uma manifestação de um sintoma que se expande por toda a família. Furniss (1993) faz um paralelo entre o abuso enquanto uma síndrome de adição para a pessoa que abusa e uma síndrome do segredo para a pessoa abusada. Dessa maneira, a manifestação do abuso sexual contamina todos os membros da família, inclusive os não diretamente abusados. Em segundo lugar, é impressionante o poder da invisibilidade do abuso, no sentido de não ver aquilo que de fato acontece. E nesses aspectos também existem semelhanças com famílias que vivenciam situações de adição de substâncias psicoativas. A dificuldade de olhar o que não se quer ou não se pode ver é a mesma.

Podemos ainda indagar: Que artimanhas são usadas para dar invisibilidade do abuso? Acreditamos que a resposta a essa indagação é muito mais simples do que quer crer muitos teóricos. Um dos principais motivos é exatamente esse: ninguém quer ver (grifo nosso). A mãe abusada e ultrajada não gostaria que o abuso acontecesse com ela e muito menos com seus

filhos. Os filhos não gostariam de ter e muito menos admitir que o pai seja um abusador; deles mesmos ou de quaisquer outras pessoas. E compreendendo a dinâmica de cada família como uma dinâmica própria, poderemos acrescentar: questões de gênero estão necessariamente arraigadas como veremos a seguir e possivelmente a reprodução da violência é constatada em diversas famílias cujas dinâmicas está presente o abuso sexual.

As relações de gênero

Neste estudo discorreremos amiúde sobre as relações de gênero e como a violência está inserida nas relações humanas. Apontamos, particularmente, como a violência sexual está imbricada com as vivências de homens e mulheres em um mundo que o contexto erótico é tão diversificado.

Estamos diante de um caso em que as relações de gênero estão fundadas sob a égide da violência. A história familiar da família extensa do Sr. E demonstra diversos episódios de violência de várias modalidades. E como já foi extensamente salientado o casal construiu uma relação conjugal muito conflitiva e violenta.

Em um momento da entrevista com a Sra. R, a mesma traz um histórico de muita violência, inclusive de ordem sexual, revelado por E em uma conversa com a Sra. R quando ainda eram casados. Ressaltamos nesse momento que não tivemos oportunidade de entrevistar o Sr. E, inclusive com a preocupação de não invadir o espaço dessa família que já está sofrendo muito com essa questão. Duas instâncias governamentais já atuam no caso e consideramos que seria prejudicial mais uma pessoa diferenciada a invadir o espaço familiar. Por outro lado, como o inquérito está em andamento não gostaríamos de interferir na questão, pois poderia acrescentar mais atritos ao já construídos até o momento.

O comportamento sexual do Sr. E sugere a presença de algumas patologias, onde algumas parafilias estão evidenciadas, como fetichismo, sadismo e fetichismo transvêstico. Como já foi discutido ao longo dessa dissertação não é nossa postura assumir uma relação de causalidade linear sob a questão entre o abuso e presença de patologia. Como nos aponta diversos autores referendados nesse estudo, dentre os quais Azevedo & Guerra (1997), Pondaag (2003) e Angelim, (2004) a violência doméstica somente poderá ser compreendida a partir de que tenhamos visto a história transgeracional, o contexto scio-cultural e os diversos aspectos relacionais da família envolvida em situação de violência doméstica.. Contudo existe indicativos suficientes que apontam para essas patologias.

O casal da Família “C” apresenta conflitos conjugais intensos incrustados nas relações estereotipadas de gênero, onde as relações são hierarquizadas e os poderes desiguais. Por diversos momentos de nossa entrevista tais elementos estão presentes nas falas da Sra. R *“Ele tinha muito ciúme: da roupa que eu usava, do baton, se eu colocasse um anel junto com a*

aliança ele dizia que aquele dedo pertencia a ele”(sic). A forma como homens e mulheres constroem sua identidade e atuam na sociedade está marcada por processos complexos onde fatores culturais, históricos, sociais, econômicos e ideológicos estão envolvidos. Esses fatores estão interligados e contribuem para a construção de identidades estereotipadas de traços e comportamentos. (Diniz, 2003). As relações impermeadas de violência não escapam desse estereótipo. Como nos aponta Pondaag (2003):

“A masculinidade e a feminilidade são definidas e aprendidas nas relações sociais que tecem uma rede de poderes e contra-poderes e hierarquizam as diferenças entre os sexos. A identidade de gênero envolve a construção da própria identidade do indivíduo, em função dos fatores culturais, do seu temperamento e das suas experiências. È produto da interação entre as características herdadas e os fatores ambientais.”

(Pondaag, 2003 p. 40).

Em uma pesquisa instigante em que pretendeu estudar a reação das mulheres frente à violência, Pondaag (2003) aponta dentre outras questões que a violência não é vista como violência por uma série de razões, o que dificulta o seu enfrentamento. Uma dessas razões é a ambivalência afetiva experienciada pelas mulheres com relação aos seus parceiros. Nesta família identificamos essa situação quando percebemos a dificuldade enfrentada pela Sra. R em ver a violência como tal assim como em enfrenta-la junto aos órgãos competentes. Num determinado momento ela confessa: *“É eu tinha que ficar, tinha que dar mais uma chance pra ele, que ele nunca mais ia fazer agressividade com a gente” (sic). E mais adiante temos: “...dei queixa na Delegacia da Mulher, tudo certinho, sabe? Aí, ele me convenceu a retirar o processo.”(sic)*

Dessa maneira, devemos nos remeter à questão do poder e da dominação ao reportarmos às relações conjugais, as quais são expressas em seu cotidiano dentro de situações de tensões e conflitos. Para buscar as relações de poder nos reportamos à Foucault (1981) que nos diz que:

“O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação. Nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão”(p. 183-4).

Assim sendo, o exercício do poder é uma relação de força e poder que poderá se manifestar nos diferentes níveis da sociedade. É evidente que nas relações de gênero essa relação de poder e de força é explícita como vemos no presente estudo e de maneira muito evidenciada nessa família.

Fatores Adversos

Na presente família foram identificados diversos fatores que poderão ser apontados como precipitadores da situação de violência sexual. A primeira questão a ser evidenciada são os conflitos conjugais que se configuram em um quadro de violência doméstica generalizada, sendo que a modalidade psicológica é uma das que mais chama a atenção. Em seus relatos a Sra. R sempre descreve a forma como o marido tratava a ela e seus filhos – desqualificação, xingamentos e rejeição são uma presença constante no cotidiano familiar. A violência psicológica torna as pessoas fragilizadas e vulneráveis a outras formas de violência, como nesse caso ao abuso sexual. Aliás, como já vimos anteriormente uma violência nunca aparece sozinha, elas ficam entrelaçadas umas nas outras.

Greenspum (2002) ao estudar sobre a violência conjugal do ponto de vista sistêmico, ou metasistêmico como ela denomina, diferencia a violência em duas formas: como expressiva, que seria decorrente de conflitos e a instrumental, na qual a violência seria utilizada como forma de controle e manipulação. Essas duas modalidades ficam muito evidentes nas dinâmicas relacionais desta família, não só do ponto de vista conjugal como também familiar.

A segunda questão é sobre a violência sexual em si mesma que como já discutimos anteriormente é um fator adverso e profundamente impactante na vida das pessoas, particularmente de crianças e adolescentes. Na família C a violência sexual não foi somente perpetrada por um adulto contra uma criança, mas também desse mesmo adulto contra outro adulto, no caso a sua esposa. Não sabemos precisar quando se iniciou o processo de violência sexual, mas pelos relatos, há evidências que indicam que o abuso sexual contra a esposa ocorreu antes e por esse motivo ele pode ser considerado um fator precipitante. Ademais, o abuso sexual é alimentado pelo próprio abuso, se considerarmos o aspecto compulsivo desse ato. De forma ardilosa o abusador que é membro dessa família adentrou de forma invasiva os espaços mais íntimos de seus próprios filhos. O fato de o abusador ter uma proximidade maior com os membros da família já agrava e agudiza mais ainda mais a situação. A Sra. R descreve esses momentos com muita angústia e culpa como podemos perceber na seguinte verbalização: “*É, eu queria fazer ocorrência, mas eu não tinha coragem. Eu achava que eu ia expor as crianças mais ainda... A gente fica sem sustentação*”(sic).

Um outro fator adverso é a própria separação conjugal, também presente nas famílias anteriormente estudadas. Consideramos que a própria separação poderá gerar uma desagregação familiar desencadeando um profundo sentimento de abandono em todos os membros das famílias envolvidas. O sentimento de perda e culpa é inerente a todo processo de separação. No caso da Família C essa separação se deu de forma litigiosa e ainda causa muitos conflitos; os pais parecem não saber ainda lidar com essas dificuldades, o que traz com certeza sentimentos ambivalentes e conflitantes nos próprios filhos. Por outro lado, não podemos deixar de

reconhecer que a separação no caso da Família C foi um marco delimitante onde o abuso pode ser dito revelado e dessa maneira pode ser estabelecido um limite que levou à cessação da violência. Esse processo fica claro na seguinte fala da Sra. R: *“Eu agora tenho menos preocupação que eu tinha antes. Porque com esse processo ele teve um impedimento legal”*(sic).

Finkelhor (1984) estabelece um modelo multifatorial para compreender os intrincados elementos precipitadores de um quadro de violência sexual. Nós o descrevemos mais amiúde no capítulo dois que trata dos fatores adversos. Então iremos nos remeter a alguns desses fatores para refletir sobre a dinâmica relacional da Família C, pois identificamos claramente alguns daqueles elementos motivadores dentro das dinâmicas familiares.

Em primeiro lugar, cabe pensar a precondição que trata da motivação do abusador. Temos dois aspectos identificados nas falas dessa família quando se referem à pessoa do abusador, que podem ser identificados como uma precondição. O primeiro é a necessidade de se sentir poderoso e no controle e uma exigência masculina de ser dominante e poderoso no relacionamento sexual, haja vista o abuso sexual perpetrado contra a esposa. O segundo aspecto se refere mais particularmente a como a pessoa do abusador experiencia sua excitabilidade sexual. Como não entrevistamos o Sr. E, não poderemos esmiuçar esses elementos, até porque não é objeto de nosso estudo. Entretanto, em uma de suas falas a Sra. R relata que o mesmo já havia lhe revelado uma experiência traumática na infância, e dessa maneira o abuso pode ser identificado como uma reedição do próprio abuso sexual sofrido pelo agressor. Isso é uma inferência e não temos como comprová-la no presente estudo.

O terceiro fator envolve a superação de fatores inibidores externos que, segundo Finkelhor, envolve uma incapacidade de pessoas do sexo masculino de se identificarem com as necessidades da criança. Mais uma vez podemos inferir algumas questões sobre a pessoa do abusador, pois é evidente que, a partir que aceitamos a existência de um abuso não houve identificação com a necessidade dessas crianças, no caso seus próprios filhos. Quanto ao quarto fator, trata-se do estado de vulnerabilidade da própria criança, que no caso da Família C aconteceu uma disponibilidade exatamente pelo poder de proximidade existente entre a pessoa do abusador e a criança.

É evidente que as crianças são dependentes dos adultos para sobreviver afetiva e fisicamente. Então, sempre haverá desigualdade nesta forma de relacionamento. E, mesmo não havendo submissão e violência física, existirá a coerção, a invasão e a profanação de um ser que não está apto para vivenciar tais experiências. Qual criança nega quando o seu pai ou mãe lhe pedem que se dispa? Qual criança faz objeções quando, para o seu próprio bem um adulto lhe impõe toques e carícias não apropriadas, ou lhe inflige alguma dor com o sentido de higienização, como é o presente caso?

Impacto do abuso

A violência sexual contra crianças e adolescentes é reconhecida como um fator profundamente impactante, podendo causar danos consideráveis em pessoas em condições peculiares do desenvolvimento. (Finkelhor, 1984, Azevedo & Guerra, 1995; Saffioti, 1997; Cohen & Gobbetti, 2000; Faleiros, 2000; Pinto Júnior, 2003, Sanderson, 2005. Ribeiro & Borges (2004) considera:

“O sofrimento da família não está relacionado somente à violência em si, ou seja, à dor provocada por um tapa ou uma ofensa, mas há um clima emocional negativo que envolve todos os membros, em que uma palavra de carinho ou elogio não é ouvida, em que as qualidades de cada um não são reconhecidas e a dificuldade de comunicação não permite que se fale dessa dor que é de todos. Sofrem os que agredem e os que são agredidos, todos vítimas de relações familiares disfuncionais” (p. 60).

Quando a pessoa do abusador tem uma proximidade grande com a vítima como é o caso, torna difícil calcular o impacto causado e o sofrimento existente. Na presente família, o pai abusou sexualmente da esposa e de seus três filhos e esse fato foi revelado do ponto de vista legal, o que gerou também uma exposição de toda a família. Essa exposição também é um fator impactante para todos. Com relação a isso a Sra. R comenta: *“É, eu queria fazer ocorrência, mas eu não tinha coragem. Eu achava que eu ia expor as crianças mais ainda... A gente fica sem sustentação” (sic).*

Ao longo de nosso trabalho já discorremos sobre alguns fatores levantados por Sanderson (2005), que tem importância para o impacto da violência sexual. Dessa forma, temos: 1) A idade da criança na época do abuso; 2) a duração e a frequência do abuso sexual; 3) O(s) tipo(s) de ato(s) sexual(is); 4) o uso de força ou da violência; 5) o relacionamento da criança com o abusador; 6) a idade e o sexo do abusador e; 6) os efeitos da revelação.

Ao relacionarmos os fatores apontados por Sanderson (2005) verificamos que alguns desses aspectos podem ser avaliados. Em primeiro lugar, não podemos precisar com exatidão a idade, pois a característica dos tipos de abuso sexual – manipulação durante um ato de higiene e cuidado, torna impreciso e difícil essa identificação. Outra forma de abuso cometido são atos libidinosos com tentativa de penetração de objetos estranhos, que trazem uma outra especificidade para o caso. E, uma terceira forma de abuso, é a exposição de filmes pornográficos para crianças e adolescentes, cuja idade não é apropriada para receber esse tipo de informação sobre sexualidade. Quanto ao aspecto de duração e frequência do abuso, só poderemos precisar a partir do relato da identificação e revelação.

A identificação do abuso ocorreu quando a mãe o percebeu enquanto abuso e as crianças contavam na ocasião com a idade de onze e cinco anos aproximadamente. Não podemos deixar de comentar que a proximidade do abusador é um fator impactante e os sentimentos de ambigüidade relacionados a ele também são impactantes. As verbalizações na Categoria 05 – Impactos do Abuso Sexual, fornecem exemplos desse impacto.

A tomada de atitude por parte da genitora em denunciar provocam ao mesmo tempo um sentimento de proteção que fica evidenciado na proximidade afetiva entre a mãe e os filhos; mas também traz sentimentos contraditórios. A família toda tem comportamentos no sentido de querer poupar a pessoa do abusador. Como diz G: “*Mãe o que você quer fazer com meu pai? Você fica perseguindo o meu pai*”(sic). Em determinado momento a Sra R comenta: “*Eu sei que eles sofrem muito, sofrem muito com isso, porque é o pai deles, né?*”(sic).

Um impacto importante a ser levantado refere-se ao comportamento homofóbico apresentado por ambos os irmãos. Eles próprios salientam em determinado momento, “*Eu não tenho preconceito. Só com homossexuais e boiola*”(sic). A construção social da identidade de gênero masculina é muito complexa e se consolida em interações múltiplas, dinâmicas e contraditórias com a masculinidade hegemônica. (Brito, 2000). Neste processo, vários traços de nossas identidades sociais atuam como, por exemplo, a raça, a classe social, a sexualidade e o gênero. Assim, um menino se constrói não só como pertencente ao seu gênero, mas também como não pertencendo ao grupo que não se considera como masculino, neste caso ser mulher, feminino ou ser gay. Está é uma das bases de uma cultura homofóbica.

A Sra. R demonstra muita preocupação com relação a esses sentimentos, pois considera que são exacerbados – “*Até o sabonete e o shampoo tem que ser pra homem, eu nem sabia que existia essa distinção*”(sic). Ela demonstra ser uma pessoa esclarecida e que busca constantemente ampliar os seus conhecimentos, principalmente no que se refere à educação de seus dois filhos, os quais tenta fornecer uma educação baseados no respeito mútuo e aceitação das diferenças. Mas, ao mesmo tempo ela se inquieta e demonstra uma particular preocupação com a relação a homossexualidade e ao futuro comportamento sexual de seus filhos.

Uma outra questão levantada pela Sra. C é o medo da reprodução da violência. Diversos estudiosos citados no corpo deste trabalho, dentre os quais, Azevedo & Guerra, 1995; Cohen, 2000; Araújo, 2002; Costa & Col., 2005 salientam em seus estudos que a violência sexual traz como característica a tendência à reprodução da violência. Pais que comentem abusos em sua maioria reproduzem a violência sofrida. Por diversos momentos da entrevista a Sra. R traz sua preocupação quanto a essa questão. Relata estar tentando esclarecer seus filhos sobre esse aspecto – “*Eles não vão repetir isso, porque eles sabem e eu falo também pra eles que isso não pode.*”(sic).

Em casa, G e L têm muitos atritos, alguns deles são considerados naturais nessa fase do desenvolvimento. E, separadamente, cada um deles parece lidar bem com seus companheiros de

escola e até o presente momento nada de muito relevante foi encontrado. Como já o dissemos ambos, e a família como um todo, recebem acompanhamento psicológico junto a uma entidade de saúde e demonstram satisfação com os serviços prestados. Quanto ao pai, não foi chamado para atendimento, segundo relato do próprio serviço de saúde, mas está agendada essa convocação.

Sabemos que o impacto do abuso sexual em crianças pode variar consideravelmente. Vários fatores estão envolvidos na avaliação do impacto. No caso da Família C constatamos que os danos e prejuízos são consideráveis. Já salientamos anteriormente que alguns estudos apontam que a reação dos adultos e dos profissionais diante da revelação e a forma deles lidarem com a questão também é um fator importante. No presente caso foi constatado pelos relatos da Sra.R que os órgãos de proteção apresentaram comportamentos ambíguos. Por vezes a Sra. R relata os seus sentimentos de desproteção e de dúvidas quanto a que atitude tomar. Em um momento ela comenta: *“Você acredita que o Juiz me criticou, falou que eu demorei demais para denunciar”*(sic). Portanto, os efeitos da revelação do abuso ainda se fazem presentes nessa família. Todos ficam muito tocados com essa ferida que demora demais para cicatrizar.

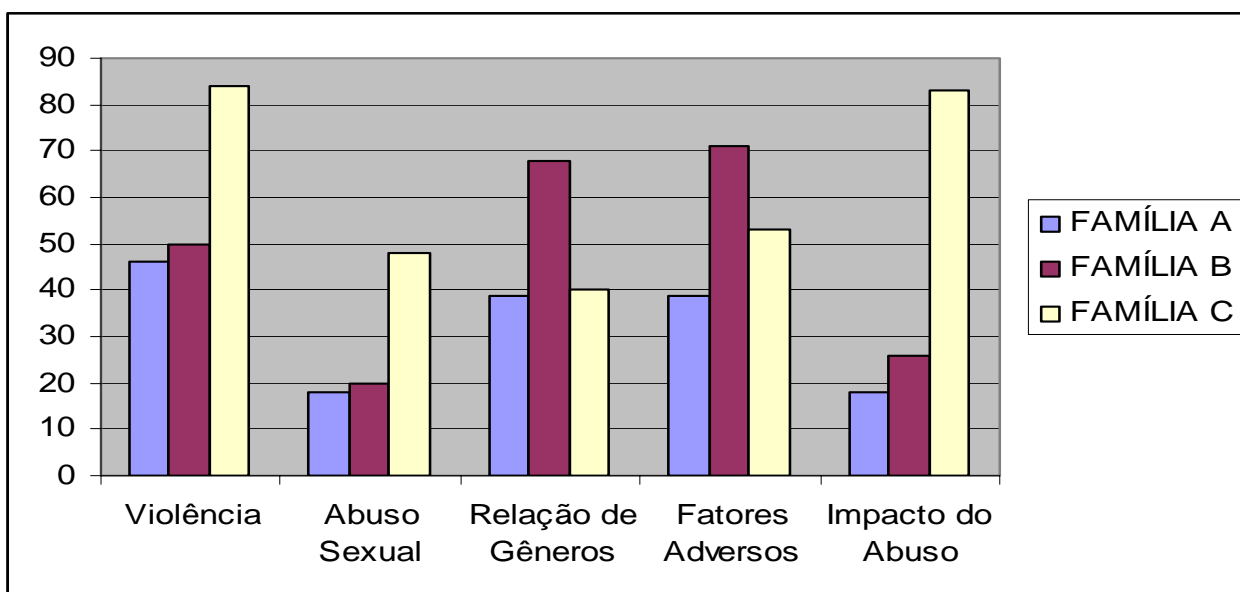
Ambos os filhos, G. e L. são portadores de DDA - Distúrbio de Déficit de Atenção e DDAH - Distúrbio de Déficit de Atenção e Hiperatividade respectivamente e recebem acompanhamento médico sistemático. Não podemos precisar no momento se a situação do abuso sexual teve alguma interferência sobre esse quadro.

6.2 DISCUSSÃO

Antes de aprofundarmos um pouco mais a discussão dos resultados obtidos nessa pesquisa, traremos, a título de ilustração, um quadro com as frequências das cinco categorias identificadas de cada uma das famílias estudadas. Este quadro proporcionará uma análise comparativa dos dados colhidos. Elaboramos um gráfico com essas mesmas frequências com o objetivo de dar maior visibilidade aos resultados obtidos.

FREQÜÊNCIA DAS CATEGORIAS

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA	FAMÍLIA A	FAMÍLIA B	FAMÍLIA C
Violência		46	50	84
Abuso Sexual		18	20	48
Relação de Gêneros		39	68	40
Fatores Adversos		39	71	53
Impacto do Abuso		18	26	83



Para vislumbrarmos melhor essas três famílias com as quais nos dispomos a estudar, consideraremos alguns aspectos importantes. Em primeiro lugar, abordaremos as cinco categorias subtraídas da análise de conteúdo, ou seja, a violência, as relações de gênero, o abuso sexual, os fatores adversos e, por último, o impacto do abuso sexual. Ao procedermos a essa leitura estaremos, concomitantemente, traçando uma análise comparativa com as três famílias.

Ademais, estaremos relacionando tais categorias às nossas hipóteses iniciais com o objetivo de traçar para o leitor uma visão mais abrangente dos resultados obtidos.

Entendendo que a adoção de uma perspectiva de gênero é fundamental para a compreensão das manifestações de violência sexual, elaboramos o **nosso problema de pesquisa**. Dessa forma, este estudo visou “*compreender, a partir de uma ótica de gênero, dimensões do abuso sexual de crianças/adolescentes do sexo masculino com base na perspectiva da família e da pessoa abusada*”.

Antes de tudo, não podemos deixar de salientar que a família é o nosso sujeito. Como nos assinala Santos (2002): “*O objeto de investigação deixa de ser o indivíduo intrapsíquico e passa a ser o que acontece entre os indivíduos do sistema familiar. Para uma melhor compreensão dos comportamentos apresentados pelos membros, torna-se imprescindível a compreensão das relações interpessoais e das normas que organizam a família*”(p. 19). Ressaltando ainda o que Andolfi (1981) apregoa, ou seja, o sintoma que em nosso caso é o abuso sexual contra meninos e deverá ser visto dentro de seu contexto, pois ele é um reflexo do que ocorre no ambiente social do indivíduo e a família é um todo orgânico dentro de um sistema de interação.

Carter e MacGoldrick (1995) reafirmam o cuidado que devemos ter ao lidar com as diversas famílias, pois, o que é considerado “normal”, os diferentes papéis de gênero, a questão étnica e cultural, dentre outras, afeta a organização e a dinâmica familiar. As famílias estudadas têm características distintas do ponto de vista sócio-econômico. Duas delas, as Famílias A e B, podem ser consideradas famílias de baixa renda, e a outra, a Família C, está mais próxima de uma família com poder aquisitivo de classe média. Mas, independente de qualquer característica peculiar que se lhe apresentem, como a estrutura e a dinâmicas inerentes aos relacionamentos, a questão da violência doméstica está presente inclusive do ponto de vista transgeracional, como foi apontado nos genogramas. O fenômeno da violência doméstica apresenta um aspecto multideterminado e multifacetado que atinge a qualquer família, independente de suas condições sociais, econômicas ou até emocionais.

As três famílias apresentaram como frequência das verbalizações, cuja primeira categoria subtraída foi a Violência, os seguintes índices: 46, 50 e 84 referentes respectivamente as Famílias A, B e C. Incluímos nessa categoria as diversas modalidades de violência, pois assim elas sobressaíram na análise. São elas: a física, a psicológica, a negligência e, em especial, a conjugal. Nesse sentido, podemos afirmar que a questão de gênero está diretamente relacionada à forma como homens e mulheres percebem a si mesmos e como constroem os seus relacionamentos. Consideramos que falar das relações de gênero em casos de violência sexual é fundamental. Ao longo dessa dissertação apontamos essa importância por acreditar que não poderíamos discorrer sobre esse assunto sem nos furtar a essa questão.

Percebemos que, nas três famílias estudadas, a questão do patriarcalismo sobressai e se mostra evidente tanto na estrutura quanto nas relações estabelecidas. As famílias A e B têm como estrutura o fato de serem reconstituídas. Essas se formaram precocemente em uniões informais e também se desfizeram de forma precoce e sem formalidade jurídica, apesar que, em ambas as famílias, as mulheres têm recorrido à justiça para o recebimento de proventos alimentícios. As frequências das verbalizações da Categoria Relações de Gênero apontam para as frequências 39, 68 e 40 de verbalizações nas Famílias A, B e C respectivamente. As falas necessariamente nos remetem aos estereótipos desses papéis, onde ser homem significa ser o provedor, e ser mulher significa necessariamente ser a cuidadora da casa e dos filhos. Contudo, vivemos uma realidade em que isso não é mais uma verdade, tanto que, nessas três famílias, duas delas as mulheres são as provedoras.

A sobrecarga de papéis e de trabalho sobre as mulheres é um fato. Nas três famílias estudadas as mães são as que tomam a frente nas decisões da família. Elas também são as protagonistas de uma verdade dolorosa: as situações de violência doméstica e, em particular, de abuso sexual. Quanto aos homens, se não são os agressores diretamente, são meros atores coadjuvantes de uma realidade dura e, por vezes, difícil de enfrentar, que são as próprias situações adversas, como as dificuldades econômicas ou conjugais e a própria violência sexual vivenciada em si mesmo ou em seus filhos. “*Eu não quero falar mais sobre isso*”(sic) comenta um pai não abusador.

A violência conjugal tem uma frequência muito elevada em nossa análise. As três famílias apresentam essa modalidade de violência de forma explícita nas relações interpessoais, sendo um elemento de profundo estresse para todos os seus membros, particularmente as crianças e adolescentes.

Saffioti & Almeida (1995), designam a violência conjugal com um tipo específico de violência que visa a preservação de organização social de gênero, fundada na hierarquia e desigualdade de lugares sociais sexuais. Segundo essas autoras, a violência de gênero tem duas faces: é produzida no interior das relações de poder, objetivando o controle de quem detém a menor parcela de poder, e revela a impotência de quem a perpetra para exercer a exploração-dominação, pelo não-consentimento de quem sofre a violência. Essa questão é bem evidente nesse estudo.

Ribeiro & Borges, 2004, apontam que os diferentes tipos de violência não se produzem de forma isolada dentro da família, mas formam parte de um *contínuum*. Acrescentam que, uma outra forma comum de violência, é a patrimonial ou econômica, revelada nas omissões tomadas pelo agressor que afetam a sobrevivência da mulher e seus filhos. As Famílias A e B apresentam de forma acentuada essa última modalidade de violência. Os pais, mesmo quando determinados pela justiça, se negam ao pagamento de ajuda alimentícia ou gastos básicos para a sobrevivência do núcleo familiar.

Boris (2004) aponta que a construção da condição masculina em nossa sociedade ainda está muito marcada pelo patriarcalismo. Esse autor considera que ser homem é ainda um exercício construído dentro um padrão de violência, pois como ele mesmo salienta “*As várias instituições pedagógicas da virilidade têm como comum a violência*” (p. 188). Para esse autor, do ponto de vista biológico, o ser humano nasce originalmente feminino, pois o embrião carrega uma carga embrionária feminina. Dessa maneira, o masculino, desde os seus primórdios, tem que se impor, tem que haver um esforço contínuo para tornar-se um homem. A separação primeira se dá de forma abrupta com a mãe que o nutre física e psicologicamente, senão uma simbiose poderá dificultar a construção de sua condição masculina. O senso de identidade é construído mediante um rompimento, uma separação e, talvez, decorra daí as razões da violência ser um atributo essencialmente masculino. Nolasco (1997), também assinala que a construção da masculinidade se dá em cima da imagem de um “homem de verdade”. Ele discorre sobre as dificuldades sofridas pelos homens ao tentar se enquadrar dentro desse ideário do sistema patriarcal. “*A terrível violência dos homens em nossa sociedade começa por essa primeira violência, a que se pratica sistematicamente contra si mesmo, e todos os homens, inclusive eu, a dirigem contra a própria sensibilidade*” (Corneau, 1995, p. 47, citado por Boris, 2005)

Ainda dentro da concepção de gênero vemos muito firmemente que quem tem a voz são as mulheres. Elas é que denunciam, são elas que reclamam, são elas que contam as suas histórias. Isso está evidenciado nas três famílias, apesar de já termos ressaltado esse aspecto quando avaliamos a família “B”. Nessa avaliação foi apontado o poder da figura feminina dentro da família enquanto detentora do conhecimento de sua própria história, levando-a a ser porta voz dessa história. E, nesse mesmo sentido, fica novamente salientada a ausência masculina, fazendo os homens se redimirem de quaisquer responsabilidades, principalmente nos cuidados emocionais aos filhos, inclusive quando solicitados pelos próprios órgãos de proteção ou entidades jurídicas. Dessa maneira, confirmamos a nossa **primeira hipótese** que diz: “*A construção social de gênero afeta a organização da sociedade e da família, pois determina a divisão social dos papéis e do trabalho entre homens e mulheres. Afeta, portanto, a dinâmica das relações familiares*”.

Com relação à estrutura e dinâmicas familiares em famílias onde o abuso sexual está presente Furniss (1993) e Azevedo & Guerra (1997) destacam o caráter de algumas famílias com as seguintes características: rígidas, fechadas, isoladas e coniventes. Nas três famílias estudadas, os aspectos de rigidez, fechamento e conivência não foram observados. Contudo, todas apresentam o isolamento como característica marcante. As famílias A e B demonstram ter pouco apoio tanto da família de origem quanto da rede social. Quanto à família C, apesar de apresentar uma proximidade maior com a família de origem, o segredo relacionado ao abuso sexual constituiu uma barreira e um afastamento, pois, a verdade não pode ser dita. As três

famílias têm estruturas monoparentais e duas delas são reconstituídas. Segundo um estudo feito por Ribeiro (2004) os abusos sexuais ocorrem com mais frequência em famílias com estruturas monoparentais e reconstituídas, pois, segundo a avaliação desse estudo, os laços parentais estão mais afrouxados e as fronteiras intergeracionais poderão parecer menos evidentes. Essa questão pode ser mais evidente quando a pessoa do abusador é o padrasto, como é o caso da Família B. Por outro lado, a existência de conflitos conjugais faz com que os casais focalizem suas atenções nas relações conflitivas, deixando um espaço de vulnerabilidade aparecer. Isso se evidencia nas três famílias estudadas, onde o foco de conflitos recai sobre os casais, como já foi apontado anteriormente ao analisarmos o quadro de violência.

Ao lidarmos com a situação do abuso sexual em meninos, a questão parece ser um segredo muito mais delicado do que o abuso sexual de meninas. Em primeiro lugar, porque, e isso nós apontamos em revisão de literatura, a incidência de casos notificados ainda é extremamente baixa. Em segundo lugar, essa forma de abuso vai de encontro a um tabu na construção social de gênero, ou mais precisamente, interfere na noção de masculinidade, tanto dos meninos vitimizados quanto de seus familiares. Aqui vimos, então, confirmar a nossa **segunda hipótese** que afirma ~~que~~: *“a construção social de gênero e, particularmente no caso desse estudo a construção da masculinidade, afeta aspectos da vida do homem, ou seja, como ele lida com suas emoções, com o seu corpo, a sua sexualidade, os seus relacionamentos afetivos e o seu trabalho, gerando prejuízos e danos com os quais ele tem dificuldade de lidar, sendo a violência sexual, um deles” (Philpot, C. & Brooks, G. R, 1995).*

Vimos, bem evidenciado no Estudo da Família C, que a sexualidade é comandada pelos desejos de um homem. A mulher passiva acata até que, em determinado momento, percebe que o que está sendo dito e feito não está trazendo prazer e satisfação, mas sim o incômodo, a dor e o desprazer. Somente durante um tratamento psicoterápico é que descobre que há algo errado nessa vivência da sexualidade e que ela pode estar sendo vítima de abuso sexual. A violência, na maioria das vezes explícita, não é vista como tal. Nessa família fica bem claro o entrelaçamento das violências: a simbólica, a física, a psicológica e a sexual. *“O casamento teve um impacto negativo. Não sei se é porque eu esperava muito. Foi frustrante, triste, violento...Deixei-me enganar, magoar, ferir, violentar. Vivi uma vida irreal. Sonhava viver uma relação que não existia de fato. Era uma mentira e eu não sabia o porquê. Demorou muito para que eu percebesse. Eu trouxe duas crianças para sofrerem também” (Sra.R, Família C).*

A questão do segredo no contexto da violência sexual doméstica ganha um caráter ainda mais secreto porque ele envolve o que ninguém quer ver. Para Miller (1994), o incesto é o segredo mais bem guardado da humanidade. Cabe considerar um outro aspecto do segredo: a função protetora para a vítima que o guarda por medo, culpa e vergonha. Ou, ainda, como salienta a autora: *“Não esquecendo de que se trata de um jogo complexo e contraditório de*

ódio, desejo, lealdade, medo, paixão e amor inerentes ao relacionamento incestuoso”(Miller, 1994, p. 186).

A necessidade de cuidado, portanto, é fundamental, tanto por parte do terapeuta como do profissional ou do pesquisador que lida com o fenômeno. A revelação pode levar à cura, segundo Miller (1994), mas, também poderá reviver a dor e trazer prejuízos mais intensos. O cuidado tem que ser com a integridade psíquica da vítima e com as questões imbricadas em cada caso. É evidente que a fala traz elementos de conexão com a realidade e com sua própria história, que o rompimento do silêncio nos conecta uns aos outros, além de um senso de pertencimento e de realidade que conforta e leva ao abrandamento do sofrimento. Desse modo, tomamos muito cuidado com as vítimas no sentido de protegê-las e não expô-las desnecessariamente a uma recordação tão dolorosa. O aspecto do abuso sexual não foi discutido diretamente com as crianças, propositalmente, em cada um dos casos estudados, com o sentido de não propiciar uma revitimização, pois se tratava de um contato breve para um estudo de caso e não de um trabalho terapêutico.

Ribeiro (2004), também corrobora com esse aspecto ao afirmar que o segredo e o silêncio são difíceis de serem rompidos, o que gera uma dificuldade de intervenção pelos órgãos de proteção. Como já foi apontado anteriormente, a legislação atual, da forma como se nos apresenta, dificulta a comprovação forense. Nos três casos estudados nesta pesquisa não houve laudo pericial positivo. Uma das famílias comenta: *“Porque não foi uma coisa assim de fato. Quero dizer, foi de fato, mas não ficou evidente”* (sic). A ambigüidade e a dúvida se fazem presente para todos: para a família, para o abusador, para a própria criança vitimizada e para os profissionais nas diversas instâncias de intervenção. Isso dificulta também o aspecto da responsabilização. Faleiros & Faleiros (2003) apontam que existem “curtos-circuitos” em vários pontos da intervenção de situações de violência sexual que vão da denúncia à responsabilização, envolvendo diversos atores, criando com isso uma estagnação nos fluxos de resolubilidade, dificultando, com isso, a garantia e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Estamos diante de três famílias e de três formas de abusos sexuais distintos que envolvem formas diferenciadas de percepção e de impacto. Isso fica evidenciado ao avaliarmos as frequências das categorias Abuso Sexual e Impacto do Abuso Sexual, pois, é quase impossível separar essas duas categorias. Como nos mostra o quadro das frequências das verbalizações, os dados que emergiram das falas das Famílias A, B e C respectivamente são os seguintes: 18, 20 e 48 para o abuso sexual e; 18, 26 e 48 para o impacto. Na família C o abuso sexual demonstra ter sido mais difícil de ser percebido e ter causado um impacto maior. Essa questão está diretamente relacionada à pessoa do abusador, que logo a seguir iremos abordar.

A violência doméstica, mais precisamente o abuso sexual, não pode ser reduzido a uma invasão do corpo concreto, porque ela transcende para além do corpo. Ela traz uma mensagem

paradoxal. A pessoa abusada sexualmente, em especial a criança e/ou o adolescente, recebe uma dupla mensagem:

“A mensagem de duplo vínculo seria consumada com o fato de serem os agentes protetores da vítima que perpetraram a ação violenta. Estabelece-se a contradição quando a pessoa que protege é a mesma que agride, ofende e maltrata. O paradoxo surge na medida em que o agressor no ato violento valoriza esse ato como uma ação protetora”(Angelim, 2004, p. 37).

Nesse mesmo sentido, Bass & Thornton, 1985, apontam esse aspecto paradoxal quando tratam do abuso sexual infligido contra meninas:

“Quando o homem usa sexualmente uma menina, está lhe passando uma forte mensagem sobre o mundo: que ela só é importante por causa de sua sexualidade, que os homens querem que as meninas dêem sexo e que os relacionamentos são insuficientes sem sexo. Está dizendo que ela pode usar sua sexualidade como uma forma de chamar a atenção e conseguir o afeto de que necessita, que o sexo é um instrumento. Quando ele lhe diz para não contar a ninguém, ela aprende que alguma coisa relacionada com sexo é vergonhosa e má; e que ela, por ter tomado parte nisso, é ruim e indecente; e que ele, pelo mesmo motivo, também é assim. Aprende que o mundo está cheio de sexo, que é mal e imoral e, portanto, nada confiável. Percebe que mesmo aqueles em quem deveria confiar podem traí-la; e que ela própria pode se trair” (Bass & Thornton, 1985, p.. 08).

O abuso sexual de crianças e adolescentes provoca reflexões e nos leva a indagar: existe igualdade de poder, compreensão e liberdade no relacionamento sexual entre crianças e adultos? É evidente que as crianças são dependentes dos adultos para sobreviver afetiva e fisicamente. Então, sempre haverá desigualdade nesta forma de relacionamento. E, mesmo não havendo submissão e violência física, existirá a coerção, a invasão e a profanação de um ser que não está apto para vivenciar tais experiências. Experiências estas, na verdade, que são passadas através de mensagens ambivalentes e contraditórias, gerando, desta forma, conflito, confusão e angústia. Essas mensagens contraditórias e ambíguas são muito evidentes nas dinâmicas relacionais da Família C, onde a pessoa do abusador é o pai. Ao mesmo tempo em que ele traz a dor e a discórdia, os filhos o protegem e se ressentem da mãe em função da denúncia.

A pessoa do abusador merece atenção especial nos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Kristensen, 1996 e Kristensen e Cols, 2001 salientaram essa importância ao avaliar que esse é um dos aspectos fundamentais para compreensão do impacto do abuso sexual. Vimos, nesse estudo, três figuras abusivas. Uma delas é próprio pai das vítimas, que, negando sempre ser um abusador, se infiltra na intimidade dos filhos e, numa postura sedutora e manipuladora, se faz presente. A segunda figura abusiva é o padrasto, o qual também nega o abuso. As ações ocorrem às escondidas, menos por uma vizinha que o viu e o

denunciou. A mãe demorou a perceber essa realidade e, talvez, ainda não o tenha visto, pois, às vezes, faz de conta que não acredita que tal fato possa ter ocorrido. Ela permite que esse padrasto invada a intimidade da casa, e mantém uma postura ambígua em relação a situação conjugal – ela se diz separada, mas ele nega a separação. A terceira figura abusiva, o primo “devasso” (que passa, assim, a ser considerado), é aquele que invade as intimidades dos primos, abusa fazendo de conta que é uma brincadeira, mas que dói em todos os membros da família. Aqui temos a figura mais ambígua: ele é e não é da família. E em todas as famílias percebemos a mesma linguagem e a mesma forma de construção da violência sexual: talvez seja mais fácil não sabê-lo e ao não saber é mais cômodo não denunciar. Muitos continuam a não acreditar. Porque o abuso é por demais, ele é abusivo, é difícil de acreditar. E, dessa maneira, o segredo se faz mais presente porque é mais fácil não acreditar, é mais fácil pensar que tudo é uma ilusão, uma mentira. Como diz uma das mães – “*Eu queria que não doesse mais na minha alma*” (sic)

As situações acima delineadas vêm confirmar uma **terceira hipótese** do nosso trabalho, a saber, “*Em situações de abuso sexual contra meninos, diversas condições poderão dificultar a revelação do abuso. Dentre elas estão o medo da homossexualidade, as dificuldades em perceber indicadores de abuso de meninos, e a negação do abuso, seja ele cometido por mulheres, por homens ou por outras crianças/adolescentes. Todas essas condições estão enraizadas em concepções estereotipadas de gênero.* (Diamanduros, 2004; Pinto Júnior, 2003; Hunter, 1991; Sebold, 1987; Finkelhor, 1984)”.

A história transgeracional da família é fundamental para compreender a construção da violência sexual. Tilmans-Ostyn (2001) assinala que pais abusivos reproduzem suas vivências de abusados durante a infância ou outra fase da vida, pois, essa passa a formar parte de sua sobrevivência psicológica oculta. Essa questão nos remete a **quarta hipótese** delineada no início deste trabalho: “*As relações familiares são formadas dentro de uma dimensão sócio-histórica, onde a transgeracionalidade tem um papel fundamental na construção dos diferentes padrões de interação. Dessa maneira alguns pesquisadores (Ribeiro, M. A. & Costa, L. F., 2004, Sanderson, 2005, Faleiros, 2005) sustentam que relacionamentos violentos são perpassados por diversas gerações numa cadeia por vezes invisível, mas que contribuem para sua reprodução*”.

O aspecto da transgeracionalidade é constatado de forma muito evidente nos três casos estudados. Os padrões de relacionamentos violentos estão presentes nas três gerações anteriores, ora como sendo uma herança maligna materna, ora paterna, e, muitas vezes, presentes nos dois lados da família.

Os três casos estudados apresentam quadros de várias modalidades de violência, as quais são repassadas através das gerações. Azevedo & Guerra (1997) contribuem para essa questão ao falar de uma pedagogia impregnada em nossa cultura, onde a disciplina imposta aos filhos é inflingida através de correções físicas que vão de simples tapas a espancamentos violentos. Por

outro lado, geralmente, a presença da rejeição, dos constrangimentos, do abandono e da própria inabilidade em lidar com os conflitos, configuram-se em quadros de violência psicológica e negligência.

A questão da transgeracionalidade nos remete necessariamente ao ciclo de vida. Alguns autores, como Carter e MacGoldrick (1995) e Peres (2001), apontam que a família transforma-se, ao longo do tempo e, suas concepções de vida, tanto reais quanto ideais, também se transformam, e nos diversos estudos ainda se mostram muito pouco conhecidas. Portanto, é fundamental conhecer as particularidades e peculiaridades das famílias para a ciência psicológica. Quando acrescentamos a isso as complexidades da violência sexual doméstica, a necessidade dessa compreensão se reveste de um olhar muito particular e urgente.

Carter e MacGoldrick (1995) assinalam que a definição de família nuclear e ampliada, tal qual a verificamos na classe média, precisa ser revisada, pois as idéias sobre hierarquia, fronteiras geracionais e separação são muito diferenciadas nas vivências cotidianas das famílias de baixa renda. O ciclo de vida nas famílias de baixa renda precisa ser mais bem entendido para podermos compreender melhor as necessidades desenvolvimentais de seus membros. Nas análises individuais nos prendemos a esse aspecto de forma mais específica, preservando, de certa forma, o caráter individual de cada família.

Uma questão importante é o processo de migração e urbanização que, por si só, cria um sentimento de isolamento. O processo migratório é constatado nas três famílias estudadas. Entretanto, esse processo pode ter um impacto mais significativo nas famílias monoparentais, pois as redes de proteção estão rompidas e a família pode se sentir isolada e tendo que prover toda a família em suas diversas necessidades, não só econômicas, mas também emocionais. Isso é visto, sobretudo, na Família A, que sofre muito claramente essas pressões. Por outro lado, um elemento que não pode ser desconsiderado, são as sucessivas separações conjugais e mudanças familiares, que geram sentimentos de abandono e de isolamento, causando um impacto emocional em todos os membros da família. Essas situações são geradores de uma pressão e de estresses que, por sua vez, são desencadeadores de diversos transtornos no ambiente familiar, sobretudo de quadros de violência. Nas três famílias estudadas tais elementos de rompimento conjugal estão presentes. Podemos constatar o quanto essas situações são causadores tanto de estresses quanto de violência.

Não podemos deixar de salientar que partimos do pressuposto que *“as manifestações de violência sexual contra crianças e adolescentes causam danos à família e à pessoa abusada”*. Esse pressuposto foi confirmado quando identificamos os indicadores de estresses na três famílias estudadas. Mas, cabe ressaltar, que, particularmente a Família C, onde a pessoa do abusador é o pai, esse fato trouxe prejuízos consideráveis, não somente nas relações explícitas das famílias, que estão visivelmente prejudicadas, quanto nos comportamentos e sintomas apresentados por cada uma das crianças viitimizadas. Apesar dos cuidados e da proteção

materna, ambos os irmãos apresentam sinais de homofobia evidenciados em sentimentos de repúdio a qualquer alusão feita a homossexuais, ou na dificuldade de, como eles dizem, lidar com “*coisas que não são de homens*”, que pode ir desde a marca do shampoo a um comportamento qualquer.

Saffiotti (2005) nos chama a atenção para uma questão importante que é o impacto da violência sexual dentro de uma perspectiva da classe social, já destacada no corpo deste trabalho. Presenciamos esse fato ao estudar cada uma dessas famílias, pois o diferencial de classe social pode ser observado e trouxe elementos significativos a serem avaliados. É claro que, pela complexidade do fenômeno, é muito difícil distinguir as variáveis que mais são destacadas como importantes na situação. Vemos isso muito evidenciado ao compararmos as três famílias. As Famílias A e B, que pertencem a uma classe social baixa, lidaram, aparentemente, com menos estresse do que a Família C, que apresenta condições econômicas mais próximas à classe média. Contudo, a pessoa do abusador é um membro íntimo da família – que é o próprio pai. Dessa maneira, a pessoa do abusador é um elemento muito importante a ser considerado, e quando é o pai, com certeza, traz um prejuízo maior e o enfrentamento é por demais difícil para todos os membros da família.

Finalmente acreditamos que “*é tarefa fundamental compreender os impactos causados pelo abuso sexual e identificar fatores de risco e eventos adversos que estão presentes na experiência de vida da família e das crianças/adolescentes abusados sexualmente*” (Diamanduros, 2004, Pinto Júnior, 2003; Hunter, 1991; Sebold, 1987; Finkelhor, 1984). Ao nos remetermos às categorias de Fatores Adversos vemos os seguintes dados de frequência 39, 71 e 53 para as três famílias estudadas, o que revela que existem, de fato, fatores que predispõem a um quadro de violência sexual. Isso é muito significativo, pois, nos leva a acreditar na necessidade de investirmos na prevenção da violência doméstica independente de sua modalidade.

É muito importante compreendermos as intrincadas relações estabelecidas em uma família reconstituída ou recasada, pois os sentimentos de pertencimento e de intimidade são afetados. (Carter e McGoldrick, 1995). As decisões relacionadas aos filhos, a questão de autoridade, o estabelecimento de fronteiras, o impacto da entrada de um novo membro, o relacionamento entre os cônjuges, e desses com a família extensa, como denominar os novos grupos familiares e os sentimentos subjacentes a todas essas questões, são fundamentais para quem trabalha com famílias na atualidade.

Diversos autores que trabalham com famílias de baixa renda têm ressaltado algumas dimensões dessas famílias, as quais são salientadas como importantes para a compreensão de seu funcionamento. Essas questões foram levadas em conta na discussão dos resultados desta pesquisa. Em primeiro lugar, as famílias começam a ser constituídas um pouco mais cedo, os nascimentos fora dos casamentos são uma realidade, e a presença de famílias matrifocais, onde

a figura materna é a única provedora, é bastante comum. Em segundo lugar, existe um número maior de membros, pois o fato de ser constituída precocemente faz com que diversas gerações convivam juntas no mesmo espaço. Carter e MacGoldrick (1995) assinalam que, com a aceleração da gravidez, os estágios pelos quais as famílias passam durante o seu ciclo de desenvolvimento serão consideravelmente diferentes dos estágios previstos em famílias que não vivem essa situação. Presenciamos essa questão nas Famílias A e B, sendo que, nesta última, mais acentuadamente tendo em vista a idade precoce da gravidez e casamento aos 15 e 16 anos para ambos os casais.

Uma outra questão extremamente importante é o fato dos pais necessitarem, ambos, estar fora de casa e não poder proporcionar a supervisão adequada aos filhos. Dessa maneira, os filhos, ainda pequenos, precisam aprender a cuidar uns dos outros. Essa prematura parentalização pode levar as crianças a não receberem os cuidados próprios à sua idade, tornando-as vulneráveis às situações de perigo e violência. Presenciamos isto principalmente na Família A, cuja genitora é a única provedora e não dispõe da ajuda da família extensa, tanto materna quanto paterna.

Fulmer (1995) destaca que, se por um lado, as famílias de baixa renda demonstram vulnerabilidades no trato com diversas questões, por outro, elas demonstram muita força para lidar exatamente com essas mesmas adversidades, das quais acabam por ser não somente sobreviventes, mas por reproduzir em sua própria comunidade e em seus filhos essa força para garantir-lhes proteção e dignidade. Isso é destacado não somente nas famílias de baixa renda. As adversidades causadas pelo próprio abuso sexual, que por si só é um elemento adverso, trazem também essa força de enfrentamento para a família. Dessa maneira, percebemos essa força e busca de dignidade nas três famílias citadas. Compartilhamos com o autor que o estado de vulnerabilidade poderá trazer força para superar as dificuldades enfrentadas, tanto que uma questão muito comentada pelas três famílias foi a união, a proximidade e o sentido de proteção que trouxe a vivência do abuso sexual.

Traçados esses elementos que foram ressaltados por nossa análise de conteúdo, passamos a uma reflexão mais ampla sobre o presente estudo no sentido de avaliar e comentar aspectos relevantes dessa pesquisa e as perspectivas propostas para futuros trabalhos. Consideramos que a nossa caminhada está apenas no princípio e muitas portas poderão se abrir partir dessa reflexão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse momento podemos nos indagar: aonde chegamos? E o que podemos dizer dessa longa caminhada? Em primeiro lugar, o que se tornou evidente é o quanto o fenômeno da violência sexual doméstica é um assunto multifacetado e complexo. Em segundo lugar, o abuso sexual é um assunto perturbador, que provoca feridas profundas que muitas vezes são difíceis de serem ditas e se tornam propositalmente invisíveis. A complexidade e a multideterminação dessa modalidade de violência são constatadas logo no primeiro momento – ela pode acontecer com qualquer pessoa, em qualquer lugar, tornando-se, dessa maneira, um fenômeno malignamente democrático.

O fato de termos trazido para o centro do debate a invisibilidade da violência sexual contra meninos exigiu um refinamento dos conceitos e das categorias que servem de base à temática, pois a masculinidade envolve um processo dinâmico de construção e reconstrução. Neste sentido, torna-se adequado refletirmos sobre a violência sexual contra meninos dentro de uma perspectiva mais ampla, contemplando os elementos múltiplos de gênero e a complexidade das relações familiares, pois estamos diante de diversas famílias e de violências sexuais distintas. Para Faleiros (2005)

“É impossível falar do tema da violência sexual sem nos referirmos à família, cuja configuração vem sofrendo mudanças rápidas no mundo contemporâneo, inserida que está no contexto e no processo histórico, ou seja, nas complexas relações econômicas, políticas, sociais e culturais, incluindo as de etnia, raça e gênero” (p. 107).

A família, com sua estrutura e dinâmicas, suas vicissitudes, particularidades e peculiaridades, foi objeto desse estudo. O objetivo fundamental foi o de buscar compreender, a partir de uma ótica de gênero, dimensões do abuso sexual de crianças e adolescentes do sexo masculino com base na perspectiva da família e da pessoa abusada. Para isso partimos de pontos que consideramos cruciais: De que violência estamos falando? De que lugar estamos falando? E de que maneira essa violência se manifesta? Inicialmente traçamos um panorama sobre a violência propriamente dita e como ela está inserida em diversos espaços da vida cotidiana. Compactuamos com diversos autores citados neste estudo que apontam a violência como elemento fundante e estruturante de toda uma sociedade, onde o consenso é apenas um ideal e o conflito é um elemento inerente às formações sociais. Ademais, esses conflitos são frequentemente resolvidos por atos violentos. (Azevedo & Guerra, 1995, Adorno, 1988, Faleiros, 2000, 2005 e Sousa, 2001).

A violência, portanto, é um elemento que está presente em diversos espaços: nas instituições, nas ruas e, principalmente nas nossas próprias casas. Eis aqui para onde nossos olhos se voltaram: para a violência cometida cotidianamente nas relações familiares, dentro do espaço doméstico. A violência tem grande incidência nos próprios lares, e eis aqui o grande

paradoxo, o local que deveria ser de proteção é onde encontramos mais desproteção. (Diniz & Pondaag, 2004).

Didaticamente a violência doméstica é nomeada como física, psicológica, sexual, negligência e violência fatal. Nesse estudo percebemos que essas modalidades fazem parte de um continuum onde todas as violências ficam entrelaçadas, dificultando mais ainda sua identificação e, conseqüentemente, as intervenções de diversas naturezas. A violência sexual doméstica se constrói e se constitui em um segredo muito bem guardado. (Diniz & Pondaag, 2004; Miller, 1994). A violência sexual assume distintas formas - o abuso, a violação sexual (o estupro propriamente dito) e o incesto; a exploração sexual e o tráfico de mulheres, meninas e meninos para fins sexuais; mutilações genitais e a escravidão sexual; as violações e torturas sexuais em tempo de guerra, e até abusos de mulheres e meninas refugiadas e imigrantes. Nosso enfoque foi o abuso sexual intrafamiliar ou aquele que acontece dentro das relações de parentesco de uma mesma família, em especial contra meninos.

Ribeiro & Borges, (2004) sugerem quatro razões que colaboram para ~~o fato de~~ a violência doméstica permanecer invisível e não notificada: a violência intrafamiliar é considerada um fato isolado e não um problema social; existe a percepção de que os atos de violência são fatos normais dentro da dinâmica familiar, ou seja, são legítimos; as pessoas afetadas tendem a se responsabilizar como provocadoras da violência; e as mulheres acham que não há serviços sociais de apoio ou que esses são inadequados ou até danosos. Esta última questão, que envolve a responsabilização do Estado, fica muito evidente quando ouvimos a seguinte fala: *“Aconteceu isso e isso, preciso da proteção do Estado e o Estado vem e diz: Olha, não aconteceu nada, não. Você está enganada. Você teve foi um pesadelo”*(sic) *sentimento de desproteção do Estado*’(Família C).

A violência sexual contra meninos está envolvida em uma invisibilidade desconcertante. Tal situação desencadeia, a nosso ver, um estado de negligência generalizada que inclui as instituições governamentais, não governamentais e os profissionais de diversas categorias; clínicos atuantes ou não em entidades de proteção e também os pesquisadores. Por diversos momentos a frase dita era: “Ah! Mas eles (os casos de abuso contra meninos) são tão poucos...”. Nesse mesmo sentido Saffioti (2004) ainda acrescenta: *“É preciso, contudo, pensar que pais vitimizam não apenas suas próprias filhas, como também seus filhos. Num país tão machista quanto o Brasil, este é um segredo muito bem guardado”* (p. 19)

Foi exatamente essa questão que nos instigou a buscar elementos para compreender esse fenômeno. Para isso a categoria de gênero e a perspectiva sistêmica feminista foram utilizadas como norteadores teóricos para descortinar um pouco dessa invisibilidade. Ao utilizarmos as perspectivas de gênero e sistêmica feminista estamos reconhecendo a natureza patriarcal e

consequentemente sexista da família e as interseções de gênero que estão muitas vezes submersas nas relações familiares. (Goodrich & Cols.,1990).

A teoria sistêmica cria um arcabouço teórico e prático que pode dar uma sustentação para compreender melhor alguns aspectos da violência doméstica. Um deles é a visão da transgeracionalidade que permite um vislumbre de uma ampla rede de inter-relações. (Angelim, 2004) Outro é o foco do ciclo de vida familiar, onde a família é vista através de seu próprio tempo traz elementos instigantes e, por vezes, curiosos ao estimularmos a memória de cada família.

O ideal de família formado pelo quadrilátero “pai x mãe x filho x filha” fica impregnado nas famílias de diversas classes sociais como um ideal a ser alcançado. Entretanto, nessa incansável procura por esse ideal, as famílias vão se diversificando sucessivamente em vários casais desfeitos e nos inúmeros filhos formados que, por sua vez, acabam ficando a mercê dessas intempéries: filhos sem pais e muitos sem mães também, porque essas últimas saem em busca do provento. São filhos criados por avós ou por vizinhos que acabam por se constituir a única referência para esses filhos sem pais, solitários e abandonados, em busca de uma família. Talvez a família do “quadrilátero” ou alguma outra que, de certa forma, nunca existiu ou nunca existirá para eles. Este estado de abandono e solidão está muito presente nas três famílias estudadas, confirmando mais uma vez a força do patriarcalismo imbricado de forma, às vezes, submersa em tantos outros valores dessas mesmas famílias.

Diversos estudiosos no assunto (Azevedo & Guerra, 1995; Kristensen, 1996, 1997; Cohen & Gobbetti, 2000; Faleiros, 2000) ressaltam a dificuldade de falar o que não se pode ou não se deve falar. O medo, a culpa e a vergonha se contituem o tripé do complô do silêncio que envolve a questão do abuso, em especial, do abuso sexual de meninos. Cohen (2000) ressalta:

"Acreditamos que os meninos tenham mais dificuldade em discriminar e, principalmente, denunciar as relações sexuais abusivas. Uma hipótese pode ser o fato da maioria das relações sexualmente abusivas percebidas serem relações homossexuais, o que implica em mais um fator discriminatório, o que pode levar a uma estigmatização". (p. 05).

Por estarmos em um terreno muito incerto e, por vezes, perigoso ao lidarmos com a intimidade de famílias com situação de violência sexual de meninos, um tema pouco explorado, optamos por um estudo exploratório e uma metodologia qualitativa. A análise de conteúdo conforme proposta por Bardin (1977) constituiu o método escolhido para nos trazer elementos fundamentais para a compreensão do tema. É nosso entendimento que esse tipo de análise permite captar, de forma mais ampla, o universo complexo das relações familiares, em especial em situações de violência sexual.

Outro instrumento que se mostrou muito útil em nosso trabalho foi o genograma familiar. Vários autores (Andolfi, 1981; Carter, B. & McGoldrick, M., 1995; Ribeiro, M. A. & Costa, L. F., 2004 e Faleiros, 2005) apontam para a transmissão transgeracional do padrão de relacionamento violento. Esse processo pode ser mais bem compreendido por meio deste instrumento que ajuda a conhecer a família e resgatar a sua memória, muitas das vezes esvaçada por um cotidiano atroz.

Chama atenção nesse estudo o fato de nenhum dos três casos estudados não ter comprovação forense. Em verdade é isso o que acontece com a grande maioria dos casos, fato que contribui para a invisibilidade da violência sexual contra meninos. É, portanto, essencial que nós, profissionais, possamos acreditar em nossas crianças. Ao tratar da questão da validação do abuso sexual em crianças pequenas, Volnovich (2005) chama a atenção para um conjunto de indicadores, os quais são denominados de físicos, psicológicos e que são analisados de acordo com o período evolutivo da criança ou do adolescente, que podem ajudar a definir a presença da situação de abuso. Dentre os indicadores específicos o relato da criança figura como o de maior significância. Em nosso estudo chamamos a atenção para dois aspectos importantes. O primeiro refere-se a nossa decisão de criar um contexto para ouvir as crianças e adolescentes, de forma respeitosa, e levando em consideração a dimensão ética, por se tratar de uma situação única e não um atendimento de tempo prolongado. Em segundo lugar, achamos conveniente nos três casos estudados não abordar o abuso sexual diretamente com as crianças e adolescentes, tendo em vista que alguns já estão sendo atendidos do ponto de vista psicoterápico. O cuidado foi principalmente com a não revitimização dessas crianças.

A escuta, portanto, é um aspecto fundamental nos casos de violência sexual. Pelo relato de algumas mães, nem todos os profissionais envolvidos nos diversos serviços de proteção demonstram preparo para essa escuta. Em quase todos os casos as mães comentam situações em que elas se sentiram muito desprotegidas por não se sentirem compreendidas ou por não terem recebido algum *feedback* nem dos procedimentos, nem do andamento do processo instaurado nas diversas instituições.

A violência sexual doméstica tem sido um assunto de mídia em nossa sociedade. Basta acontecer algum episódio mais aterrorizador para todos expressarem: *Oh! Como isso pode acontecer?* Não podemos nos esquecer que se trata de uma violência que acontece com muito mais frequência do que os nossos olhos possam ou queiram ver. Os dados estatísticos ainda são incipientes. Não existe um banco de dados único que possa aglutinar as informações. Foi criado desde 2003, um Disque Denúncia Nacional, mas que ainda não pode responder de forma fidedigna às diversas notificações que ocorrem no país. São diversas portas de entrada e o fenômeno da subnotificação é uma realidade mundial. Ademais, não podemos contar com estimativas precisas.

Compartilhamos com Pinto Junior (2004) a posição de que é fundamental debater o assunto da violência doméstica nos mais diversos setores da comunidade, tais como a escola, a igreja, as entidades sociais e as de saúde, dentre outras. O objetivo deverá ser a desmitificação do fenômeno e a conscientização da população de que a criança, enquanto um ser em desenvolvimento, deve ser educado através de atitudes e palavras adequadas, ou seja, *“...se queremos um mundo não violento, regido pela paz, devemos começar em casa, educando nossos filhos sem nenhuma forma de violência e/ou desrespeito”* (Pinto Júnior, 2004, p.04)

As observações aqui traçadas, longe de serem conclusivas, têm por objetivo a reflexão, o fazer pensar sobre uma realidade deveras dolorosa e com alto poder impactante nas famílias por diversos aspectos já enumerados ao longo dessa dissertação. Consideramos que, ao focalizarmos o fenômeno da violência sexual doméstica contra meninos nos três casos estudados, abrimos uma pequenina porta, uma pequena contribuição que foi tentar transformar o invisível em visível para que possamos proteger, de fato, nossas crianças e adolescentes.

Entretanto outras indagações inquietantes se tornaram evidentes. A primeira delas refere-se à pessoa do abusador. Em nossa revisão de literatura (vide quadro em anexo) e nos diversos textos, artigos, livros, teses e dissertações não encontramos trabalhos significativos sobre essa questão. Acreditamos que outros estudos poderão esclarecer melhor algumas de nossas indagações sobre a reprodução transgeracional da violência. Além do mais, poderemos conhecer elementos importantes, tanto para a prevenção da violência, quanto para facilitar o processo de responsabilização do abusador e seu possível tratamento.

A segunda refere-se a modificações de ordem legislativa, pois temos leis que estão muito distantes e destoantes da nossa realidade. Vale lembrar que atualmente existe uma mobilização de organizações governamentais e não governamentais buscando mudanças substanciais no Código Penal Brasileiro para que a violência sexual deixe de ser um crime contra os costumes, e passe a se configurar em um crime contra as pessoas. Essa ampliação, com certeza, trará uma maior visibilidade sobre o fenômeno.

Um outro dado inquietante nos remete necessariamente a uma questão de gênero – é de que a voz ouvida é de mulheres. Em todos os sete casos em que foi feita a entrevista inicial, foram as mães, e não os pais, que denunciaram, revelaram e buscaram ajuda. Isso nos remete a duas considerações importantes. Em primeiro lugar, cabe à mulher ser a cuidadora e a protetora, esse é o seu papel em nossa sociedade patriarcal. Em segundo lugar, apesar da fala, as mulheres carregam a culpa por essa revelação. Essa culpa é secular e nos remete também a uma questão de gênero. Os pais se calam por não estarem ou não serem presentes, ou por, simplesmente, não terem coragem de dizê-lo. A maioria dos pais não se dispôs a falar, não queriam falar de

assunto tão perturbador. É muito difícil para os homens admitir que um de seus filhos tenha sido abusado sexualmente e por um outro homem. E quando eles próprios são os agressores a negação é ainda maior. Pinto Junior (2004) considera que a masculinidade nega e rejeita qualquer tipo de fraqueza e pedido de ajuda em função da passividade no homem, na situação de abuso sexual, ser considerada como um atributo da homossexualidade. Como não abordamos os agressores não temos condições de avaliar mais profundamente essa questão.

Tentar compreender a construção social de gênero e a construção social da violência constituiu, sem dúvida, um grande desafio. Uma contribuição importante deste estudo é apontar a relação entre violência doméstica e gênero, tal como tem sido apontada na literatura, mas, nesse caso, focalizando-a na invisibilidade da violência sexual doméstica sofrida por meninos. Isso, com certeza, nos remete à importância de continuar buscar a compreensão da construção social da masculinidade.

Constatamos que o homem é também a vítima invisível sob o ponto de vista da violência sexual doméstica. Como assinala Hunter (1991) ele é a grande vítima negligenciada e subnotificada nas estatísticas oficiais aonde sua visibilidade não chega a chamar a atenção. Estamos diante de um grande paradoxo (grifo nosso): aquele que se torna o grande agressor, como mostrou as estatísticas de violência doméstica, é também uma vítima silenciosa que cala e que consente, por medo e vergonha, como tantas vítimas se calam, sejam elas meninas ou mulheres agredidas. Esse estudo reafirma a importância de gênero como uma categoria central para a investigação científica, definida como uma dimensão socialmente construída., e, como nos diz Scott (1995), entendida em seu caráter relacional e plural com outras categorias, como é o caso da violência sexual.

Sabemos da importância da pesquisa e de estudos para a compreensão e intervenção desses fenômenos complexos, como a violência sexual. Pinto Júnior (2003) alerta, entretanto, que pesquisadores(as) podem também contribuir para a manutenção dos mitos e para a baixa notificação da violência sexual de meninos ao fazer perguntas erradas em momentos errados ou interpretar de forma errônea os dados encontrados. A Psicologia, enquanto uma ciência voltada tanto para a pesquisa como para intervenção clínica, tem um papel crucial ao trabalhar para criar instrumentos adequados para entrevistas e pesquisas. Outro papel fundamental está no preparo e na capacitação de profissionais para saber ver, ouvir e lidar com crianças, adolescentes e familiares e suas feridas decorrentes de situações de abuso sexual.

Os vieses de gênero deverão ser uma preocupação constante para os profissionais de Psicologia, tanto para os que atuam na prática clínica, quanto para os que se envolvem com a pesquisa e a produção de conhecimento. (Diniz, 2003). Para essa mesma autora a “consciência”

de gênero é fundamental para a condição do exercício profissional, pois leva a “*uma avaliação crítica da inserção social da psicologia e do trabalho dos psicólogos*” (Diniz, 2003, p, 21).

Este trabalho poderá também abrir perspectivas para outros trabalhos, estudos e pesquisas dentre as quais enumeramos a seguir: em primeiro lugar, poderíamos dar continuidade a esse trabalho com um estudo longitudinal, procedendo a uma segunda etapa em um espaço de cinco anos, onde poderíamos focalizar mais precisamente a questão do impacto e da possível reprodução da violência; um outro foco importante seria buscar uma compreensão maior sobre a pessoa do abusador, principalmente se for uma figura feminina. São poucos os estudos que focam a mulher abusadora por ser mais difícil ainda a sua visibilidade; uma terceira proposta seria os estudos de seguimento ou *follow up*, os quais poderão acrescentar elementos importantes para uma avaliação melhor das três famílias estudadas; uma quarta possibilidade fundamental refere-se a estudos que nos remetem à comprovação do abuso. Recentemente tivemos contato com uma dissertação que abordou um pouco essa questão com um estudo sobre o abuso sexual em crianças sem vestígio de ato libidinoso ou lesão corporal (Silva Júnior, 2006).

Finalmente, não podemos deixar de lembrar que, quando lidamos com fenômenos complexos, tais como a violência sexual doméstica, corremos o risco de achar que encontramos “verdades”. Fazemos nossas as palavras de Louro (2004) para quem:

“Conhecer, pesquisar e escrever nessa ótica significa resistir à pretensão de operar com “a verdade”. Implica entender que qualquer verdade ou certeza (incluindo, obviamente, as nossas) está ancorada no que é possível conhecer num dado momento, portanto é provisória, situada.”(p.07).

Fica registrada nossa postura em relação a esse trabalho: procuramos abandonar a pretensão de encontrar causas e voltamos a nossa atenção para explorar algumas das condições que pudessem possibilitar a compreensão da violência sexual contra meninos, pois estávamos, e ainda estamos, diante de um silêncio perturbador que cala as diversas vozes envolvidas – a da vítima, a da família, a do abusador e a da pessoa do pesquisador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, M. , CASTRO M. G., PINHEIRO L. C. LIMA, F. S. & MARTINELLI, C. C. (2002). *Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: desafios para as políticas públicas*. Brasília: UNESCO/BID.
- ACOSTA, F. (2003). *Homens, violência de gênero e saúde reprodutiva: um estudo sobre homens no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto NOOS.
- ADORNO, S. (1988). *Violência e educação*. São Paulo:Cortez
- ALMEIDA, A. M. (2001). “A pesquisa em representações sociais: fundamentos teórico-metodológicos”. *Ser social*, 9 . pp. 129-158.
- ALMEIDA, A. M. O. & MAGAGNIN, A. T. (2000). “Violência Contra a Criança e Adolescência”. In: ALMEIDA, A. M. O. & PULINO, L. H. C. Z. (ORG.) *Projeto Bem-Me-Quer: Fórum de Combate à Violência*. Brasília: Prática.
- ALMEIDA, T. M. C. (2004) “Um olhar introdutório das ciências sociais sobre o feminino e o masculino a partir da categoria gênero”. In: RIBEIRO, M. A. & COSTA, L. F. (2004). *Família e problemas na contemporaneidade: reflexões e intervenções do Grupo Socius*. Brasília: Universa Editora.
- ALVES-MAZZOTI, A. J. & GEWANDSZNAJDER, F. (1999). *O método nas ciências naturais e sociais*. Rio de Janeiro: Pioneira.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. (1994). *Breviário de critérios diagnósticos do DSM-IV*. São Paulo: Manole Ltda.
- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. (2001). *Manual de Publicação da APA*. 4ª. Ed. Porto Alegre: Artmed.
- ANDOLFI, M. (1981) *A terapia familiar*. Lisboa: Veja.
- ANDI. (2003). *O Grito Dos Inocentes: Os Meios De Comunicação e a Violência Sexual contra Criança e Adolescentes*. Coord. Veet Vivarta. São Paulo: Cortez. Série Mídia E Mobilização Social: V 5.
- ANDRADE PERES, V. L. (2001). “Desenhos de Família”. In: GOMES SOUSA, S. M. & RIZZINI, I. (ORG). *Desenhos de Família – Criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais*. Goiânia: Cãnone Editorial.
- ANGELIM, F. P. (2004) *Construindo Novos Discursos Sobre A Violência Doméstica: uma articulação entre a Psicologia Clínica e a Justiça*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB.
- ARAÚJO, M. F. (2002). *Violência e Abuso Sexual dentro da Família*. Disponível em: www.scielo.br acesso dez/2005.
- ARIES, P. (1981). *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

- ARIÈS, P. & BÉJIN, A.** (Org). (1998). *Sexualidades Ocidentais*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- ARIÈS, P. & BÉJIN, A.** (Org). (1994). *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras.
- AVERY, N. C. (MD)** (1983). Incest. In: **TEXTOR, M. R.(ED.)** *Helping Families with Special Problems*. New York/EUA: Aronson J. Ed.
- AZEVEDO, M. A., & GUERRA, V. N. A.** (2001) “Quando a violência doméstica contra crianças e adolescentes pode ser considerada terror?” In: *Anais, 6. Congresso Latinoamericano de Prevencion y Atención del Maltrato Infantil*, 2001, Buenos Aires, Argentina.
- AZEVEDO, M. A. e GUERRA V. N. A.** (1984). *Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas*. São Paulo: Cortez.
- _____ (1988) *Pele de asno não é história: um estudo sobre a vitimização sexual de crianças*. São Paulo: Roca.
- _____ (1989). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu.
- AZEVEDO, M. A.** (1993). “Notas para crítica da violência familiar contra crianças e adolescentes”. In **AZEVEDO, M. A. e GUERRA V. N. de A. (org.)** *Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento*”. São Paulo: Cortez Editora.
- _____ (1995). *A Violência doméstica na infância e na adolescência*. São Paulo: Robe Editorial.
- BARDIN, L.** (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BASS, E. & THORNTON, L.** (1985). *Nunca contei a ninguém*. Tradução de Ibanez Carvalho Filho. São Paulo: Editora Harper & Row do Brasil Ltda
- BAUER W. M. & GASKELL G. (ED)** (2002). *Pesquisa Qualitativa Com Texto, Imagem e Som – Um Manual Prático*. Guareschi, A P (Trad). *Petrópolis: Vozes*.
- BORIS, G. D. J. B.** (2004). “A violência como produto de crise da condição masculina” In: **MALUSCHKE, G; BUCHER-MALUSCHKE, J. & HERMANNNS, K. (ORG)** . *Direitos Humanos e Violência: Desafia da Ciência e da Prática*” Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.
- BOSCOLO, L.; CECCHIN, G.; HOFFMAN, L. & PENN, P.** (1993). *A terapia familiar sistêmica de Milão*. Porto Alegre: Artes Médicas,
- BRASIL.** (1940). *Código Penal Brasileiro*. Decreto Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Disponível em www.chaves.com.br/LAWS/cpb.htm Acessado em julho/2006.
- BRASIL.** (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília:Senado Federal Centro Gráfico.
- BRASIL.** (1997). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. 2ª ed. rev., atual. e ampl. Brasília: Imprensa Nacional.

- BRASIL.** (2005). Política Nacional de Assistência Social – PNAS – Resolução 145/2004. Brasília: Imprensa Nacional.
- BRASIL.** (2005). Escopo do Child Helpline International. Brasília: SEDH/MJ/PR. Disponível em www.sedh.gov.br. Acessado em maio/2006.
- BRITO, A. X. & LEONARDOS, A. C.** (2001). “A identidade das pesquisas qualitativas: construção de um quadro analítico”. Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas. N. 113. São Paulo.
- BRUSCHINI, C.** (2000). “Teoria Crítica da família” **In: AZEVEDO & GUERRA (ORG).** Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez Editora.
- BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F.** (2004). “Vínculo, Afetividade e Violência: Desafios para a Família e a Sociedade” **In: MALUSCHKE, G; BUCHER-MALUSCHKE, J. & HERMANN, K. (ORG) .** Direitos Humanos e Violência: Desafios da Ciência e da Prática Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.
- BURIN, M.** (1998). “Prevenção de la violência familiar” **In: BURIN, M. & MELER, I. (ORG).** Gênero y Familia – Poder, amor y sexualidad em la construcción de la subjetividad.. Buenos Aires: PAIDÓS
- CALIL, V. L. M.** (1987). Terapia de casal e família. São Paulo: Summus.
- CAMPOS, H. R.** (1997, jan/jun). Dossier do Menor. Estudos de Psicologia V. 02, n. 01. jan/jun/1997. Universidade do Rio Grande do Norte. Recuperado em 30/06/2006 da SCIELO Brasil. (*Scientific Electronic Library On Line*): <http://www.scielo.br> Acessado em maio/2006.
- CARNES, P. J.** (1991). Isso não é amor. São Paulo: Editora Best Seller.
- CARTER, B. & MCGOLDRICK, M.** (1995). As mudanças no ciclo de vida familiar – Uma estrutura para a terapia familiar. Porto Alegre: Artes Médicas.
- CARVALHO, M.C.B. (ORG).** (1995). A família contemporânea em debate. São Paulo: Cortez editora.
- CASEY, J.** (1992). A história da família. São Paulo: Editora Ática.
- CECCHETTO, F. R.** (2004). Violência e estilos de masculinidade Rio de Janeiro: FGP Editora.
- CECRÍ.** (2001) Pesquisa: Circuito e Curtos-Circuitos no Atendimento, Prevenção, Defesa e Responsabilização do Abuso Sexual de Crianças e de Adolescentes no Distrito Federal. Coordenação Prof. Dr. Vicente de Paula de Faleiros. Brasília/DF.
- CEFAM – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DA FAMÍLIA.** (1993). Apostilas de Curso de especialização. Curso de Especialista em Terapia Conjugal e Familiar. Brasília: CEFAM.
- CHAUÍ, M.** (1984). “Participando do Debate sobre Mulher e Violência”. Perspectivas antropológicas DA MULHER. Rio de Janeiro: Zahar Editores. PP: 25-61.
- CHAUÍ, M.** (1999, 14 de março).”Uma ideologia perversa”. Folha de São Paulo, p. 5-3.

- COHEN, C & GOBETTI, G. J. (2000). *O incesto : abuso sexual intrafamiliar*. Disponível em: www.scielo.br
- COSTA, L. F. , GRAMKOW, G., SANTANA, P. & FERRO, V. S. (2005). “Transgeracionalidade em famílias com abuso sexual”. In: COSTA, L. F. & ALMEIDA, T. M. C. *Violência no cotidiano – do risco à proteção*. Brasília: Editora Universa.
- DALE, P. (ORG) (1986). *Dangerous Families – Assessment and Treatment of Child Abuse*. London and New York: Tavistock Publications.
- DIAMANDUROS, T. D. (2004). *Traumatic Stress Symptomatology in Sexually Abused Boys*. Degree of Doctor of Philosophy in The Steinhardt School of Education. New York: New York University.
- DINIZ, G. & PONDAAG, M. (2004). “Explorando Significados do Silêncio e do Segredo nos Contextos da Violência Doméstica” In: MALUSCHKE, G; BUCHER-MALUSCHKE, J. & HERMANN, K. (ORG) . *Direitos Humanos e Violência: Desafios da Ciência e da Prática*” Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.
- DINIZ, G. (Outubro/2003). “Gênero e Psicologia: Questões Teóricas e Práticas”. *Psicologia Brasil*. 1 (2), 16-21.
- DORAIS, M. (1997). *Ça arrive aussi aux garçons. L’abus sexuel au masculin*. Quebec : Vlb. Éditeur.
- DOSTOIÉVSK, I. (2005) *Crime e Castigo*. São Paulo: Editora Martin Claret.
- FALEIROS, E. T. S. (2000). *Repensando os conceitos de violência, abuso exploração sexual de crianças e a de adolescentes*. Brasília: Thesaurus.
- FALEIROS, E. T. S. (2003). (ORG). *O abuso sexual contra crianças e adolescentes: os (dês)caminhos da denúncia*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
- FALEIROS, V. P. (1998).”A Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e A Construção de Indicadores: a Crítica do Poder, da Desigualdade e do Imaginário”. In: *Indicadores de Violência Intra-Familiar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes*. Brasília: CECRIA.
- FALEIROS, V. P. (2005). “Abuso Sexual de crianças e adolescentes: trama, drama e trauma”. In: COSTA, L. F. & ALMEIDA, T. M. C. *Violência no cotidiano – do risco à proteção*. Brasília: Editora Universa.
- FERRARI, D. C. A. & VECINA, T. C. C. (ORG.) (2002). *O fim do silêncio na violência familiar*. Teoria e Prática. São Paulo: Editora Agora

- FERRARI, D. C. A.** (2002). “Visão histórica da infância e a questão da violência” **In:** **FERRARI, D. C. A. & VECINA, T. C. C. (ORG).** *O fim do silêncio da violência familiar – Teoria e Prática.* São Paulo: ÁGORA Editora.
- FINKELHOR, D.** (1984). *Child Sexual Abuse: New Theory and Research.* New York: Free Press.
- FINKELHOR, D.** (2005). “Victimología Infantil: Prevención y Tratamiento” **In:** **SANMATIN, J. (ORG)** . “*Violência contra niños*” Barcelona: Ariel.
- FINKELHOR, D. & BROWNE, A.** (1985). “The Traumatic Impact of Child Sexual Abuse : a conceptualization” *American Journal of Orthopsychiatry.* 55(4) p. 530-541. American Journal of Orthopsychiatry.
- FOUCAULT, M.** (1981). *A microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Ed. Graal.
- FULMER, R. H.** (1995). “*Famílias de Baixa Renda e Famílias com Formação Profissional: Uma Comparação da Estrutura e do Processo de Ciclo de Vida*” **In:** **CARTER, B. & MCGOLDRICK, M. (ORG).** *As mudanças no ciclo de vida familiar – Uma estrutura para a terapia familiar.* Porto Alegre: Artes Médicas.
- FURNISS, T.** (1993). *Abuso sexual de crianças - uma abordagem multidisciplinar.* Porto Alegre: Artes Médicas.
- GABEL, M.** (1997). *Crianças vítimas de abuso sexual.* São Paulo: Summus Editorial.
- GALDERER, E. C.** (1993) “Abuso sexual na infância e adolescência”. **In:** **RIBEIRO, M. (ORG)** *Educação Sexual: novas idéias, novas conquistas.* Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos.
- GIL, A. C.** (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa.* São Paulo: Atlas.
- GOODRICH, T. J. et all** (1988). *Feminist Family Therapy* Copyright.
- GOODRICH, T. J., RAMPAGE, C. , ELLMAN, B. & HALSTEAD, K.** (1990) *Terapia Feminista da Família.* Porto Alegre: Artes Médicas.
- GOMES SOUSA, S. M.** (2000). *Prostituição Infantil e Juvenil: uma análise psicossocial do discurso dos depoentes da CPI.* Tese de Doutorado defendida sob orientação de Bader Buhian Sawaia. PUC/SP.
- GOMES SOUSA, S. M.** (2001??)(**ORG**). *Infância, Adolescência e Família.* Goiânia: Cãnone Editorial.
- GOMES SOUSA, S. M. & RIZZINI, I. (ORG).** (2001). *Desenhos de Família – Criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais.* Goiânia: Cãnone Editorial.
- GREENSPUN, W.** (2002). Abraçando a controvérsia – uma abordagem metassistêmica ao tratamento da violência doméstica. **In:** “Casais em perigo”
- HALMON, H.** (1997) “Abordagem Sistêmica do tratamento da criança vítima de abusos sexuais intrafamiliares”. **In:** **GABEL, M. (ORG).** *Crianças vítimas de abuso sexual.* São Paulo: Summus.

HINES, P. M. (1995). “O Ciclo de Vida Familiar nas Famílias Negras Pobres“ **In: CARTER, B. & MCGOLDRICK, M. (ORG).** *As mudanças no ciclo de vida familiar – Uma estrutura para a terapia familiar.* Porto Alegre: Artes Médicas.

HUNTER, M. (1991). *Abused boys – The neglected victims of sexual abuse.* New York: Fawcett.

IMBER-BLACK, E. (1994). “ Segredos na família e na Terapia Familiar: Uma Visão Geral”. **IN: IMBER-BLACK, E. & Col.** *Os segredos na família e na terapia familiar.* Porto Alegre: Artes Médicas.

IPPOLITO, R. (ORG). (2003). *Guia escolar: Métodos para identificação de sinais de abuso e a exploração sexual em crianças e adolescentes.* Brasília: Presidência da República, SEDH.

ISOF – INSTITUTO DE CIÊNCIAS SEXOLÓGICAS E ORIENTAÇÃO FAMILIAR. (1995). *Dossier de Final de Semana.* Curso de Especialista em Educação Sexual. **In: FIGUEIREDO NETO, J.** Brasília: ISOF.

KENDALL-TACKETT, K. A., WILLIAMS, L. M. & FINKELHOR, D. (1993). “Impact of Sexual Abuse on Children – A Review and Synthesis of Recent Empirical Studies”. *Psychological Bulletin.* V. 113, n. 01. New Hampshire. American Psychological Association.

KRISTENSEN, C. H. (1996). *O Abuso Sexual em Meninos* Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

KRISTENSEN, C. H., FLORES, R. & GOMES, W. B. (2001). “Revelar ou não revelar: uma abordagem fenomenológica do abuso sexual em meninos”. **IN: BRUNS, M. A. T. & FURTADO, A. (org.)** *Psicologia e Pesquisa Fenomenológica: Reflexões e Perspectivas.* São Paulo: ÔMEGA.

KUYUMJIAN, M. M. M. (1998) “ Violência, poder e ordem social”. *SER SOCIAL 2. Violência e exploração sexual contra Crianças e Adolescentes.* Brasília: UNB. Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília.

LAIRD, J. (1994). ”Segredos das Mulheres – O silêncio das Mulheres”. **In IMBER-BLACK, E. (Org).** *Os Segredos na Família e na Terapia Familiar.* Porto Alegre: Artes Médicas.

LEAL, M. L. (2001) *A Mobilização Das Ong's No Enfrentamento À Exploração Sexual Comercial De Crianças E Adolescentes No Brasil.* Tese defendida para obtenção do título de Doutora em Serviço Social, sob a orientação da Prof^a. Doutora Maria do Carmo Brant de Carvalho, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LEVY, A. (2001). *Ciências clínicas e organizações sociais: sentido e crise de sentido.* Belo Horizonte: Autêntica.

- LIPPI, J.R. (1985). “_Maltrato: um grave problema humano”. In: **KRYNSKI, S. e alli.** *A criança maltratada*. São Paulo: Almed.
- LOURO, G. L. (1998). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- MACHADO, L. Z. (1998). “Matar e morrer no feminino e no masculino”. *Série Antropológica*, no. 239, UnB, Dep. Antropologia, Brasília.
- MACHADO, L. Z. (2004). “Masculinidades e Violências – Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea.” In: **SCHPUN, M. R. (ORG).** *Masculinidades*. São Paulo: Bomtempo Editorial e EDUNISC.
- MALHEIROS, S. (2004, 25 de maio) *Acerca do gênero, a cerca do gênero, cercando os gêneros...* Palestra proferida na Secretaria Especial de Política para as Mulheres. Brasília/DF.
- MAGAGNIN, A. T. (1999) *A construção do significado da violência pelos adolescentes de Brasília*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB.
- MARCONDES FILHO, C. (2001). “Violência Fundadora e violência reativa na cultura brasileira”. *São Paulo em Perspectiva*, 15 (2). São Paulo: Universidade de São Paulo.
- MASON, M. J. (1994). “Vergonha: Reservatório para os Segredos na Família” In: **IMBER-BLACK, E. & Col.** *Os segredos na família e na terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- MCGOLDRICK, M. & GERSON, R. (1985). *Genograms in Family Assessment*. New York/London: W.W. Norton & Company.
- METH, R. L. (1990). The Road to Masculinity In **METH, R. L. & PASICK, R. S. (Org).** *Men in Therapy – The Challenge of Change*. New York/London: The Guilford Press.
- MILLER, D. (1994).” Incesto: o centro da escuridão”. In: **IMBER-BLACK & COLS.** *Os segredos na família e na Terapia Familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- MINUCHIN, S. (1988). *Famílias: funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- MINUCHIN, S. & NICHOLS, M. P. (1995). *A cura da família*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- MONY ELKAÏN (1998) (ORG). **Panorama das Terapias Familiares. Vol. I e II . Tradução Eleny Corina Heller. São Paulo: Summus.**
- MOTA, M. P. (1998). “Gênero e sexualidade: fragmentos de identidade masculina nos tempos da AIDS” *Cadernos de Saúde Pública*. V. 14, n. 01. Rio de Janeiro.
- MOTA, M. P. (2006). *Gênero, sexualidade e masculinidade: reflexões para uma agenda de pesquisa com adolescentes no contexto de uma experiência*. Disponível em www.ipas.org.br/biblioteca.
- MONTEIRO, M. (1997). *A perspectiva de gênero nos estudos de masculinidade: uma análise da Revista Ele-Ela em 1969* Disponível em: www.artnet.com.br
- MUNRO, K. (2002). *Male Sexual Abuse Victims of Female Perpetrators Society’s Betrayal of Boys*. Disponível em: www.kalimunro.com acessado em Ago/2005.

- National Center for Children Exposed to Violence – NCCEV.** (2003). *Statistics - Violence Begets Violence*. Disponível em www.ncnev.org
- NICHOLS, M. P. & SCHWARTZ, R. C.** (1998). *Terapia familiar – conceitos e métodos*. Porto Alegre: ArtMed.
- NOLASCO, S.** (1997). “Um homem de verdade”. **In: CALDAS, D.** (Org.). *Homens*. São Paulo: Ed. SENAC (pp. 15-29).
- ODALIA, N.O.** (1991). *O que é violência* (Coleção Primeiros Passos). 6ª edição. São Paulo: Brasiliense.
- OSÓRIO, L. C.** (1996). *Família hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- PAPERO, D.V.** (1998). “As Teoria sobre os Sistemas Familiares de Bowen”. **In: MONY ELKAÏN (ORG).** *Panorama das Terapias Familiares*. Vol. I. Tradução Eleny Corina Heller. São Paulo: Summus.
- PERES, V. L. A.** (2001).” Concepções de família em população de periferia urbana”. **In: GOMES SOUSA, S. M. (ORG).** *Infância, Adolescência e Família*. Goiânia: Cânone Editorial.
- PHILPOT, C. & BROOKS, G. R. (ORG)** (1995). *Bridging Separate gender Worlds – Why men and women clash and how therapists can bring them together*. Washington, DC: American psychological Association.
- PINTO JÚNIOR, A. A.** (2003). *Violência Sexual Doméstica contra meninos – um estudo fenomenológico*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo/USP.
- PINTO JÚNIOR, A. A.** (2004). *Violência Sexual Doméstica contra Crianças e Adolescentes: um fenômeno sócio-histórico*. Disponível em: [www. Initau.br](http://www.Initau.br)
- POLANNCZYK, G. V. & COLS.** (2005). “Violência sexual e sua prevalência em adolescentes de Porto Alegre”. *Revista de Saúde Pública*. Vol. 37, nº 0, fev. 2003, São Paulo.
- PONDAAG, M. C. M.** (2003). *O dito pelo não dito: desafios no trabalho com mulheres vítimas de violência*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB.
- PRADO, D.** (1981). *O que é família*. Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense.
- PRIORE, M. D. (ORG).** (2004). *História das crianças no Brasil*. (4ª. Ed.) São Paulo: Contexto.
- RAMPAGE, C. & AVIS, J. M.** (1998).”*Identidade sexual, feminismo e terapia familiar*”. **IN: MONY ELKAÏN (ORG).** *Panorama das Terapias Familiares*. Vol. II . Tradução Eleny Corina Heller. São Paulo: Summus.
- RANGEL, P. C.** (2001).*Abuso sexual intrafamiliar recorrente*. Curitiba: Juruá Editora.
- RIBEIRO, M. A. & BORGES, L. M.** (2004) “ Violência intrafamiliar: um olhar sobre a dinâmica da família violenta”. **In: RIBEIRO, M. A. & COSTA, L. F.** (2004). *Família e problemas na contemporaneidade: reflexões e intervenções do Grupo Socius*. Brasília: Universa Editora.

- RIBEIRO, M. A. & COSTA, L. F.** (2004). *Família e problemas na contemporaneidade: reflexões e intervenções do Grupo Socius*. Brasília: Universa Editora.
- RIBEIRO, M. A., FERRIARI, M. G. C. & REIS, J. N.** (2004). “Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares”. *Cadernos de Saúde Pública*. 202 456-464, mar-abr. Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, R.** (2004). *As Emoções do Profissional Psicossocial com o Abuso Sexual Infantil*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília.
- RIZZINI, I.** (2001) “Cidades Violentas: sua relação com a infância no caso brasileiro” **In:** **SOUSA, S. M. G. (Org)** *Infância, Adolescência e Família*. Goiânia: Cânone Editorial.
- RODRIGUES, A. A.** (2000) *A violência doméstica contra crianças e adolescentes: a análise da realidade no Distrito Federal a partir do atendimento realizado pelo SOS Criança no período de 1997/1998*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB.
- ROUYER, M.** (1997) “As crianças vítimas, conseqüências a curto e médio prazo”. **In:** **GABEL, M. (ORG)**. *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus.
- SAMARA, E. M.** (2002). “O que mudou na família brasileira? (da Colônia a Atualidade)” *Psicologia USP*. V. 13, n. 02. São Paulo.
- SAFFIOTI, H. I. B. & ALMEIDA, S. S.** (1995). *Violência de Gênero: poder e impotência* Rio de Janeiro: Revinter.
- SAFFIOTI, H. I. B.** (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Abramo (Coleção Brasil Urgente).
- SANDERSON, C.** (2005). *Abuso sexual em crianças – fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais*. São Paulo: M. Books Editora Ltda.
- SANTONIERI, L., FRANCO, L & ARRUDA, S.** (2004). *Violência de gênero: o que pensam os jovens* São Paulo. Disponível em: www.ecos.org.br
- SANTOS, C. M. & IZUMINO, W. P.** (2005). “Violência contra mulheres e Violencia de Gênero: Notas sobre estudos Feministas no Brasil”. *Estúdios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe* V. 16, n. 01 enero/juni/2005 Disponível em: www.tau.ac.il. Acessado em ago/2006
- SANTOS, C. V. M.** (2005). *Climatério e Autovalorização: Uma Reflexão Feminista*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília.
- SANTOS, H. O.** (1987). *Criança espancada*. Campinas: Papyrus.
- SANTOS, V. A.** (2002). *Família e Violência Sexual contra Crianças: o papel da Justiça na construção e reconstrução dos significados*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília.
- SCOTT, J.** (1995). “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade*. 20 (2), p. 71-99.

- SEBOLD, J.** (1987). “Indicadores de Abuso Sexual de Meninos e Adolescentes”. Social Casework. 68(2): fevereiro 87, pp. 75-80. Trad. Edileusa da Rocha. Revisão de Eva Faleiros e Vicente Faleiros. Brasília: CECRIA.
- SCHNITMAN, D. F.** (1994). Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade. (J. H. Rodrigues, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- SILVA JUNIOR, A. P.** (2006) Danos psíquicos em crianças vítimas e abuso sexual sem vestígio de ato libidinoso ou lesão corporal. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. Brasília: UnB.
- SOUZA, B. M. F.** (2005). Eventos de Vida e Risco de Suicídio em Estudantes em uma Universidade Brasileira. . Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB.
- SOUSA, S. M. G.** (2000) Prostituição Infantil e Juvenil: uma análise psicossocial do discurso de depoentes da CPI. Tese de doutorado defendida sob orientação de Bader Buhian Sawaia. PUC/SP.
- THIRD NATIONAL INCIDENCE STUDY OF CHILD ABUSE AND NEGLECT**(1996). Disponível em: www.childabuse.com
- THOMAS, E.** (1988). A violação do silêncio. São Paulo: Martins Fontes.
- TILMANS-OSTYNY E.** (2001). “Novas tendências no tratamento dos maus tratos e do abuso sexual na família. In: **DOMUS – CENTRO DE TERAPIA DE CASAL E FAMÍLIA Pensando Famílias**”. Porto Alegre: Domus Editora.
- UNICEF** (2003). Relatório da situação da infância e adolescência brasileiras – Diversidade e Equidade – Pela garantia dos Direitos de cada criança e adolescente. Brasília, Brasil.
- UNICEF** (2005). Situação Mundial da Infância 2005 – Infância ameaçada. Brasília, Brasil.
- USP/LACRI.** (2005) “Pesquisando a violência doméstica contra crianças e adolescentes”. In: **AZEVEDO, M. A. e GUERRA V. N. de A.** A ponta do iceberg. São Paulo: USP. Disponível em www.ip.usp.br/lacoratórios/lacri
- USP/LACRI.** (1997).”Módulos TELELACRI”. In: **AZEVEDO, M. A. e GUERRA V. N. de A.** São Paulo: USP.
- UZIEL, A. P.** (2004). “Homossexualidade e parentalidade: ecos de uma conjugação”. In: **HEILBORN, M. L. (ORG).** Família e sexualidade. Rio de Janeiro: Editora FGV – Família, Geração e Cultura.
- VASCONCELOS, E. M.** (2002). Complexidade e pesquisa interdisciplinar – Epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis: Vozes.
- VASCONCELLOS, M. J. E.** (2002). Pensamento sistêmico – o novo paradigma da ciência. São Paulo: Papirus.
- VOLNOVICH, J. R.** (2005). Abuso sexual na Infância. Rio de Janeiro: Lacerda Editores.
- VOLNOVICH, J. R.** (2005). “Abuso sexual de crianças pequenas: da suspeita à validação”. In: **VOLNOVICH, J. R. (ORG).** Abuso sexual na Infância. Rio de Janeiro: Lacerda Editores.

VOLNOVICH, J. R. (2005). "Família, familiaridade, familiarismo e abuso sexual na infância".
In: VOLNOVICH, J. R. (ORG) Abuso sexual na Infância. Rio de Janeiro: Lacerda Editores.

VEIGA, J. E. (1995). Como elaborar seu Projeto de Pesquisa. Disponível in ZEELI@usp.br

WATZLAWICK, P., BEAVIN, J. H & JACKSON, D. D. (1967). Pragmática da Comunicação Humana. São Paulo: Editora Cultrix.

WILLIAMS, L. C. A. (2000). Abuso Sexual Infantil. Universidade Federal de São Carlos. Departamento de Psicologia - LAPREV. Disponível em: www.cech.ufscar.br

ZALUAR, A. (2004). "Violência, Cultura e Poder". **In: CECCHETTO, F. R.** Violência e estilos de masculinidade. Rio de Janeiro: FGP Editora.

ANEXOS

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, na qualidade de _____, representante legal das crianças e/ou adolescentes _____, declaro estar esclarecido a respeito da pesquisa intitulada “Dimensões da violência sexual contra meninos sob a ótica de gênero: um estudo exploratório”⁵, desenvolvida pela aluna SONIA FORTES DO PRADO, para obtenção do grau de Mestre pela Área de Concentração em Psicologia Clínica do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Brasília, a realizar-se no Centro de Orientação Médico Psicopedagógica, serviço da SES/GDF, tendo como sujeito da pesquisa famílias e crianças vítimas de abuso sexual. Portanto, forneço livremente o meu consentimento para que a minha família e os meus filhos integrem a referida pesquisa. Declaro ainda ter sido esclarecido dos seguintes aspectos:

- a) a pesquisa tem o objetivo compreender as dimensões do abuso sexual de crianças/adolescentes do sexo masculino com base na perspectiva da família e da pessoa abusada.
- b) Todo cuidado será tomado para que a coleta de informações produza um mínimo de ansiedade e desconforto. Caso isso ocorra a pesquisadora tomará as medidas para a manutenção do bem estar da família.
- c) A pesquisa será composta de sete entrevistas, com a família como um todo e/ou alguns de seus membros. Entendo que as entrevistas serão gravadas e o conteúdo analisado como dados de pesquisa.
- d) Os resultados da pesquisa poderão auxiliar a compreensão e o tratamento de família em situações de abuso sexual e poderão ser divulgados em eventos e publicações científicas.
- e) Será garantido o sigilo de dados pessoais da família e de seus membros envolvidos na pesquisa, protegendo assim a identidade das famílias envolvidas na pesquisa.
- f) A presente pesquisa não gera vínculo de acompanhamento ou assistência psicológica por parte do pesquisador. Assistência será prestada pelo COMPP.
- g) Minha participação é voluntária e eu entendo que eu possa desistir a qualquer momento do processo sem prejuízo ao meu próprio tratamento em curso junto ao COMPP.

Brasília-D.F. ____ de _____ de _____

PAI/RESPONSÁVEL

ADOLESCENTE

ADOLESCENTE

CONTATOS : Sonia Fortes do Prado – Mestranda Fone: 3327-0674
Gláucia Ribeiro Starling Diniz – Orientadora Fone: 3347-7746

⁵ Este Projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de estado e Saúde do Distrito Federal CEP/SES-DF – Fone: 61-3325-4955.

ANEXO II

QUADRO DEMONSTRATIVO DE ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MENINOS

Nº	ANO E PAÍS	AUTOR	PESQUISA	AGRESSOR X VÍTIMA	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
01	1986 EUA	FREEMAN-LONGO, R.E.	Estudo sobre o Impacto da vitimização sexual masculina		- 80% dos agressores foram abusados, abusos por longo período. - V S contra meninos pouca estudada.
02	1987 EUA	REINHART, M. A.	Estudo retrospectivo com meninos vítimas de VS. meninas vítimas de V S	Pai, padrasto, irmão, vizinhos e uma babá X meninos e meninas de 0 a 17 anos	- Muitas semelhanças entre os dois grupos. - 96% agressores do sexo masculino. - V S incidência mais frequente em ambiente doméstico.
03	1988 EUA	MEY, B. J. V.	Revisão bibliográfica sobre V S em meninos		- V S em meninos é mais frequente nos casos extra familiar. - Pai foi vítima de V S quando criança e com dificuldades relacionais. - Diversas consequências emocionais em meninos vítimas de V S.
04	1989 EUA	FROMUTH, M. & BURKHART, B. R.	Estudo histórico sobre V S na infância e posterior ajustamento	Familiares ou conhecidos X universitários do sexo masculino com V S quando meninos	- 15% da amostra com história de vitimização, sendo que 51% o agressor era conhecido. - 78% o agressor era do sexo feminino e a V S não percebida como negativa pelas vítimas. - V S com agressor do sexo masculino trouxe sentimentos negativos.
05	1989 EUA	SINGER, K. I.	Estudo de caso com grupo terapêutico. 13 homens adultos.	Pai e mãe X meninos	- Sintomas comuns de vítimas de incesto. - Homens com V S têm mais dificuldades para encontrar tratamento do que as mulheres. - Terapias individuais e grupais são indicadas.

Nº	ANO E PAÍS	AUTOR	PESQUISA	AGRESSOR X VÍTIMA	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
06	1992 INGLATERRA	WATKINS, B. & BENTOVIM, A.	Revisão bibliográfica sobre V S em meninos		<ul style="list-style-type: none"> - Estudo revelam que relação de 1 menino para cada 2/4 meninas vítimas de V S. - Mecanismos de velamento maior entre o incesto pai/filho. - Meninos mais vulneráveis às relações do tipo anal. - VS em meninos geram problemas de identidade. - Efeitos de longo prazo: distúrbio de ansiedade, depressão, dependência química, baixa auto-estima, dificuldades relacionais, reprodução da V S.
07	1993 EUA	BLACK, C. A. & DEBLASSIE, R.	Revisão bibliográfica sobre V S em meninos		<ul style="list-style-type: none"> - V S em meninos decorre em sua maioria em famílias numerosas. - Meninos apresentam maior idade do que as meninas quando do início da V S. - A grande maioria dos agressores de meninos sofreu V S na infância.
08	1993 AUSTRÁLIA	HARPER, J.	Estudos sobre fatores de risco numa mostra clínica de 12 meninos com V S.	Pai, mãe e tio X meninos com idade de 6 a 10 anos	<ul style="list-style-type: none"> - Vítimas em famílias chefiadas por mulheres e de baixo poder sócio-econômico. - Mãe com distúrbios psicológicos e/ou abuso de drogas ou álcool. - Existência de comportamentos violentos.
09	1994 CANADÁ	Bagley, C., Wood, M. & Young, L.	Estudo relacionando a vivência de V S com a experiência de abusador.	Pai, padrasto, parentes, amigos e estranhos X meninos.	<ul style="list-style-type: none"> - 17% da amostra revela história de V S na infância. - Com a combinação de violência emocional com V S foi indicador de problemas de saúde mental quanto contatos sexuais com crianças.

Nº	ANO E PAÍS	AUTOR	PESQUISA	AGRESSOR X VÍTIMA	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
10	1995 EUA	RUDIN, M, ZALEWSKI, C. & BODMER-TURNER, J.	Estudo comparativo entre perpetuador de abuso sexual feminino e masculino	Não identificado X meninos e meninas	<ul style="list-style-type: none"> - Não foi encontrada diferenças significativas quanto à severidade do abuso. - Contrário à aceitação popular o abuso perpetrado por mulheres não é menos severo que os perpetrados por homens.
10	1995 ÁFRICA DO SUL	COLLINGS, S. J.	Estudo sobre os efeitos em longo prazo de V S em meninos	Meninos	<ul style="list-style-type: none"> - História de V S na infância está associada a problemas de ajustamento psicológico.
11	1996 INGLATERRA	HOLMES, G. & OFTEN, L.	Estudo sobre a crença e a postura de psicoterapeutas frente a V S em meninos	Meninos e meninas	<ul style="list-style-type: none"> - Os terapeutas identificam V S mais em meninas do que em meninos. - Terapeutas com orientação psicodinâmica foram mais propensos a hipotetizar V S mais em meninas. - O aparente nº reduzido de vítimas masculinas pode ser devido a falta de conhecimentos dos terapeutas frente a essa realidade.
12	1997 EUA	BAUSERMAN, R & RIND, B.	Estudo sobre as conseqüências psicológicas da V S em meninos		<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisadores tendem a negligenciar a V S em meninos. - Estudos de amostra clínica revelam maior nº de reações negativas do que as amostras não clínicas. - Contato incestuoso com força física ou ameaças tendem a gerar reações negativas. - Os efeitos da V S em meninos não podem ser somente compreendidos através de pesquisas com amostras clínicas ou a partir da V S em meninas.

Nº	ANO E PAÍS	AUTOR	PESQUISA	AGRESSOR X VÍTIMA	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
13	1997 EUA	WELLS, R., MCCAINN, J., ADAMS, J. & DAHL, B.	Estudo sobre sintomas emocionais, comportamentais e físicos com uma amostra de 121 meninos divididos em três grupos: com VS, com suspeita de V S e sem V S.	Familiares ou conhecidos X meninos	<ul style="list-style-type: none"> - Meninos com V S foram mais propensos a demonstrar mudanças súbitas de comportamento do que o grupo sem V S. - Sintomas detectados: dores de estômago, maior conhecimento sobre sexo, maior agressividade, isolamento, choro excessivo, dificuldades de sono, queda do desempenho escolar.
14	2000 INGLATERRA	LAB, D. B., FEIGENBAUM, J. D.; & SILVA, P.	Investigação das atitudes e práticas de profissionais de S M em relação a V S contra meninos	Não especificado X meninos	<ul style="list-style-type: none"> - A maioria dos sujeitos raramente inquiriu sobre VS em pacientes masculinos. - A maioria usa métodos ineficazes ou não sistematizados de inquérito. - 2% da amostra afirma não ter recebido treinamento para avaliação e o tratamento na área de VS. - Este estudo sugere que pacientes masculinos não são questionados sobre suas histórias de VS. - A necessidade de treinamento profissional na área de VS contra meninos.
15	2002 INGLATERRA	BENTOVIM, A.	Estudo sobre tratamento e prevenção da VS em meninos	Meninos	<ul style="list-style-type: none"> - A questão do potencial abusivo da VS em meninos deve ser considerado no trabalho terapêutico. - Os métodos de tratamento deverão considerar que um ambiente abusivo pode gerar VS em meninos.
16	2002 INGLATERRA	PRICE, L., MADDOCKS, A., DAVIES, S. & GRIFFITHS, L.	Estudo sobre saúde e bem estar em 108 meninos 6 anos após a experiência de VS com um grupo de controle com 93 meninos sem VS	Meninos	<ul style="list-style-type: none"> - Os meninos com VS revelaram maior probabilidade de apresentar problemas somáticos e/ou psicológicos persistentes.

ANEXO III

Famílias Entrevistadas

01) Família Almeida

A Sra. L, 45 anos, doméstica, faz parte de uma família reconstituída. De um relacionamento fortuito teve a filha V, hoje com 30 anos, que foi cuidada pela avó paterna e não tem contato com a mãe. Teve um segundo filho J, 26 (29/06/1979), também cuidado pela avó paterna. Estes dois filhos residem no Maranhão e a mãe nunca mais teve contato com eles, desde que veio para essa Capital em meados da década de oitenta. Aqui estabeleceu uma família, com o Sr. M, 44 anos, com quem conviveu por 19 anos, estando separada há 03 anos em função de alcoolismo do mesmo. O casal teve três filhos: N, 21 anos (25/12/1984), casado e com um filho de um ano; N, 10 anos (09/07/1995), do sexo feminino; e E, 07 anos (05/07/1998) do sexo masculino. O Sr. M, constituiu outra família após a separação. Por outro lado, a Sra.L também está convivendo com o Sr. A, 30 anos. Contudo, segundo sua avaliação, esse relacionamento é um tanto conturbado, pois o Sr. A tem um temperamento violento.

O episódio da violência sexual é relatado da seguinte forma: E foi abusado quando contava a idade de 06 anos por um vizinho, conhecido como J, 14 anos, amigo da família, que sempre conviveu com E. O mesmo chamou a criança para assistir um vídeo em sua casa e disse que lhe daria um biscoito. Passada uma semana a Sra.L foi avisada pela filha N de que E estaria sangrando pelo ânus, levando-a a indagar sobre o fato. A genitora tomou todos os procedimentos adequados diante dessa violência. Foi feito registro de ocorrência policial, exame de corpo delito e atendimento psicológico. A criança ainda permanece em tratamento junto ao COMPP. Contudo, é necessária uma intervenção cirúrgica para a reconstituição do ânus que ainda não foi realizada.

02) Família Barros

Trata-se de família reconstituída, composta de mãe, padrasto e quatro filhos. A Sra. C, 23 anos, do lar, muito jovem constituiu sua família: aos 14 anos foi conviver maritalmente com o Sr. W, hoje com 22 anos. Esse casal teve dois filhos: R1, sexo masculino, 07 anos (27/12/1998) e R2, sexo masculino, 05 anos (19/10/2000). Essa família ficou assim constituída por seis anos sendo que a separação se deu por um envolvimento extraconjugal da parte do Sr. W. Por outro lado, a Sra. C passou a conviver a dois anos com o Sr. F, 20 anos. Este relacionamento é definido como muito conturbado em função do comportamento do marido, que chegou a infligir agressões físicas em sua esposa, quando a mesma estava grávida do primeiro filho do casal. Este casal têm dois filhos, a saber: a criança R3, sexo masculino, com a idade de 1 ano e dois meses (02/02/2005) e R4, sexo feminino, nascida em 17/01/2006.

O episódio de violência sexual ocorreu em fevereiro de 2005 e envolveu seus dois filhos mais velhos, R1 e R2 que estavam com as idades de 06 e 04 anos respectivamente. O abuso foi

cometido pelo adolescente T, que tinha 15 anos na ocasião do ocorrido, irmão de sua cunhada, sendo que esta última é residente no mesmo lote⁶ da família em questão. Esse jovem, segundo a Sra. C, era considerado da família e demonstrava muito afeto e proximidade com as crianças. Esse fato trouxe muita mudança na família extensa e, particularmente a revoltou sobremaneira. Ela se expressa em determinado momento da entrevista: “Eu vou proteger os meus filhos” (sic).

A Sra. C, relata que o rapaz convidou seus filhos para confeccionar uma pipa, e esse convite envolveu alguns dias de sedução, pois a Sra. C, não havia permitido que seus filhos freqüentassem outra residência. Por fim, em determinado momento ela considerou que fosse adequado essa atividade, pois era época de se empinar pipas por causa do vento e as crianças demonstravam muito interesse em fazê-lo. Contudo, acrescenta que na tarde que tais fatos ocorreram a família se entretinha assistindo a um vídeo na residência de sua genitora, a Sra. L, avó materna das crianças e também moradora do mesmo lote. A Sra. C relata que inicialmente não percebeu nada de anormal no comportamento das crianças, apesar das queixas de R1 que lhe doía quando evacuava, uma vez que o mesmo já havia tido esse problema, pois tem o intestino preso. Entretanto, passado umas duas semanas, considerou o comportamento das duas crianças um pouco estranho, pois diante de um segundo convite do jovem T, para que dessa vez o R2, de 04 anos fosse fazer uma pipa, R1 passou a chorar e pediu que a mãe não o deixasse ir.

A Sra. C, relata com riqueza de detalhes que calmamente chamou as crianças para lhes dar banho e durante esse momento indagou o que havia ocorrido. Dessa maneira, R2 revelou que T, “ havia mexido no bilau de R1 e pediu que mexesse no dele próprio”. Após a revelação a Sra. C tomou todas as medidas de proteção, fazendo o boletim de ocorrência e tomando atitudes de afastamento do agressor. As relações familiares ficaram abaladas com o ocorrido, fazendo com que alguns acreditassem e outros negassem o abuso. A Sra. C se sentiu muito pouco apoiada, mas em nenhum momento achou que não deveria proteger os filhos.

03) Família Costa

Esta família tem como característica ser monoparental. A Sra. A, 27 anos, presta serviços de copeira para uma empresa privada, em um órgão governamental. Tem dois filhos e está grávida de oito meses. O primeiro filho foi de um relacionamento fortuito com o Sr. C, 32 anos. W, tem 09 anos (12/01/97), é criado pela bisavó materna e reside no Piauí. De um segundo namoro com o Sr. F teve o filho T, 06 anos (22/04/1999) que mora com a Sra. A. Atualmente a Sra. A. vive um relacionamento amoroso com o Sr. T, 30 anos, casado e pai de três filhos. Dessa relação adveio a gravidez, não tão desejada no princípio. Contudo, no

⁶ Lote é a designação dada pelas pessoas, moradoras na periferia de Brasília para identificar o espaço onde são construídas muitas casas, muitas vezes de membros de uma mesma família ou de seus “agregados”

momento, aguarda a chegada do bebê. Relata ter uma ligação afetiva muito próxima do filho T, e que o considera muito carinhoso e se preocupa muito pelo seu bem estar e segurança.

Acrescenta que vive só com dois irmãos que também vieram para essa capital em busca de melhores condições de vida. Por esse motivo deixou o filho mais velho sob os cuidados de sua avó. Entretanto quando chegou a Brasília, estava grávida de T e foi morar com uma família que lhe deu acolhida. Esta família é constituída por um casal de idosos de aproximadamente 65 anos e seus três filhos já adultos. Como necessitasse de trabalhar, essa família provinha os cuidados necessários à criança T que desde bebê se apegou a todos, os chamando por “vovó” e vovô”e “tios e tias”.

A Sra. A relata muito comovida que nunca imaginou que nesse contexto, uma situação de abuso pudesse ocorrer. Contudo, em 2004, quando a criança T contava com a idade de cinco anos foi abusada sexualmente por esse seu avô adotivo. A revelação dos fatos se deu em função de que a criança chorava muito e se queixava de dores no ânus.

A Sra. A, tomou todas as providências necessárias, como registro de ocorrência policial, exame de corpo delito e busca de tratamento psicológico. Por outro lado, afastou imediatamente a criança dessa família. Todo o episódio, tanto a revelação do abuso até o afastamento da família trouxe seqüelas consideráveis do ponto de vista emocional para todos. A Sra. A relata que foi muito traumatizante toda essa situação vivida; todos choravam muito e a própria criança teve dificuldade de assimilar tudo o que ocorreu. Ela considera, entretanto, que foi importante esse afastamento, pois “não confia em mais ninguém”.

04) Família Dantas

Este caso refere-se à família com característica monoparental, sendo a mulher a única provedora. A Sra. L, 25 anos, vendedora autônoma (vende produtos diversos), conviveu maritalmente por três anos com o Sr. W1, 28 anos, eletricitista com quem teve o filho J, 05 anos (18/11/2000), a criança vitimizada. Com a separação em função de um relacionamento conturbado (relata que o marido era muito ciumento), foi conviver com o Sr. W2, 30 anos, segurança. Este casal teve dois filhos: K, 03 anos (28/03/2003) do sexo feminino e o bebê do sexo masculino, ainda sem registro e sem nome de dois meses, nascido em 13/01/2006. A segunda separação se deu em decorrência do abuso sexual, o qual foi revelado por uma vizinha. Segundo a Sra. L, demorou muito para que ela tomasse consciência e acreditasse nessa realidade.

O episódio da violência sexual se deu quando a criança J, contava de idade dois anos e meio, sendo o agressor o seu padrasto que o manipulava sexualmente e se masturbava em sua presença. Após ter tomado ciência e ter aceitado o fato a Sra. L, tomou as providências imediatas e cabíveis ao caso. Acrescenta que após tomar conhecimento da denúncia passou a observar o marido e percebeu “*que muitas coisas estavam erradas com o comportamento do*

marido” (sic). Em conversa com o mesmo considera que este também tenha sido abusado pelo seu padrasto.

05) Família Ernandes

Trata-se de família monoparental, pois o casal está divorciado há dois anos. A separação se deu de forma litigiosa por diversos fatores inclusive a violência sexual. A Sra. R, 40 anos, administradora em uma entidade pública foi casada por doze anos com o Sr. E, 43 anos, atua na área de informática. O relacionamento familiar e conjugal foi muito conturbado com diversos episódios de violência física, psicológica e sexual envolvendo o pai como agressor e a esposa e filhos como vítimas. O Sr E., tem um filho do sexo masculino, L, de 24 anos de um primeiro relacionamento que teve com a empregada doméstica de sua família de origem. Este mantém uma ligação muito afetiva com a madrasta que o criou por alguns anos e o acolheu em momentos de crise, pois o mesmo foi usuário de drogas. O casal tem dois filhos: G, 14 anos (27/04/1991) e L, 10 anos, ambos vítimas de abuso sexual por parte do pai e em tratamento psicológico junto ao Adolescentro da SES/DF. A Sra. R, demonstra um sofrimento atroz e se culpabiliza por considerar que não tenha protegido os seus filhos e enteado e de não ter percebido a violência sexual antes. Por outro lado, ela tomou todas as medidas cabíveis: o caso foi denunciado junto aos órgãos competentes e está sendo avaliado do ponto de vista jurídico, pois o pai ainda tem o consentimento de ver os filhos duas vezes na semana. Segundo a Sra. R, ainda existe situação de abuso, pois o Sr. E deixa os filhos verem vídeos pornográficos, justificando que são homens e precisam ser educados nessa questão.

Quanto ao episódio da violência sexual a Sra. R, considera que houve diversos indicativos, porém a mesma não os percebia como tal. O pai introduzia os dedos nos ânus dos filhos com a justificativa de que era necessário para a higienização. As crianças choravam diante de tais manipulações. A primeira revelação se deu com o filho G, e durante o tratamento psicológico o segundo filho encontrou espaço e acolhimento para fazer a sua revelação. Ambos os filhos, G e L são portadores de DDA - Distúrbio de Déficit de Atenção e DDAH - Distúrbio de Déficit de Atenção e Hiperatividade respectivamente e são medicados com ritalina, tendo acompanhamento médico sistemático.

06) Família Ferreira

A presente família é composta pelos pais e quatro filhos, sendo que o marido já foi casado anteriormente e tem dois filhos adultos. A Sra. I, 37 anos, do lar não aceitou gravar a entrevista, mas aceitou conversar informalmente com a psicóloga, pois considera tudo que aconteceu muito traumatizante. Por outro lado, o Sr. H, 45 anos, mecânico, não quer mais tocar nesse assunto. Os filhos do casal são: L, do sexo feminino, 09 anos (22/04/1996); E, sexo masculino, 07 anos (17/06/1998); A, sexo feminino, 05 anos (28/05/2000) e K, sexo feminino,

04 anos (19/10/2001). O relacionamento familiar é satisfatório. Segundo a Sra. I, o único problema é que o Sr. H abusava do uso de bebidas alcoólicas, porém teve uma crise de pancreatite e teve que se abster totalmente desse hábito.

A violência sexual se deu quando a criança E de 07 anos, voltava da escola em direção à sua casa. Foi abordado por três adolescentes com as idades de 14, 12 e 11 aproximadamente, sendo que estes dois últimos são irmãos, e todos são moradores da mesma rua da vítima. A violência envolveu atos orais e anais e deixou a criança muito abalada física e psicologicamente. A revelação ocorreu uma semana depois do episódio. A criança estava com comportamentos diferentes; segundo a genitora “*estava muito nervoso e agressivo*” (sic). As providências tomadas se restringiram à busca por apoio e orientação no Conselho Tutelar de sua localidade e, posteriormente tratamento psicológico junto ao COMPP – Centro de Orientação Médico Psicopedagógico. Não houve registro de boletim de ocorrência, pois a genitora considerou que seria constrangedor expor o filho. Ademais os agressores e suas famílias são vizinhos. Conversou com as mães dos respectivos abusadores, as quais falaram que corrigiriam seus filhos, porém não deram muita importância ao fato (percepção da genitora). Por outro lado, considera que o tratamento junto ao COMPP tem trazido um resultado positivo.

07) Família Gomes

Esta família é composta pelos pais e três filhos. O Sr. F, 42 anos, trabalha como autônomo e faz serviços eventuais como pedreiro; a Sra. E, 40 anos, é comerciante e administra um bar que fica na frente de sua casa. O casal está casado há 16 anos e tem três filhos: M, 15 anos, sexo feminino, nascida em 04/12/1990; M, 11 anos, do sexo masculino, nascido em 18/01/1994; e a criança M, de 04 anos, sexo masculino, nascido em 08/03/2000. Este último foi vítima de abuso sexual por parte de um adolescente de 12 anos, morador nas vizinhanças e considerado problemático por todos, inclusive sua própria família.

A situação da violência sexual se deu na casa do agressor que ameaçou quebrar as pernas da criança caso a mesma não cedesse ao ato sexual. Quase que imediatamente o pai interveio, pois notou a falta do filho em casa e viu sua bicicleta na casa do vizinho. Foi atrás deste, empurrou a porta e constatou a situação do abuso sexual, que tinha sido consumado, pois o exame de corpo delito deu positivo. Todas as providências foram tomadas pela família. Entretanto, tanto a criança quanto a família não foram atendidos do ponto de vista psicológico.

Ao narrar o fato a genitora relembra que o filho ficou muito irritado e nervoso, agindo de forma incomum. Contudo, passados quase seis meses do fato e com a mudança do jovem agressor ele voltou a ter comportamentos mais adequados para a sua idade. Acrescenta, porém, que o mesmo ficou mais apegado ao pai, pois foi o mesmo quem o protegeu após a situação de violência, a mãe estava viajando na ocasião do abuso sexual.